

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS  
ESCOLA DE CIENCIA DA INFORMAÇÃO

ADOLFO JÚLIO PORTO DE FREITAS

**A INFORMAÇÃO COMO FUNDAMENTO PARA FORMAÇÃO DE  
NOVOS PADRÕES DE CULTURA CÍVICA NO ÂMBITO DO  
ORÇAMENTO PARTICIPATIVO-(OP)**

BELO HORIZONTE  
JULHO DE 2013

ADOLFO JÚLIO PORTO DE FREITAS

**A INFORMAÇÃO COMO FUNDAMENTO PARA FORMAÇÃO DE  
NOVOS PADRÕES DE CULTURA CÍVICA NO ÂMBITO DO  
ORÇAMENTO PARTICIPATIVO-(OP)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Escola de Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais para obtenção do grau de Doutor em Ciência da Informação.

Orientadora: Profa. Dra. Marlene Oliveira

BELO HORIZONTE

JULHO DE 2013

F866i Freitas, Adolfo Júlio Porto de

A informação como fundamento para formação de novos padrões de cultura cívica no âmbito do orçamento participativo-(OP) / Adolfo Júlio Porto de Freitas. - Belo Horizonte: UFMG / ECI - Escola de Ciência da Informação, 2013. XVI, 238 f. : il.

Orientadora: Profa Dra Marlene de Oliveira

Tese (Ciência da Informação) – Universidade Federal de Minas Gerais,

1. Informação e Orçamento Participativo. 2. Ciência da Informação. 3 Título. 4 Assimetria Informacional e Clientelismo. 5 Democracia e Cultura Cívica.

CDU 02:321.7



UFMG

**Universidade Federal de Minas Gerais**  
**Escola de Ciência da Informação**  
**Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação**

**FOLHA DE APROVAÇÃO**

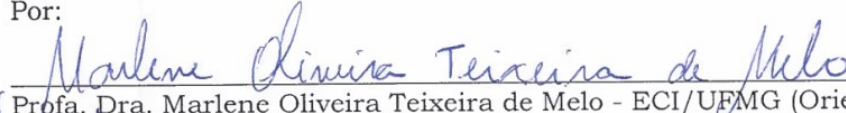
"A INFORMAÇÃO COMO FUNDAMENTO PARA FORMAÇÃO DE NOVOS PADRÕES DE CULTURA CÍVICA NO ÂMBITO DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO (OP)"

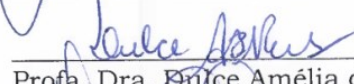
Adolfo Júlio Porto de Freitas

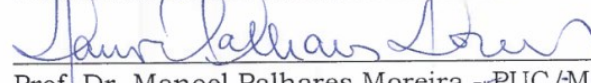
Tese submetida à Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais, como parte dos requisitos à obtenção do título de "**Doutor em Ciência da Informação**", linha de pesquisa "**Organização e Uso da Informação**".

Tese aprovada em: 08 de julho de 2013.

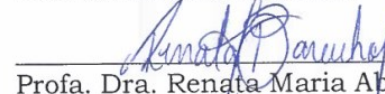
Por:

  
\_\_\_\_\_  
Profa. Dra. Marlene Oliveira Teixeira de Melo - ECI/UFMG (Orientadora)

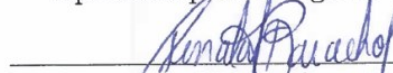
  
\_\_\_\_\_  
Profa. Dra. Dulce Amélia de Brito Neves - UFPB

  
\_\_\_\_\_  
Prof. Dr. Manoel Palhares Moreira - PUC/MG

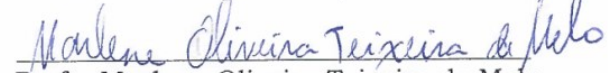
  
\_\_\_\_\_  
Prof. Dr. Dalmir Francisco - FAFICH/UFMG

  
\_\_\_\_\_  
Profa. Dra. Renata Maria Abrantes Baracho Porto - ECI/UFMG

Aprovada pelo Colegiado do PPGCI

  
\_\_\_\_\_  
Profa. Renata Maria Abrantes Baracho Porto  
Coordenadora

Versão final Aprovada por

  
\_\_\_\_\_  
Profa. Marlene Oliveira Teixeira de Melo  
Orientadora



UFMG

Universidade Federal de Minas Gerais  
Escola de Ciência da Informação  
Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação

ATA DA DEFESA DE TESE DE **ADOLFO JÚLIO PORTO DE FREITAS**, matrícula:  
2009651663

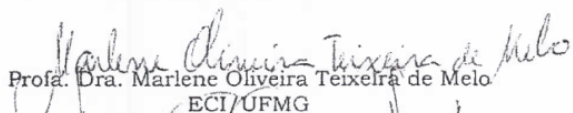
Às 9:00 horas do dia 08 de julho de 2013, reuniu-se na Escola de Ciência da Informação da UFMG a Comissão Examinadora aprovada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação em 21/06/2013, para julgar, em exame final, o trabalho intitulado ***A informação como fundamento para formação de novos padrões de cultura cívica no âmbito do Orçamento Participativo (OP)***, requisito final para obtenção do Grau de DOUTOR em CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, área de concentração: Produção, Organização e Utilização da Informação, Linha de Pesquisa: Organização e Uso da Informação. Abrindo a sessão, a Presidente da Comissão, Profa. Dra. Marlene Oliveira Teixeira de Melo, após dar conhecimento aos presentes do teor das Normas Regulamentares do Trabalho Final, passou a palavra ao candidato para apresentação de seu trabalho. Seguiu-se a arguição pelos examinadores com a respectiva defesa do candidato. Logo após, a Comissão se reuniu sem a presença do candidato e do público, para julgamento e expedição do resultado final. Foram atribuídas as seguintes indicações:

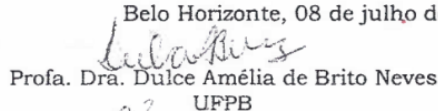
Profa. Dra. Marlene Oliveira Teixeira de Melo - Orientadora	APROVADO
Profa. Dra. Dulce Amélia de Brito Neves	APROVADO
Prof. Dr. Manoel Palhares Moreira	APROVADO
Prof. Dr. Dalmir Francisco	APROVADO
Profa. Dra. Renata Maria Abrantes Baracho Porto	APROVADO

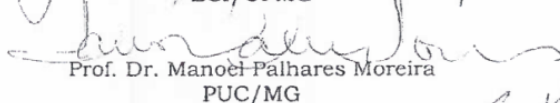
Pelas indicações, o candidato foi considerado APROVADO.

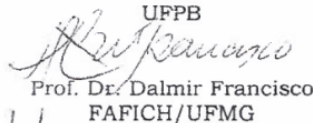
O resultado final foi comunicado publicamente ao candidato pela Presidente da Comissão. Nada mais havendo a tratar, a Presidente encerrou a sessão, da qual foi lavrada a presente ATA que será assinada por todos os membros participantes da Comissão Examinadora.

Belo Horizonte, 08 de julho de 2013

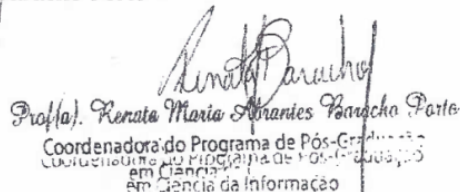
  
Profa. Dra. Marlene Oliveira Teixeira de Melo  
ECI/UFMG

  
Profa. Dra. Dulce Amélia de Brito Neves  
UFPB

  
Prof. Dr. Manoel Palhares Moreira  
PUC/MG

  
Prof. Dr. Dalmir Francisco  
FAFICH/UFMG

  
Profa. Dra. Renata Maria Abrantes Baracho Porto  
ECI/UFMG

  
Profa. Renata Maria Abrantes Baracho Porto  
Coordenadora do Programa de Pós-Graduação  
em Ciência da Informação

Obs: Este documento não terá validade sem a assinatura e carimbo da Coordenadora.

Ao meu “mundo da vida”: ‘os dos sonhos e das alegrias’; onde se insere a família Lacet Porto de Freitas (D. Ní e Sr. Massa, meus pais; Maria Lacet, minha avó; tio Orlando e tia Celsa, in memoriam); a tia Dirça; “a matriarca da família” com 92 anos de vida; aos meus irmãos e irmãs, os quais representam meu “porto seguro”: Manoel, Paulo, Marcedônio (Deco), Petrônio (Tom), Emília, Neves, Enilde (Nena), Emmanuel (Neno) e Graça (Ninha); a companheira de hoje (Ana Maura, a amada que me proporcionou aumentar a “família” com Maclaud, Dr. João Ribeiro Filho, D. Rachel, João Paulo, Fábio Túlio, Rosiana e Denise); meus entes queridos que assistiram e torceram por mim “aqui” até “partirem” antes do término desta jornada: Linalva de Freitas e Reginaldo de Freitas (cunhada/junho/2011 e irmão/setembro/2011); Terezinha de Freitas (irmã/janeiro/ 2012). A razão da maravilha do meu viver (Emanuella, filha querida que por existir tornei-me seu fã). E, a todos (as) que “acreditam e lutam”, por dias mais justos, inclusos e solidários!

Dedico!

## AGRADECIMENTOS

Como agradecer ao “mundo da cultura” que remonta um longo processo que se consolida a cada dia? Assim, só resta o “artifício” da representação e do recorte espaço-temporal que aqui faço uso para homenagear os distintos professores do Programa de Pós Graduação em Ciência da Informação/PPGCI/UFMG, os quais tive a honrar de compartilhar intersubjetivamente ideias e pensamentos de autores estudados em sala de aula, são eles: Adriana Bogliollo, Alcenir Reis, Aparecida Moura (Cida), Beatriz Cendón, Carlos Alberto (casal), Marta Pinheiro e, de modo particular a Guiomar Frota, pelos primeiros passos da caminhada desse momento acadêmico. (a todos os “mestres” da ECI/PPGCI/UFMG, meus sinceros agradecimentos).

Não menos importantes figuram também no “mundo da cultura” o staff do PPGCI/UFMG, aqui representados pelas eficientes colaboradoras Nely, Gisele e a recente “aquisição” Carol. Aos colegas de curso, que muitos se transformaram em amigos, a exemplo do Momade Amisse Ali (“eita moçambicano arretado!!!”).

A coordenadora do programa de extensão/CENEX/ECI/UFMG, em 2009 (Profa Adriana Bogliollo), que ao apoiar a minha participação via “programa do Carro Biblioteca e Tele – Centro”, propiciou a “descoberta” do tema/problema desta pesquisa, ocasião em que participei junto com os representantes dos moradores do Bairro da Lagoa/BH/MG do movimento em prol de fazer valer a aprovação das obras aprovadas pelo Orçamento Participativo/OP/BH/MG. Para a minha alegria, as seguintes obras foram implantadas, em 2011 (Centro de Referência de Assistência Social - Campo de Futebol - Centro de Convivência do Idoso).

Ao Programa Interinstitucional “DINTER/UFMG/UFPB/UFPE” pela oportunidade acadêmica que animou a participar desse processo de crescimento pessoal e de aprendizagem profissional.

Aos amigos professores (as) do Departamento de Ciência da Informação/DCI/UFPB, aqui representados pela minha eterna Profa Francisca (“Chica”); Denise, Meriane, Juliane, Rosa, Edna, Alzira, Isabel, Marynice e Dulce, pela torcida e vivência além do institucional. A Profa. Dra. Mirian Aquino (co - orientadora) pelas recomendações e incentivo. A todos os “mestres”, gestores e funcionários do CCSA/UFPB.

Agradeço a parte, a Deputada Federal/MG e conterrânea, Jô Moraes, pela primeira conversa “informal” sobre o Orçamento Participativo - OP na Associação do “Movimento de Mulheres de Venda Nova - MMVN/BH/MG em 2009”. A presidente do MMVN/BH/MG, D. Maria da Glória, pela amizade e apoio recebido nas Regionais do OP/BH/MG. A vereadora Sandra Marrocos/PMJP/PB pela “troca de figurinhas” sobre o OD/JP. A Coordenação e equipe do OD/JP/PB pelo acesso as informações públicas. E ao sociólogo e amigo Fernando Autran pelas conversas “descontraídas” sobre a formação do Estado democrático brasileiro.

Ao bibliotecário, Rodney Giviçiez, pela colaboração na formatação dos textos, quadros, figuras e tabelas que aqui estão representadas nos textos dos Capítulos deste Relatório de Pesquisa.

E de modo muito especial, a minha orientadora Profa Dra. Marlene Oliveira; que como um “vetor de mediação”, intersubjetivamente apontou uma rota segura (teórica e metodológica) para continuar caminhando frente aos percalços da trajetória deste processo investigativo até chegar ao estágio atual. Fica registrado aqui, a minha eterna gratidão e reconhecimento.

Ao “mundo da vida” - (João Pessoa/PB) registro a minha gratidão ao Dr. João Ribeiro Filho pelas lições historiográficas e indicação de fontes/referências sobre a formação do Estado da Paraíba/PB, Minas Gerais/MG e Rio Grande do Sul/RGS. Ao grande amigo, Paulo Ronaldo (in memoriam - 2012), que pacientemente escutou, durante as nossas “caminhadas” na praia do Bessa, os meus “lamentos de insegurança”! Ao diácono e amigo de infância, Sílvio Roberto Alcântara de Oliveira, pelas orações e apoio moral. E, aos amigos que fiz durante a estadia nesta cidade mineira acolhedora (Belo Horizonte/MG), que aqui estão representados por Espedito (Boaventura), Márcio (“o gaúcho”), Carlos (Viena/Isabel Bueno), Thizau (“o escultor”), Erivan (o piauiense) e ao Major Rogério (Boaventura)!

E, a “força que me move”, Deus! (a minha fé!).



A maioria daqueles que, como eu, [...] anseia por reunir realidade e justiça em uma única visão, ou seja, fundir seu sentido de responsabilidade moral e política com a compreensão dos determinantes finais de nosso destino. Querem ver solidariedade, poder, justiça materializados na natureza profunda das coisas, na “alma” humana ou estrutura da linguagem [...]. Boa parte da reflexão que aqui faço sobre (sic informação e orçamento participativo) segue essa trilha. (DUPAS, 2001, p. 91).

## RESUMO

No contexto do orçamento participativo a assimetria informacional e as práticas clientelistas são fenômenos observados por pesquisadores da área da democracia e da Ciência da Informação que dificultam a organização, eficiência e a legitimidade do modelo, expressado no conceito de exercício da cidadania. Tal problemática insere a proposta desta pesquisa que teve como objetivo “estudar a possibilidade de apreender um contexto comunicativo para a informação, enquanto ato da linguagem, se constituir num vetor de mediação para a formação de novos padrões de comportamento cívico no âmbito do Orçamento Participativo”. O referencial teórico fundamenta-se na perspectiva da teoria crítica e no estudo da informação à luz da teoria da Ação Comunicativa de Habermas orientada pelas noções do agir comunicativo e da razão destranscendentalizada. Na articulação dessa teoria com os pressupostos da Ciência da Informação optamos pela visão do paradigma sócio - cognitivo que compreende a informação como parte de um lugar de aprendizagem que comporta elementos de um sistema de signo (linguagem) que por meio de uma racionalidade (procedimental) estabelece um ambiente propício para o compartilhamento intersubjetivo dentro de uma estrutura sócio-político. Nas abordagens da teoria pluralista da democracia e da cultura política, a informação é estudada como um dos fenômenos (assimetria informacional) que se deslocou para as experiências do orçamento participativo como traços culturais oriundos das práticas políticas do Estado patrimonialista brasileiro. Mas, que o acesso às fontes alternativas de informação (pública) e a participação/contestação popular na gestão pública são consideradas garantias (variáveis) para o governo democrático ser responsivo aos seus cidadãos. A abordagem qualitativa que se articula com a Análise de Conteúdo, proposta por Bardin, serviu de procedimento metodológico para extrair do corpus de dados, que inclui dez teses de doutorado e quinze dissertações aprovadas e defendidas no âmbito de três universidades federais brasileiras (Minas Gerais/UFMG, Paraíba/UFPB e Rio Grande do Sul/UFRS), os subsídios que propiciaram elaborar textos de dimensões analíticas para apresentar os seguintes resultados da pesquisa: uma base teórica explicativa para os “processos informacionais”, enquanto objeto de estudo da Ciência da Informação a luz de uma nova compreensão da abordagem do paradigma sócio – cognitivo (a ação informacional procedimental); a proposta de construção de diretrizes para o estudo da dimensão informacional no âmbito do orçamento participativo, expressado no conceito de cidadania e, confirmar a hipótese da tese de que a “informação para se constituir num vetor de mediação para a formação de novos padrões de comportamento cívico no âmbito do orçamento participativo depende de um contexto comunicativo que contemple um conjunto de condições especiais”, tais como: a) da capacidade de ação e linguagem dos atores sociais envolvidos nos processos informacionais; b) do tipo de coordenação da ação informacional (procedimental) e; c) da construção de um contrato social que garanta a participação popular e o compartilhamento intersubjetivo de informações públicas.

**Palavras-chave:** Ciência da Informação e Processos Informacionais - Informação e Orçamento Participativo - Assimetria informacional e Clientelismo - Ação Informacional Procedimental e Agir Comunicativo - Paradigma Sócio - Cognitivo e Teoria da Ação Comunicativa.

## ABSTRACT

In the context of Participatory Budgeting asymmetry of information and clientelistic practices are phenomena observed by researchers in the field of Democracy and Information Science. These practices hamper the organization, efficiency and legitimacy of the model, expressed in the concept of citizenship. This issue falls within the aims of this research that had as objective "explore the possibility of seize a communicative context for information, as an act of language and constitute a vector for mediating the formation of new patterns of civic behavior within the Participatory Budgeting". The theoretical framework is based on the perspective of critical theory and in the study of information in the light of Habermas' theory of communicative action and Kant's theory. By articulating this theory with the premises of Information Science we chose the socio - cognitive paradigm comprising information as part of an apprenticeship which includes elements of a system of signs (language) that through rationality (procedural) provides an environment conducive to the inter subjective sharing within a socio-political structure. Approaches the pluralist theory of democracy and political culture, information is one of the phenomena studied (information asymmetry) that went into the experiences of participatory budgeting as cultural traits derived from patrimonial political practices of the Brazilian State. The access to alternative sources of information (public) and participation / contestation in public management are considered collateral (variables) for the democratic government to be responsive to its citizens. The qualitative approach used was the content analysis proposed by Bardin, which served as a methodological procedure to extract the data corpus including ten doctoral theses and fifteen dissertations approved and defended under three federal universities in Brazil (Minas Gerais / UFMG , Paraíba / UFPB and Rio Grande do Sul / UFRGS). The data allowed the development of texts with analytical dimensions to show the following research results: a theoretical explanation for the "information processes" as an object of study in Information Science in the light of a new understanding of the socio - cognitive (procedural) paradigm, the proposed construction of guidelines for the study of informational dimension within the participatory budget, expressed in the concept of citizenship and confirm the hypothesis that " information constitutes a vector for mediating the formation of new patterns of civic behavior in the context of participatory budgeting depends on a communicative context that includes a set of "special conditions" such as: a) the capacity for action and language of actors involved in social information processes, b) the type of coordination of action (procedural) and c) the construction of a social contract that guarantees popular participation and the inter subjective sharing of public information.

**Keywords:** Information Science and Informational Processes - Information and Participatory Budgeting - informational asymmetry and clientelism - Action Procedural and Informational Communicative Action - Social Paradigm - Procedural and Cognitive Theory of Communicative Action.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - O modelo de comunicação de Shannon .....	46
Figura 2 - Dilemas da CI: objeto de estudo - lócus - ethus de classe.....	62
Figura 3 - Processo de formação do objeto de estudo da CI .....	68
Figura 4 - Comparação de dois tipos de ação social.....	87
Figura 5 - Clusters dos estados que possuem municípios cadastrados na RBOP..	121
Figura 6 - Abertura dos canais de informação e participação popular no Brasil .....	149
Figura 7 – O papel das fontes alternativas informação no âmbito do OP .....	153
Figura 8 - Contexto para Ação Informacional Procedimental no âmbito do OP .....	181
Figura 9 – Síntese do contexto comunicativo da AIP no âmbito do OP .....	182

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Categorização dos modelos de integração disciplinar .....	35
Quadro 2 - Eventos mais significativos da gênese da Ciência da Informação .....	36
Quadro 3 - As “Fontes Alternativas de Informação” e o exercício da cidadania.....	101
Quadro 4 - Número de Registros – BTD do Portal Capes: corpus teórico .....	122
Quadro 5 - Composição do corpus de análise da pesquisa .....	124
Quadro 6 - composição do corpus de autores da Ciência da Informação .....	170
Quadro 7 - Nível e estágio de comprometimento com o exercício da cidadania.....	200
Quadro 8 - Clusters das experiências de OP por estados e municípios .....	232
Quadro 9 - Teses e Dissertações indexadas no BTD do Portal/Cape.....	234

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AC - Análise de Conteúdo

AI-5 - Ato Institucional n. 5

AIP - Ação Informacional Procedimental

ANMP - Associação Nacional do Ministério Público

BH - Belo Horizonte

BTD - Banco de Teses e Dissertações

CAPES - Comissão Permanente de Ensino Superior

CAS - Coordenação de Comunicação Social

CBBDCI - Congresso Brasileiro de Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação.

CBU - Controle Bibliográfico Universal

CDU - Classificação Decimal Universal

CE - Ceará

CF - Constituição Federal

CI - Ciência da Informação

CONAMP - Associação Nacional do Ministério Público

DASP - Departamento Administrativo do Serviço Público

DINTER - Doutorado Interinstitucional

ECA - Estatuto da Criança e do adolescente

FID - Federação Internacional de Documentação

FNPP - Fórum Nacional de Participação Popular

IAPM - Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Marítimos

IBICT - Instituto Brasileiro de Informação Científica e Tecnológica

IIB - Instituto Internacional de Bibliografia

IPASE - Instituto de Previdência e Assistência aos Servidores do Estado

JP - João Pessoa

LC - Lei Complementar

LDO - Lei de Diretrizes Orçamentária

LOA - Lei do Orçamento Anual

LRF - Lei de Responsabilidade Fiscal

MG - Minas Gerais

CEDCA-MG - Conselho Estadual dos Direitos das Crianças e Adolescentes de Minas Gerais

OD - Orçamento Democrático

OP - Orçamento Participativo

PA - Porto Alegre

PADCT - Programa de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico

PB - Paraíba

PE - Pernambuco

PI - Plano de Investimento

PPA - Plano Plurianual

PSC - Paradigma Sócio - Cognitivo I

RBOP - Rede Brasileira de Orçamento Participativo

RJ - Rio de Janeiro

RS - Rio Grande do Sul

SP - São Paulo

TAC - Teoria da Ação Comunicativa

UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais

UFPB - Universidade Federal da Paraíba

UFRS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul

UNE - União Nacional dos Estudantes

UP - Universidade Participativa

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>16</b>
<b>2</b>	<b>A “CIÊNCIA” DA INFORMAÇÃO: INFORMAÇÃO E OP .....</b>	<b>26</b>
2.1	Os modos de desenvolvimento das sociedades: o papel da “Ciência” e da CI...28	
2.2	Ação informacional procedimental: o paradigma sócio – cognitivo da CI? .....	44
<b>3</b>	<b>A DEMOCRACIA CONTEMPORÂNEA A LUZ DA TEORIA CRÍTICA.....</b>	<b>72</b>
3.1	As vertentes do pensamento crítico da Escola de Frankfurt. ....	73
3.2	Os modelos teóricos de democracia contemporânea: limites e potencialidades.90	
3.2.1	A “patologia da representatividade” da democracia: OP como alternativa?.....	96
<b>4</b>	<b>APORTES TEÓRICO-METODOLÓGICOS .....</b>	<b>112</b>
4.1	O ato de perguntar como “resposta” da pesquisa .....	112
4.2	Procedimentos da análise dos dados .....	115
<b>5</b>	<b>O CORPUS TEÓRICO: DA CONSTRUÇÃO À INTERPRETAÇÃO .....</b>	<b>119</b>
5.1	A construção do corpus teórico da pesquisa: a pré-análise.....	120
5.2	“A Revolução de 30”: os canais de informação e participação popular.....	126
5.2.1	A interlocução com os autores do corpus teórico da pesquisa .....	129
5.2.1.1	Os obstáculos ao OP: o clientelismo e a assimetria informacional .....	155
<b>6</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>184</b>
	<b>Referências .....</b>	<b>202</b>
	<b>Apêndice A – Clusters das experiências de OP por estados e municípios .....</b>	<b>232</b>
	<b>Apêndice B – Teses e Dissertações indexadas no BTB do Portal/Cape .....</b>	<b>234</b>
	<b>Anexo A - Convite da Reitora da UFPB .....</b>	<b>235</b>
	<b>Anexo B - Roteiro de perguntas.....</b>	<b>236</b>



## 1 INTRODUÇÃO

O problema da *informação - a informação como problema - não é de hoje*. Tal problema remonta, pelo menos, a Platão que, no *Fedro*, citando um verbo mito egípcio, alerta para o perigo de, com a escrita, a mera informação (considerada, pelo filósofo como “uma aparência de sabedoria”) ir, progressivamente, substituindo a educação. (RICOEUR, 1995, p. 87, grifo nosso).

Nesta pesquisa, o estudo da informação se coaduna com a visão da abordagem do paradigma sócio - cognitivo da Ciência da Informação-(CI) ao fazer parte de um lugar da aprendizagem que abre para a oportunidade de vislumbrar novas formas de relação e interação social entre atores do “mundo do sistema” e do “mundo da vida” em práticas democráticas participativas, a exemplo do Orçamento Participativo - (OP).

Mas, ao associar aos princípios teóricos do “agir comunicativo” proposto por Habermas (2002), a informação a luz do paradigma sócio - cognitivo da CI só adquire validade para o processo de aprendizagem (formação de novos padrões de comportamento cívico) quando passa a comportar elementos de um sistema de signo (linguagem), que por meio de uma racionalidade (procedimental), estabelece um ambiente propício para o compartilhamento intersubjetivo da informação, que retorna na forma de significação (conhecimento) para quem participou deste procedimento dentro de uma estrutura sócio-político.

A expressão “padrões de comportamento cívico” se relaciona a concepção da teoria da cultura política que considera a cultura cívica de um país como parte de um processo histórico da formação do Estado moderno, que no caso brasileiro se matiza nas distintas fases das relações conflituosas e ambivalentes entre o Estado e a sociedade civil.

No Brasil, pode-se dizer que o processo de formação da cultura cívica se movimentou em várias direções antes de atingir o estágio dos padrões de comportamentos cívicos atuais, ou seja, começou a ser forjada pelo que chama Almond e Verba (1965) de cultura localista, que no caso da construção do Estado moderno brasileiro refere-se ao período de governo da Primeira Republica (1826 a 1930), o qual é caracterizado pelo surgimento das práticas políticas patrimonialistas.

Em seguida, passou a ser identificado pelo tipo de cultura súdita nos períodos do Estado Novo (1937 a 1946) e da ditadura militar (1964 a 1985), interstício da história política marcado pela repressão social e censura a informação, comunicação, expressão e a participação política. E, na contemporaneidade assume a característica da cultura participativa, cujo marco emblemático foi a retomada da consciência crítica por parte de segmentos da sociedade civil (novos movimentos sociais) que passaram a se mobilizar de forma mais organizada em prol da redemocratização brasileira a partir da década de 1960, atingindo o seu ápice com a promulgação da Constituição de 1988 - a construção do Estado democrático de direito.

No plano teórico, para apreender uma base explicativa válida para a informação como fundamento para formação de novos padrões de comportamento cívico no âmbito do OP, o processo de estudo foi orientado pelas noções dos princípios da emancipação, que se respalda tanto na razão ética; àquela em que as mudanças nos padrões de comportamento cívico de atores sociais envolvidos em práticas participativas são decorrentes de um ato de liberdade e de uma consciência crítica que leva a reconhecer a necessidade do estar e agir no mundo (eu e o mundo) no sentido de religar Estado ↔ indivíduo ↔ sociedade, assim como na razão moral; àquela em que a informação faz parte de um processo de entendimento intersubjetivo que subsidia os atores sociais, levando-os a reconhecer o que é melhor para o bem comum e/ou do coletivo - a razão comunicativa. (HABERMAS, 1989).

O problema da pesquisa que norteou o processo de investigação partiu do pressuposto de que a informação assume um duplo papel no âmbito das práticas democráticas participativas. A de possui tanto à vicissitude de se constituir num vetor (mediação) para modificação do estado de conhecimento de atores (mundo da vida/mundo do sistema) voltado para a formação de uma consciência cidadã, como a de corroborar para reproduzir práticas políticas não condizentes com os princípios da democracia.

A origem dessa ambiguidade da informação remete aos primeiros princípios epistemológicos da democracia, enquanto modelo de Estado. Bonavides (1998, p.

270), por exemplo, destaca que a busca de um “ideal democrático não é de hoje, surge na Grécia antiga, quando Heródoto já enumerava os cinco fundamentos democráticos, os quais estavam inscritos nos princípios básicos da democracia grega”: isonomia, isotimia e isagoria.

Na isonomia reside o princípio de igualdade da democracia, onde todos os cidadãos gozam perante a lei, sem distinção de grau, classe ou riqueza. No princípio da isotimia, por sua vez, já apregoava a extinção de todas as funções hereditárias da Grécia antiga, oportunizando a todos os cidadãos livres o pleno acesso a concorrer às funções públicas pelo critério técnico e profissional. Através do princípio da isagoria era facultado o direito à palavra, isto é, da igualdade reconhecida de todos de falar nas assembleias, no “Agora” - espécie de praça pública onde o cidadão se reunia para discutir os problemas da “polis.” (BONAVIDES, 1998).

No entanto, essas lições parecem não terem sido aprendidas. Basta observar as práticas de nepotismo, paternalismo e clientelismo ainda presentes na relação entre o Estado, sociedade civil e o mercado. O desafio para a superação de tais problemas é, portanto, histórico-cultural e ficou mais complexo após a formação do Estado moderno, principalmente quando a ciência e o Estado passaram mediar ações para apoiar o atual modo desenvolvimento da sociedade contemporânea\_ o informacionalismo, expressão usada por Castells. (1999).

É também contraditório. Visto que, no modo de desenvolvimento do informacionalismo, a ciência via informação especializada apoia o desenvolvimento de novas tecnologias para aumentar os níveis de produção por unidade de insumos e, o Estado via políticas econômicas subsidia os setores produtivos com investimentos e reduções de impostos para ampliar as fontes de arrecadação. Mas, ao mesmo tempo a ciência e o Estado através dos mecanismos de comunicação institucionais reconhecem, pelos menos nas “informações” disseminadas para a opinião pública, o dever de buscar soluções para os problemas sociais que se avolumam decorrentes do próprio modo de desenvolvimento que apoiam.

Uma das explicações no âmbito da teoria da cultura política para essa dupla ancoragem da informação e da democracia na contemporaneidade se deve aos

traços culturais oriundos da formação do Estado patrimonialista, que ao serem compartilhadas ao longo da formação dos Estados modernos permanecem até hoje como fenômenos disfarçados nas relações societárias que dificultam a organização, eficiência e a legitimidade da democracia, particularmente na América Latina.

Para Morin (1999) a emancipação desse estado de “coisas” reside no processo ainda em construção, de um novo paradigma de sociedade - *o da complexidade social*. Conceitualmente pode ser compreendido como um modelo e/ou padrão de sociedade que tem como referência à inclusão de “tudo” que antes estava excluído, como por exemplo, o direito ao acesso à informação pública e a participação do cidadão nas políticas públicas, no sentido contribuir para formação de uma sociedade inclusiva.

O orçamento participativo - OP surge como decorrente desse processo de inclusão social que, de acordo com Santos e Avritzer (2002) se manifesta em três das suas características principais: a) participação aberta a todos os cidadãos sem nenhum status especial atribuído a qualquer organização, inclusive as comunitárias; b) combinação de democracia direta e representativa, cuja dinâmica institucional atribui aos próprios participantes a definição das regras internas; c) alocação de recursos para investimentos baseada na combinação de critérios gerais e técnicos, ou seja, são respeitadas as decisões e regras estabelecidas pelos participantes com as exigências técnicas e legais da ação governamental, de acordo os limites financeiros.

Também denominado de orçamento democrático-(OD), o OP é um instrumento de planejamento de gestão pública, geralmente operacionalizado na esfera municipal. No Brasil é regido pela Lei do Orçamento Público N. 4.320 de 1964 que foi alterada a partir da Constituição de 1988 nos termos dos artigos de números 165 a 169 ao incorporar os seguintes instrumentos normativos à peça orçamentária: Plano Plurianual-(PPA), Lei de Diretrizes Orçamentária-(LDO) e a Lei de Orçamento Anual-(LOA).

Na primeira etapa do sistema orçamentário é elaborado o PPA contendo as diretrizes, objetivos e metas da administração pública para as despesas de capital e

dos programas de duração continuada, que após aprovação do legislativo é sancionada pelo poder executivo por um período de quatro anos. Na segunda etapa, tomando-se por base PPA, a Lei de Diretrizes Orçamentária - LDO é elaborada anualmente com o objetivo de detalhar as metas e diretrizes a serem atingidas para ano subsequente. A LOA constitui a última etapa da elaboração do orçamento público, que tem a função determinar uma estimativa das receitas e despesas previstas de toda administração pública. É com base na LOA que podem ser implantados no ano subsequente, as demandas e serviços sociais aprovados nas audiências públicas e assembleias setoriais do OP.

Na tentativa de classificação dos modelos existente de OP no Brasil, Marquitti (2007) realizou uma pesquisa no período de 2001 a 2004 envolvendo os municípios brasileiros com mais 100.000 habitantes<sup>1</sup>, cujos resultados demonstraram que as experiências identificadas (69) seguem a estrutura organizacional do modelo pioneiro de Porto Alegre/RS com algumas adaptações. E identificou três dimensões da participação popular no processo orçamentário, quais sejam: a definição das preferências; da tomada de decisões e do controle sobre o processo.

Em todas as etapas do ciclo do orçamento participativo são produzidos documentos, tais como: Plano de Investimento - (PI)<sup>2</sup> Atas, Relatórios, Fluxogramas, Formulários, Editais, Boletins, Convocatórias, Cartilhas, Livro de OP, Caderno de Empreendimentos, dentre outros.

Encontros e eventos são promovidos a cada ano para o planejamento do OP, com a participação dos delegados (conselheiros das localidades das Regionais), articuladores (representantes dos gestores junto às localidades) e dos conselhos municipais (representantes dos vereadores, dos gestores e das localidades das regionais), a exemplo das reuniões plenárias e audiências públicas das regionais.

---

<sup>1</sup> De acordo com os dados do IBGE/2000.

<sup>2</sup> O **PI** é um documento público, através do qual o governo apresenta o detalhamento de todas as obras, serviços e programas de desenvolvimento que seriam executados a cada ano, contendo os respectivos endereços e valores a serem investidos. De posse deste documento os conselheiros, os delegados e a sociedade em geral podia efetuar o controle público da execução dos projetos previstos.

É no processo de planejamento e desenvolvimento do OP que surgem as possibilidades de inúmeros estudos na perspectiva informacional (geração/produção, recepção/acesso e uso/compartilhamento), para verificar até que ponto a informação pode contribuir para o aprimoramento das experiências democráticas participativas.

Muitos relatos de pesquisas abordam os aspectos positivos dos impactos que tem provocado à ação participativa do OP na gestão administrativa dos municípios que já adotaram o modelo. No entanto, poucos são os estudos realizados nas academias que buscam investigar os fatores negativos do comportamento dos atores participantes. (FLEURY; SUBIRATS, 2009).

Evidencia-se que a dificuldade de abordar os fenômenos negativos das práticas democráticas participativas se deve em parte: a ausência de um contrato social que garanta o acesso à informação pública; ao caráter subjetivo dos fatores negativos, que exigem critérios válidos de procedimentos de regras de comportamento morais e, da ausência de estudos de variáveis específicas, a exemplo de estudos que envolvam os aspectos informacionais.

É aqui que reside à justificativa e a importância do estudo da informação no âmbito do orçamento participativo - OP. Com a aprovação dos dispositivos da Constituição de 1988 referentes à transparência dos atos públicos - Lei Complementar-(LC) n. 131 de 2009 e ao acesso a informação Pública - Lei n. 12.527 de 2011, o Estado passou a legitimar a obrigatoriedade de fornecer subsídios também para pensar na possibilidade de elaboração de uma base teórica (modelos) de ação informacional no sentido de estudar formas de enfrentamentos dos traços culturais oriundos do Estado patrimonialista brasileiro, que aqui se traduz nos fenômenos informacionais observados por pesquisadores que dificultam a organização, eficiência e a legitimidade das experiências democráticas participativas, como espaços para o exercício da cidadania.

Ressalta-se, no entanto, que o acesso à informação por si só não é suficiente para a formação de novos padrões de comportamento cívico<sup>3</sup> dos atores sociais envolvidos no OP. É preciso além das condições especiais<sup>4</sup>, que os participantes compartilhem de forma intersubjetiva as “fontes alternativas de informação” contendo conteúdos relativos aos problemas observados em todas as etapas do processo.

É deste modo que a informação agrega “valor comunicativo”. Que em outras palavras quer dizer que a “informação é conhecimento em ação”, conforme enfatiza Capurro, (2003, p. 147).

Assim, a Ciência da Informação-(CI) se apresenta como campo teórico importante para o estudo da informação nesta perspectiva, embora a literatura da área revele uma escassez de resultados de pesquisas. Pois, os relatos dos trabalhos já elaborados focalizam, apenas, os problemas relacionados ao acesso à informação pública e “pouco se discute sobre a informação que dá suporte **ao uso pleno e à compreensão dessa informação** de cunho governamental”. (MANGUE, 2008, p.11 grifo nosso).

Diante do exposto, o contexto histórico, social e político brasileiro em que se observou o surgimento dos modelos de gestão pública participativa no Brasil em meados da década de 1980 e, a conseqüente expansão após a promulgação da Constituição de 1988 foi o cenário da democracia brasileira que orientou a pesquisa, com o objetivo de “estudar a possibilidade de apreender um contexto comunicativo para a informação, enquanto ato da linguagem, se constituir num vetor de mediação para a formação de novos padrões de comportamento cívico no âmbito do Orçamento Participativo-OP”.

---

<sup>3</sup> Isso porque os países da América do Sul, de maneira geral, possuem características de dependência aliada a elemento de exploração de suas relações sociais face ao capitalismo imposto pelos países mais desenvolvidos. Nesse sentido, “a ideologia dominante inspira e dá condições de sustentação a essa realidade [...] produzindo muitas vezes indivíduos atuantes que se encarregam de fazer veiculação da ideologia dominante no seio de sua própria classe social” (SOUZA, 2010, p. 29).

<sup>4</sup> As condições especiais é um contexto comunicativo, o qual constitui a pergunta desta pesquisa.

Esse propósito resultou na elaboração deste Relatório de Pesquisa que contempla seis Capítulos, de caráter descritivo e interpretativo, os quais estão assim estruturados: Neste, a descrição do tema, o problema, a justificativa e o objetivo geral foram apresentados para contextualizar a proposta de construção do processo de investigação da pesquisa.

No segundo Capítulo, intitulado “A ‘ciência’ da informação [...]”, dois textos foram desenvolvidos. O objetivo do primeiro foi descrever a mudança paradigmática do modo de desenvolvimento da sociedade moderna, do *industrialismo* para o *informacionalismo*, ensejando discutir sobre os modelos disciplinares de ciência na contemporaneidade. (CASTELL, 1999). O segundo texto foi dividido em duas seções, onde na primeira uma reflexão sobre o objeto de estudo, o *locus* e o *ethos* de classe do profissional da Ciência da Informação-CI, serviu para sugerir uma nova compreensão do estatuto do objeto de estudo da área. (MORIN, 1986; SARTRE, 1997; CAPURRO; HYORLAND, 2003; OLIVEIRA, 2005; SMITH; TÁLAMO, 2007). E, na segunda seção é apresentado um constructo teórico resultante de uma interlocução com os autores que estudam os dilemas epistemológicos da Ciência da Informação, com vistas a validar o estudo dos fenômenos informacionais a luz do paradigma *sócio – cognitivo*, cuja base teórica explicativa foi orientada pela abordagem do agir comunicativo/“razão destrancendentalizada”. (HABERMAS, 2002).

O terceiro Capítulo foi elaborado para servir de base teórica para a discussão do orçamento participativo - OP. Com este propósito, no primeiro texto, apresento as principais vertentes da teoria crítica da escola de Frankfurt, fazendo incursões nos modelos de democracia liberal e republicano e, em particular no modelo procedimental de Habermas, com vistas a analisar até que ponto a abordagem da ação comunicativa (o agir comunicativo e a razão destrancendentalizada) pode contribuir para o estudo da ação informacional (procedimental) dentro de uma unidade social e/ou estrutura burocrática sócio-político, a exemplo do orçamento participativo - OP.

Uma discussão com base na “tese” da “coexistência” e da “complementaridade” apontada por Avritzer e Santos (2002) se constitui na proposta do segundo texto do



Capítulo, cujo objetivo foi demonstrar a possibilidade de conciliação dos modelos de democracia participativa (direta) e representativa (indireta) no âmbito do orçamento participativo-OP. Nesse horizonte, os argumentos de Dahl (1997) em sua obra “Poliarquia” se fez válido para servir de subsídios para elaborar um modelo de interação social, no qual às “fontes alternativas de informação” se constitui numa das garantias para um governo se tornar mais responsivo aos seus cidadãos e, portanto, uma das premissas básicas (variável) para a formação de novos padrões de comportamento cívico no âmbito do OP.

E, fechando o Capítulo terceiro, apresento uma discussão com base nos argumentos de Santos (2002) referenciados na obra intitulada “País distorcido...”, para provocar uma reflexão a partir da seguinte indagação: qual é o papel da mídia para o enfrentamento dos fenômenos informacionais observados nas relações entre o Estado e o segmento mais favorecido da sociedade (segmento econômico dos grandes mercados) no atual contexto da sociedade brasileira?

O quarto Capítulo, destinado à apresentação dos aportes teórico-metodológicos da pesquisa é iniciado com uma reflexão filosófica sobre os elementos que compõem a “estrutura da pergunta<sup>5</sup>”. Com esse propósito recorreremos ao texto “O ato de perguntar” de Zilles (2006) e em Heidegger (1964) em sua mais renomada obra “O Ser e o Tempo”.

O quinto Capítulo, o da análise dos dados, foi elaborado orientado com base em dois eixos temáticos estabelecidos para o processo de investigação. O primeiro, intitulado “a pré - análise”, onde apresento os procedimentos da técnica da Análise de Conteúdo - (AC) proposto por Bardin (1977; 2011), a qual foi utilizada com recurso metodológico da pesquisa. O segundo, com o título “A Revolução de 30.” serviu para descrever os aspectos principais do processo de formação do Estado moderno brasileiro com o objetivo de vislumbrar o contexto político e social em que se observou a abertura dos canais de informação e participação popular no âmbito

---

<sup>5</sup> Discussão extraída da resenha elaborada como atividade acadêmica da disciplina “Fundamentos Teóricos do Conhecimento” ministrada no Curso de Doutorado pela professora Marta Pinheiro/ECI/UFMG - 2009.

dos municípios. Ainda, neste texto apresento a análise dos pensamentos dos autores que compõem o *corpus* teórico da pesquisa para colher subsídios para responder a pergunta da pesquisa: “*em que contexto comunicativo a ação informacional (procedimental) se constitui um vetor (mediação) para a formação de novos padrões de cultura cívica no âmbito do orçamento participativo - OP?*”.

O sexto e último Capítulo é o das considerações do autor deste relato de pesquisa, onde figura uma síntese analítica das discussões relativas aos Capítulos do processo investigativo. O foco principal foi orientado para apresentar a resposta à pergunta formulada para a pesquisa, os conceitos operacionais utilizados e os modelos propostos para o estudo das práticas democráticas participativas, na perspectiva informacional.

A base teórica central adotada para análise dos dados da pesquisa foi à noção do contexto da ação comunicativa apontado por Habermas, onde a informação é compreendida como parte de um processo de aprendizagem social em que participam atores do “mundo do sistema” e do “mundo da vida” e, que ambos são portadores de saberes que se complementam quanto ocorre à discussão intersubjetiva voltada para o entendimento\_ razão comunicativa.

Uma última descrição, nesta introdução, consiste em dizer que a busca da exaustão vertical de todo o conjunto de análise possível sobre o OP não foi objetivo principal da pesquisa, pois o que se buscou em última instância foi contribuir para uma “nova” abordagem de estudo da informação dentro de uma unidade social ou estrutura burocrática sócio-político, ou seja, para corroborar para a consolidação e/ou formação de mais uma linha de pesquisa para os Cursos de Pós Graduação em Ciência da Informação do Brasil.\_ o estudo da dimensão informacional em contextos sócio-políticos.

## 2 A “CIÊNCIA” DA INFORMAÇÃO: INFORMAÇÃO E OP

“A Magnífica Reitora da Universidade Federal da Paraíba, [...], convida todos os Diretores de Centro, Coordenadores de Programas de Pós Graduação, Coordenadores de Cursos de Graduação, Chefes de Departamentos, Núcleos Docentes Estruturantes dos Cursos de Graduação, Professores, Servidores Técnicos Administrativos e Estudantes, para participarem ativamente do **Programa UNIVERSIDADE PARTICIPATIVA (UP)**. A programação tem início quarta feira, dia 06/03/2013”. (Trecho do convite, 06/03/2013, grifo nosso. Anexo: A).

O conteúdo da epigrafe acima revela não somente uma “preocupação” local manifestada por um gestor de universidade para a necessidade de mudança na forma de administrar uma instituição pública. Simboliza a ressonância advinda do âmbito global da sociedade civil brasileira que clama por justiça, igualdade e inclusão social. Mas, este clamor não surge aleatoriamente remonta os padrões de comportamento político-cultural que ao serem matizados ao longo do processo de formação dos Estados modernos subjazem os “problemas” que afetam todas as relações societárias contemporâneas.

Nesse cenário complexo, global e aberto às mudanças e transformações, a ciência, enquanto estrutura racional do conhecimento é cobrada a rever o estatuto de cientificidade para desenvolver com espírito inovador e inclusivo o papel atribuído frente às “crises” que se avolumam, enquanto na proporção inversa diminuem as possibilidades de respostas.

No Brasil, institucionalmente, uma iniciativa nessa direção foi observada em 1993, quando um grupo independente de especialistas em política científica a convite do Ministério da Ciência e Tecnologia e do Banco Mundial produziram cerca quarenta trabalhos<sup>6</sup> sobre o contexto nacional e internacional, que versa desde questões de financiamento a pesquisas aos problemas relacionados à ciência, a tecnologia e a economia. A ideia central dos estudos foi avaliar o modelo anterior de

---

<sup>6</sup> Este estudo foi organizado pela Fundação Getúlio Vargas por solicitação do Ministério da Ciência e Tecnologia e do Banco Mundial, dentro do acordo que instituiu o II Programa de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (II PADCT, 1993).

desenvolvimento científico e tecnológico de modo a equacionar a nova ordem econômica mundial.

Ciência e tecnologia são mais importantes do que nunca, se o Brasil pretende elevar o padrão de vida da população, consolidar uma economia moderna e participar com plenitude em um mundo cada vez mais globalizado. A economia precisa se modernizar e se ajustar a um ambiente internacionalmente competitivo. A educação precisa ser ampliada e aprimorada em todos os níveis. À medida em que a economia crescer e novas tecnologias forem introduzidas, novos desafios irão emergir na produção e no uso de energia, no controle do meio ambiente, na saúde pública e na administração de grandes conglomerados urbanos. Mudanças também vão ocorrer na composição da força de trabalho. Uma forte capacitação nacional será necessária para que o país possa participar, em condições de igualdade, das negociações internacionais que podem ter consequências econômicas e sociais importantes para o Brasil. (FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS, 1993, Resumo, p. i).

Fica posto que o papel da Ciência da Informação - CI está associado ao modo de desenvolvimento das sociedades contemporâneas\_ o informacionalismo. (CASTELLS, 1999). Mas, o que se pergunta é saber como se configura o objeto de estudo da área de modo a garantir a legitimidade do campo junto à sociedade?

No plano geral, essa indagação não se constitui aleatoriamente, mas ecoa no centro das preocupações dos estudiosos, docentes e pesquisadores da CI e se concretizam nos debates sobre as complexas questões ligadas a epistemologia e ao reconhecimento do profissional na sociedade. No plano específico (desse texto), visa refletir sobre os modelos integrativos disciplinar de ciência para vislumbrar possibilidades de apreender uma nova compreensão do estatuto do objeto de estudo da Ciência da Informação. E, assim caminhar para atender uma antiga recomendação da equipe de especialistas da Área/Capes.

A construção do conhecimento na área fez-se, portanto, ao longo destes 30 anos de mestrado e 10 de doutorado, tendo por horizonte as unidades de informação, os problemas vivenciados por estas, e sua relação com a sociedade que as mantém. Cumpre, agora, sistematizar o conhecimento produzido no período, deduzir do mesmo preocupações mais teóricas e universalizantes, de modo a **imprimir outro estatuto acadêmico à área**. (CAPES..., 2001, p. 17, grifo nosso).

Com este propósito três textos inter-relacionados foram elaborados para compor este Capítulo. No primeiro, apresento inicialmente uma caracterização do contexto da evolução da ciência e sua relação com os modos de desenvolvimento da sociedade moderna: o *industrialismo* e o deslocamento para o modo do

*informacionalismo*, para fundamentar a discussão sobre as tendências de abordagens de modelos disciplinares de ciência na contemporaneidade. No segundo texto, uma discussão de cunho filosófico a partir dos pensamentos de Morin (1986) e Sartre (1997) foi importante para apresentar os dilemas observados sobre o objeto de estudo, o *locus* e o *Ethos* de classe do profissional da Ciência da Informação- (CI).

No último texto deste Capítulo apresento a proposta de dois modelos teóricos da “ação informacional procedimental” no âmbito do orçamento participativo-(OP). No primeiro, como uma tentativa de validar uma nova compreensão do estatuto do objeto de estudo da CI, cujo fundamento se respalda na concepção da epistemologia do contexto da ciência moderna, que Japiassu (1976) chama de “compensadora ao processo de fragmentação do conhecimento”. E, o segundo, para apresentar um ambiente de interação social propício para a ação informacional procedimental atuar como vetor (mediação) para a formação de novos padrões de comportamento cívico.

A base teórica utilizada para fundamentar ambos os modelos partiu das noções do agir comunicativo e da “razão destranscendentalizada”. (HABERMAS, 2002).

## **2.1 Os modos de desenvolvimento das sociedades: o papel da “Ciência” e da CI**

Já é de domínio público a assertiva de que Immanuel Kant (1724-1804) foi o maior filósofo do início da Era moderna e inaugurador do pensamento crítico. Suas ideias se confrontavam com os conhecimentos de sua época, quando os métodos do empirismo e do racionalismo eram predominantes. O primeiro se respalda na “experiência” como fonte de todo o saber e, o segundo na subjetividade contida na mente de que observa o fenômeno. Em outras palavras, para os racionalistas o critério de verdade reside no “mundo das ideias e/ou da razão” (PLATÃO, 428/7-348/7, a. C) e, para os empiristas todo conhecimento é decorrente da vivência no mundo experimentado. (ARISTÓTELES, 384-322 a. C).

René Descarte (1596-1650) assumiu o legado de ambos, mas ampliou os pensamentos de Aristóteles para elaborar o seu modelo de racionalidade que ficou conhecido com o método cartesiano, que na literatura é também referenciado como “lógica aristotélica”. Esse método predominou na primeira fase da ciência moderna, cuja explicação ao estudar um fenômeno da natureza partia sempre da visão geral para o particular, ou seja, de uma relação de causa e efeito.

Esta lógica serviu de base para toda a construção da ciência ocidental por séculos, mas este modelo de abordagem científica é limitado em vários aspectos. Para pensadores como Bateson (1987), “a lógica é um modelo mediocre de causa e efeito” (p.66). Grzybowski (2006) argumenta que, embora o pensamento científico tenha mudado a partir de Galileu, partindo do particular para o universal, continua utilizando a relação de causa-efeito. (GRZYBOWSKI, 2010, p. 373).

Assim, os demais fenômenos que não pudessem ser explicados por esse modelo de racionalidade eram considerados não científicos, era o caso dos campos de estudo das chamadas áreas das “humanidades”, do senso comum e da Religião.

O Positivismo e o Iluminismo vieram reforçar esta posição, reafirmando as Ciências Naturais e considerando como ‘científicos’ somente os fatos que eram comprováveis em nível laboratorial, de modo que os **efeitos** pudessem ser mensuráveis a partir de suas **causas**. (GRZYBOWSKI, 2010, p. 373 grifo nosso).

No campo das Ciências Sociais os primeiros “sociólogos” que defenderam esse modelo de ciência foram: Marie Jean Antoine Nicolas De Caritat que ficou conhecido na literatura como Marquis de Condorcet (1743 -1794) e Émile Durkheim (1858-1917). Apesar da importância que têm até hoje os pensamentos desses pesquisadores para o desenvolvimento da sociologia, críticas são pontadas as suas teorias, sendo a principal a adoção da lógica das ciências naturais (Biologia, Física e Química) para a compreensão dos fenômenos da realidade social, como se fosse possível prever o comportamento da sociedade.

No século XVIII, mais precisamente na Inglaterra ocorre a Revolução Industrial<sup>7</sup> decorrente da expansão do comércio, que se intensificou no século XIX com o avanço dos setores produtivos em escala mundial, o que provocou grandes desigualdades sociais e exclusão do segmento que não participava do processo.

É nesse cenário que a ciência via pesquisadores (produção intelectual) a luz do ideário progressista das sociedades modernas se aproxima de uma forma mais evidente das fontes de produção do setor dos bens materiais. Estava em curso um dos marcos mais emblemáticos do processo de mudança paradigmático do modo de desenvolvimento da sociedade em formação: o *industrialismo*.

A partir de então, observou-se no campo da ciência o desenvolvimento de pesquisas integradas com a participação de profissionais de várias áreas para dar suporte à elaboração da matriz energética na fonte de produção industrial. A meta era acelerar o crescimento econômico e gerar novos empreendimentos. Foi o início dos grandes inventos da Era moderna que, sem dúvida, contribuíram para a melhoria da vida societária: a) invenção da máquina de calcular por Blaise Pascal (1642); b) da montagem da imprensa rápida por Koenig (1811); c) do motor a combustão (1867); d) do telefone por Bell (1876); e) da telegrafia sem fio (1897); f) do rádio por Marconi (1898); g) da radiodifusão (1902); h) do avião, pelo brasileiro Santos Dumont; i) da válvula a vácuo por De Forest (1906); j) da televisão (1925); l) do radar (1934); m) do motor com propulsão por foguetes (1944); n) do laser (1964), dentre outros.

Mas, também foi nesse contexto que surgiu o primeiro desafio da ciência moderna no campo dos fenômenos informacionais\_ a grande massa documental que se avolumava numa progressão geométrica em relação expansão do processo

---

<sup>7</sup> O volume de capital acumulado pelo comércio dentre outros fatores sócio-político e religioso no Séc. XVIII contribuiu para o que se convencionou chamar de Revolução Industrial. Dentre os fatos religiosos, destaca-se o crescimento do puritanismo na Inglaterra, tendo em vista que esta crença considerava o capital, o lucro e a acumulação de riquezas como uma “salvação”, enquanto o catolicismo condenava. Do ponto de vista econômico e político, a transferência do poder para a burguesia em 1760 contribui para a facilidade de circulação interna de mercadorias, desenvolvimento dos portos, unificação dos impostos, facilidade de empréstimo e o surgimento de fábricas. Estes fatos corroboraram para o êxodo rural, dando origem à classe operária e o estabelecimento da industrialização – Revolução Industrial (Inglaterra – 1760). Fonte: Max Weber (1864-1920) “A ética protestante e o espírito do capitalismo”.

industrial. Encontrar uma solução para o fenômeno da “explosão informacional” passou a ser uma preocupação mundial.

Segundo Oliveira (2005) foi nesse ambiente que se observou a primeira iniciativa voltada para o “controle da massa documental”. Essa pesquisadora se refere ao Programa de Controle Bibliográfico Universal - (CBU) idealizado por Paul Otlet<sup>8</sup> e Henri Fontaine.

[...] que acreditava poder solucionar o problema que era de levar ao conhecimento dos cientistas e interessados todos os produtos do conhecimento gerado no mundo. Para isso prepararam a criação de uma biblioteca universal a fim de divulgar, em fichas, os dados bibliográficos relativos, a todos os documentos indexados. A Biblioteca universal seria de referências de produtos e não da reunião de acervos. Para coordenar tais atividades foi criado o Instituto Internacional de Bibliografia (IIB), que começou a criar ferramenta para registrar, de forma sistemática, as referências dos documentos. Uma das primeiras preocupações do IIB era desenvolver um sistema de classificação único, a ser adotado por todos na indexação dos documentos, uma vez que a Biblioteca universal seria a biblioteca de referência. Assim, surgiu a Classificação Décima Universal (CDU), que oferecia a possibilidade de tratar outros tipos de documentos além de livros e de outros produtos impressos. (OLIVEIRA, 2005, p. 10).

Advoga também Oliveira (2005) que foi decorrente do processo de desenvolvimento industrial e suas consequências para lidar com a massa documental produzida, que a Ciência da Informação pode ser, epistemologicamente, explicada como uma ciência social.

No Brasil, embora algumas iniciativas do processo de industrialização tenham ocorrido no século XIX, somente como o advento da Revolução de 1930 (quebra da bolsa de Nova York, Crise do ciclo do Café, crise do sistema político vigente) é que podemos falar de um modelo de desenvolvimento pautado no *industrialismo*, que, aliás, passou a simbolizar uma panacéia para todos os males da sociedade brasileira.

---

<sup>8</sup> “Paul Otlet (1868-1944), advogado, bibliógrafo e internacionalista belga, é tido como um dos precursores da Ciência da Informação, por suas iniciativas para a organização da informação junto a Henri La Fontaine (1854-1943), senador belga e Prêmio Nobel da Paz em 1913. A proposta de Otlet, para a formação da ciência da Documentação<sup>1</sup>, construiu-se ao longo de quase 50 anos de trabalho bibliográfico, elaboração de normas e padrões para o trabalho com documentos e constituição de instituições de cooperação internacional”. (MOURA; LARA, 2012, p. 3).



Na prática o que se observou foi o contrário. A maior parte dos imigrantes das diversas regiões do país que vieram para a Região Sudeste em busca de oportunidades de emprego nas indústrias não foi absorvida, o que acabou por agravar os problemas sociais já existentes, como aumento da falta de moradia e desemprego em massa. (GRAZIA; QUEIROZ, 2001). Segundo esses autores, o modelo adotado de desenvolvimento industrial brasileiro, inicialmente deixou o país na pior situação entre os países latino-americanos, devido à concentração de recursos (eixo sudeste), o que acarretou a desigualdade social, expressada pela segregação de áreas pela falta de infraestrutura e serviços sociais.

No plano educacional, a década de 1930 foi o palco do processo de reestruturação do sistema de ensino superior no Brasil, com destaque para a aprovação do Decreto n. 19.851 do Estatuto das universidades públicas. No entanto, a concepção do modelo de ensino universitário foi discriminatória e se voltou para o setor produtivo. No Capítulo 1 do referido Decreto destinado aos “fins do ensino universitário”, mais precisamente no artigo primeiro, consta:

O ensino universitário tem como finalidade: elevar o nível da cultura geral; estimular a investigação científica em quaisquer domínios dos conhecimentos humanos; habilitar ao exercício de atividades que requerem preparo técnico e científico superior; concorrer, enfim, pela educação do indivíduo e da coletividade pela harmonia de objetivos entre professores e estudantes e pelo aproveitamento de todas as atividades universitárias, para a grandeza da Nação[...]. (BRASIL...,1931).

A ideia era uma integração disciplinar com a agregação das faculdades existentes no Brasil. Mas, isso não aconteceu de fato. Segundo Fávero (2006, p., 17) ao analisar o modelo integração das faculdades, diz que “[...] elas se apresentam como verdadeiras ‘ilhas’ dependentes da administração superior”.

Na conjuntura mundial, pesquisadores se reuniram para elaborar um novo estatuto disciplinar para a ciência por perceberem que o modelo adotado já não respondia aos anseios do setor produtivo em expansão. Em 1934, Bachelard publica o livro intitulado “*Essai sur la connaissance approchée*” onde apresenta uma proposta de um modelo de integração disciplinar. (FENATI, 1989).

É evidente que as iniciativas de integração e desintegração disciplinar<sup>9</sup> não têm origem na ciência moderna. Basta dizer que nos primeiros séculos da História humana a filosofia era uma ciência que contemplava todo conhecimento, que mais adiante pensadores da época começaram a fazer distinção entre a filosofia e teologia e, entre razão e fé. Processo que se intensificou no século XIX (década de 1860) quando a “Teoria do Conhecimento” começou a ser formulada sob auspício da chamada era do Renascimento, constituindo as disciplinas, especializações e as categorias profissionais. (FENATI, 1989).

Merece aqui o destaque do registro historiográfico do “episódio” que ocorreu no início do século XVII, que, aliás, é pouco referenciado na literatura. Sommernan (2012) refere-se à descoberta dos manuscritos do cientista inglês Isaac Newton (1642-1727) quando após sua morte foram revelados segredos de sua inclinação aos estudos das chamadas “ciências sagradas” e/ou “sabedorias tradicionais”, dentre as quais figuravam a alquimia e a astrologia.

Logo após a morte de Newton, houve todo um esforço para ocultar essa dimensão esotérica e iniciática do seu trabalho com essas formas de conhecimento relacionadas com os modelos mitológico, filosófico e teológico de apreensão do mundo. No entanto, a partir da **década de 1930**, quando todos os manuscritos inéditos começaram a vir à luz, ficou claro que esse homem que o Iluminismo quis fazer passar pelo maior dos heróis da nova racionalidade tinha sido, na verdade, o maior alquimista inglês do seu tempo e um dos maiores alquimistas da Europa, tendo dedicado 25 anos a um trabalho diário no laboratório alquímico. (SOMMERNAN, 2012. p, 120, grifo nosso).

Pode-se supor que pela influência que teve Isaac Newton para o desenvolvimento da ciência no mundo, a “revelação dos seus segredos” na década de 1930 marcou o início paradigmático do modelo de integração disciplinar da ciência moderna contemporânea.

Corroborando com essa perspectiva de mudança, Bachelard (1934) apresenta uma proposta de modelo de integração disciplinar, conforme já descrevemos

---

<sup>9</sup> Na tese de doutorado de Sommernan (2012) uma reflexão histórico-epistemológica é apresentada para destacar o movimento de “separação” e de “articulação” do conhecimento à luz dos quatro grandes modelos estruturantes do pensamento no ocidente europeu, os quais ele denomina de paradigmas: mitológico, filosófico, teleológico, científico e/ou ciência moderna.

anteriormente. E, mais recentemente Demo (2002) no seu livro “complexidade e aprendizagem” tomando por base o pensamento de Bachelard, diz que o conhecimento produzido pelas disciplinas isoladamente resulta em um “olhar deturpado” da realidade observada.

A partir de então, começa a proliferar novos estudos concernentes à epistemologia da ciência a luz de uma integração de saberes. Dentre as diretrizes teóricas mais representativas, destacam-se: a) *o modelo holonômico* \_ que defende a total abertura a todos os tipos de saberes, inclusive àqueles considerados “tradicionais e/ou não científicos”; b) *o modelo da complexidade* \_ que tem em Edgar Morin um dos principais defensores, mas que surgiu dos cientistas das ciências clássicas (física, biologia, química e a matemática) ao perceberem a necessidade de ampliar o *corpus* de análise das ciências exatas face ao aumento da demanda de estudos envolvendo aspectos sociais e humanos; c) *o modelo da pós-modernidade*\_ considerado um modelo controvertido e carregado de significados. Para alguns autores é uma forma de integração transdisciplinar, mas ao mesmo tempo difere deste quando defende a fragmentação disciplinar como uma necessidade contemporânea. E, se aproxima quando rompe com todas as fronteiras entre as disciplinas.

A partir dessas vertentes foram elaboradas as seguintes abordagens epistemológicas da ciência moderna do século XX: a) epistemologia fenomenológica de Husserl (1859-1938); b) epistemologia histórica de Bachelard (1884-1962); epistemologia construtivista e estruturalista de Piaget (1896-1980); epistemologia “arqueológica” de Foucault (1926-1984) e a; epistemologia “racionalista-crítica” de Popper (1902-1994).

No Brasil, Japiassu (1976)<sup>10</sup> publica um estudo considerado pioneiro no país sobre as possibilidades de integração disciplinar, intitulado “Interdisciplinaridade e patologia do saber”. E, apresenta o seguinte quadro demonstrativo em que tomou por base, as categoriais de níveis de integração sugeridas por Jantsch.

---

<sup>10</sup> Essa fonte de informação foi fornecida quando consultamos Yonamine (2006) em seu estudo “Complexidade e diversidade de saberes na transformação organizacional”.

**Quadro 1 - Categorização dos modelos de integração disciplinar**

<b>INTEGRAÇÃO</b>	<b>TIPO DE SISTEMA</b>	<b>CONFIGURAÇÃO</b>
<b>Multidisciplinar</b> Conjunto de disciplinas reunidas, mas sem demonstrar relações entre elas.	Sistema de um só nível, de objetivos múltiplos, mas sem cooperação.	
<b>Pluridisciplinar</b> Conjunto disciplinas justapostas de um mesmo nível hierárquico (mesma área) agrupadas para demonstrar as relações existentes entre elas.	Sistema de um só nível, de objetivos múltiplos com cooperação, mas sem coordenação.	
<b>Interdisciplinar</b> Possui um axioma comum a um grupo de disciplinas conexas (fundamentos construídos na relação) e definidas no nível hierárquico imediatamente superior, o que introduz a noção de finalidade.	Sistema de dois níveis, de objetivos múltiplos e coordenação procedendo do nível superior.	
<b>Transdisciplinar</b> Conjunto de disciplina formando um axioma para solução de problemas, coordenadas por finalidades e/ou objetivos.	Sistema de nível e objetivos múltiplos com cooperação com vista a uma finalidade comum do sistema	

Fonte: Adaptação do modelo apresentado por Japiassu (1976) apud Yanomine (2006).

É importante salientar que Japiassu (1976, p.79) faz uma diferenciação em relação aos tipos de integração do modelo interdisciplinar de ciência, quando apresenta as seguintes tipologias:

a) *Interdisciplinaridade heterogênea*: Possui um caráter enciclopédico, combinando, apenas diferentes programas. É considerado ingênuo, pois os conhecimentos gerados são gerais e limitantes;

b) *Pseudo-Interdisciplinaridade*: É na verdade uma tentativa de adoção dos mesmos instrumentos conceituais e de análise, considerados denominadores comuns entre as disciplinas. Também é considerada insuficiente para a obtenção da interdisciplinaridade;

c) *Interdisciplinaridade auxiliar*: Ocorre quando uma disciplina toma de empréstimo de outra disciplina o seu método e/ou seus procedimentos. A autora cita o caso da pedagogia ao recorrer aos procedimentos da psicologia;

d) *Interdisciplinaridade compósita*: ocorre quando várias especialidades se agrupam para resolver problemas complexos sem buscar uma integração teórica, guardando a sua autonomia;

e) *Interdisciplinaridade unificadora*: quando ocorre a integração dos métodos e das teorias, dando origem à outra disciplina, por exemplo: psicologia social + lingüística, resultando na disciplina “psicolingüística”.

Presume-se que a Ciência da Informação-(CI), enquanto campo institucionalizado do conhecimento tenha surgido nesse cenário em que se discutiam propostas de integração disciplinar, quando predominava nas academias a perspectiva de integração interdisciplinar.

Para alguns pesquisadores que estudam a epistemologia da Ciência da Informação a origem da área remete aos eventos realizados por pesquisadores na década de 1960, dentre os quais se destaca a Conferência de Informação Científica que ficou conhecida como o “Encontro de *George Tec* de 1962”. Para outros sua gênese se relaciona às implicações decorrentes do desenvolvimento tecnológico das sociedades modernas após a Segunda Guerra mundial, mas precisamente em 1948.

O quadro abaixo relaciona os principais eventos e acontecimento ocorrido no período entre as décadas de 1940 a 1960, considerados por alguns pesquisadores da epistemologia da CI como explicativos para a gênese do surgimento da área.

**Quadro 2 - Eventos mais significativos da gênese da Ciência da Informação**

<b>ANO</b>	<b>EVENTOS SIGNIFICATIVOS</b>
1948	a) Conferência de Informação Científica, da Royal Society, em Londres
1950	a) A Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), promove, em Paris, duas Conferência sobre Biblioteconomia e Documentação; b) Publicação do American Documentation, nos Estados Unidos, e do Nauchno-tekhnicheskaya Informatsiya, na URSS, ainda em circulação.
1952	a) Criação do VINITI*, em Moscou (URSS) b) Publicação do Referativnyi Zhurnal (VINIT Abstract Journal), ainda em circulação.
1953	a) Criação do Comitê para Treinamento de Documentalistas da FID** - (FID/TD)
1957	a) Lançamento do Sputnik – Reconhecimento do progresso científico da URSS,

ANO	EVENTOS SIGNIFICATIVOS
	expresso na organização das “atividades de informação científica”.
1958	a) Conferência Internacional de Informação Científica, em Washington, organizada pela Academia Nacional de Ciência (EUA).
1959	a) Publicação do artigo de Mikhailov sobre “finalidades e problemas da Informação Científica” (Boletim de la UNESCO para las Bibliotecas, v.13); b) Reformulação do FID/TD e nova denominação “Comitê para Educação e Treinamento”.
1960	a) Publicação do artigo de Farradane sobre o “futuro do trabalho de informação” – (ASLIB Proceedings, v. 12, n.5).
1962	a) Conferência de Especialista em Ciência da Informação, no Geórgia Institute of Technology (EUA): a denominação “Ciência da Informação” torna-se prevalecente.

Fonte: FREIRE, Isa Maria. A responsabilidade social da ciência da informação e/ou olhar da consciência sobre o campo científico. Rio de Janeiro: UFRJ/IBICT7, 2001, p.29.

Para Freire (2001) a Conferência de *George Tec* realizada em Londres em 1962 foi o marco histórico emblemático para o surgimento da Ciência da Informação, momento em que se podem observar as primeiras formulações sobre a origem, conceitos e definições da área.

Concordamos com Pinheiro em que a publicação do documento da FID 435 sobre “os aspectos teóricos da informática” encerra a primeira das três fases proposta pela autora como “processo de evolução” do campo da Ciência da Informação. **Este período de 1962 a 1969 foi caracterizado pelo surgimento histórico da Ciência da Informação** e das discussões teóricas iniciais, “principalmente sobre as origens, denominação e primeiros conceitos e definições”. (FREIRE, 2001, p. 33, grifo nosso).

Mas, essa afirmação no mínimo é polêmica quando a discussão se volta para a gênese dos estudos práticos da Ciência da Informação - CI. Posto que, antes da Conferência de *Georg Tec* realizada em 1962 já se observava movimentos de profissionais (inclusive de brasileiros) e relatos de estudos publicados sobre métodos automáticos de recuperação de informação em sistemas e unidades de informação, conforme destaca Oliveira (2011); Bicalho (2009) e Miranda (2002):

**Em 1948**, foi fundada a Associação Pernambucana de Bibliotecários; em 1949, a Associação Brasileira dos Bibliotecários; em 1951, a Associação Rio-grandense de Bibliotecários e, em 1952, a Associação Baiana dos Bibliotecários (CASTRO, 2000). Além de criação e fortalecimento do movimento associativo dos profissionais era parte das preocupações das lideranças bibliotecárias naquele período uma articulação de ações que promovesse mais aproximação entre os profissionais em nível nacional. O movimento associativo historicamente sempre teve como uma de suas prerrogativas a promoção e organização de eventos que possibilitassem a troca de informações entre os membros pertencentes de uma dada comunidade. E com os bibliotecários não foi diferente, já que o primeiro Congresso Brasileiro de Biblioteconomia foi realizado em Recife, em 1954 (FONSECA, 2007; CASTRO, 2000). Já, no segundo encontro, realizado em Salvador em 1957, dois fatores foram importantes para a Biblioteconomia brasileira: a incorporação da palavra Documentação ao nome do evento,

passando então a se chamar Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação. (OLIVEIRA, 2011, p. 43, grifo nosso);

Formalmente, nasceu em 1962, em reunião do Geórgia Institute of Technology e, como qualquer disciplina emergente, as primeiras pesquisas utilizaram e adaptaram métodos e técnicas de outras disciplinas, antes da tentativa de consolidar os fundamentos da área, de acordo com Braga (1995). Conforme alguns autores, **a área teve início na década de quarenta do século XX**, quando se concentraram esforços para refletir sobre o fenômeno denominado *explosão informacional* ou *explosão de documentos* que eclodiu naquela década e conduziu estudiosos de diferentes campos científicos a refletir sobre ele. (BICALHO, 2009, p.35, grifo nosso);

A Ciência da Informação – aventuramos afirmar – **tem origem no fenômeno da “explosão da informação”** (ligado ao renascimento científico depois da 2ª Guerra Mundial) e no esforço subsequente de “controle bibliográfico” e de tratamento da documentação implícita no processo. Teria surgido, conseqüentemente, de uma práxis específica no âmbito da indústria da informação na tentativa de organizar a literatura científica e técnica através de serviços e produtos para as comunidades especializadas, tarefa que migrara das bibliotecas tradicionais para os novos sistemas informacionais, com o concurso de profissionais de diferentes áreas do conhecimento. (MIRANDA, 2002, p. 9, grifo nosso).

Ademais, dois estudos de usuários voltados para a recuperação da informação foram publicados antes do evento de 1962; o modelo matemático de Shannon & Weaver em 1948 e, o de Calvin Moores em 1951. Que a partir da década de 1970 serviram de parâmetros para o desenvolvimento dos estudos de Marc de May em 1977; de Nicholas J. Belkin em 1980; de Brookes em 1980; de Dervin em 1983; de Taylor em 1986 e o de Kuhthau em 1993. Tais, estudos contemplam as abordagens dos chamados paradigmas da Ciência da Informação-CI: físico, cognitivo, social e sócio cognitivo.

Aqui é válido rever o que diz Saracevic (1999, p. 1052) a respeito da natureza epistemológica da CI, para em seguida apresentar uma discussão sobre os dilemas do objeto de estudo, do *locus* e do *Ethos* de classe da área.

Information science has three general characteristics that are the leitmotif of its evolution and existence. These are shared with many modern fields. They can also be viewed as problem areas with which information science has to deal on a general level: a) First, information science is **interdisciplinary in nature**; however, the relations with various disciplines are changing. The interdisciplinary evolution is far from over. b) Second, information science is inexorably connected to information technology. A technological imperative is compelling and constraining the evolution of information science, as is the evolution of a number of other fields, and moreover, of the information society as a whole. c) Third, information science is, with many other fields,

an active participant in the evolution of the information society. Information science has a strong social and human dimension, above and beyond technology. (SARACEVIC, 1999, p. 1052. grifo nosso.).

Na citação acima, Seracevic (1999) aponta três características da natureza epistemológica da Ciência da Informação: a interdisciplinaridade; o imperativo tecnológico e o caráter social. Tais características merecem no mínimo uma reflexão no âmbito do contexto contemporâneo, na medida em que se associam também aos elementos que estão norteando o atual modo de desenvolvimento das sociedades modernas: o *informacionalismo*. (CASTELL, 1999).

As teorias clássicas do pós-industrialismo combinou três afirmações e previsões que devem ser diferenciadas analiticamente: a) A fonte de produtividade e crescimento reside na geração de conhecimentos, estendidos a todas as esferas da atividade econômica mediante o **processamento da informação**; b) A atividade econômica mudaria de produção de bens para **prestação de serviços**. O fim do emprego rural seria seguido pelo declínio irreversível do emprego industrial em benefício do emprego no **setor de serviços** que, em última análise, constituiria a maioria esmagadora das ofertas de emprego. Quanto mais avançada a economia, mas seu mercado de trabalho e sua produção seriam concentrados em serviços; c) A nova economia aumentaria a **importância das profissões com grande conteúdo de informação e conhecimento em suas atividades**. As profissões administrativas, especializadas e técnicas cresceriam mais rápido que qualquer outra e constituiriam o cerne da nova estrutura social. (CASTELL, 1999, p. 225, grifo nosso).

Não estaria aqui já sugerido o caminho a ser seguido para a Ciência da Informação, enquanto campo (*locus*) de atuação profissional na contemporaneidade: a prestação de serviço em forma de consultoria (a interdisciplinaridade compósita) para a resolução dos fenômenos (problemas) informacionais?

Construído pela reestruturação do modo de produção capitalista moderno, o *informacionalismo* se fundamenta no pressuposto de que as sociedades são organizadas em processos históricos, onde coexiste a *produção*, a *experiência* e o *poder*. A *produção* corresponde à ação da humanidade sobre a matéria que ao ser transformado em produto, uma parte é consumida irregularmente e a outra gera um excedente para ser investido e usado de conformidade com os objetivos socialmente determinados. A *experiência* refere-se à ação dos sujeitos nas suas interações biológicas (família) e culturais (ambientes sociais e naturais) para a busca das suas necessidades e desejos. E, o *poder* é uma síntese das duas relações citadas anteriormente. Caracteriza-se pela imposição que se estabelece nas relações entre



sujeitos humanos quando um sobrepõe ao outro por meio do emprego potencial ou real da violência física ou simbólica. É nas estruturas do Poder que se insere o papel da informação na contemporaneidade. O que justifica a dupla ancoragem (papel) apontada na Introdução desta pesquisa.

Dentre os problemas sociais gerados por esse novo modelo de desenvolvimento das sociedades modernas, Castells (1999) os associa aos seguintes indicadores: a) economias interdependentes do Estado e das sociedades a elas vinculadas. (problema: declínio dos movimentos dos trabalhadores/enfraquecimento das associações e sindicatos devido à perda da identidade e da territorialidade); b) reestruturação do capitalismo moderno apontando para uma maior flexibilidade e fortalecimento na relação capital *versus* trabalho através da descentralização, aglutinação e fusão de empresas em rede (problema: formação de cartéis com o objetivo de aumentar os lucros face à falta de opção do consumidor); c) d) aumento da participação da mulher nas frentes de trabalho (Problema: condições discriminatórias); d) desregulamentação do mercado de forma seletiva de acordo com a natureza das forças das instituições políticas de cada sociedade (problema: redução do papel do Estado de “guardião” do bem estar social); e) acumulação do capital decorrente das relações desiguais entre os países (Problema: perda de divisas para os países em desenvolvimento). E, outros problemas relacionados à unificação das economias regionais, a exemplo do Mercosul e da Zona do Euro, as quais são visíveis o crescimento das crises nas estruturas políticas e econômicas dos países participantes.

Ao se referir ao modo desenvolvimento das sociedades modernas, Habermas (1980) apresenta a seguinte preocupação;

Com crescente complexidade, o sistema da sociedade mundial transferiu seus limites para tão longe dentro do ambiente, que se defrontou contra os limites da natureza, tanto externa quanto interna, o equilíbrio ecológico designa o limite absoluto do crescimento. O equilíbrio antropológico menos palpável designa outro limite, que só pode ser ultrapassado ao preço da alteração da identidade sociocultural dos sistemas sociais. (HABERMAS, 1980a, 57).

Habermas refere-se ao vertiginoso desenvolvimento das sociedades modernas e as crises dele decorrentes, cujas aplicações na fonte de produção têm gerado ganhos

para a vida societária. Mas, também problemas, tais como: desequilíbrio ecológico, tensões nas relações internacionais e despersonalização dos indivíduos, dentre outros males sociais, éticos e morais.

Diante destas reflexões iniciais, pode-se apreender que o contexto contemporâneo é marcado por problemas complexos caracterizados pelo aumento da exclusão social, da crise ética e moral nas relações societárias e do sentimento de falta de identidade/pertencimento do cidadão como Ser do mundo real. Em síntese é importante frisar, que é nos processos históricos do poder (informacionalismo) que se insere o estudo dos fenômenos informacionais a luz da Ciência da Informação - CI.

No fim do segundo milênio da Era Cristã, vários acontecimentos de importância histórica têm transformado o cenário social da vida humana. [...] Cada vez mais as pessoas organizam seu significado não em torno do que fazem, mas com base no que elas são ou acreditam que são. Enquanto isso, as redes globais de intercâmbio instrumentais conectam e desconectam indivíduos, grupos, regiões e até países, de acordo com sua pertinência na realização dos objetivos processados em rede, em fluxo contínuo de decisões estratégicas. Segue-se uma divisão fundamental entre o instrumentalismo universal absoluto e as identidades particulares historicamente enraizadas. Nossas sociedades estão cada vez mais estruturadas em uma oposição bipolar entre a Rede e o Ser. (CASTELLS, 1999, p. 21-23. Grifo do autor).

Nesse cenário das relações societárias ambíguas e contraditórias, a *informação* assume uma dupla função que se diferencia do ponto de vista de sua ação. Assume um caráter de mercadoria de troca nas regras de mercado. E, assim corrobora para o processo de exclusão social ao servir de insumo (informação especializadas e privilegiadas) para subsidiar os cartéis montados pelas empresas nacionais e multinacionais. Por outro lado, se desloca para fornecer subsídio (informação de interesse social) para os estudos voltados para o enfrentamento dos problemas gerados pelo próprio modo de desenvolvimento que apoia.

O que se pergunta aqui é sobre a possibilidade de se pensar em uma nova forma de compreender o objeto (informação) de estudo da Ciência da informação na contemporaneidade? Como já relatado, é nos processos históricos do poder (informacionalismo) que se insere o estudo dos fenômenos informacionais.

Assim, para responder a indagação supracitada é preciso, primeiro, tecer comparações entre dois modos de desenvolvimentos da sociedade moderna\_ *industrialismo* e o *informacionalismo* para abstrair das críticas aos problemas informacionais observados em ambos os modelos, algumas características essenciais para uma nova compreensão do estatuto do objeto de estudos da Ciência da Informação na contemporaneidade.

No *industrialismo* o uso da informação se voltou para o crescimento e maximização da produção. Enquanto no *informacionalismo* a informação passou a ser usada para a ação de conhecimentos sobre os próprios conhecimentos. O que é específico ao modo informacional de desenvolvimento é a ação de conhecimento sobre os próprios conhecimentos como principal fonte de produtividade. O que confirma o postulado de Castells (1999, p 37) ao dizer que “[...] o informacionalismo está ligado à expansão e ao rejuvenescimento do capitalismo, como o industrialismo estava ligado a sua constituição como modo de produção”.

Em outras palavras, a informação é uma matéria prima hoje empregada para o desenvolvimento tecnológico para acumulação de conhecimentos cada vez mais e em escalas de níveis maiores e graus de complexidade, cujo objetivo principal é atender as necessidades do capital. Portanto, a principal diferença entre o modo de desenvolvimento *industrialismo* e *informacionalismo* reside na forma como cada “modo” opera a fonte de produtividade.

No *industrialismo* a fonte de produtividade é movida por novas formas de energia e na capacidade de descentralização do uso de energia ao longo do processo produtivo e de circulação. “No novo modo informacional de desenvolvimento, a fonte de produtividade achar-se na tecnologia de geração de conhecimentos, de **processamento da informação** e de comunicação de símbolos.” (CASTELLS, 1999, p35, grifo nosso).

Implica em dizer que a informação confere força ao processo de desenvolvimento econômico e, por que não dizer também ao desenvolvimento social?

É importante destacara aqui que um dos primeiro autores a idealizar essa *nova ordem social* foi Wiener (1948) através do seu livro que se intitula *Cybernetics or Control and Communication in the Animal and Machine*, no qual entrever a organização da sociedade futura com base na informação como matéria-prima, que, posteriormente, virá a se constituir o que Castells chama de “sociedade da informação”.

Breton e Pulx (1982) chamam atenção para esse novo modo de desenvolvimento das sociedades modernas, cujos riscos decorrentes de sua estrutura funcional podem acarretar a degradação e desordem social: *a entropia*. Para Wiener (1948), *a soma de informação*, *as máquinas que a tratam* e *as redes que a tecem* são características desse modo de desenvolvimento que devem ser estudadas para lutar contra essa tendência.

Não estaria Wiener em 1948 já problematizando sobre os elementos constituintes da natureza epistemológica do objeto de estudo da Ciência da Informação, onde: a) *a entropia* \_ seria o *ente* dos estudos dos fenômenos informacionais (por exemplo: assimetria informacional); b) *a soma de informação*\_ seria o *ente* do controle informacional (explosão informacional); c) *as máquinas que a tratam*\_ seria o *ente* do imperativo tecnológico; d) *as redes que a tecem*\_ seria o *ente* das fontes de produção da informação?

O que se coloca em discussão é saber se a materialização da soma desses “entes” não resultaria nos estudos dos “processos informacionais”, enquanto objeto de estudo da Ciência da Informação -CI?

Para validar essa afirmação é necessário deslocar a compreensão que se tem de “objeto de estudo” de uma área, visto como um fenômeno de natureza estática, no sentido epistemológico disciplinar do termo. E passar a contemplar como parte de um processo de uma racionalidade (procedimental), cujo “objeto de estudo concreto” se revela no curso da ação procedimental. A base teórica que se apoia essa proposta é a dos princípios do agir comunicativo e a da noção da razão destrancendentalizada. (HABERMAS, 2002).

Assim, para uma melhor compreensão dessa forma de apreender o estatuto do objeto de estudo para a Ciência da Informação, se lançou mão para apresentar também a compreensão do conceito de “ação informacional *procedimental*” para os estudos dos fenômenos informacionais no contexto do modo desenvolvimento das sociedades contemporâneas.

## 2.2 Ação informacional procedimental: o paradigma sócio – cognitivo da CI?

Eu tropeço no possível, mas não desisto nunca de tentar descobrir o que tem dentro da “casca” do impossível. (Carlos Drummond de Andrade)

A proposta deste tópico do Capítulo é apresentar o conceito de “ação informacional procedimental” como um recurso teórico do paradigma sócio – cognitivo, na tentativa de validar os “processos informacionais”, enquanto objeto de estudo da Ciência da Informação –CI no contexto do modo de desenvolvimento da sociedade contemporânea\_ o informacionalismo. (CASTELLS, 1999).

Este propósito exigiu realizar um *detour* sobre os dilemas que circunda os estudos epistemológicos da CI, particularmente quando se define a “informação” como objeto de estudo da área.

Importa esclarecer que existem abordagens clássicas que buscam explicar os problemas epistemológicos dos objetos de estudos da ciência moderna, como por exemplos: a epistemologia histórica de Bachelard; a epistemologia fenomenológica de Husserl; a epistemologia construtivista e estruturalista de Piaget; a epistemologia “arqueológica” de Foucault e a epistemologia “racionalista-crítica” de Popper, dentre outras.

Todas essas abordagens constituem possibilidades importantes para os estudos epistemológicos da ciência moderna, porém carregam significados e argumentos que dificulta a escolha de uma dessas bases explicativas para a discussão da proposta deste texto. Ademais, como o interesse não é aprofundar o estudo teórico

da epistemologia da CI, pois vários pesquisadores já se dedicaram sobre o tema<sup>11</sup>, a discussão foi orientada, primeiramente, pela análise das visões de autores que já realizaram pesquisas referentes à constituição dos aspectos conceituais e práticos da CI para refletir sobre os dilemas relacionados ao objeto de estudo, ao *lócus* e ao *Ethos* de classe para, em um segundo momento, apresentar a possibilidade de uma abordagem para os estudos dos “processos informacionais” no âmbito do orçamento participativo-(OP), tomando-se já por base explicativa o recurso teórico do paradigma sócio - cognitivo: a ação informacional procedimental.

Na tentativa de apresentar o *Ethos* de classe do profissional da CI, Smith e Tálamo (2007) fazem referencia ao caráter social da informação como um dos aspectos constituintes da epistemologia da área e, associa a legitimidade do *locus* da ação prática (informacional) à controvertida discussão referente à mudança paradigmática da sociedade moderna para a pós-moderna.

Observa-se, portanto, que a CI tem no traço “**social aplicado**” a garantia de que o **uso social da informação** seja efetivamente o objetivo perseguido por todas as suas ações. No entanto, o entendimento do caráter aplicado, qualificação recente a que se submete a ciência, demanda discussão da distinção entre **ciência moderna** e **pós-moderna**. (SMIT, TÁLAMO, 2007 p. 29, grifo nosso).

Aqui duas indagações merecem ser colocadas: a) podemos falar em um processo de mudança de paradigma de sociedade moderna para a pós-moderna?; b) como se fundamenta a informação, enquanto ato da linguagem no paradigma social da Ciência da Informação - CI?

Para alguns estudiosos (Maffesoli, Harvey, Lévy e outros) as transformações em curso no mundo de hoje caracteriza uma mudança paradigmática, a qual esses autores denominam de “Pós-Modernidade”. Entretanto, pensadores como Habermas, Giddens e Latour advogam que não se trata de um novo paradigma, mas de um processo de inclusão de “fenômenos” que estão surgindo decorrente do desdobramento natural e histórico de construção da sociedade, cujos problemas e

---

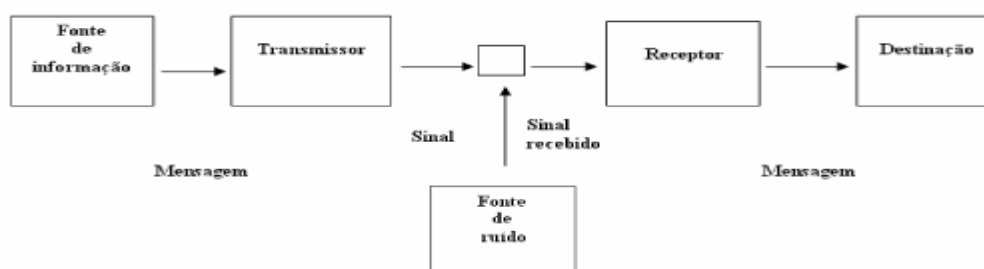
<sup>11</sup> Dos estudos sobre a origem e evolução da Ciência da Informação CI, sugerimos a leitura (SERACEVIC, 1999 CAPURRO; HYORLAND, 2007; GONZALES DE GOMES, 2002; OLIVEIRA, 2005). E, dos estudos sobre as relações interdisciplinares da CI, as teses de doutorado (BICALHO, 2009; SOUZA, 2011) só para citar alguns exemplos.

crises necessitam ser colocados na pauta das discussões no âmbito de todas as relações humanas. Consideram, portanto, que o projeto iluminista denominado de “modernidade”, ainda não se completou. Para outros, não passa de metáforas para simbolizar marcos emblemáticos da História humana, caracterizados por rupturas, recuos e mudanças nos padrões do comportamento social. Assim, a discussão do dilema de mudança de paradigma da sociedade, parece ainda estar em aberto.

No que se refere à natureza social da Ciência da Informação, pode-se observar na literatura da área que os primeiros estudos de busca e uso de informação surgiram a partir da década de 40, e irão se consolidar mais precisamente em meados dos 1970. Mas, a grande parte desses estudos apresentam inconsistências conceituais em relação aos termos necessidades, busca e uso da informação que se deve aos objetivos de cada pesquisa e ao paradigma da área que, segundo Figueiredo (1994) se respaldava no modelo positivista de ciência, que não levava em conta o aspecto sócio - cognitivo do usuário.

Esse primeiros estudos fundamentam a abordagem tradicional da Ciência da Informação que também é denominado de “paradigma físico”. A figura abaixo apresenta uma ilustração do processo do modelo de comunicação de Shannon (1948), que inaugurou o denominado paradigma físico da CI.

Figura 1 - O modelo de comunicação de Shannon



Fonte: Capurro & Hjørland (2007)

Percebe-se que esse modelo de comunicação da ação prática da informação de Shannon reflete o que chama Saldanha (2008, p.2) de uma historiografia informacional da CI, cuja base teórica é positivista e vinculada ao pensamento lógico

do austríaco Ludwig Wittgenstein, na sua primeira fase de estudo sobre a linguagem como fonte dos grandes problemas do pensamento.

Importa esclarecer que as reflexões iniciais desse filósofo se respaldavam em uma concepção de mundo regido por um conjunto de fatos que justificavam o seu ordenamento. O que de certa forma justifica a associação da teoria de Wittgenstein ao modelo linear Shannon, que na Ciência da Informação foi incluído como exemplo de estudo de usuário da informação, do denominado paradigma físico da área, conforme já explicitado.

No âmbito da CI, o nome do filósofo começou a aparecer mais explicitamente nas recentes movimentações em sua epistemologia. Mais especificamente, o pensamento do segundo Wittgenstein penetrou nas manifestações teóricas que podem ser reunidas sob a noção de tradição pragmática. É assim que o pensador figurará entre as referências e comentários - ou implicitamente em abordagens de interpretação - de trabalhos como aqueles de Brier (1996), Frohmann (1992) e González de Gómez (1996, 2002), como aparecerá na revisão de Capurro (2003) na seção em que o autor problematiza o que classifica como paradigma social da CI. No entanto, é possível reconhecer manifestações implícitas do primeiro Wittgenstein dentro da epistemologia da CI. A **tradição física**, considerada por uma parte da historiografia informacional. (SALDANHA, 2008, p. 2, grifo nosso).

Assim, pode-se dizer que na abordagem tradicional da CI a concepção de informação se relaciona a linguagem no seu aspecto estrutural, ou seja, a linguagem é a expressão do pensamento que se materializa em signos quando é registrada em um determinado suporte informacional. O receptor da informação se posta como agente passivo, ele a recebe, mas sua ação sobre a informação não é considerada.

A partir da década de 1970 surgem novos modelos de estudo de usuário da informação que passaram a representar os chamados paradigmas alternativos da Ciência da Informação, dentre os mais citados na literatura da área se destacam os apresentados por Nicholas J. Belkin em 1980; de Dervin em 1983; de Taylor em 1986 e o de Kuhthau em 1993. Tais, estudos contemplam os chamados paradigmas cognitivo e social.

Na concepção “cognitiva” da abordagem *alternativa* a informação é um ato de comunicação da linguagem, que transmite mensagens através de um código linguístico (língua), tomando outra forma fora de nossos pensamentos. Os estudos



buscam demonstrar o papel da informação como elemento modificador do estado de conhecimento. Por sua vez, na concepção “social” da abordagem *alternativa* a informação é resultante das diversas situações de interação social, como por exemplo, o contexto de produção da informação e o caráter sócio - histórico e ideológico do conteúdo informacional.

Nesta perspectiva, Reis (1999) apresenta uma visão dialética crítica ao se reportar a discussão da tríade “retórica ↔ informação ↔ ideologia” para os estudos dos fenômenos informacionais. Para essa pesquisadora, a informação constitui um dos aparatos da estrutura social, que exige para sua compreensão o desnudamento das articulações de poder, bem como uma visão histórica da sociedade e das relações sociais que subjaz ao ordenamento político atual. E, que somente assim será possível entender o caráter ideológico<sup>12</sup> da informação, no sentido contrapor à postura dominante que vem atribuindo um “caráter messiânico à informação”. (REIS, 1999, p.155).

Implica em dizer que é necessário ter em mente que a informação se constitui em instrumento da linguagem utilizada para o compartilhamento intersubjetivo da realidade vivenciada, que exige de quem participa desse processo um posicionamento crítico e de reflexão para transformar a informação em conhecimento.

Assim, pode-se dizer que esse fundamento da informação, enquanto ato da linguagem também se relaciona de certo modo com a abordagem da ação comunicativa de Habermas, quando destaca que é preciso garantir as “condições especiais” para que os atores/sujeitos possam intersubjetivamente agir comunicativamente na esfera pública com vista à emancipação. Tais condições especiais no âmbito do orçamento participativo – OP refere-se a um ambiente propício para que ocorra o confronto das diferentes informações obtidas e

---

<sup>12</sup>. Lowy (2008, p.13-14) propõe o conceito de *visão social de mundo* no lugar de ideologia. Nesse sentido, visão social de mundo seria todo o conjunto estruturado de valores, representações, ideias e orientações cognitivas unificados por uma perspectiva determinada, por um ponto de vista social, de classes sociais determinadas. A visão social de mundo ideológica serviria para legitimar, justificar, defender ou manter a ordem social do mundo.

divulgadas (fontes alternativas de informação), com vistas a produzir uma síntese (compartilhamento intersubjetivo) que os mergulhem na historicidade dos problemas relacionados os fenômenos informacionais.

Outra base explicativa da Ciência da Informação voltada para o aspecto cognitivo da informação associada ao ato da linguagem é encontrada em Rendon Rojas (2005) no seu modelo teórico do processo de geração da informação ↔ conhecimento ↔ informação. Para este autor, a informação possui similitudes e divergências com o conhecimento, onde na fonte da geração da informação reside o *locus* explicativo. Isso porque o conhecimento não tem origem em dados ou objetos sensíveis como à informação. Mas, ao mesmo tempo a informação não existe como um ente acabado e autônomo, ou seja, a informação é construída do mundo material e só existe como qualidade secundária de um objeto particular, qual seja: o signo linguístico registrado.

Por sua vez, o conhecimento tem como fonte a informação em si mesma. É um produto posterior e surge a partir da informação. Posto que “[...] si la información se elabora a partir de objetos materiales para después aparecer como ente ideal; el conocimiento retoma ese ente ideal para construirse” (RENDON ROJAS, 2005, p.53).

Também as formas pelas quais se obtém a informação e conhecimento são diferentes. Isso se deve porque a informação para ser obtida depende da síntese realizada, entendida na perspectiva kantiana como união de dois extremos opostos. Tal síntese é decorrente da ação do sujeito que une os elementos objetivos (dados e estímulos sensoriais) e subjetivos (estruturas interpretativas do sujeito), sendo que estes últimos servem para processar, organizar, estruturar e dar forma aos dados, que permite extrair qualidades secundárias presentes potencialmente em símbolos, isto é, interpretá-los, enraizando-os com seu referente e sentidos ideais. (RENDON ROJAS, 2005).

Para compreender melhor a formulação da passagem da informação ↔ conhecimento ↔ informação proposto por Rendon Rojas (2005) foi necessário recorrer ao sentido etimológico da palavra “informação”. Significa, portanto, o ato de

informar, que em latim (informare) representa literalmente o ato de “dar forma”, que se traduz aqui como ao ato de estabelecer limites à matéria, de dotá-la de estrutura e organização. Assim, o problema sobre a objetividade da informação surge exatamente porque é decorrente da subjetividade do sujeito.

Contudo, segundo Rendon Rojas (2005) o problema da objetividade da informação só é explicado, por um lado, pelo fato dela ter origem em dados, que existem independentemente do sujeito; por outro lado, porque as estruturas que se utilizam para organizar e dar significado aos dados empíricos também têm seu valor objetivo, conforme explicitado na citação abaixo;

*Las estructuras mencionadas son objetivas porque son el resultado de un proceso psico-genético que tiene su base en la naturaleza biológica y psicológica del ser humano, aunque al mismo tiempo dicho proceso se ve inmerso en contextos socio-histórico-culturales determinados. Así es que cada sociedad instituye sus esquemas para interpretar los símbolos con base en las relaciones que el ser humano en el proceso de producción material, espiritual y biológico [...] (RENDON ROJAS, 2005, p.53, grifo do autor).*

Pode-se dizer que para a informação<sup>13</sup> se materializar como estrutura do conhecimento é essencial que se realize não só a interpretação de símbolos, mas também outras atividades mais complexas, quais sejam: a) a decodificação dos símbolos; b) a memorização; c) a análise, que permite identificar os elementos constituintes do que se está conhecendo em relação as suas relações como partes de um todo; d) a síntese, na qual se devem reunir o todo com as partes; e) a visão dialética, que permita descobrir a interconexão da informação nova com outras informações; f) os conhecimentos anteriores do sujeito cognoscente; g) a inferências de vários tipos, dedutivas, indutivas, adotivas e hermenêuticas; h) as novas ideias e visões de mundo obtidas para avaliar todo o processo e assimilar o construto cognoscitivo obtido. (RENDON ROJAS, 2005, p.53-54).

---

<sup>13</sup> Para aprofundar a discussão referente ao emprego da expressão “informação” no âmbito da Ciência da Informação recomendamos a leitura do texto de Capurro & Hjørland (2007) intitulado “Conceito de informação”. In: Perspectiva em Ciência da Informação, v. 12, n.1, p. 148-207, já./abr., 2007.

Essas atividades complexas, por sua vez, podem se agrupadas nas seguintes propriedades da informação, expressada nos registros linguísticos segundo Ribeiro (2010):

a) De ser estruturada pela ação (humana e social)

Capacidade da informação de ser modelada e estruturada pelos atores sociais;

b) De se integrar de forma dinâmica

A informação como resultante das condições e circunstâncias internas e externas das ações dos atores sociais envolvidos;

c) De pregnância

Refere-se à propriedade da informação de ser pro - ativa, isto é, portadora de um sentido ativo (máximo e mínimo) de uma ação fundadora e modeladora capaz de gerar outra(s) informação;

d) De ser quantificável

Propriedade da informação de ser codificada linguisticamente, numericamente e/ou graficamente mensurável quantitativamente;

e) De reprodução

Capacidade semântica de se reproduzir sem limites, possibilitando a subsequente retenção/memorização;

f) De transmissão

Trata-se da propriedade “petri da informação”, ou seja, refere-se à capacidade de ser comunicável e de ser decodificada.

Desta forma, parafraseando Ribeiro (2010, p.3) pode-se dizer que essas propriedades da informação formam as bases que sustentam a fundamentação do objeto de estudo da Ciência da Informação-CI e de suas competências profissionais, particularmente quando se refere ao paradigma sócio - cognitivo da Ciência da informação - CI.

Essa é também a perspectiva de Barreto (2002), quando estabelece uma estreita relação da informação com a produção de conhecimento, tendo a “ação informacional” como elemento mediador dessa produção. Este pesquisador considera que “[...] a informação é qualificada como instrumento modificador do homem e de seu grupo”. (BARRETO, 1994, p.3).

Assim, o paradigma sócio – cognitivo da CI se fundamenta mediante o processo de promoção do acesso às redes de informações globais para atores locais, cuja “ação informacional procedimental” é entendida aqui como recurso teórico utilizado para explicar como a informação, enquanto ato da linguagem abre para a possibilidade de estabelecer novas conexões e espaço para a aprendizagem para à emancipação dos problemas informacionais dentro de uma estrutura sócio política, conforme a visão de Gonzáles de Gomes (2009) ao fazer associação entre o paradigma sócio - cognitivo da CI com o agir comunicativo proposto por Habermas.

[...] a informação terá para Habermas uma dupla ancoragem - sócio - cognitiva e instrumental - estratégica. Por um lado, **a informação** estaria ancorada naquela temporalidade que atrela corpo e cultura numa configuração diferenciada da *aisthesis* e permite a abertura de múltiplas perspectivas sobre o mundo. Associada a alguma das plurais possibilidades heurísticas das ações-cotidianas e especializadas a informação designaria uma diferença que se instala nas experiências de confronto entre nossas expectativas prévias e do que acontece em nossas relações atuais com o mundo. (GONZALES DE GOMES, 2009, p. 117, grifo nosso).

Esta compreensão da visão do paradigma sócio - cognitivo da CI apontada por Gonzáles de Gomes (2009) foi importante também para animar a discussão sobre a nova compreensão do estatuto do “objeto de estudo” proposto para a Ciência da Informação\_ processos informacionais.

Por este motivo foi necessário retornar a partir daqui a refletir sobre os dilemas epistemológicos da CI, para em seguida (como já explicitado anteriormente)

apresentar uma proposta de um contexto teórico da *ação informacional procedimental* dentro de um campo empírico específico, para demonstrar como o objeto de estudo (processos informacionais) se materializa em “objeto de estudo concreto” mediante a ação.

Destarte, convém salientar que se arriscou a buscar inicialmente, uma compreensão explicativa nas luzes da filosofia. Assim, o texto abaixo em que descrevo o diálogo<sup>14</sup> entre “o *mestre e seus discípulos*” serviu de inspiração para dar início a reflexão. Eis, a narrativa:

Anoitece!

Fora, alguns homens estão sentados **à espera do novo dia** [...].

Um velho sábio encontra-se circundando pelos seus discípulos.

Então, o sábio levanta a seguinte interrogação:

\_\_Quando é que nós conseguimos reconhecer o momento em que a **noite se completa** e o **novo dia desponta**?

Um discípulo toma a palavra e diz:

\_\_Quando **as estrelas desaparecerem** no céu e **a terra passar a ser acariciada pelos raios do sol**.

\_\_Não, responde o mestre.

\_\_Então, quando conseguimos **distinguir à distância, sem qualquer dificuldade, um cão de um carneiro**.

\_\_Não, diz de novo o mestre.

\_\_Mas quando, então? Perguntam em conjunto os discípulos.

\_\_Tu reconhecerás o momento em que o dia desponta quando, **contemplando o rosto de um homem qualquer, nele reconheceres o teu próprio irmão**. Caso contrário, **no teu coração será noite ainda**.

Fonte: EPEDINO, Ana Maria; ROCHA, Alessandro (org.). 2009, p. 133, grifo nosso.

Neste texto em que propositadamente grifamos alguns trechos do diálogo do *mestre com seus discípulos* subjaz alguns dilemas/dogmas teóricos da Ciência da Informação - CI. O primeiro deles é o *ente* do “Ser epistemológico”. Esse dilema oriundo da formação da área perpetua até hoje sem que haja um consenso entre os estudiosos do campo epistemológico. Refere-se ao momento do diálogo do mestre quando diz aos seus discípulos: “[...] *Tu reconhecerás o momento em que o dia desponta quando, contemplando o rosto de um homem qualquer, nele*

---

<sup>14</sup> EPEDINO, Ana Maria; ROCHA, Alessandro (org.). **A teia do conhecimento: fé, ciência e transdisciplinaridade** (2009, p. 133).

***reconheceres o teu próprio irmão. Caso contrário, no teu coração será noite ainda”.***

Implica em dizer que existe uma inconsistência epistemológica relativa ao surgimento da CI, embora predomine o argumento da concepção instrumental da ciência moderna (causa e efeito) baseada no modelo explicativo da “*teoria do Big bang*”, quando o argumento predominante refere-se a concepção de constituição estática da área como se fosse um começo elementar e pontual, a exemplo quando se compreende a formação do Universo como um “marco zero” resultante de “[...] um acontecimento explosivo”. (MORIN, 1977).

É recorrente na literatura da Ciência da Informação a adoção da visão do “*marco zero*” quando se atribuem à *explosão informacional* e ao *imperativo tecnológico* como os únicos fenômenos explicativos para o surgimento do campo de estudo. Refere-se também a lógica aristotélica, quando se deduz que a explosão informacional corresponde ao “efeito” e o imperativo tecnológico, a “causa”.

Pode-se abstrair dos argumentos apresentados que é na “aparência” do *ente* do Ser epistemológico da CI que reside à dificuldade de apreender o objeto de estudo da área. Posto que, ao deixar de levar em consideração o ente histórico do objeto de estudo; o qual se matiza nos distintos momentos do processo de desenvolvimento das sociedades modernas, perde-se o elo da compreensão que a ciência (Ciência da Informação), enquanto estrutura do conhecimento é também participe deste mesmo processo histórico. Com vimos à ciência passou por um processo disciplinar de integração e desintegração até chegar ao modelo que conhecemos hoje, marcado pela especialização do conhecimento.

Desse *detour* da ciência surgem zonas de fronteiras decorrentes das especializações das áreas do conhecimento, de onde, por exemplo, a Ciência da Computação encontrou o seu *nicho* (objeto de estudo) para desenvolver o seu *ethus* de classe (reconhecimento) que, aliás, surgiu institucionalmente no mesmo contexto social e histórico da Ciência da Computação e da Ciência da Informação-(CI). Então se pergunta: por que ainda existe dúvidas (dilemas) quanto ao objeto de estudo e *locus* de atividade profissional na CI?

Para a maioria dos estudiosos da área da epistemologia isso se deve a indefinição do seu objeto de estudo. Mas, sabe-se que o objeto de estudo circunda o fenômeno informacional, podendo ser o estudo da informação, do estoque informacional, das práticas informacionais e por que não o estudo dos “processos informacionais”? A discussão parece estar em aberto, o que referenda o *diálogo do mestre com os seus discípulos* \_ “[...] estamos à espera de um novo dia”.

Na perspectiva ontológica pode-se dizer que essa forma do “*Ser epistemológico*” da CI se assemelha a uma *aparição*. Mas, será mesmo uma *aparição* e/ou uma negação? Sartre (1997) em seu livro “O ser e o nada” destaca que a *aparição* pode ser em princípio, uma manifestação do ser fenomenológico que, de algum modo, revela traços do seu próprio *Ser*. O que nos leva a fazer mais um pergunta: “de que modo tem se revelado essa *aparição* do *ser* na Ciência da Informação”? Tomando-se por base as discussões observadas pelos profissionais nos eventos e nos argumentos escritos nos textos específicos da epistemologia da área, a *aparição* do *ser* se assemelha mais uma descrição “imediatista” do *ente do Ser*, do que propriamente o *Ser do ente*, tal como acontece com uma pessoa que passa mal, mas não sabe tematizar o seu *pré saber*, o que significa dizer, que não sabe de fato expressar o que está sentido e/ou o que está acontecendo \_ “*se é noite ou se é dia?*”.

Novamente Sartre (1977, p. 19) nos empresta seus ensinamentos para fazer mais dois outros questionamentos prévios que se complementam. O primeiro é perguntar se o fenômeno de *ser* assim alcançado é idêntico ao *Ser* do fenômeno? O segundo é procurar saber se o *ser* que a mim se revela é da mesma natureza do *ser* dos existentes que me aparecem?

Essas duas indagações, na verdade são rotas que podem auxiliar na busca da *essência* do *Ser* epistemológico do objeto de estudo da Ciência da Informação-CI, que acredito que para serem respondidas é necessário primeiro, suspender o discurso até então revelado acerca da origem epistemológica da Ciência da Informação, para permitir fazer uma *redução eidética* visando transcender o fenômeno concreto observado no “bum epistemológico” para chegar a sua *essência*. E, deste modo caminhar para a passagem “*do homogêneo*” para “*o homogêneo*”, ou



seja, procurar distinguir e reconhecer em que momento ocorre à “*passagem da noite para o dia*”, conforme metáfora contida no “diálogo do mestre” apresentado na epígrafe.

É possível que seja por essas razões que o discurso de Milanese (apud Silva, 2002) na abertura do CBBDCI em São Paulo em 1992 ainda ecoa até hoje, o que revela o quão à questão do objeto de estudo, do *locus* e do *ethus* de classe dos profissionais da Ciência da Informação exige que se faça a sugerida *redução eidética*.

[...] eu sou testemunha ocular das transformações pelas qual a área passou. Eu sou do tempo em que ainda havia rivalidade entre biblioteconomia e documentação. Há 20 anos, o curso de biblioteconomia da USP foi inicialmente dividido em dois: era o curso de biblioteconomia e o curso de documentação. E se vivia assim: bibliotecário e documentalistas não se olhavam. Ao contrário, mantinha (sic) uma verdadeira guerra, uma rivalidade profissional enorme. Talvez, a partir da minha geração, as pontes foram sendo armadas e, com perplexidade perguntava-se: até onde vai a biblioteconomia, onde começa a documentação? Era algo pouco incompreensível. Posteriormente, viu-se que não há como separar. Mas do que isso, caminha-se, inclusive, para uma área que se chama simplesmente **ciência da informação**. (SILVA, 2002, p.156, grifo nosso).

É evidente que atualmente esse argumento de Milanese enfrenta críticas e ao mesmo tempo apoio da classe profissional, mas revela o quanto é complexo a discussão sobre a epistemologia do *ethus* de classe da Ciência da Informação -(CI), o que justifica de certa forma a ressonância da dúvida de outrora: “*A única dificuldade é saber como os profissionais vão se apresentar depois*”. (SILVA, 2002, p.156).

Fernandes (1993, p. 28) em sua pesquisa realizada a partir das visões de autores da CI estudou os “dilemas” (problemas) da epistemologia da Ciência da Informação. E, ao se reportar ao emprego do termo “informação” nas abordagens teóricas e atividades práticas, observou a existência de polissemias conceituais que, como diz Gonzáles de Gomes (2002) dificultam a compreensão do seu objeto de estudo.

- a) Na abordagem da teoria matemática da informação (SHANNON; WEAVER, 1949): a informação é utilizada como um redutor de incertezas;

- b) Para o profissional (Documentalistas): a informação é compreendida como sinônimo de documento e, a abordagem dos fenômenos informacionais se insere dentro dos contextos dos sistemas de recuperação da informação que contém os documentos;
- c) Na atividade dos fenômenos informacionais (cognitivistas): a informação é vista como processo que ocorreria na mente humana. (FERNANDES, 1993, p. 28).

Para Capurro & Hjørland (2007, p.158) o emprego do termo “informação” é tão polêmico e controverso que um dos autores da área mais cético, em outra ocasião buscou ele mesmo elaborar um conceito geral para a informação.

Meu ceticismo sobre uma análise definitiva da informação deve-se à infame versatilidade da informação. A noção de informação tem sido utilizada para caracterizar uma medida de organização física (ou sua diminuição, entropia), um padrão de comunicação entre a fonte e o receptor, uma forma de controle de feedback, a probabilidade de uma mensagem ser transmitida por um canal de comunicação, o conteúdo de um estado cognitivo, o significado de uma forma lingüística ou a redução de uma incerteza. Estes conceitos são definidos em várias teorias como a física, a termodinâmica, a teoria da comunicação, a cibernética, a teoria estatística da informação, a psicologia, a lógica indutiva e assim por diante. **Parece não haver uma idéia única de informação** para quais estes vários conceitos converjam e, portanto, nenhuma teoria proprietária da informação. (BOGDAN, 1994, p. 53 apud CAPURRO; HJORLAND, 2007, p.158 grifo nosso).

Percebe-se, então, que o termo “informação” se empregado como objeto de estudo da Ciência da Informação não é digno de justificação e validade, pois carrega diferentes acepções que divergem nas concepções e abordagens teóricas e do tipo de práticas desenvolvidas.

Tal problemática exige que se faça também uma reflexão sobre o *ethos* de classe da CI na perspectiva da epistemologia da ciência moderna tradicional. Nessa abordagem, convém destacar os elementos essenciais para uma área ser reconhecida como campo científico. Primeiro, uma profissão pressupõe ser detentora de um conjunto de saberes reconhecido pela sociedade para poder gozar de autoridade em relação às outras profissões. Para isso, são legitimadas através

dos seus sindicatos, conselhos, associações que exige dos profissionais os diplomas para a sua inserção na classe. Segundo, quanto mais o campo de conhecimento de uma área é sistematizado e explícito, mais esse campo de atividade goza de prestígios, assegurando o seu *locus* institucional.

Implica em dizer que uma área além de possuir estrutura sólida em termos de abordagens teórica e metodológica é fundamental ser reconhecida por outras áreas pelas atividades que desenvolve. Aqui nos deparamos com mais um dilema: a abordagem interdisciplinar.

Os resultados mostraram que a ciência da informação, reconhecida pela quase unanimidade de seus pesquisadores como uma **ciência interdisciplinar**, não reflete em sua pesquisa características que confirmem este nível de interação com outras disciplinas, de acordo com visão desta pesquisa. (BICALHO, 2009. Resumo, grifo nosso).

Essa foi uma das conclusões a que chegou Bicalho (2009) em sua pesquisa de doutorado “As relações interdisciplinares refletidas na literatura brasileira da Ciência da Informação”. Ao analisar as relações da CI com as outras áreas este pesquisador se acostou em Zins (2007, p. 335) para apresentar outro dilema da Ciência da Informação refletido na própria constituição da área:

Aparentemente, não há uma concepção uniforme da ciência da informação. O campo parece seguir diferentes abordagens e tradições: por exemplo, abordagens objetivas versus abordagens cognitivas, tradição bibliotecária versus tradição documental versus tradição computacional. O conceito tem diferentes significados, o que implica em diferentes domínios do conhecimento. Diferentes domínios de conhecimento implicam em diferentes campos. Entretanto, **todos são representados pelo mesmo nome, ciência da informação**. (ZINS, 2007a, p.335, grifo nosso).

Capurro e Hjørland (2003, p. 185) chamam atenção para o perigo do uso inadequado de definições persuasivas na constituição de termos para sua aplicação em campo de estudo, como é o caso da Ciência da Informação. Ao se referir à informação, enquanto objeto de estudo faz a seguinte indagação: “[...] os cientistas da informação são os únicos profissionais que estão trabalhando com a geração, coleta, organização, interpretação, armazenamento, recuperação, disseminação, transformação e uso da informação”? A resposta é óbvia, “não”. Pois, profissionais de outras áreas usam a informação e desenvolve ações semelhantes em seus

campos de atuação profissional, a exemplo dos bibliotecários, documentalistas, arquivistas, astronautas e geólogos, dentre outros.

Mas, o mesmo não acontece se se considerarmos os “processos informacionais”, como objeto de estudo da Ciência da Informação. Tal assertiva merece uma explicação, a qual tem início com a lição que oferece Bachelard (1968):

Enquanto que a ciência de inspiração cartesiana fazia muito logicamente o complexo como o simples, o pensamento científico contemporâneo procura ler o complexo real sob a aparência simples fornecida por fenômenos compensados; ela se esforça por encontrar o pluralismo sob a identidade, em imaginar ocasiões de romper a identidade além da experiência imediata demasiado cedo resumida num aspecto de conjunto. E as ocasiões não se apresentam por si mesmas, elas não se encontram na superfície do ser, nos modos, no pitoresco de uma natureza desordenada e cambiante. É preciso ir lê-las no seio da substância, na textura dos atributos. É uma atividade estritamente monumental que determina a pesquisa do microfenômeno. [...] **quanto menor é o grão da matéria, mais realidade substancial apresenta**; diminuindo de volume, a matéria se aprofunda. (BACHELARD, 1968, p. 124 apud BICALHO, 2009, p. 20. grifo nosso)

É preciso, pois, fazer um recorte do objeto de estudo a partir da sua extremidade e rever a natureza epistemológica da área para reduzir o objeto complexo (processos informacionais) tornando-o uma parte representativa do todo, de modo a tornar visível o “tipo de processo” e o tratamento e uso que será feito da “informação”. Aqui a primeira lição foi teórica, mas é preciso continuar a aprender na prática.

Para Cunha (2009) o conjunto das profissões formam um sistema que é dividido em espaços de práticas de acordo com poder de abstração teórica de cada profissão. Ocorre que, com a evolução das próprias áreas surgem zonas de fronteiras entre elas gerando novos *nichos* de atividades. Aqui a questão se volta novamente à identificação do *nicho* deixado pela Biblioteconomia, Documentação e Arquivologia, áreas que a Ciência da Informação vem historicamente desenvolvendo e empregando o seu *corpus* de conhecimento. O que implica em tecer considerações a respeito da natureza do trabalho, enquanto profissão, para compreender melhor os obstáculos que impedem o reconhecimento do profissional da CI na sociedade contemporânea.

Segundo Freidson (1998) ao se referir à expressão *profissionalização*, destaca que se trata de um:

[...] processo pelo qual uma ocupação organizada, geralmente mas nem sempre por alegar uma competência esotérica especial e cuidar da qualidade de seu trabalho e de seus benefícios para a sociedade, **obtem o direito exclusivo de realizar um determinado tipo de trabalho**, controlar o treinamento para ele e o acesso a ele e controlar o direito de determinar e avaliar a maneira como o trabalho é realizado. (FREIDSON, 1998, p. 98, grifo nosso).

Nesse horizonte, observa-se que o obstáculo que a Ciência da Informação se depara para legitimar a área como campo profissional decorre de razões históricas e culturais. Pois, surgiu sem um legado de uma atividade específica, ou seja, uma ocupação de trabalho. Diferentemente dos médicos, engenheiros e geólogos que antes da institucionalização da profissão já existiam as atividades práticas (ocupação) de cartógrafos, dos curandeiros, dos artífices e construtores, ou seja, existia um *ethus* de classe, que hoje representam o *locus* (objeto de estudo) desses profissionais.

Tal problemática exige que se faça na contemporaneidade uma nova leitura da compreensão da palavra *profissão* para uma determinada categoria, que por razões históricas “impedem” a legitimidade de uma profissão na sociedade em detrimento de outros profissionais. Nessa linha de raciocínio é preciso ter em mente que as profissões não existem isoladamente, razão pela qual se faz necessário também investigar, como as profissões detentoras de *status* e legitimidade conquistaram os seus monopólios na sociedade contemporânea. Este é um projeto *ad futuro*.

Essa discussão no âmbito da Ciência da Informação se desloca para mais duas questões? a) como legitimar o *ethus* de classe? b) como se desenvolver quanto a sua natureza interdisciplinar?

O primeiro problema a ser enfrentado mediante a concepção epistemológica de ciência tradicional reside na questão da área ser portadora de uma teoria própria e detentora de um rigor metodológico, condições *sine qua non* para ser considerada como ciência interdisciplinar. Diante desse impasse, Japiassu (1976) advoga como solução uma orientação aos problemas como uma forma de buscar caminhos mais susceptíveis a prática da interdisciplinaridade nas Ciências Humanas e Sociais na contemporaneidade.

Para Domingues (2004) um campo científico para ser constituído e consolidado necessita de uma vigilância epistemológica para assegurar a integridade do campo nos espaços da integração disciplinar. E, que caso isso não ocorra uma das áreas envolvidas perde sua integridade. Poder-se-ia, então, dizer que se estabeleceria outro tipo de integração disciplinar que não a interdisciplinaridade, a exemplo da multidisciplinaridade, poldisciplinaridade e/ou ainda a transdisciplinaridade.

Para alguns pesquisadores tudo isso não passa de metáforas utilizadas na academia para justificar a agregação de disciplinas para resolver problemas complexos da contemporaneidade. Pombo (1994), por exemplo, diz que a integração disciplinar de ciência moderna não foi uma proposta pedagógica construída, mas uma “aspiração” emergente que foi elaborada no âmbito de discussões entre professores na busca de resolver a fragmentação de saberes. Ademais, acrescenta que no caso da interdisciplinaridade surgiu como proposta fechada, o que descaracteriza a própria natureza das práticas interdisciplinares.

Preocupados com tais questões, vários profissionais da Ciência da Informação se reuniram para debater sobre o papel da informação na contemporaneidade, cujo resultado gerou a publicação do livro, em 2007, intitulado “Informação e contemporaneidade: perspectivas”. Nessa obra vários temas/assuntos são apresentados em forma de Capítulos, que abordam o papel da informação na cultura, nas artes, na educação, na comunicação e na produção científica, bem como na gestão de serviços e os estudos sobre a linguagem.

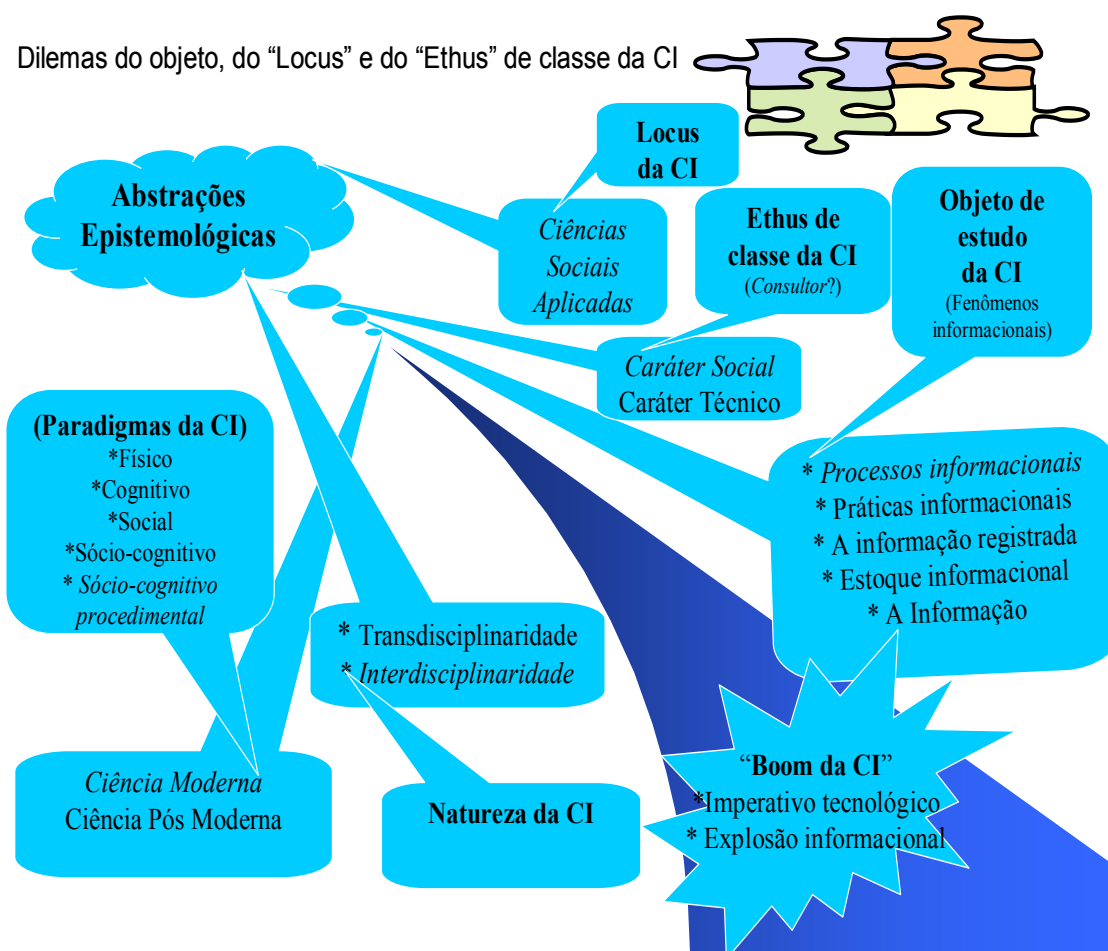
No segundo Capítulo do referido livro são discutidos dois dilemas da Ciência da Informação-(CI): a) Ciência da Informação: uma ciência moderna ou pós-moderna?; b) Ciência da Informação: uma ciência aplicada. Nesse último texto o autor discorre sobre o percurso histórico da formação das ciências sociais na tentativa de encontrar uma resposta para a falta de identidade da CI, e chega a uma conclusão pessimista quanto ao futuro da área, ao dizer que mais parece um,

[...] fantasma [sic que] ronda a Ciência da Informação, e é o fantasma de sua própria identidade. Colóquios, seminários e reuniões são realizados para discutir o tema, livros e artigos consomem papel em busca de respostas às questões fundamentais: **Quem somos? O que fazemos? Para onde vamos?** Classificada como “ciência social aplicada”, a Ciência da Informação vive uma “crise dos paradigmas”, quicá uma “crise de

identidade”. Talvez seja um pouco esclarecedor, nesse sentido, recordar rapidamente como essa “crise” se desenrolou nas Ciências Sociais, das quais a Ciência da Informação seria, hipoteticamente, uma aplicação. (ALMEIDA, 2007, p. 96 grifo nosso).

A figura abaixo apresenta uma síntese das discussões sobre os dilemas da Ciência da Informação e representa o desafio da área para galgar o reconhecimento e legitimidade, enquanto do campo de estudo dos “processos informacionais”.

**Figura 2 - Dilemas da CI: objeto de estudo - lócus - ethus de classe**



Fonte: Do autor da pesquisa. (FREITAS, 2013).

A Figura n. 02 representa simbolicamente os dilemas do processo histórico da institucionalização da área Ciência da Informação -(CI), cujos discursos epistemológicos abstraídos das visões de autores da área estão circunscritos nos “balões” registrados com as expressões: *boom da CI*; *natureza da CI*; *paradigma da CI*; *locus* e *ethus de classe da CI*. As setas dos “balões” que apontam para as “abstrações epistemológicas da CI” simbolizam as sugeridas mudanças de

compreensão do estatuto epistemológicos da Ciência da Informação, enquanto campo de estudo dos “processos informacionais”.

Agora, parece oportuno voltar à questão da pergunta contida nas entrelinhas do título deste texto: qual é o papel da Ciência da Informação na contemporaneidade? E, quem responde aqui é Smith & Tálamo (2007) ao destacar o que pensam a respeito do futuro da ciência frente ao modo de desenvolvimento das sociedades contemporâneas.

Forma-se assim um vínculo entre a **ciência e o progresso**, ou mais precisamente, entre o conhecimento e o seu uso. O valor atribuído ao conhecimento não se relaciona diretamente a sua capacidade interpretativa, mas sim à possibilidade de dominar e transformar o real. Resulta disso que o conhecimento passa a ser integrado aos processos, ferramentas e produtos, promovendo de fato o seu avanço visível. [...]. Essa distinção epistemológica entre o sujeito e o objeto oculta, conseqüentemente, o caráter autobiográfico da ciência: oculta os trajetos do sujeito, da sociedade científica, dos valores e crenças compartilhados. (SMITH; TÁLAMO, 2007, p.31-32).

É possível não cair nessa armadilha? Que base explicativa a Ciência da Informação oferece para estudar a ação informacional procedimental na perspectiva da emancipação? Para responder essa indagação é preciso rever o processo de mudança paradigmático da área no sentido de perceber onde se insere a possibilidade de uma nova compreensão do estatuto do objeto de estudo.

No campo teórico-prático da Ciência da Informação na contemporaneidade um dos pontos de convergência que se observa na literatura da área refere-se ao papel que passou a exercer a informação como fenômeno de ação para a mudança de procedimentos no âmbito das estruturas sociais e humanas. Essa preocupação começou a ser ponto de discussão na CI a partir da crítica aos fundamentos da teoria da comunicação de Claude Shannon (1948).

A tese é esta: só hoje - de 1948, com o *paper* de Claude Shannon, para cá - nos debruçamos, em profundidade e com espanto, sobre o fenômeno informação porque só agora, dada à tecnologia contemporânea, se alterou a relação linear, transparente e inquestionável entre **informação e ação**. (ILHARCO, 2006, Prefácio. Grifo nosso).



Portanto, um dos caminhos que parece sólido a ser trilhado pelos estudiosos da epistemologia da Ciência da Informação -CI para buscar a legitimidade da área como campo científico é repensar a sua prática a partir de uma visão de “integração disciplinar procedimental”, isto é, àquela em que a base teórica é construída decorrente da relação entre os fundamentos da concepção de informação atribuída a CI com os fundamentos, métodos, técnicas e práticas de outras disciplinas. Mas, sem deixar de reconhecer os conhecimentos (não sistematizados) oriundos do senso comum (esfera pública), com vistas a encontrar espaços (nichos) de atuação profissional para a categoria. É dessa forma que a “informação e ação” se materializam na “ação informacional procedimental” a ser exercida dentro de uma estrutura social. Este é o conceito proposto de ação informacional procedimental que se fundamenta nos princípios do agir comunicativo e da razão destranscendentalizada. (HABERMAS, 2002).

No olhar da ciência moderna contemporânea, esta visão de integração disciplinar (procedimental) que reconhece também o conhecimento advindo do senso comum ainda permanece em aberto, embora se observe um movimento teórico nesse sentido.

Relatos de pesquisas se transformaram em livros<sup>15</sup> e, defesas de teses<sup>16</sup> e dissertações têm abordado temas e saberes oriundos da esfera pública, inclusive dos dogmas da religião\_ a fé. Para Bohm (1980) um dos maiores equívocos cometido pela ciência; “[...] àquele de onde advém a maior parte das dificuldades que os cientistas encontram, é a tendência de fragmentar o mundo e ignorar a interconexão entre todas as coisas”. (GRZYBOWSKI, 2010, p. 3777).

Neste horizonte, Japiassu (1976) advoga em prol de uma orientação voltada aos problemas como uma forma de buscar caminhos mais susceptíveis a prática da interdisciplinaridade nas Ciências Humanas e Sociais. Corroborando, Demo (2002)

---

<sup>15</sup> EPEDINO, Ana Maria; ROCHA, Alessandro (org.). **A teia do conhecimento: fé, ciência e transdisciplinaridade**. São Paulo: Paulinas, 2009.

<sup>16</sup> Estas obras podem ser consultadas acessando o site do Centro de Educação Transdisciplinar: [www.cetrans.com.br/textos](http://www.cetrans.com.br/textos).

aponta o caminho da “especialização unidirecional”, com esforço de integração das áreas do conhecimento.

Nestas propostas de integração disciplinar buscam-se o reconhecimento do “direito de poder circular” nos domínios dos fundamentos das diversas áreas, respeitando a autonomia teórica e prática de cada campo, mas com trânsito livre para formar associações sujeitadas a interesses de complementaridade.

Nesta mesma linha de raciocínio, Wersig (1993) foi um dos primeiros autores a apresentar uma proposta prática que une “informação e ação” na perspectiva de um novo estatuto epistemológico de integração disciplinar para a Ciência da Informação. Trata-se de uma abordagem que ele chama de “pós-moderna”, cuja ação tem um caráter reflexivo e teórico voltado para solução (*solution-drivin*) de um determinado fenômeno informacional.

Assim, tomando-se por base essa tendência de mudança paradigmática da epistemologia da CI, buscou-se neste texto apresentar uma abordagem para *ação informacional procedimental* no âmbito de um contexto sócio-político (orçamento participativo) que segue de certa forma essas orientações, mas difere na forma de compreender a racionalidade da ação\_ “a razão destrascendentalizada”. O que implica em buscar uma nova compreensão do objeto de estudo da área para o contexto da contemporaneidade.

No âmbito da epistemologia científica, pode-se verificar que, no que concerne às condições de produção do conhecimento científico, a base da ciência moderna é toda construída sobre os critérios de verdade do conhecimento, que subjazem no próprio interior desse processo científico, tendo como lastro a teoria do conhecimento. Dessa maneira, a relevância desse processo se fixa na ação da investigação e da experimentação, com base nos ideais instrumentalistas de Bacon e Descartes. **Há, todavia, um discurso epistemológico contemporâneo que procura um caminho entre esses extremos**, em que, nas palavras de Santos (1989, p. 72), “a teoria exerce um comando indisputado sobre todo o processo de criação do conhecimento”. (SOUZA, 2011, p. 59, grifo nosso).

É neste novo discurso epistemológico da ciência moderna contemporânea que se insere a possibilidade de rever a compreensão do estatuto do objeto de estudo da Ciência da Informação, quando abre para o profissional da CI atuar nos estudos dos fenômenos informacionais resultantes de *nichos* negligenciados pelas práticas de

outras áreas do conhecimento. É importante destacar que os critérios de validade e justificação dos princípios epistemológicos da ciência tradicional, nessa reflexão, sofrem um deslocamento ao se voltar para a validade do discurso da “razão procedimental habermasiano”, que se circunscreve aqui na busca da emancipação das definições do objeto de estudo da área da Ciência da Informação.

Nesse horizonte, o objeto de estudo poderia a ser, por exemplo, “os processos informacionais”. Para uma melhor explicação do argumento até aqui apresentado é necessário novamente recorrer ao pensamento de Sartre em sua “ontologia do Ser”.

A ideia seria compreender o objeto de estudo da CI a partir do sentido ontológico, isto é, os “processos informacionais” seria uma espécie de “entidade abstrata” que só se materializaria em “objeto concreto” no contexto do desenvolvimento de uma atividade específica no âmbito de uma estrutura social qualquer. Essa passagem da “entidade” para o “objeto concreto” se realizaria por meio do que chamo de “ação informacional procedimental”.

Em outras palavras, os elementos constituintes do “objeto de estudo” seriam identificados num *continuum* da ação informacional procedimental no âmbito da estrutura social investigada, como por exemplo, no orçamento participativo. Desta feita, a natureza do processo (dimensão administrativa) e o fenômeno a ser investigado (assimetria informacional do setor financeiro) seriam revelados. Neste caso exemplificado, o “objeto de estudo” da CI seria: “os processos informacionais do setor financeiro do Orçamento Participativo”.

Evidentemente que temos aqui a consciência de que se trata uma discussão relativista e pragmática. Mas, não no sentido de uma razão situada ou transcendental kantiana, ou seja, seria um tipo de racionalidade construída por um movimento que Habermas chama de destranscendentalizada<sup>17</sup>. Em outras palavras os fundamentos do conhecimento e das regras da ação informacional procedimental seriam construídos pela capacidade dos profissionais da área de ultrapassar os

---

<sup>17</sup> HABERMAS, Jurgen. **Agir comunicativo e razão destranscendentalizada**/ tradução Lúcia Aragão; revisão Daniel Camarinha da Silva. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2002.

preceitos disciplinares a *priori* concebidos. “Trata-se, portanto, de partir de problemas que possibilitam os recortes epistemológicos do objeto empírico, em detrimento de definições espontâneas pré-estabelecidas”. (SOUZA, 2011, p. 77).

Ademais, o objeto de estudo, assim concebido, adquire “propriedades universais” (relativismo), pois deixaria de ser um objeto “disciplinarmente definido” que só se revela mediante os deslocamentos da ação informacional procedimental frente aos fenômenos específicos investigados. Destarte, o agir dessa forma (razão destranscendentalizada) possibilitaria absorver conhecimentos a partir da ação informacional procedimental na relação com profissionais de outras áreas que, uma vez sistematizados os conteúdos disciplinares intersubjetivamente compartilhados lograria a elaboração de uma base teórica explicativa para o reconhecimento e legitimidade da CI, enquanto ciência contemporânea.

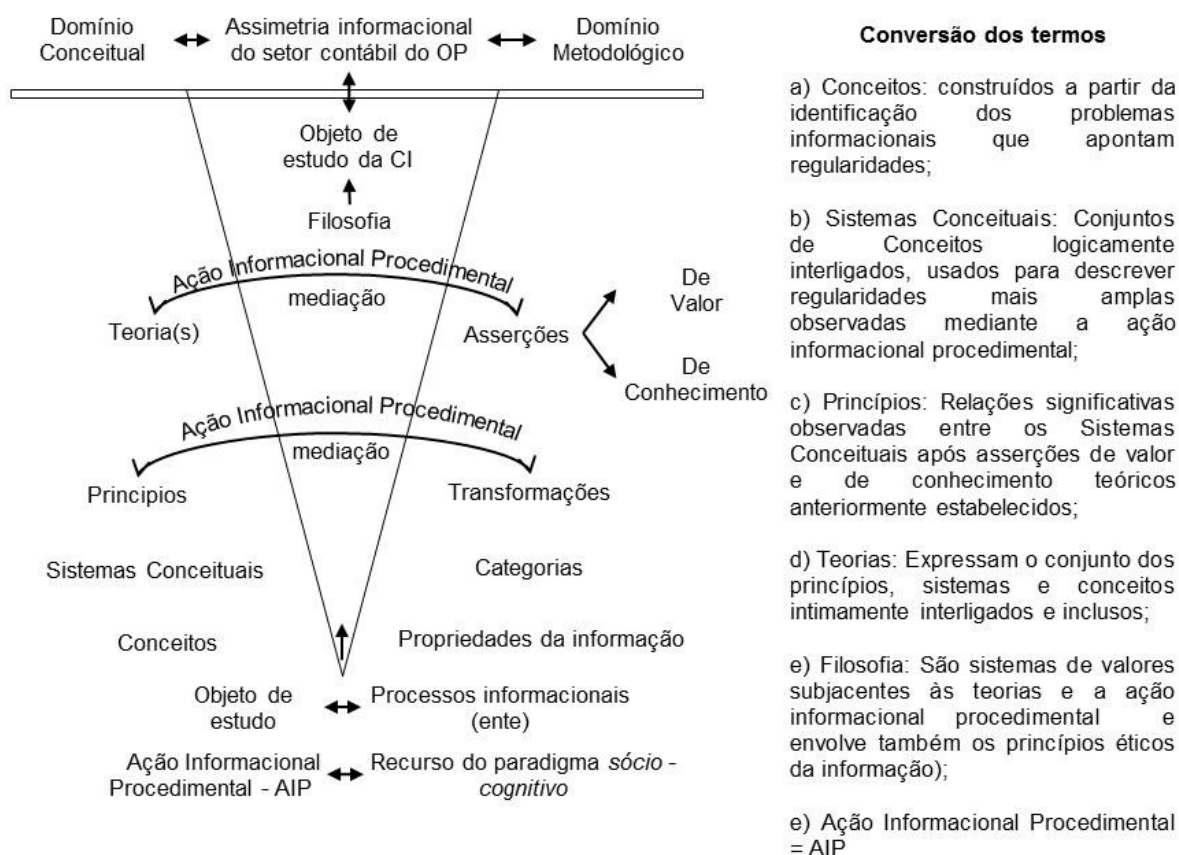
Mas, para a formulação dessa nova visão do estatuto epistemológico do objeto de estudo da CI é necessário definir alguns elementos básicos constitutivos das propriedades da ação informacional procedimental. Esses elementos exigem uma natureza conceitual e metodológica.

A figura n.03 abaixo<sup>18</sup> é uma representação hipotética da formulação da base explicativa da ação informacional *procedimental*, onde suas propriedades (natureza conceitual e metodológica) são os recursos do paradigma *sócio - cognitivo* para estudar os fenômenos informacionais.

---

<sup>18</sup> Originalmente Gowin (1970 –1981 apud MOREIRA, 1990) propôs este “V” como instrumento heurístico para a análise da estrutura do processo de produção de conhecimento (entendida como as partes desse processo e a maneira como elas se relacionam). Em outro trabalho Moreira (1985), abordou o “V” de Gowin como recurso instrucional.

**Figura 3 - Processo de formação do objeto de estudo da CI**



Fonte: Do autor da pesquisa (FREITAS, 2013). Com adaptação do modelo de Gowin/1981 apud Moreira, 1990.

Pode-se observar na figura n. 03 que no final do processo da AIP, o objeto de estudo já foi revelado: “*Assimetria Informacional do Setor Contábil do OP*”. Em outras palavras, simboliza o processo de busca de um percurso investigativo, onde o objeto de estudo da CI é desvendado quando ocorre a mediação (compartilhamento intersubjetivo) entre os elementos do domínio conceitual e metodológico.

Por essa razão é fundamental que ocorra essa “mediação” (compartilhamento intersubjetivo) entre os polos teórico/metodológico para garantir a validade da base explicativa da ação informacional procedimental, cuja “racionalidade” é orientada por pressupostos, premissas e hipóteses. Portanto, sem as amarras das abordagens

teórica e metodológica definidas *a priori*, como nos casos dos preceitos disciplinares tradicionais\_ Esta é a noção da “razão destranscendentalizada”<sup>19</sup>.

No plano prático (o caso exemplificado do OP) por se tratar de um contexto complexo de mediação sócio - político que envolve atores provenientes do “mundo da vida” e do “mundo do sistema”, a ação informacional procedimental exige a participação de “inteligentes coletivos” (equipe de profissionais) de uma mesma área e/ou áreas distinta. Mas, todos devem ser orientados por objetivos comuns, com a nítida compreensão procedimental do “agir comunicativo/razão destranscendentalizada”, expressados como recurso da abordagem da Teoria da Ação Comunicativa habermasiana.

No plano epistemológico refere-se à concepção de integração disciplinar da visão sócio - histórica da ciência; àquela que reconhece o progresso do conhecimento científico na dinâmica da complexidade da sociedade contemporânea.

Trata-se de considerar que cada conhecimento se realiza e progride dentro de condições históricas bem definidas. “Por isso, a epistemologia deverá interrogar-se sobre as relações suscetíveis de existir entre a ciência e a sociedade, entre a ciência e as diversas instituições científicas ou entre as diversas ciências. **O que importa é que se descubram à gênese, a estrutura e o funcionamento do conhecimento científico**” (JAPIASSU, 1977, p. 66). A ciência, nessa perspectiva, é abordada a partir de suas condições sócio históricas amplas e epistemológicas mais restritas. (SOUZA, 2011, p. 60, grifo nosso).

Essa visão epistemológica insere a nova compreensão do estatuto objeto de estudo proposto para a Ciência da Informação – CI ao se coadunar com as condições de produção do conhecimento científico, segundo Domingues (2004). Refiro-me aos três níveis metodológicos de exigência para apreensão do saber científico no contexto da sociedade contemporânea, quais sejam: a descrição, a explicação e a interpretação.

---

<sup>19</sup> HABERMAS, J. Agir comunicativo e razão destranscendentalizada. Rio de Janeiro, 2002. (Título original: Kommunikatives Handeln und detranszendentalisierte Vernunft, 2001)

Assim, a *descrição* é o primeiro passo dado para a compreensão do fenômeno a ser investigado que se inscreve como um procedimento metodológico de base empírica da ciência, no caso proposto para o OP, refere-se à etapa da ação informacional procedimental que busca a compreensão dos problemas (assimetria informacional) ligados à perspectiva dos sujeitos produtores/receptores e ao contexto sócio - cultural, no qual, os mesmos estão inseridos. Em outras palavras é o momento do desvendamento de um conjunto de elementos subjetivos, tais como: os valores, as intenções e os fins visados pelos atores participantes do processo do OP.

[...] os autores assumem assim a especificidade do objeto humano, que fala e interpreta o mundo, como base para a compreensão das relações sociais. [...] o ente pesquisado é de ordem intersubjetiva, a verificação dos resultados inclui os dois contextos, **o da descoberta** e **o da justificação** e os resultados alcançados são considerados parciais, provisórios e abertos a crítica. (FROTA, 2007, p. 53, grifo nosso).

A *explicação*, por sua vez, não é aqui entendida como uma simples descrição do fenômeno investigado, ou seja, da busca para a determinação das tipologias das assimetrias (informacional) observadas no âmbito do orçamento participativo. Mas, o conhecer a origem e o grau de comprometimento do fenômeno dentro da estrutura das relações sociais vivenciadas. Implica em saber a abrangência e as implicações decorrentes, no caso exemplificado, da assimetria informacional nas dimensões administrativas, participativas, financeira, normativa e territorial do OP.

Por fim, a *interpretação*, cuja ação informacional procedimental é orientada para desvendar o que subjaz o *modus significanti* do fenômeno investigado. É o perguntar não pelo “como”, mas pelo o “por que” da existência do fenômeno informacional, para em seguida intersubjetivamente encontrar a melhor forma de enfrentamento, com vistas à emancipação dos problemas informacionais que dificultam a organização e a eficiência dos processos do OP.

Com essa compreensão do estatuto epistemológico do objeto de estudo da CI resolveria também, na prática, o dilema do *locus* e do *Ethos* de classe do profissional da área no contexto da contemporaneidade, que poderia ser consultores especializados para atuar como assessores de outros profissionais em questões que envolvam os fenômenos informacionais dentro de unidades sociais e/ou estruturas sócio - político.

É importante referendar que a base explicativa utilizada para demonstrar a ação informacional procedimental no âmbito do OP integra duas abordagens teóricas heurísticas. Sendo uma orientada pela concepção de Japiassu (1976) quando este pesquisador se refere aos princípios de uma “nova epistemologia interdisciplinar para o contexto da ciência moderna”, que ele chama de “compensadora ao processo de fragmentação do conhecimento”. Nesta, a abordagem epistemológica da ação informacional procedimental é validada na prática pelo *nicho* de atuação profissional (fenômenos informacionais) que se encontra negligenciado nas zonas de fronteiras de outras de disciplinas (áreas).

A epistemologia interdisciplinar é compreendida, de modo geral, no contexto da necessidade de integração de campos disciplinares que se encontram fragmentados e distantes entre si, em função da prática analítica da ciência moderna. Nessa linha, para Japiassu (1976), essa **surge como proposta de uma nova epistemologia compensadora ao processo de fragmentação do conhecimento**. A exigência interdisciplinar estaria, então, envolta de um estado generalizado de carência da prática científica. Anuncia-se, portanto, o momento da necessidade de uma nova epistemologia que pode ser chamada de intervencionista. (SOUZA, 2011, p. 85, grifo nosso)<sup>20</sup>.

A outra base teórica é a do agir comunicativo/razão destranscendentalizada proposto por Habermas (2002), cujas noções foram complementadas no próximo Capítulo e, ao responder a pergunta da pesquisa: “em que contexto comunicativo a ação informacional procedimental se constitui um vetor (mediação) para a formação de novos padrões de cultura cívica no âmbito do orçamento participativo-OP?”.

---

<sup>20</sup> Na tese de doutorado de Souza (2011), no Capítulo 3 “O conhecimento científico contemporâneo: condições de produção e espaços epistêmico - discursivo” pode-se abstrair uma discussão heurística relativa a uma revisão teórico-reflexiva do contexto das mudanças paradigmáticas dos fundamentos da epistemologia da ciência moderna até o deslocamento para a contemporaneidade. Merece destaque aqui a leitura do item “3.5 A epistemologia interdisciplinar” p. 84- 116 da tese de Souza (2011).



### 3 A DEMOCRACIA CONTEMPORÂNEA A LUZ DA TEORIA CRÍTICA

Os direitos à informação pública, a participação popular e a liberdade de expressão/contestação no âmbito da “esfera pública” são concebidos como “direitos fundamentais” para o exercício da cidadania na sociedade contemporânea. Sem os quais, todos os demais direitos conquistados nas distintas fases da história política brasileira, ficam sujeitados a um estado de natureza, portanto, condicionados a vontade de uma minoria detentora de um poder de manipulação. O texto que se segue é orientado por esse pressuposto do “contrato social” do Estado democrático de direito. (FREITAS, 2013).

A proposta desse texto é apresentar as principais “visões” de autores da vertente da teoria crítica que defendem a abordagem pluralista da democracia com vistas a fazer incursões nos modelos de democracia liberal e republicano e, em particular no “modelo democrático procedimental” proposto por Habermas. Com o objetivo de apreender as noções do agir comunicativo/razão destranscendentalizada com vistas a utilizá-las como recurso teórico par o estudo da ação informacional procedimental no âmbito do orçamento participativo-(OP).

Uma discussão com base na “tese” da “coexistência” e da “complementaridade” apontada por Avritzer e Santos (2002) é abordada com a finalidade de demonstrar a possibilidade de conciliação dos modelos de democracia participativa (direta) e representativa (indireta) no âmbito do orçamento participativo-(OP). Complementada com os argumentos de Dahl (1997) em sua obra “Poliarquia” para elaborar um modelo de interação social no qual às “fontes alternativas de informação” quando compartilhada intersubjetivamente pelos participantes dos processos democráticos se constitui numa das garantias para um governo se tornar mais responsivo aos seus cidadãos e, portanto, uma das premissas básicas (variável) para a formação de novos padrões de comportamento cívico no âmbito do OP.

O Capítulo é concluído com uma interlocução com o pensamento crítico de Santos (2002) apresentado na obra intitulada “O país distorcido...”, para refletir sobre a importância das fontes alternativas de informação para o enfrentamento dos problemas que dificultam a organização, a eficiência e a legitimidade das experiências democráticas participativas, a exemplo do OP.

Com esses propósitos, não se poderia dar o primeiro passo para elaboração do texto sem tecer considerações a respeito de alguns pensadores/pesquisadores das abordagens da teoria crítica. Essa preocupação implicou em refletir, mesmo que sucintamente, sobre pelo menos três indagações relacionadas à sociedade moderna: a) em que contexto histórico e social surgiu a ideia de institucionalizar os estudos sobre a teoria crítica no ocidente? b) qual é o pensamento crítico considerado mais relevante para o contexto da contemporaneidade? c) quais são as potencialidades e limites apontados pelos estudiosos da teoria crítica referentes aos modelos teóricos de democracia liberal, republicana e procedimental, esta última também denominada de deliberativa?

### 3.1 As vertentes do pensamento crítico da Escola de Frankfurt.

O texto de Freitag (1998) traz uma relevante discussão referente à institucionalização de uma escola, criada para estudar analiticamente a crise da dialética da razão iluminista frente ao contexto capitalista moderno contemporâneo.

A partir de uma semana de estudos marxistas (Marxistische Arbeitswoche) em 1922 na Turíngia, na qual participaram, além do seu idealizador e organizador, Félix Weil, os marxistas Karl Korsch, Georg Lukács, Friedrich Pollock, Karl August Wittfogel e outros, surgiu a ideia de institucionalizar um grupo de trabalho para a **documentação e teorização dos movimentos operários na Europa**. Procurou-se, desde o início, assegurar o vínculo do Instituto a ser criado com uma universidade. Para tal foi escolhida a Universidade de Frankfurt (FREITAG, 1998, p. 10 grifo nosso).

Assim, foi institucionalizado o “Instituto de Pesquisa Social” (*Institut fuer Sozialforschung*) que posteriormente foi passado a ser chamado de “Escola de Frankfurt” com o objetivo de integrar a temática do socialismo no contexto acadêmico universitário. Dentre as preocupações dos primeiros integrantes se destacam três fenômenos que norteiam os estudos da Escola, os quais são recorrentes na literatura: a) a desilusão da crença da razão iluminista que apregoava o desenvolvimento tecnológico em harmonia com o desenvolvimento social (atribuído à violência e o sentimento de incivilidade causado pela Primeira Guerra Mundial); b) A Revolução Russa (1917) com a implantação do socialismo (seus desdobramentos); c) a derrota da Revolução Comunista Alemã - 1919 a 1923 (as implicações sociais decorrentes).

Na primeira fase da Escola, em 1923, sob a gestão de Gruenberg, a Revista *Archiv fuer die Geschichte des Sozialismus und der Arbeiterbewegung* passou a ser editada para divulgação das pesquisas de cunho documentário voltadas para a história do socialismo e do movimento operário, conforme destaca Freitag na citação acima.

Ao assumir a gestão da Escola em 1930, Max Horkheimer propôs a mudança na orientação dos estudos para uma postura mais “crítica”. As pesquisas sobre os comportamentos sociais antes fundamentadas, exclusivamente, pelas premissas filosóficas dos membros associados frente à ordem normativa do regime político do fascismo e/ou nazismo passaram a vislumbrar outros níveis de significação mais amplos, embora sem deixar de abordar os princípios da teoria da manipulação para compreender os mecanismos de dominação da Alemanha da época.

Para divulgação dos estudos dessa nova orientação da Escola, Horkheimer instituiu a Revista de Pesquisa Social (*Zeitschrift fuer Sozialforschung*) para servir de canal de comunicação e compartilhamento das discussões relativas aos trabalhos teóricos e empíricos com os filiados residentes em outros países, a exemplo da Suíça e Estados Unidos. Essa discussão foi ampliada quando a sede da Escola foi transferida para Genebra (1933) e, posteriormente, para Nova York (1934).

No livro “Teoria tradicional e teoria crítica” publicado em 1937, Horkheimer define o campo teórico da teoria crítica a partir dos preceitos do marxismo, que como se sabe, representa a maior base epistemológica das Ciências Sociais voltada para a compreensão da relação capital versus trabalho, que mais tarde passaram a fundamentar os estudos sobre o capitalismo moderno\_ Por esta razão é atribuído a Horkheimer o pioneirismo do emprego da visão crítica aos estudos do projeto iluminista da Escola de Frankfurt.

Em 1947, na tentativa de teorizar um modelo explicativo para compreensão da realidade social moderna, Max Horkheimer e Theodor W. Adorno lançam o livro intitulado “Dialética do Iluminismo” também referenciado na literatura como “Dialética do esclarecimento” obra considerada pelos especialistas como o texto que apresenta a maior densidade teórica relativa aos fundamentos da teoria crítica da

primeira geração de pensadores da Escola de Frankfurt. Sem negar o projeto iluminista na sua essência os pensadores dessa fase da Escola denunciavam a “razão” e a “ciência” (racionalidade científica estratégica) por considerar que o conhecimento produzido passou ao servir quase que exclusivamente ao mercado, o que contribuiu segundo Freitag (1998) para o processo de crescimento das desigualdades e exclusão social.

O grande desafio dos pesquisadores da teoria crítica dessa fase da Escola era desenvolver novos fundamentos explicativos para examinar criticamente a dinâmica do comportamento social, econômico e político. Em outras palavras a razão prática passou a ser a busca da realização concreta da liberdade e da igualdade à luz da emancipação\_ a construção de um contrato social para a modernidade.

Para Wacquant (2004), por exemplo, esclarece que existem dois sentidos para a noção de crítica, no que se refere à sua origem: **o primeiro vem de Kant** e diz respeito à avaliação de categorias e de formas de conhecimento com o objetivo de determinar sua validade cognitiva e seu valor. O segundo é de Marx, cuja noção está ligada à análise da realidade sócio histórica com o objetivo de expor as formas de dominação e exploração que a definem. Para Wacquant, o pensamento crítico mais frutífero é aquele que se situa na confluência dessas duas tradições, ou seja, da crítica epistemológica e da crítica social, questionando sistematicamente tanto as formas estabelecidas de conhecimento como as de vida coletiva. (VIEIRA; CALDAS, 2006. p. 61, grifo nosso).

Ainda na primeira fase, a Escola de Frankfurt passa por um momento de grande reflexão ao colocar em “prova” os fundamentos anteriores da teoria crítica. A ideia era fazer a crítica da própria teoria crítica. Assim, a reflexão se voltou para a “revisão” das categorias utilizadas para a análise do comportamento social, de modo a não restringir os fundamentos da Escola, apenas, nos preceitos do marxismo. Entrou na pauta o fenômeno da complexidade social (diversidade de fenômenos) da vida moderna.

Pode-se dizer que o pensamento crítico passou a vislumbrar a atualização das abordagens referente à filosofia alemã ao ampliar a orientação metodológica para a discussão e reflexão social a partir de postulados explicativos para a compreensão das potencialidades do mundo social, ou seja, a função básica da teoria crítica seria conhecer como mundo funciona para identificar os obstáculos à realização das suas potencialidades.

A base da teoria crítica está, pois, no seguinte postulado: é impossível mostrar as coisas como realmente são, senão a partir da perspectiva de como elas deveriam ser. Na verdade, o “dever ser” se refere às possibilidades não realizadas pelo mundo social. Não tem caráter utópico, mas analisa o que o mundo poderia ter de melhor se suas potencialidades se realizassem. A identificação das potencialidades permite entender mais claramente como o mundo funciona e, dessa forma, identificar os obstáculos à realização das suas potencialidades. **Assim, a teoria crítica aponta para a prática a partir da realização desses potenciais, por meio da identificação e rompimento dos obstáculos.** É a teoria no ato. O ato é aquele da realização dos potenciais do mundo, e tais potenciais são de natureza necessariamente emancipatória. (VIEIRA; CALDAS, 2006, p. 60-61, grifo nosso).

Aqui se destaca a primeira lição para os pesquisadores. A teoria crítica não pode ser resumida a um conjunto de fundamentos imutáveis, pois o conhecimento produzido é por natureza inquisidor. (VIEIRA; CALDAS, 2006). Ademais, de acordo com o próprio Marx, o comportamento social é um processo que deve ser estudado na perspectiva histórica, espaço e temporal. O teórico crítico analisa os obstáculos da realidade social face às possibilidades de mudanças e/ou transformação da sociedade visando à emancipação do homem mediante as relações sociais, econômicas, educacionais, ambientais, culturais e políticas em que vive. E, acrescenta Vieira e Caldas (2006, p. 62) “o teórico crítico mantém e realimenta seu comportamento crítico frente a tudo que existe, sem se conformar com o que é dado como descrição real”.

Nos estudos da emancipação o que se busca não é compreender o mundo como se apresenta no real, mas examiná-lo de modo a identificar suas possibilidades para a realização de ações mais condizentes com a realidade social. No caso do estudo em tela, significa desprender dos *insignes* epistemológicos da Ciência da Informação - (CI), de modo a caminhar para novas possibilidades de compreender e apresentar soluções (teórico ou prático) para os fenômenos informacionais da sociedade contemporânea.

No que tange os estudos do processo de evolução do pensamento dos membros associados à Escola frankfurtiana percebe-se a predominância de duas vertentes teóricas. A primeira é a análise da crise do modelo iluminista que se volta para as questões relacionadas à busca da padronização do comportamento social. Isso porque Adorno e Horkheimer (1975), pensadores da primeira geração da Escola, buscavam uma teorização do conhecimento tomando por base um conjunto de

“variáveis estáticas” com o propósito de prevê ou controlar de antemão o comportamento social, como se toda a organização social fosse fruto de um único sistema normativo. Essa vertente do pensamento passou mais adiante a ser criticada pelos estudiosos da área por compreender que tais estudos buscavam os fundamentos da ordem social nos postulados weberianos e/ou de Durkheim, teóricos considerados positivistas.

A outra vertente, a dos pensadores da segunda fase da Escola, passou a elaborar um quadro teórico em que a luta de classes do modelo marxista clássico deixou de ser a base histórica de análise das sociedades industrializadas. Dentre os novos fundamentos, pode-se destacar a noção de “contrato social<sup>21</sup>” nas sociedades modernas<sup>22</sup>, o que implica a título de comparação tecer, mesmo que sucintamente, considerações sobre o ordenamento social na sociedade tradicional versus a contemporânea.

Na sociedade tradicional o estudo do comportamento social se vincula à noção de “ideologia” compreendida pela presença de um poder central, a exemplo do poder religioso legitimado pela imagem do agente social detentor desse poder. Nesse modelo de ordenamento social e político, o comportamento e a consciência dos indivíduos são “controlados” a partir de regras interiorizadas de acordo com a classe social a que pertence. Portanto, não poderia contemplar (ou seria do tipo estratégica) as práticas democráticas contemporâneas, a exemplo do orçamento participativo - (OP), pois restringiria a um tipo de “contrato social” que eliminaria a possibilidade de estabilizar a tensão entre a sociedade e o Estado pela via do direito a informação e a participação popular ampla e irrestrita. E, o conflito entre a vontade

---

<sup>21</sup> É importante frisar que o termo “contrato social” sofreu deslocamento do seu significado original em Hobbes (1588-1679); Lock (1632-1704) e Rousseau (1712-1778). Neste, é entendido como um processo histórico, portanto, o seu pressuposto consiste em constituir “normas” para garantir a inclusão para os que estavam excluídos no passado recente. Entretanto, “[...] segundo Santos o contrato social é uma metáfora fundadora da racionalidade social e política da modernidade ocidental. Os critérios de inclusão/exclusão que ele estabelece são os fundamentos da legitimidade da contratualização das interações econômicas, políticas, sociais e culturais” (PASE, 2006. p. 42).

<sup>22</sup> “A modernidade é um processo histórico ligado profundamente ao iluminismo, ao desenvolvimento científico, à reforma religiosa e as revoluções francesa e industrial. Desenvolve-se concomitante e de forma intimamente relacionada ao capitalismo, tendo um dos seus momentos histórico de consolidação quando da ‘descoberta’ do continente americano” (PASE, 2006, p, 87).

peçoal, que é caracterizada pela liberdade individual e a vontade social fundada pelo coletivo, ficaria sujeitado a um estado de natureza onde os indivíduos se enfrentariam, e o processo deliberativo seria estabelecido sempre pelo o detentor e/ou portador do poder de coerção ou manipulação, isto é, não ocorreria o compartilhamento intersubjetivo de informações entre os participantes envolvidos no processo democrático.

A sociedade ocidental contemporânea já contempla um “contrato social” que é histórico e começou a ser construído com o advento da modernidade. Segundo Rousseau (1712-1778) o pressuposto do “contrato social” refere-se à existência de uma tensão estrutural e contraditória entre a vontade individual e a vontade social. A primeira vontade é caracterizada pela “liberdade” e a segunda pelo “coletivo”. Na verdade essa tensão reside em grande parte entre “vontades individuais” e “liberdades”, ou seja, entre os interesses particulares e o bem comum ou coletivo, “cuja regulação implica na necessidade de construir o contrato social”. (PASE, 2006, p. 40).

Pode-se dizer que o contrato social construído historicamente pela sociedade é uma categoria de análise importante para a compreensão do comportamento social contemporâneo. Posto que, vários autores já realizaram pesquisas sobre o impacto do contrato social nas relações entre a educação e o trabalho; a política e as demandas sociais; a economia e a exclusão social e as relações entre a cultura e a democracia na tentativa de elaborar modelos teóricos explicativos para estudar mediante o “fracasso do capitalismo moderno” os problemas oriundos do processo de formação das sociedades modernas, cujos resultados produziram: a) a teoria da modernização que defende o aumento dos níveis educacionais, particularmente o técnico voltado para o desempenho das empresas; b) a teoria do desenvolvimento que considera a necessidade de conter a instabilidade política proporcionada pelo aumento da participação e da incapacidade do Estado atender as demandas crescentes; c) a teoria da dependência que busca compreender o impacto das relações econômicas internacionais nas economias locais através de trocas econômicas desiguais para os países considerados do terceiro mundo, particularmente os da América Latina e; d) a teoria da cultura política que deposita

no legado histórico e cultural os limites do amadurecimento democrático. (SOARES, 1993; BAQUERO, 2003).

No âmbito dos fundamentos da teoria da cultura política se inserem dois postulados de interesse para a pesquisa. O primeiro refere-se ao marco histórico e político da Revolução de 1930 no Brasil. Analisado como o momento da abertura dos canais de informação e construção da “cidadania inclusiva” (participativa) e da formação do Estado moderno brasileiro.

O outro postulado refere-se à análise do papel dos cidadãos na vida pública. Diz respeito ao “aprendizado” decorrente do acesso, uso e compartilhamento de informação de interesse público e social. O pressuposto que se defende aqui é que as fontes alternativas de informação com conteúdos relativos aos atos públicos quando compartilhada de forma intersubjetiva é uma variável importante para o estudo da formação de novos padrões de comportamento cívico no âmbito do orçamento participativo.

Com esses propósitos, o que se pergunta é saber qual abordagem da teoria crítica oferece um caminho possível para estudar a ação informacional procedimental no âmbito de uma estrutura sócio – político, a exemplo do orçamento participativo? A resposta para essa indagação caminhou para a direção do pensamento dos membros da segunda geração de intelectuais da Escola de Frankfurt.

Antes, porém, de apresentar as considerações a respeito desta vertente da teoria crítica é oportuno apresentar uma síntese do pensamento dos pesquisadores da Escola de Frankfurt para ficar mais evidenciado como ocorreu o processo de deslocamento da primeira fase da Escola para atual\_ a segunda geração.

No período entre 1950 a 1960 como já descrito, os fundamentos da teoria crítica eram voltados para a promessa iluminista kantiana pautada na razão crítica libertadora e humanista. Esses fundamentos perderam credibilidade mediante a asfixia imputada pela produção capitalista moderna. Isto ocorreu segundo Freitag (1998) porque o sistema capitalista passou a utilizar dos mesmos fundamentos da razão iluminista para impor sua lógica de mercado e consumo. E, em nome da



modernidade solapou “as consciências individuais, narcotizando a sua racionalidade e assimilando os indivíduos ao sistema estabelecido”. (FREITAG, 1998, p. 20-21).

A partir de então, a Escola passou por um período de estagnação teórica, que em parte foi devido à dispersão dos seus membros e, outra pela resignação dos seus mais ilustres representantes mediante a ausência de uma nova base epistemológica explicativa para o contexto da modernidade. Em meado de 1960 novos filósofos/pesquisadores se associam a Escola, dentre eles Alfred Schmitdt, Ludwig von Friedeburg, Rolf Tiedemann e Jurgen Habermas. Este último é apontado como o principal representante intelectual da teoria crítica na atualidade.

Nascido 1929 em Dusseldorf na Alemanha, Habermas estudou filosofia, História, Psicologia, Economia e Literatura alemã nas universidades de Gottingen, Zurique e Bonn, onde nessa última defendeu sua tese de doutorado sobre “O absoluto na História” em 1954.

Em 1967 Habermas apresenta à comunidade científica a obra “Lógica das ciências sociais” (*Zur Logik der Sozialwissenschaften*) na qual reconstitui a história da reflexão metodológica sobre as ciências sociais ao discutir o empirismo puro, para descrever suas insuficiências e assim buscar compreender criticamente os processos de construção do conhecimento.

Em 1973 com a publicação do livro “*Erkenntnis und Interesse*” traduzido para o português como “Conhecimento e interesse” em 1982, aprofunda suas reflexões epistemológicas sobre as ciências sociais e começa a desenvolver os fundamentos da sua *teoria dos interesses cognitivos* baseada no caráter indissociável do “conhecimento e o interesse”, aplicados tanto para as ciências naturais quanto para as ciências, ditas por ele de “histórico – hermenêuticas”.

Ao retomar a questão da neutralidade das ciências colocada por Max Weber para compreensão da realidade social, Habermas passa a refutar seus argumentos com base no “interesse” que orienta à produção dos conhecimentos, como por exemplo, o interesse técnico para dominação da natureza.

Na obra intitulada “Crítica da cultura”, Habermas completa seus postulados iniciados na obra “Conhecimento e interesse”, e apresenta os primeiros fundamentos epistemológicos da *ação comunicativa*.

A abordagem *epistemológica* é explicitada em vários livros e artigos, entre os quais sua conferência inaugural em Frankfurt, intitulada “Conhecimento e Interesse”<sup>23</sup>, em um livro com o mesmo título<sup>24</sup> e em vários ensaios nos quais polemiza com diferentes correntes do positivismo, como a teoria sistêmica de Luhmann<sup>25</sup>, e a filosofia de Popper<sup>26</sup>. O traço comum desses trabalhos é a crítica do positivismo, que assume sua forma mais metódica em *Lógica das Ciências Sociais*<sup>27</sup>, no qual reconstitui a histórica da reflexão metodológica sobre as ciências humanas, mostrando como as insuficiências do empirismo puro (Nagel, Carnap) vão dando lugar a tipos de reflexão, como a hermenêutica, de Gadamer, que substitui o enfoque objetivante, pelo qual o cientista social se situa como um observador neutro diante do seu objeto, pelo *Verstehen*, a compreensão, que supõe a imersão do intérprete em seu objeto – a cultura – que ele consegue captar, na medida em que dela participa. (HABERMAS, 1980, p. 12. Grifo do autor).

Mas, reconhece que os “interesses” (técnico e comunicativo) estão a serviço da emancipação<sup>28</sup> do homem. E dessa forma, se aproxima do projeto da filosofia da *práxis*, para mover-se na direção do pragmatismo<sup>29</sup> norte-americano,

---

<sup>23</sup> HABERMAS, J. Erkenntnis und Interesse [Conhecimento e interesse. In: *escola de Frankfurt*. São Paulo: Abril Cultural, 1975]. In: \_\_\_\_\_. *Technik und Wissenschaft als Ideologie* [Técnica e ciência como ideologia]. Frankfurt/M., Suhrkamp Verlag, 1973. p. 146-68 (ed. Brasileira pela Inter-Livros, Belo Horizonte).- (Nota da obra “Sociologia”, 1980, p. 12).

<sup>24</sup> HABERMAS, J. *Erkenntnis und Interesse*. Frankfurt/ M., Suhrkamp Verlag, 1968 (2 ed., 1973, com post-scriptum). (Nota da obra “Sociologia”, 1980, p. 12).

<sup>25</sup> HABERMAS, J. e LUHMANN, N. *Theorie der Gesellschaft oder Sozialtechnologie – Was leistet die Systemforschung?* [Teoria da sociedade ou tecnologia social: qual a constituição da teoria sistêmica?]. Frankfurt/ M., Suhrkamp Verlag, 1971. - (Nota da obra “Sociologia”, 1980, p. 12).

<sup>26</sup> HABERMAS, J. Analytische Wissenschaftstheorie und Dialektik [a teoria da ciência analítica e a dialética]; gegen einen positivistisch halbierten Rationalismus [Contra um racionalismo dividido pelo positivismo]. In: ADORNO Th. W. et alli. *Der Positivismusstreit in der deutschen Soziologie* [A disputa do positivismo na sociologia alemã]. Neuwied-Berlin, Luchterhand Verlag, 1969. p. 155-92 e 235-66, respectivamente. O primeiro dos artigos está contido em *Escola de Frankfurt* (Os pensadores, XL VIII). (Nota da obra “Sociologia”, 1980, p. 12)

<sup>27</sup> HABERMAS, J. *Zur Logik der Sozialwissenschaften*. [lógica das Ciências Sociais]. Frankfurt/ M., Suhrkamp Verlag, 1970. ( 1 ed. 1967). - (Nota da obra “Sociologia”, 1980, p. 12)

<sup>28</sup> Fazendo distinção entre o conhecimento instrumental, o qual permite ao homem satisfazer as suas necessidades ajudando-o a libertar-se da natureza exterior, por meio da produção. E o conhecimento comunicativo que o impele a emancipar-se de todas as formas de repressão social, ou dos seus representantes intrapsíquicos. (HABERMAS, 1980, p. 13).

<sup>29</sup> “É de Peirce o postulado básico e original do pragmatismo, de que nossas crenças (nossas verdades) são hábitos bem-sucedidos de ação. Mas, aparentemente, não é esse o elemento peirciano que vai interessar a Habermas. Em vez disso, é sua noção de uma ‘comunidade de

[...] do qual foi assimilando cada vez mais elementos e, como ele mesmo diz, o espírito [...] .Nessa linha, Charles Peirce, considerado o iniciador do pragmatismo, foi a primeira e mais forte influência pragmatista sobre Habermas, presente e explícita desde *Conhecimento e interesse* (1968) até *verdade e justificação* (1999). (SOUZA, 2005, p.31).

Ressalta-se a obra intitulada “*Strukturwandel der Öffentlichkeit*” publicada em 1962, traduzida para o português como “Mudança estrutural da esfera pública”, em 2003 e, os textos relacionados “aos problemas de legitimação do capitalismo tardio”, dentre os quais se destacam: o livro intitulado *Legitimationsprobleme im spaetkitalismus* publicado, em 1973 que foi traduzido para a língua portuguesa, em 2002 sob o título: “A crise de legitimação no capitalismo tardio”.

Nesse percurso investigativo Habermas busca resgatar a conotação inicialmente dada ao termo “esfera pública<sup>30</sup>”, quando nos salões no Século VIII através dos livros e jornais, o cidadão se expressava livremente com relação aos problemas sociais, e que mais tarde perdeu essa conotação para denotar o assentimento dos governados, isto é, a expressão “esfera pública” passou a ter um sentido ideológico, onde o Estado se legitima como instância pública que controla, manipula e promove, transforma-se ele mesmo, no “promotor” do progresso e do bem estar coletivo: O Estado liberal.

A consequência da nova constelação, é que as decisões práticas que afetam a coletividade são agora transformadas em problemas técnicos, resolvidos por uma minoria de *experts*, que têm o *know-how* necessário. Impõe uma despolitização das massas. Esta passa a ser consequência e requisito da nova forma de denominação, legitimada pelo poder de coação (*Sachzwange*) da racionalidade técnica. A redução das decisões políticas a uma minoria (a nova elite dos tecnocratas) significa ao mesmo tempo um esvaziamento da atividade prática em todas as instâncias da sociedade (política, social e mesmo econômica) e a penetração do Estado [...]. (HABERMAS, 1980, p. 16).

---

investigação e interpretação’ (como verdadeiro sujeito do conhecimento), orientada pelo/para o ideal de um consenso não constrangido” (SOUZA, p. 31).

<sup>30</sup> Nesse estudo a expressão *esfera pública* “[...] é descrito como uma caixa de ressonância onde os problemas a serem elaborados pelo sistema político encontram eco. Nesta medida, a esfera pública é um sistema de alarme dotado de sensores não especializado, porém, sensíveis no âmbito da sociedade” (HABERMAS, 2003, p. 91 v. 2). Nesse sentido, consideramos o “OP” um canal de informação que funciona como sensores do espaço público disparando e alertando para a necessidade de discussão de temas de interesse da sociedade em geral.

Ainda na obra “Crítica da cultura” Habermas apresenta uma profunda reflexão relativa às ações do Estado liberal e reformula os conceitos weberianos de racionalidade técnica no plano de uma teoria da ação relacionada à tradição da filosofia pós-wittgensteiniana da linguagem ao propor a reconstituição das condições de produção de enunciados baseadas nas ações linguísticas.

A crítica da cultura, com que Habermas completa sua crítica do conhecimento, tem com ela parentesco evidente. A auto compreensão objetivista da ciência, pela qual ela reprime a estrutura de interesse que condicionam a objetividade dos seus enunciados, tem como correlato a auto compreensão tecnocrática do poder, pela qual ele reprime e substrato político de ações praticadas em nome de uma racionalidade técnica. Em um outro caso, trata-se de trazer à tona esses momentos reprimidos, e nesse processo a crítica contribuirá para revelar, não somente a interpenetração da falsa teoria e da falsa práxis (positivismo e capitalismo tardio) como a interpenetração, em geral, da teoria e da práxis. Essa vinculação, até então meramente postulada sem receber estatuto teórico, vai agora ser conceptualizada numa *teoria da competência comunicativa*<sup>31</sup>. (HABERMAS, 1980. p 17).

No que se refere à ação lingüística, todo ato de linguagem num primeiro momento refere-se ao “*ato locucionário*”, ou seja, é um ato de proferir enunciado com significação determinada, abstraindo-se da situação do discurso. Num segundo momento, o ato de linguagem adquire um sentido particular em relação ao enunciado, isto é, o ato de linguagem diz respeito ao que pretendemos dizer, prometer, ameaçar e informar. É nessa dimensão *ilocucionária* dos estudos dos atos da linguagem que nos interessa de perto, pois nos será útil para compreender o ato proposicional de referência<sup>32</sup> no âmbito do orçamento participativo -(OP).

A compreensão da força ilocucionária dos atos de linguagem ganha maior significado com a ‘Teoria geral dos atos da linguagem e a teoria do agir comunicativo’, quando ela faz referência à obra de John R. Searle. Nossa atenção se volta para a importância da contribuição de Searle, quando este

---

<sup>31</sup> Os trabalhos mais importantes, nos quais Habermas desenvolve essa teoria, são: Habermas, J. Vorbereitende Bemerkungen zueiner Theorie der Kommunikativen Kompetenz [Nota preparatórias para uma teoria da competência comunicativa]. In: \_\_\_\_\_. LUHMANN, N. *Theorie de Gesellschaft oder Sozialtechnologie*. p. 101-141; HABERMAS, J. *Wahrheitstheorien* [Teoria da verdade]. In: *Wirklichkeit und Reflexion – Walter Schulz zum 60. Geburtstag* [Realidade e reflexão -Homenagem ao 60 aniversário de Walter Schulz]. Organizado por H. Fahrenbach Pfullingen, Neske Verlag, 1973. p. 211-266. (HABERMAS, 1980, p. 17 nota).

<sup>32</sup> O ato de referência “[...] diz respeito à correlação entre a intenção e a sua expressão verbal, que se apoia no princípio de expressividade, segundo o qual o que se quer significar, pode ser dito” (MAGALHÃES, 1997 apud MERLIN, 1997, p. 59).

integra à teoria geral dos atos de linguagem, esboçada por Austin, a análise do ato proposicional de referência. Esse ato proposicional de referência diz respeito à correlação entre a intenção e a sua expressão verbal, que se apoia no princípio de expressividade, segundo o qual, tudo o que se quer significar, pode ser dito. [...]. Entendemos que essa contribuição de Searle sobre a correlação entre a intenção e a sua expressão verbal tem grande aplicação no princípio discursivo. A constatação da existência de comprometimento nos proferimentos, e de responsabilidades, dependendo do tipo de proferimento, ganha importância ao verificarmos que os atos de linguagem são governados por regras constitutivas, que, diferentemente das regras regulativas, criam ou definem novas formas de comportamento e estabelecem uma equivalência entre fazer e dizer. (MAGALHÃES, 1997 apud MERLIN, 2000, p. 59).

Para Habermas toda comunicação lingüística é ao mesmo tempo metacomunicação. Trata-se de uma ação de comunicação que ocorre por meio de uma transmissão de conteúdos propositais, que por sua vez, estão submetidas a especificações das condições pragmáticas de aplicação dessas mesmas proposições. E, inclui a validade da fala na ação comunicativa.

Em cada situação da fala, existem quatro “expectativas de validade” (*Geltungsansprüche*): a de que os **conteúdos transmitidos são compreensíveis**, a de que **os interlocutores são verazes**, a de que os **conteúdos propositais são verdadeiros**, e a de que o locutor, ao praticar o ato linguístico em questão (afirmando, prometendo, ordenando), tinha **razões válidas** para fazê-lo, isto é, agia de acordo com normas que lhe pareciam justificadas. (HABERMAS, 1980, p. 18 grifo nosso).

Aqui é crucial discutir a validade do conteúdo proposicional, por considerar o interesse de estudar o que está sendo dito a respeito dos fenômenos informacionais no âmbito do orçamento participativo - (OP). E o que “está sendo dito”, Habermas chama de *discurso*. E acrescenta Habermas, o discurso na abordagem da ação comunicativa todas as “expectativas de validades” citadas anteriormente ficam suspensas, “até que a afirmação do discurso seja confirmada ou refutada até que a norma seja considerada legítima ou ilegítima”. Significa dizer que a afirmação do discurso só é verdadeira quando se chega ao consenso, pautado pela razão comunicativa. (HABERMAS, 1980, p. 18).

Com essas argumentações, Habermas busca redefinir o interdito positivista de Hume e especialmente de Max Weber quando esses estudiosos da área social consideram as proposições descritivas como as únicas susceptíveis de validação. (HABERMAS, 1980, p. 18).

No livro chave de sua obra, "*Theorie des Kommunikativen Handelns*" publicado em 1982, traduzido para o espanhol como "*Teorie de las Acción Comunicativa*" em 1987, Habermas ambiciona satisfazer três pretensões básicas para fundamentar a Teoria da Ação Comunicativa-(TAC), quais sejam: a) desenvolver um conceito de racionalidade comunicativa capaz de fazer frente às reduções cognitivas do tipo instrumental, o qual se tem feito uso para validar a razão; b) desenvolver um conceito de sociedade que associe aos paradigmas de *mundo da vida* e de *mundo do sistema*; c) empreender uma teoria de modernidade que evidencie e explique as patologias e deficiências sociais a partir da reconstrução do "projeto iluminista".(HABERMAS, 1980).

Em 1992 Habermas lança a obra "*Faktizität und Geltung: beiträge zur diskurstheorie des Rechts und des demokratischen Rechtsstaats*" em dois volumes, traduzida para o português como "Direito e democracia: entre factividade e validade" em 2003. No segundo volume, reformula pontos cruciais dos postulados da TAC e passa a "rejeitar a ideia" de uma norma de ação comunicativa inerente exclusivamente a fala, ao perceber a imprescindibilidade do direito para a estabilização da linguagem na esfera pública. (HABERMAS, 2003 apud MIRANDA, 2009).

É importante frisar que a compreensão do termo "discurso" sugerido seria o percurso dos vários sujeitos: "o sujeito do mundo da vida" e "o sujeito do mundo do sistema" e que essas "ordens sociais" administram os sentidos dos vários discursos com base num jogo de saberes e poderes, estes também frutos de uma construção discursiva.

A opção por esse modo de compreender o *discurso* significa inverter a tradição intelectual de pensar um sujeito constituído de um saber. É o saber que constitui os sujeitos no mundo da vida. Posto que, ao colocar os sujeitos como produto da articulação entre o saber construído no mundo da vida, Habermas descarta a possibilidade de um processo de racionalização que conduz as mudanças sociais, como teorizava Max Weber, e, nesta perspectiva, busca uma forma de investigação distinta daquela usada pelos cientistas sociais clássicos. (HABERMAS, 1980).

Tal posicionamento exige do pesquisador, um conhecimento a respeito dos tipos de racionalidade de ação social que estão presentes no trabalho comunitário.

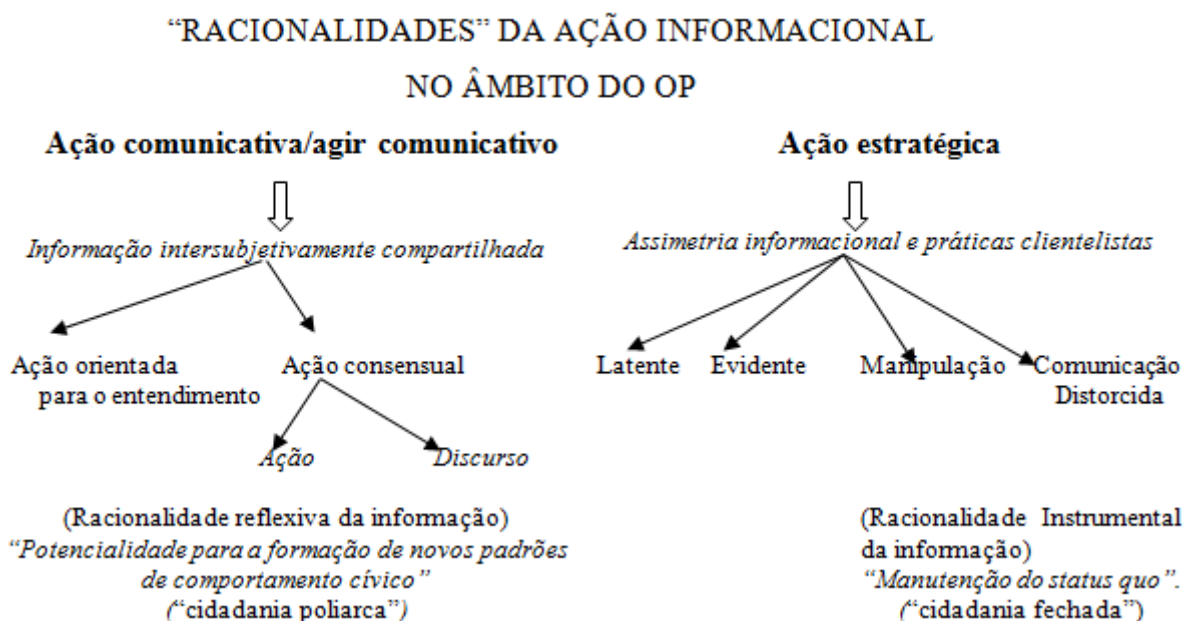
Podem-se distinguir os diferentes tipos de ação social em função do modo como especificam a coordenação da ação entre as ações direcionadas a metas dos diferentes participantes, cada um com suas pretensões de validade. **A ação teleológica** ocorre quando o modo de coordenação visa ao entrelaçamento de cálculos egocêntricos de utilidade. Essa ação pode tornar-se ação estratégica quando nesse cálculo entrar a antecipação de decisões por parte de, pelo menos, um ator. **Ação regulada normativamente** ocorre se o modo de coordenação visa a um acordo socialmente integrante sobre valores e normas, instituído através da tradição cultural e da socialização; e **ação dramática**, quando visa uma relação consensual entre atores e seu público. Por último, se a ação objetiva alcançar entendimento em um processo de interpretação cooperativo e permite o estabelecimento de relações com o mundo, têm-se **a ação comunicativa**. (HABERMAS, 1982 apud BAUMGARTEN, 1998, p.145 grifo nosso).

Significa examinar as operações discursivas, que no caso do estudo em tela, quer dizer, identificar o tipo de racionalidade da coordenação do OP para saber até que ponto a coordenação da gestão do OP é responsivo aos atores envolvidos nos processos participativos, no que se refere ao apoio a fomento de espaços públicos e a abertura para o acesso, uso, compartilhamento e produção da informação disseminada no âmbito do OP.

Portanto, é através da identificação do tipo de racionalidade da ação de coordenação que abre para a possibilidade de estabelecer níveis e estágios para avaliar o grau de comprometimento dos atores do “mundo do sistema” envolvidos em práticas democráticas participativas, expressado no direito a informação de caráter social e pública.

A figura abaixo ilustra o caso extremo da ação informacional mediada por dois tipos de racionalidade de ação social (a comunicativa *versus* estratégica) atuando no âmbito do orçamento participativo-(OP).

Figura 4 - Comparação de dois tipos de ação social



Fonte: Do autor da pesquisa (FREITAS, 2013), com adaptação (HABERMAS, 1996, p. 10 apud MERLIN, 2000)

A Figura 4 apresenta dois tipos de racionalidade da ação informacional, onde a ação comunicativa está representada pela abertura dos canais de comunicação e informação para validade do discurso orientado ao entendimento para o que é melhor para o bem comum e/ou do coletivo (estágio de “cidadania poliarca”). Por sua vez, a ação estratégica está representada pelos discursos da comunicação distorcida (assimetria informacional) que leva a manutenção do *status quo* (estágio de “cidadania fechada”) no processo de disseminação da informação no âmbito do OP.

Dentre as possibilidades de acesso à problemática dos modelos de racionalidades presentes nos estudos dos processos democráticos, Habermas (2002) propõe a reconstrução racional das interações linguísticas, que tem como princípio a interpretação da razão, enquanto agir comunicativo. O que quer dizer que, na linguagem está presente um nexos de entendimento e consenso que possibilita a integração dos atores sociais no “mundo da vida”.



O termo mundo da vida<sup>33</sup> na concepção de Habermas (1987, p. 196) é um ambiente complexo, que implicitamente inter-relaciona em um só contexto três níveis de interpretação: a cultura, a sociedade e a personalidade.

A cultura, com seu acervo de saber, “[...] *los participantes em la comunicación se abastecen de interpretaciones para entenderse sobre algo en el mundo*”. A sociedade está presente “[...] *las ordenaciones legítimas através de las cuales los participantes em la interacción regulan sus pertencias a grupos sociales, assegurando com ello la solidariedad*”. E a personalidade refere-se a um conjunto de “[...] *lãs competências que convierten a um sujeto em capaz de language y de acción, esto es, de entendimento y para afirmar em ellos su propia identidad*”. (HABERMAS, 1987, p. 196).

Embora a concepção de “mundo da vida” de Habermas possua uma lógica de integração social distinta da integração sistêmica<sup>34</sup>, esta argumentação se sustenta na pesquisa que estuda o papel da informação no âmbito do orçamento participativo - OP pelo pressuposto de que é possível através da “*ação informacional procedimental*” construir um *telos* de uma racionalidade capaz de interligar os “dois mundos”. Pois, ambas as memórias não são duais, ou seja, uma não exclui a outra, mas se complementam intersubjetivamente mediante o “agir comunicativo”, quando pautado numa ética e moral discursiva mediada pelos dispositivos constitucionais que estabilizam a “*ação informacional*” para garantir o *direito ao acesso à informação pública* e a *participação* do cidadão comum em todas as instâncias do processo do OP.

---

<sup>33</sup> Retomaremos essa discussão no segundo Capítulo “Escolha da abordagem teórica central da pesquisa”, ocasião em que abordaremos os princípios epistemológicos da Teoria da Ação Comunicativa (TAC), a relação existente entre os diferentes saberes e sua validade no mundo da vida, com a pretensão de descrevê-los para servirem de subsídios para a análise dos dados da pesquisa.

<sup>34</sup> “Os sistemas funcionam em termos de auto - preservação; o mundo da vida comporta a reprodução cultural, a integração social e a socialização. Os sistemas orientam-se e são avaliados em termos de êxito na adequação de meios para alcançar fins; os componentes do mundo vida são avaliados, respectivamente, em termos de: racionalização do saber, solidariedade entre os membros e autonomia do indivíduo”. (HABERMAS, 1999, apud FROTA, 2004, p.12).

Essa perspectiva de análise implica em conceber o orçamento participativo - OP como fruto da tessitura de basicamente duas memórias discursivas: a *memória institucional*, aqui denominada de *sistêmica*, a qual dita normas, elabora o discurso oficial que regula e torna real um aparato de regras; e a *memória do mundo da vida* subjacente ao discurso oficial, onde reside um saber atemático<sup>35</sup>, que é um saber ainda não sistematizado. Significa ensejar um querer saber a respeito de algo que se pergunta pelo o que ainda não se sabe, mas que se move em direção do desvendamento do que se está perguntando: *razão comunicativa*.

Assim, a opção pela abordagem de Habermas se justifica face o interesse em estudar o agir comunicativo/razão destranscendentalizada como um recurso teórico para pensar sobre em que contexto de interação social a “ação informacional procedimental” pode se constituir num vetor (mediação) para a formação de novos padrões de comportamento cívico no âmbito do Orçamento Participativo-(OP), no atual estágio da democracia brasileira. Mas, para garantir a validade deste contexto integrativo é preciso vencer os desafios impostos pelos modelos de democracia contemporânea.

Uma última descrição sobre a trajetória dos estudos das obras de Habermas é uma advertência, pois esse filósofo social trata a questão da ação comunicativa/agir comunicativo/razão destranscendentalizada a partir de um conjunto complexo e intrincado de abordagens sociológicas, linguísticas e filosóficas.

Por essa razão, para não correr o risco de entrar numa discussão que transcenda ao enfoque informacional dado a pesquisa, se fez a opção para analisar os aspectos da linguagem enquanto ato proposicional de referência, expressado aqui nas visões dos autores do *corpus* teórico selecionado para o processo investigativo.

---

<sup>35</sup> O saber atemático é oriundo da vida cotidiana. Trata-se de um saber que está implícito nos indivíduos que participam de processos de interpretação cooperativos. É um saber “pré – teórico”, ou seja, é um saber subjetivo, que não está sistematizado teoricamente. “É um saber que não se pode fazer consciente ou pô-lo em dúvida voluntariamente”. (HABERMAS, 1982, p. 494 apud BAUMGARTEN, 1998, p.149 ).

### 3.2 Os modelos teóricos de democracia contemporânea: limites e potencialidades.

Na concepção liberal de democracia as noções básicas, tais como o *direito a participação* e a *informação* estão nos conteúdos do *marketing político* e comparecem como retórica das “regras do jogo”, conforme Bobbio (1986). Em tais circunstâncias, a ideia de participação emerge de um comportamento egoísta não solidário, onde prevalecem, exclusivamente, os fins a serem atingidos mediante os processos democráticos.

Esse modelo de democracia não passa de um projeto tributário e não contribui para a formação de uma cultura cívica cidadã. Ao combinar a busca “violenta pelos fins” e a “falta de reflexão crítica” associada à produção de uma visão embaralhada do mundo, da perplexidade diante do presente e do futuro, do impulso para ações imediatas que dispensam à ação comunicativa, reforça as tendências à aceitação da construção de uma racionalidade instrumental no âmbito dos processos democráticos. (SANTOS, 2002).

Os “temas censurados” são retirados da linguagem pública ou transferidos para uma linguagem especializada e incompreensível para o cidadão comum, a exemplo do que pode ocorrer no âmbito do OP quando “informações com conteúdos técnicos” do orçamento público são utilizadas, exclusivamente, para justificar o não atendimento de determinadas demandas sociais e/ou em detrimentos da aprovação de outras demandas.

Na concepção republicana de democracia, a potencialidade do processo de consenso depende das “virtudes cívicas” dos cidadãos (governantes) voltados para o bem comum, o que evidencia dependência da condução dos processos democráticos pautados, estritamente, numa ética dos discursos políticos.

A diferença decisiva reside na compreensão do papel que cabe ao processo democrático. **Na concepção “liberal”**, esse processo cumpre a tarefa de programar o Estado para que se volte ao interesse da sociedade: imagine-se o Estado como aparato da administração pública, e a sociedade como sistema de circulação de pessoas em particular e do trabalho social dessas pessoas, estruturada segundo leis de mercado. A política, sob essa perspectiva, e no sentido de formação da vontade dos cidadãos, tem a função de congregar e impor interesses sociais em particular mediante um

aparato estatal já especializado no uso administrativo do poder político para fins coletivos. **Segundo a concepção “republicana”**, a política não se confunde com essa função mediadora: mais que isso, ela é constitutiva do processo de coletivização social como um todo. Concebe-se a política com forma de reflexão sobre um contexto de vida ético. Ela constitui o *médium* em que os integrantes de comunidades solidárias surgidas de forma natural se conscientizam de sua interdependência mútua e, como cidadãos, dão forma e prosseguimento às relações preexistentes de reconhecimento mútuo, transformando-se de forma voluntária e consciente em uma associação de jurisconsortes livres e iguais. Com isso, arquitetura liberal do Estado e da sociedade sofre uma mudança importante. Ao lado da instância reguladora descentralizada do mercado, ou seja, ao lado do poder administrativo e dos interesses próprios, surge também a *solidariedade* como *terceira fonte* de integração social. (HABERMAS, 2002, p. 269 - 270. grifo do autor).

Mas, ao assumir alguns elementos da concepção liberal e republicana, o modelo de democracia procedimental os combina com uma nova gramática social e os integra para formar um conceito de procedimento mais próximo de um ambiente ideal, para que os problemas das práticas democráticas e decisões sejam pautados pelos entendimentos resultantes de deliberações intersubjetivas.

Esse *procedimento democrático* cria uma coesão interna entre *negociações*, *discursos de auto entendimento* e *discurso sobre justiça*, além de fundamentar a suposição de que sob tais condições se almejam resultados ora racionais, ora justos e honestos. Com isso, a razão prática desloca-se dos direitos universais do homem ou da eticidade concreta de uma determinada comunidade e restringe-se a regras discursivas e formas argumentativas que extraem seu teor normativo de base validativa da ação que se orienta ao estabelecimento de um acordo mútuo, isto é, da estrutura da comunidade lingüística. [...] Com essa descrição estruturais do processo democrático fica traçado o itinerário para se chegar a uma *conceituação normativa de Estado e de Sociedade*. (HABERMAS, 2002. p 278 grifo do autor).

No modelo de democracia procedimental prevalece o contexto comunicativo onde os participantes do processo deliberativo compartilham informações de conteúdos de interesse social e individual na busca de uma interação consensual motivada por razões válidas. (HABERMAS, 2002).

Mas, não se pode deixar de reconhecer os limites de todos os modelos democráticos, sejam os realizados de acordo com a racionalidade convencional (liberal e republicana) de formação institucionalizada da opinião e vontade, como os informalmente produzidos nas redes da opinião pública (procedimental), pois todos

mantém uma aproximação interna com os contextos de um universo de vida cooperativo e racionalizado. (HABERMAS, 2002)<sup>36</sup>.

As discussões acerca das finalidades e valores do liberalismo, do republicanismo e das formas de democracias participativas são diversas e profundas. Os modelos, expressos acima [...] têm o mérito de expor de forma didática a essência de cada concepção, às quais separamos em quatro categorias: o papel conferido ao Estado, a Sociedade, a ação política e ao Cidadão. É nítido o diferencial básico de cada concepção: o mercado como princípio auto regulador na visão liberal, o Estado regado e altamente controlado pela Sociedade Civil na visão republicana e a Sociedade Civil com esfera autônoma, diferente dos outros princípios, na visão da política deliberativa. (BERAS, 2008, p. 62-63).

Mas, o que diferencia o modelo procedimental dos modelos acima aventados é o reconhecimento por parte do Estado de uma “esfera pública” considerada como espaço de todos os cidadãos, onde através do direito a informação, participação e de contestação pública pode-se empreender ações autônomas e coletivas para o enfrentamento dos problemas das práticas democráticas em interação com o mercado, organizações sociais e como o próprio Estado.

Como o modelo procedimental de Habermas foi o escolhido para nortear o processo de investigativo, a pergunta que cabe fazer aqui é saber como superar as críticas apontadas por pesquisadores a essa visão alternativa (procedimental) de entender o exercício da democracia?

O que se pode perceber nos trabalhos de Habermas é um certo “ufanismo” acerca da capacidade de participação dos indivíduos, pois o autor acredita que os cidadãos são naturalmente movidos por uma série de capacidades comunicativas, o que garantiria que uns reconheçam aos outros na esfera política como iguais. Na realidade o que parece inspirar Habermas é possibilidade de um padrão de equidade comunicativa, que não corresponde à equidade social em condições políticas, econômicas e culturais diferenciadas ou em situações de exclusão. O autor defende, em alguns momentos, a inclusão dos “mais fracos”: “as fronteiras da comunidade estão abertas a todos e também justamente aqueles que são estranhos e querem continuar sendo estranhos” (HABERMAS, 2002, p. 8), **entretanto, não chega a apresentar uma técnica para propiciar essa inclusão em situações consolidadas de exclusão.** (OLIVEIRA FILHO, 2009, p. 68, grifo nosso).

---

<sup>36</sup> Esse tema pode ser aprofundado a partir do Capítulo intitulado: “Três modelos normativos de democracia” do livro de HABERMAS, J. **A inclusão do outro**. São Paulo: Loyola, 2002.

A resposta a essa crítica quem oferece é Bobbio (1986, p. 31, grifo nosso) ao dizer que “o único modo de fazer com que um **súdito transforme-se em cidadão** é o de atribuir àqueles direitos que os escritores do século passado chamavam de *activae civitatis* (cidadania ativa); com isso, a educação para a democracia surgiria no próprio exercício da prática.”

Para validar essa assertiva de Bobbio (1986) basta observar o processo histórico de construção dos direitos fundamentais<sup>37</sup> que não se confundem com prerrogativas, privilégios ou status que eram deferidos aos “cidadãos” ou súditos desde a antiguidade\_ o clientelismo. Mas, ao processo que se relaciona aos novos movimentos sociais que em conflito com os poderes constituídos conquistaram os direitos sociais até chegar ao plano de maior expressão a categoria dos direitos ao acesso a informação e a participação pública, os quais estão consolidados nos planos constitucionais, no caso brasileiro nos dispositivos regulamentares da Constituição de 1988.

Isto posto, importa saber como se realiza a intervenção (deliberação procedimental) dos participantes nos processos democráticos aos quais a ordem jurídica reconhece capacidade?. A discussão que se segue servirá de resposta a essa indagação e de lição para superar o problema da “patologia da representatividade” no âmbito do orçamento participativo-OP.

Quando a intervenção se manifesta sem colaboração de interlocutores, dir-se-á que é participativa (direta) a democracia. Se os membros da coletividade indicar representantes, os quais tomarão as decisões vinculatórias do corpo social, a democracia será representativa, também denominada de indireta. (BONAVIDES, 1998 apud RIBEIRO, 2000, p 35).

A Grécia foi o berço da democracia direta, mormente Atenas, onde o povo, reunido no Ágora, para o exercício direto e imediato do poder político, transformava a praça pública ‘no grande recinto da nação’. A democracia

---

<sup>37</sup> Ver Sampaio (2004) na obra intitulada “Direitos fundamentais: retórica e historicidade” onde apresenta uma trajetória histórica do processo de construção dos direitos humanos desde a “Declaração de Ciro, Rei da Pérsia (570 a.C) passando pelos “Doze Tábuas (450 a. C), as “Declarações” dos Estados Unidos (1776) e da França (1789) até chegar as Constituições brasileiras. (VITÓRIO, 2011, p. 20).

antiga era a democracia de uma cidade, de um povo que desconhecia a vida civil, que se devotava por inteiro à coisa pública, que delibera com ardor sobre questões do Estado, que fazia de sua assembleia um poder concentrado no exercício da plena soberania legislativa, executiva e judicial. Cada cidade que se prezasse da prática do sistema democrático manteria com orgulho um *Ágora*, uma praça, onde os cidadãos congregassem todos para o exercício do poder político. O *Ágora*, na cidade grega, fazia pois o papel do parlamento nos tempos modernos. (BONAVIDES, 1998, 268).

E destaca o professor Bonavides em nota de rodapé: “Um povo sem *Ágora* era um povo escravo, como hoje o é sem liberdade de opinião e sem direito ao sufrágio”. (apud NITTI, 1933, p. 53). Acrescento aqui, sem direito a informação de caráter social e pública.

São necessárias, no entanto, condições especiais para o pleno exercício da democracia direta e indireta. Na antiguidade, duas condições objetivas foram essências para por em prática a democracia direta. A primeira se deve a existência de uma base social escrava que tinha como única função dar suporte à economia da época, o que permitia ao homem livre dedicar-se aos assuntos públicos em tempo quase integral, sem ter a preocupação com a produção dos bens materiais. A segunda, diz respeito ao comportamento e atitudes éticas do cidadão frente aos problemas da cidade, decorrente de uma tomada de consciência quanto à impiedosa necessidade de integração na vida política. (BONAVIDES, 1998, p. 268 -269).

Mas, não pode dizer que se tratava de uma “consciência cívica cidadã” dos cidadãos daquela época. Pois, não havia “[...] para os gregos, uma separação clara entre, de um lado, o indivíduo e, de outro, o Estado. A separação axiológica não se fazia e, por causa desse engajamento filosófico, sujeito e coletividade não constituíam, como hoje, realidades *ônticas* perfeitamente separáveis”. (BONAVIDES, 1998 apud RIBEIRO, 2000, p. 36-37).

O Estado se modernizou e com isso novas práticas democráticas foram implantadas - o modelo indireto (representativo). Nesse modelo, o poder é do povo, mas é exercido pelos seus representantes, os quais têm o dever de atender as demandas sociais junto à administração pública via edição de leis e atos de governo.

Dentre as características mais marcantes do modelo de democracia representativa (indireta), pode-se destacar:

[...] a soberania popular; esteio legitimador de todo o poder, o sufrágio universal, com pluralidade de partidos políticos e candidatos aos postos eletivos; a previsão constitucional do princípio da divisão das funções do Estado; a igualdade de todos perante a lei; a adesão clara ao princípio da fraternidade social; a representação como base das instituições políticas; a limitação das prerrogativas dos governantes; o Estado de direito, com proteção às liberdades individuais e públicas, sobretudo àquelas ligadas ao pensamento e sua livre manifestação; a transitoriedade dos mandatos e, finalmente, a garantia de existência e de atuação das minorias políticas, com ampla possibilidade de também se fazerem representar para atuar no cenário das decisões coletivas. (BONAVIDES, 1998 apud RIBEIRO, 2000, p. 38).

Na abordagem crítica da teoria democrática, o direito de votar é apenas uma das conquistas sociais. Implica, na verdade, no direito de participar dos órgãos públicos, de agir em defesa da preservação da esfera da intimidade, no respeito à autonomia dos indivíduos, no reconhecimento do outro, na transparência das ações dos gestores públicos, no acesso a informação pública e na multiplicação de foros abertos, o que caracteriza uma nova “gramática social”. (AVRITZER, 2002).

Portanto, é preciso ultrapassar os limites impostos pela representação política calcada nos princípios da democracia liberal, posto que:

[...] a expansão global da democracia liberal coincidiu com uma grave crise desta nos países centrais onde mais se tinha consolidado, uma crise que ficou conhecida com a da dupla patologia: a patologia da participação, sobretudo em vista do aumento dramático do abstencionismo; e a **patologia da representação**, o fato de os cidadãos se considerarem cada vez menos representados por aqueles que elegeram. (SANTOS, AVRITZER, 2002, p. 42, grifo nosso).

Pode-se concluir aqui que o exercício da cidadania, expressado no direito a informação pública e a participação dos cidadãos comuns em vários níveis da vida social parece residir à resposta para a crise da “patologia da representação” no âmbito dos modelos de democracia discutidos neste texto. Para além de um governo responsivo as preferências de seus cidadãos, esses “direitos” são importantes para garantir que a representação política seja complementada pelas ações efetivas dos cidadãos comuns nos processos democráticos: no enfrentamento das práticas clientelistas e dos problemas de assimetria informacional; na capacitação de receitas públicas; no planejamento dos gastos públicos; na produção das informações públicas e na defesa dos próprios direitos fundamentais.



### **3.2.1 A “patologia da representatividade” da democracia: OP como alternativa?**

Dentre as possibilidades de combinação entre democracia participativa (direta) e democracia representativa (indireta), Santos e Avritzer (2002) sugerem a “tese” da coexistência e da complementaridade. Ambas, implica uma convivência em níveis diversos, das diferentes formas de procedimentalismo, organização administrativa e variação de desenho institucional.

A democracia representativa em nível racional (domínio exclusivo em nível da constituição de governo; a aceitação da forma vertical burocrática como forma exclusiva da administração pública) coexiste com a democracia participativa em nível local, acentuando determinadas características participativas já existentes [...]. A segunda forma de combinação complementaridade, implica uma articulação mais profunda entre democracia representativa e democracia participativa: pressupõe o reconhecimento pelo governo de que o procedimentalismo participativo, as formas públicas de monitoramento dos governos e os processos de deliberação pública podem substituir parte do processo de representação e deliberação, tais como concebidos no modelo hegemônico de democracia. (SANTOS; AVRITZER, 2002, p. 75 -76 grifo nosso).

Na originalidade das novas formas de experimentação democráticas residem os potenciais de emancipação dos problemas da representatividade política, a exemplo do OP. “Esses potenciais, para serem realizados, precisam estar em relação com a sociedade que aceite renegociar as regras da sua sociabilidade, acreditando que a grandeza está na capacidade de inventar, e não de imitar”. (SANTOS; AVRITZER, 2002, p. 77).

A coexistência do modelo de democracia participativa (direta) e representativa (indireta) só é possível se a representatividade for limitada pelos princípios constitucionais, isto é, por um contrato social que garanta a proteção das minorias, a divisão de poderes, os direitos fundamentais e a “[...] vinculação de todo poder estatal ao Direito” (MERLIN, 2000, p.117).

No livro de Macpherson (1978, p 110) intitulado “A democracia liberal” este autor demonstra ser favorável à coexistência dos modelos de democracia direta e indireta a partir da formulação de um sistema piramidal de democracia, onde na base ocorreriam as deliberações com participação ampla e irrestrita e, cada nível seguinte à base a participação perde força até chegar ao nível do cume da pirâmide, onde ocorreria o mais alto grau de representatividade.

Um dos idealizadores da primeira experiência institucional do orçamento participativo-(OP), o da cidade de Porto Alegre/RS, em matéria publicada pelo Jornal “Folha de São Paulo” defende a possibilidade de convivência pacífica entre os dois modelos acima aventados, ao dizer que: “[...] dar força cogente ao controle público não-estatal significa aprofundar o regime democrático e dar consequência à combinação da democracia representativa com a democracia direta, prevista no art. 1, par. Único da própria Constituição”. E, acrescenta ao dizer que esta combinação “civiliza” o Estado, e viabiliza a possibilidade para um controle externo, capaz de limitar a lógica corporativa e/ou confluência de interesses, exclusivamente privados ou políticos. (GENRO; GENOÍNO,1995).

A formulação de coexistência harmoniosa dos modelos de democracia que se defende aqui para a superação da “patologia da representatividade” da democracia contemporânea se baseia nos princípios da democracia procedimental. Mas, desde que sejam garantidos os direitos elementares (isonomia, isotimia e isagoria) no âmbito da “esfera pública”, conforme expressa Habermas.

A luz do princípio do discurso é possível fundamentar direitos elementares da justiça, que garanta a todas as pessoas igual proteção jurídica, igual proteção a ser ouvido, igualdade da aplicação do direito, portanto o direito a serem tratadas como iguais perante a lei.[...] Resumindo, é possível constatar que o direito a iguais liberdades subjetivas de ação, bem como os correlatos dos direitos à associação e das garantias do caminho do direito, estabelecem o código jurídico enquanto tal. Numa palavra: não existe nenhum direito legítimo sem esses direitos. (HABERMAS, 2003, v. 2, p. 162).

Essa discussão sobre os direitos merece tecer uma breve consideração sobre o que Habermas chama de “esfera pública” face ao deslocamento original dessa expressão e emprego na contemporaneidade. Na Revista “PROBLEMATA/*International Journal of Philosophy*”, João Pessoa. v. 3, n.2, 2012.

(Dossiê: A esfera pública 50 anos depois/The public Sphere 50 years later) contempla um conjunto de artigos relevantes sobre o processo de evolução conceitual da expressão esfera pública, que serviram para reescrever a compreensão do seu emprego na atualidade.

De acordo com Dutra e Couto (2012) Habermas começou a construir o conceito de “esfera pública” como base na concepção grega de organização da *polis*, conforme descreve Bonavides (1998) quando nas praças públicas os cidadãos se reuniam para discutir formas e estratégias para superar os problemas que assolavam as cidades (estados) daquela época.

A raiz da definição de um modelo de esfera pública Habermas a busca na revisão da concepção grega de organização da *polis*, pois sustenta que nela faz-se possível a publicidade entendida como lugar dos debates públicos em busca da verdade. Uma esfera onde cidadãos deliberam sobre temas de interesse público e nos próprios diálogos forjam suas capacidades de emancipação. (HABERMAS, 1994, p. 43 apud DUTRA; COUTO, 2012. p. 180).

As bases epistemológicas explicativas para o deslocamento original do conceito de “esfera pública” para o contexto contemporâneo podem ser encontradas também no Livro “Mudança Estrutural da Esfera Pública”, mas especificamente no texto de Dutra (1994) ao descrever o processo de mudança nos meios de produção capitalista dos países como a Inglaterra, França e Alemanha. Como marco histórico, destaca o papel da burguesia (capitalismo burguês) do século XVII quando seus representantes começaram a fazer pressões sobre as monarquias e os parlamentos no sentido de provocar mudanças estruturais na esfera do poder (o absolutismo) que criava barreiras para o livre comércio, cuja implicação ocasionou posteriormente a separação entre o “público” e o “privado”. (HABERMAS, 1994, p. 66-68).

Configura-se assim, a “esfera pública” como pertencente ao “reino” da liberdade de expressão onde tudo pode ser dito. Portanto, pode-se dizer que foi o movimento burguês do início do XVII que renasce à ideia de “esfera pública” como espaço de formação de opiniões coletivas.

O ambiente é o dos cafés e clubes de debate, antes lugares próprios unicamente da publicidade literária, que se transformam em lugares típicos da “publicidade burguesa”. Por sua vez, as opiniões forjadas naqueles

espaços passam a gerar influência nas decisões tomadas pelos poderes estatais. (DUTRA; COUTO, 2012, p. 180).

No século XIX com a expansão do desenvolvimento do capitalismo industrial a ideia de “esfera pública” se desloca para o espaço da individualização, isto é, o ambiente da ação pública e privada perde seu marco delimitador. Passa a prevalecer à opinião viabilizada pela “publicidade comercial”. Nessa visão, os interesses públicos são solapados pelos interesses privados. “A mídia passa a projetar um modelo de privacidade, de subjetividade, no qual a esfera privada familiar perde forças e, com isso, não se distinguem mais esfera privada de esfera pública”. (HABERMAS, 1994, p. 189).

Parafraseando Habermas (1994) a esfera pública não pode ser identificada como uma instituição onde existe controle de poder. Deve ser um ambiente “aberto” ou um espaço livre onde o fluxo de discursos orienta o argumento legitimador. Pode-se acrescentar que o direito ao acesso a informação pública confere força mediadora para a participação do cidadão na “coisa pública”, quando compartilhada intersubjetivamente dentro de um espaço público legítimo.

[...] nela (sic esfera pública) atua a sociedade civil como agente de controle, gerador de demandas e meio de pressão que emerge das esferas privadas e atua no âmbito público. Portanto, uma esfera pública independente do Estado, algo que se transforma em um ponto diferencial em relação a momentos históricos anteriores, quando o Estado e o público se confundiam em suas funções. (DUTRA; COUTO, 2012, 181).

Esta compreensão do conceito de esfera pública na contemporaneidade é importante para explicar a viabilidade da coexistência do modelo de democracia participativa (direta) e representativa (indireta). Nela está representada a sociedade civil como geradora de demandas, cujos discursos exercem pressão nos organismos do Estado e do setor produtivo privado.

Portanto, se amolda a proposta de superação da patologia da representatividade no âmbito do orçamento participativo-(OP), quando é definida, como diz Habermas ao se referir a esfera pública: [...] “como uma caixa de ressonância onde os problemas a serem elaborados pelo sistema político encontram eco. Nesta medida, a esfera pública é um sistema de alarme dotado de sensores não especializado, porém, sensíveis no âmbito da sociedade” (HABERMAS, 2003, p. 91 v. 2).

Assim, pode-se dizer que o “OP” enquanto espaço de deliberação é um *médium* que capta da “esfera pública” as discussões sobre temas/assuntos de interesses coletivos, cuja ação prática exprime pressões no âmbito do poder constituído para a concretização das necessidades de demandas e serviços sociais.

Destarte, para que o OP possa servir de exercício de cidadania o “[...] equilíbrio político de interesse exige a escolha de delegados (sic conselheiros regionais e locais) encarregados das tarefas de formação de compromissos; o modo de escolha deve ser cuidar para que **haja uma representação equitativa** de situações de interesses e de preferências dadas”. (HABERMAS, 2003, v 1 apud HAMEL, 2009, p. 228-229 grifo nosso).

Mas, adverte Habermas que a “integração” entre a deliberação participativa (direta) e representativa (indireta) dos processos democráticos só é válido mediante a construção de um ambiente propício para tornar o “discurso simétrico”, e assim representar a pluralidade dos discursos existentes no processo até chegar ao entendimento que seja intersubjetivamente consensual para ambas as esferas; a pública e a do sistema.

O discurso, assim concebido, passa a ser um condutor sensível aos estímulos, temas e contribuições, informações e argumentos fornecidos por uma esfera pública pluralista e próxima à base, estruturada discursivamente. E, se transforma numa força (potencialidade) de uma associação de livres e iguais. (HABERMAS, 2003 apud HAMEL, 2009).

Resta agora à explicação de como um governo pode se tornar responsivo aos seus cidadãos para a superação da “patologia da representatividade” no âmbito do OP? Em Dahl (1997) pode-se encontrar uma abordagem que fundamenta os potenciais que regem um governo democrático e responsivo às preferências de seus cidadãos. O autor do livro “Poliarquia” descreve uma serie de condições e requisitos básicos necessários para garantir institucionalmente o direito de participação e contestação pública nos processos democráticos.

O quadro a seguir, relaciona as oportunidades e garantia institucionais essenciais para a formação de um Estado democrático participativo e pluralista, denominado por Dahl de Estado *Poliarca*.

<b>Quadro 3 - As “Fontes Alternativas de Informação” e o exercício da cidadania</b>	
<b>OPORTUNIDADES PARA:</b>	<b>GARANTIAS INSTITUCIONAIS</b>
a) Formular preferências	1 Liberdade de formar e aderir a organizações
	2 Liberdade de expressão
	3 Direito de voto
	4 Direito de líderes políticos disputarem apoio
	5 Fontes alternativas de informação
b) Exprimir preferências	1 Liberdade de formar e aderir a organizações
	2 Liberdade de expressão
	3 Direito de voto
	4 Elegibilidade para cargos políticos
	5 Direito de líderes políticos disputarem apoio
	6 Fontes alternativas de informação
	7 Eleições livres e idôneas
c) Ter preferências iguais na conduta do governo	1 Liberdade de formar e aderir a organizações
	2 Liberdade de expressão
	3 Direito de voto
	4 Elegibilidade para cargos políticos
	5 Direito de líderes políticos disputarem apoio
	6 Fontes alternativas de informação
	7 Eleições livres e idôneas
	8 Instituições para fazer com que as políticas governamentais dependam de eleições e de outras manifestações de preferência.

Fonte: Dahl (1997, p. 27 grifo nosso).

No quadro n. 01 observa-se que na coluna das garantias institucionais (direita) o item “*Fontes alternativas de informação*”<sup>38</sup> aparece de forma recorrente nos três tipos de oportunidades para formular e exprimir preferências iguais na conduta de governo (coluna da esquerda). Portanto, é uma das garantias institucional para que um governo venha ser caracterizado como responsivo as preferências dos seus cidadãos. Esta argumentação de Dahl (1997) oferece uma excelente oportunidade para rerepresentar o pressuposto formulado para o problema inicial da pesquisa, ao destacar que a assimetria informação existente nas dimensões participativas, administrativas, financeiras, normativa - legal e territorial no âmbito do orçamento participativo pode ser minimizada quando os atores sociais, de forma intersubjetiva

---

<sup>38</sup> Segundo Dahl (2009, p. 100) através das fontes alternativas de informação “[...] os cidadãos têm o direito de buscar fontes de informação diversificadas e independentes de outros cidadãos, especialistas, jornais, livros, telecomunicações e afins”.

passam a ter acesso e fazer uso de “fontes alternativas de informação” para subsidiar as discussões no processo de deliberação política.

Em *On Democracy*, assim como em *Democracy and its Critics*, esta mesma preocupação aparece com a introdução dos critérios que servirão como guia ideal para avaliar um governo democrático. Os critérios “participação efetiva” e “compreensão clara” sobre políticas alternativas relevantes e suas possíveis consequências cumprem exatamente o mesmo papel, ou seja, **os cidadãos devem ter direitos a se informarem sobre as possíveis alternativas em jogo e a vocalizarem as suas preferências**. Para isto, as associações independentes (grupos de interesses, organizações de *lobbies* e os partidos políticos) assumem um papel importante, uma vez que elas irão não apenas disponibilizar informações, mas também abrir oportunidades para discussão, a deliberação e a aquisição de habilidades políticas. Por isso, elas se tornam necessárias e desejáveis nas democracias de grande escala (DAHL, 2002, p. 82 apud FARIA, 2005, p. 40-41 grifo nosso).

Implica em dizer que em “condições propícias” de interação social<sup>39</sup> a utilização de “fontes alternativas de informação”<sup>40</sup> no âmbito do OP contribuem para subsidiar as discussões (ação informacional procedimental/agir comunicativo/razão destrancendentalizada) dos atores sociais, o que abre para a possibilidade de ampliar o nível de compreensão para o desempenho de seus papéis. Ao atingir esse estágio de consciência crítica, propicia o fomento ao sentimento de solidariedade<sup>41</sup> e

---

<sup>39</sup> As condições adequadas de interação social “[...] além do atendimento as premissas básicas apontadas na página 8, pressupõe a formação de um ambiente comunicativo propício ao discurso; porque somente a argumentação discursiva permite resolver as problematizações quanto à validade das afirmações ou a legitimidade das normas. Ademais, o discurso pressupõe também a interação, porque somente podem ser admitidos ao nível do discurso àqueles participantes que *como atores*, preenchem as condições do modelo da comunicação pura. (HABERMAS, 1980, p. 20).

<sup>40</sup> Consideramos “Fontes Alternativas de Informação” documentos que extrapolam os conteúdos formais e técnicos relativos ao orçamento público, como por exemplo, as cartilhas educativas, jornais, relatórios, atas, legislação e outros documentos que versam sobre o OP. Importa esclarecer também que a existência de *fontes alternativas de informação* é uma das garantias institucionais para um regime de governo se torna responsivos aos seus cidadãos no Estado *Poliarca*, segundo Dahl (1997).

<sup>41</sup> O *sentimento de solidariedade* nesse texto significa a busca da “[...] religação indivíduo-espécie-sociedade na e pela regeneração de cada uma dessas instâncias. Essa regeneração pode partir do despertar interior da consciência moral, do surgimento de uma fé ou de uma esperança, de uma crise, de um sofrimento, de um amor e, hoje, do chamado vazio ético, da necessidade que vem da deterioração ética”. (MORIN, 2005, p. 29). Não se trata da busca de um novo fundamento para ética, mas de uma compreensão de uma *racionalidade* intrínseca existente entre o *indivíduo* ↔ *espécie* ↔ *sociedade*. Nem tampouco de uma benevolência para com o próximo, pois, segundo Habermas (1991, p. 70 grifo nosso) “[...] do ponto de vista da teoria da comunicação surge em contrapartida, uma relação mais estreita entre a preocupação pelo bem-estar do próximo e o interesse pelo bem-estar-geral: a identidade do grupo reproduz-se por relações intactas de reconhecimento recíproco. Por conseguinte, o ponto de vista complementar ao igual tratamento a nível individual não é a benevolência, mas antes a **solidariedade**. Este princípio radica na experiência da necessária responsabilidade pelo outro, visto que todos têm de estar de igual forma interessados, enquanto

identidade local, na medida em que aumenta a oportunidade para seguirem normas de convivência social, isto é, os atores sociais passam a se enxergar como iguais politicamente. Em outras palavras, os atores passam a ter consciência dos problemas coletivos relacionados à sua comunidade, a discutir os problemas das práticas democráticas (por exemplo, o clientelismo e assimetria informacional) e a reivindicar demandas de programas e serviços sociais mais condizentes com as necessidades locais.

Ademais, Dahl (1997) ao relacionar as garantias institucionais propõe a construção do que se pode se chamar de uma espécie de “contrato social” no âmbito do Estado democrático direito para legitimar a abertura de canais de comunicação e informação (contestação pública) e a participação efetiva na vida pública (inclusividade/participação).

Com este propósito Dahl (1997, p. 30) elabora um diagrama com duas escalas (Figura n. 05), onde o segmento de reta vertical representa o grau de “contestação pública/oposição ao governo” e o segmento de reta horizontal representa o grau de “participação popular” na gestão pública de um governo, com o objetivo de demonstrar a possibilidade de mudança de um regime político de governo de hegemonia fechada se deslocar para o modelo de governo de democracia plena. Com essa proposição, estabelece a seguinte classificação quanto aos tipos existentes de regimes de governos.

#### a) Hegemonia fechada

Quando o regime de governo não oferece nenhuma oportunidade para o cidadão comum contestar publicamente ou participar da “coisa pública”, como por exemplo, o direito ao voto e de se organizar coletivamente. Nesse sistema de governo, o “orçamento participativo-(OP)” não poderia ser operacionalizado e/ou a coordenação do OP seria do tipo estratégica;

---

companheiro da mesma causa, na integridade do seu universo comum”. E acrescenta Habermas “[...] a justiça entendida numa perspectiva pós-moderna só pode convergir para a solidariedade enquanto sua contrapartida, no caso desta se ter transformado à luz da idéia de uma formação da vontade geral e discursiva”.(1991, p. 77).



b) Hegemonia inclusiva

Regime de governo que permite um alto índice de abertura para participação do cidadão na “coisa pública”, mas em contrapartida é vedada a liberdade para fazer oposição ao governo. Nesse regime, prevalece a racionalidade instrumental, ou seja, no caso do OP, a coordenação da ação de informação impediria o “agir comunicativo” dos atores sociais participantes do processo de deliberação;

c) Oligarquia competitiva

Nesse sistema de governo o regime outorga ao cidadão o direito de se manifestar publicamente, fazendo oposição ao governo, mas sem direito a participação da “coisa pública”. Nesse caso, o OP seria, apenas, um instrumento de manipulação do governo onde as demandas sociais seriam definidas por uma equipe técnica oriunda do próprio governo;

d) Poliarquia:

Recebe essa classificação o regime de governo que mais se aproxima de uma democracia ideal ou plena. Significa dizer que é imputado ao cidadão uma ampla abertura para contestar publicamente o governo e participar plenamente de todas as ações políticas de interesse público. É no regime poliarca de governo que as condições de interação social são consideradas especiais (contexto comunicativo), conforme formulação da pergunta da pesquisa.

Para concluir a reflexão proposta para esse texto, uma última indagação foi necessária: a quem cabe a responsabilidade de desenvolver ações com vistas a garantir o acesso à informação pública com transparência e lisura \_ O Estado, as instituições, a imprensa (mídia), as organizações/empresas e/ou a sociedade civil organizada?

Na obra “Pais distorcido<sup>42</sup>: o Brasil, a globalização e a cidadania”, Milton Santos (2002) tece uma crítica a alguns atores sociais, denominados por ele de “deficientes cívicos”. Ao se referir ao “principal pecado da imprensa” :

Frente à tirania do mercado, a imprensa tornou-se uma indústria frágil, impedida, exceto de forma residual e intermitente, de corresponder cabalmente ao seu papel histórico de ajudar a formar uma **opinião independente**. Em sua dimensão global, o mercado controla uma produção oligopolística de notícias por meio das agências internacionais e nos apresenta o mundo atual como fábula. Em suas dimensões nacional e local, o mercado, agindo como mídia, segmenta a sociedade civil, influi sobre o fluxo e a hierarquia do noticiário e aconselha a espetacularização televisiva de certos temas, confundindo os espíritos em nome de uma estratégia de vendas adotada pelos jornais como forma de sobrevivência. O remédio, aqui, é um veneno, num círculo vicioso que acaba por ser o seu principal pecado. Estará a imprensa pecando em nome próprio ou em nome e em favor do mercado? (SANTOS, 2002, p. 148 grifo nosso).

Habermas (2005) vai mais além quando se refere ao futuro da sociedade face ao papel exercido pelos atores responsáveis pela ordem econômica, e chega a ser pessimista:

O futuro tornou-se negativo: no umbral do século XXI desenha-se o panorama assustador dos riscos que ameaçam interesses vitais em nível global. Isso significa que a espiral armamentista, a difusão descontrolada de armas nucleares, o empobrecimento estrutural dos países em desenvolvimento, o desemprego e os crescentes desequilíbrios sociais nos países desenvolvidos, os problemas de sobrecarga do meio ambiente e as grandes tecnologias capazes de provocar catástrofes fornecem os temas que se introduzem na esfera pública a noção de que as forças produtivas se transformam em forças destrutivas. (apud LIMA, 2008, p. 105).

Mas, aponta um caminho para a mídia, que ele chama de quarto poder. Na obra “Direito e democracia: entre factividade e validade” publicada em 2003, destaca os papéis (mídia) que deveria realizar nos sistemas políticos e democráticos, dentre os quais: a) a supervisão no ambiente sócio-político responsável pelo bem-estar do cidadão; b) o fomento a formação da consciência crítica; c) a defesa ao direito a participação, expressão que aqui se pode colocar como subjacente ao *direito a informação*.

---

<sup>42</sup> Este texto foi amplamente discutido na disciplina “Fundamentos Sociais da Informação” ministrada pela professora Alcenir Soares dos Reis/ECI/PPGCI/UFMG, cujos debates em sala de aula proporcionou a referida reflexão.

Na pesquisa realizada por Faria (2005) fica evidente a importância que assume o papel da mídia como instrumento alternativo de divulgação de informação de caráter público, particularmente quando se objetiva atingir localidades diversas (municípios), como foi o caso do seu estudo sobre o processo de implantação do orçamento participativo estadual de Porto Alegre/RS. “A Tabela 5 mostra que a mídia foi o meio mais eficaz de divulgação do OP-RS 2001. 22, 2% dos delegados souberam do OP estadual por meio da TV, rádio e/ou jornal”. (FARIA, 2005, p. 182).

E o que se pode dizer da “responsabilidade social” das organizações nacionais no que se refere às ações voltadas para o exercício da cidadania no contexto da sociedade contemporânea? Neste tocante, é preciso ter cuidado para não confundir “ações cívicas” com “ações filantrópicas”. Para refletir acerca dessas questões o pensamento de Dupas (2005) foi importante, particularmente o revelado na sua obra “O amplo domínio do capital e o imperativo da legitimação democrática<sup>43</sup>”

Antes, porém é necessário discernir o que significa “responsabilidade social”, aqui compreendida como “ações cívicas”. Etimologicamente a palavra responsabilidade deriva do latim *respondere*, que significa responder. Segundo o dicionário Michaelis (1998), responsabilidade é “a qualidade de responsável”, que “responde por atos próprios ou de outrem”, que “deve satisfazer os seus compromissos ou de outrem”. As diferentes significações percebidas para o termo suscitam que a “responsabilidade social” se associa as questões ligadas à área do dever, da obrigação legal ou moral que, por sua vez, remete ao campo da ética e dos costumes - hábitos ligados às manifestações de cada coletividade através de suas tradições, vivências e crenças.

Diante do exposto, agora é possível refletir sobre a distinção entre “ação cívica” e “ação de filantropia” no contexto contemporâneo. No texto de Dupas (2005) é possível extrair duas correntes do pensamento que buscam explicar o significado

---

<sup>43</sup> Resenha/síntese do Capítulo do livro **Atores e poderes na nova ordem global**: assimetrias, instabilidades e imperativos de legitimação. São Paulo: UNESP, 2005. p. 81-124., elaborada mediante a disciplina “Fundamentos Sociais da Informação”, ministrada pela professora Dra. Alcenir Soares dos Reis/ECI/PPGCI/UFMG, 2009.

das ações filantrópicas nas sociedades modernas. Uma, está associado ao discurso ideológico da racionalidade capitalista, cuja ação social subjaz a tentativa de “humanização” do modo de produção.

Para compreender o caráter ideológico nesta perspectiva, pode-se recorrer a Karl Max, considerado o inaugurador do pensamento da corrente crítica histórica que buscou desvendar a lógica da “ação de responsabilidade social” frente à racionalidade capitalista. Nos estudos sobre a crítica da dinâmica capitalista elabora uma visão de mundo para superar o “fetichismo da mercadoria”, que segundo o próprio Max esconde a versatilidade das ações sociais através da “mascara da humanização do capital” para se adequar às novas necessidades históricas do processo de acumulação. (PANIAGO, 1999).

Outra corrente teórica que busca explicação da ação de filantropia carrega os fundamentos e princípios religiosos. Nessa vertente, Max Weber é o teórico que melhor formulou o alicerce dessa base ao tomar por referencia a análise da “ética protestante”, particularmente nos princípios religiosos do Calvinismo que apregoava que os homens deveriam busca a salvação espiritual na dedicação ao trabalho\_ “Deus ajuda a quem trabalha”. E, as “boas obras” destinadas aos mais carentes da sociedade passaram a representar um “sinal” e condição para a “salvação”, não porque constituíssem em um meio para alcançá-la, mas porque eliminava a dúvida acerca dessa possibilidade\_ um critério dogmático de verdade.

Para Max Weber, o capitalismo se apropriou desses princípios religiosos e construiu o espírito de sua racionalidade, até mesmo para explicar em nome da “responsabilidade social” os investimentos em obras e serviços voltados para o segmento mais carentes da sociedade, como uma forma de eliminar o “sentimento de culpa” provocado pela precarização do trabalho mediante o processo de produção capitalista. (WEBER apud GIDDENS, 2000).

É imperativo salientar, que as obras sociais passaram a ser desenvolvidas nos Estados nacionais sob a guarida das fundações, que em geral, receberam o nome dos seus fundadores, atestando mais uma vez, a capacidade do modo de produção capitalista de encontrar estratégias de renovação para a obtenção da *mais-valia*

conquistada pelas marcas das ações filantrópicas que passaram a ser uma vitrine para legitimar as imagens de suas empresas.

As ações de filantropia se expandiram no século XIX, cujos exemplos mais emblemáticos foram os das empresas “Rockefeller”, “Mellon” e “Henry Ford” que as utilizaram para o enfrentamento das crises ocorridas em meados dos anos 1880 e 1890, mas que tinha como pano de fundo, “acalmar as pressões” advindas do segmento da sociedade que sentia desamparada e fora do progresso industrial. Portanto, “o dom da filantropia e da responsabilidade social” incorpora o *modo de ser* do *capital*, ligado ao seu próprio processo de reprodução. (DUPAS, 2005, p.188-119).

No Brasil, as ações de filantropia e/ou de “responsabilidade social privada” começaram a ser desenhadas com a chegada das empresas multinacionais nos anos 1940 e 1950, quando passaram a adotar mudanças nas relações do capital com o trabalho ao adotar novas culturas funcionais no ambiente produtivo. Paralelo a essas ações, o Brasil assiste às primeiras transmissões televisionadas e o rádio transistor passou a disseminar informações de caráter público para as classes sociais menos favorecidas. Entretanto, em meados de 1960 observou-se um retrocesso dessas iniciativas, devido ao regime político vigente (Golpe de 1964) que impedia a liberdade de expressão: a censura.

Somente com o processo de redemocratização brasileira a partir da década de 1980, as “ações cívicas” privadas voltaram a ser novamente utilizada pelo setor produtivo. Como exemplo, pode-se citar o modelo do Plano de Comunicação da Rhodia que centrou sua preocupação na qualidade e sistematização da comunicação com os seus públicos, rompendo com a era do “não temos nada a dizer”. (FERNANDES, 2000).

No livro “Reinventando o otimismo”, Fico (1997) comenta que foi a partir de então que começou a se formar os primeiros pilares para a construção da cidadania empresarial brasileira. Todavia, não se pode deixar de questionar sobre o porquê dos interesses capitalistas em apresentar uma “face mais humana” e comprometida com a “responsabilidade cívica”?

Merlin (2000) ao se referir as “ações de filantropia” versus direitos fundamentais destaca a seguinte observação do papel que exerce as empresas multinacionais na contemporaneidade.

Se há alguma mudança de comportamento das grandes empresas multinacionais quanto à observância dos direitos fundamentais, isto se deve à própria exigência do mercado, que busca preservar a imagem dessas empresas. Como se pode concluir, não há propriamente uma preocupação pela situação do homem nas novas políticas de direito fundamentais, **mas apenas manobras utilitaristas visando preservar as marcas registradas**, através da aparência de não violação. O jogo de interesse é influenciado **pela luz dos refletores, da opinião pública** e dos grupos de ativistas. (MERLIN, 2000, p. 81, grifo nosso).

A mídia seria o meio (fontes alternativas de informação) para o desvendamento do “jogo de interesse” que se refere Merlin (2000). Outro aspecto que merece atenção especial refere-se ao recuo das políticas públicas por parte dos governos dos Estados nacionais, que com o processo de globalização perderam parte das receitas não coletadas nas “redes de negócios”. Essa nova lógica das transações do mercado gerou por sua vez mais uma oportunidade do *capital* se apropriar de mais um *nicho* para a acumulação (*a mais valia*), cujo objetivo das ações pragmáticas na área social não se explicita no senso comum das pessoas, na medida em que só se revela quando os dividendos oriundos do *marketing defensivo* utilizado em nome da “responsabilidade social das empresas” passam a *agregar valor* de mercado as suas marcas e patentes, e garante assim a transparência ao retorno dos investimentos das empresas em obras e ações filantrópicas.

Pode-se dizer que esse tipo de “responsabilidade cívica” acaba não sendo gratuito. Posto que o seu custo adicional, no final das contas, passa a ser pago por toda sociedade via aumento de preços dos produtos comercializados.

Nesse sentido, Dupas (2005, p.121) faz mais uma ressalva em relação a esse tipo de apropriação do *capital* na nova ordem global, quando destaca que:

[...] embora mereça apoio e aplauso qualquer iniciativa tomada para combater a fome ou aumentar as chances de retirar, ainda que provisoriamente, um ser humano da exclusão, a questão é avaliar – independente do valor moral de cada ação – se esse caminho é estruturalmente consistente e eficaz. (DUPAS, 2005, p.121).

Ademais, o que parece ser mais grave no âmago do “*metajogo*” das ações de filantropia é o caráter de “despolitização” das ações privadas, na medida em que os espaços de discussão da “esfera pública” deixam de ser utilizados como uma forma de expressão para a formação cidadã. As consequências dessas práticas para os Estados nacionais estão refletidas nas políticas públicas construídas sem a participação popular (cidadania fechada), particularmente nos países periféricos.

Dupas (2005) ao buscar resposta para o enfrentamento dessas questões apresenta os diversos modelos e estratégias dos Estados nacionais, e destaca os desafios e impasses historicamente vivenciados nos países centrais na tentativa de conciliar a economia de mercado globalizado aos problemas sociais urgentes do segmento social excluído dos bens oriundos do modo de produção capitalista hegemônico. Dentre as alternativas possíveis, aponta o papel do ator social, que segundo ele ainda está adormecido – “o consumidor”. Parte do pressuposto de que uma vez consciente de sua força na cadeia produtiva pode se valer da opção “*compro ou não compro*”, como fazem atualmente as empresas transnacionais em relação aos Estados nacionais, quando se utiliza do instrumento de poder da opção “*entrar, ficar ou sair*”, e os coloca uns contra os outros.

Pode-se abstrair a partir do pensamento de Dupas (2005) que as “boas ações” das corporações dos países centrais capitalistas não têm contemplado a participação da sociedade no processo deliberativo das prioridades das ações sociais, serviços e obras de interesse público, portanto, são ainda, inócuas exigindo reflexões e aprofundamento das implicações e consequências para a construção de um contrato social, que abra para a possibilidade para a construção de uma “cidadania poliarca”, expressada no amplo e irrestrito acesso a informação de interesse social e pública.

Pensar numa possibilidade de mudança do modelo hegemônico capitalista (neoliberal) não é objeto de estudo dessa pesquisa, mas foi importante essa discussão para a compreensão dos discursos de atores políticos no âmbito do orçamento participativo, que muitas vezes diferem das práticas da ação comunicativa, expressada no conceito de emancipação.

Na ação comunicativa contempla os interesses sociais e individuais. Onde o conteúdo de *interesse individual* diz respeito à formação intelectual e cultural do cidadão para fazer valer o seu desejo, satisfação e realização no campo do trabalho e no mundo da vida. E, os conteúdos sociais convergem para as questões acerca da preservação da identidade nacional, da ideia de sucessão das gerações futuras, da continuidade da nação e da preocupação com progresso e preservação da cultura. Ambos os *interesses* devem constituir um “contrato social” que seja ético/moral para garantir o desenvolvimento e surgimento de novas potencialidades para o aprimoramento da democracia contemporânea. (SANTOS, 2002).

Vislumbra-se, portanto, que o orçamento participativo-(OP) possa ser ambiente público para se discutir tais questões, ou seja, uma caixa de ressonância da esfera pública, onde atores dos diversos segmentos da sociedade contemporânea possam a partir do direito a informação pública e a participação/contestação pública, discutirem intersubjetivamente para encontrar na dinâmica da relação sociedade ↔ mercado ↔ Estado ↔ sociedade os meios necessários para subsidiar a construção do modelo democrático que se deseja. \_ esta é uma visão do OP como espaço para o exercício da cidadania que permanece, ainda, em aberto.



## 4 APORTES TEÓRICO-METODOLÓGICOS

“Toda caminhada começa no primeiro passo [...]”  
(ACIOLLY NETO)<sup>44</sup>

A epígrafe acima sugere um olhar mais atento sobre a escolha dos procedimentos teórico-metodológicos desta pesquisa. Preliminarmente, poderíamos de imediato dizer que tudo começa com o primeiro passo...! Na verdade, é exatamente nele que surge o primeiro problema que o pesquisador deveria resolver antes de iniciar a caminhada do processo investigativo. Posto que, uma boa pesquisa começa com o “ato de perguntar” sobre o que se deseja estudar. (ZILLES, 2006).

Comete-se o segundo erro na pesquisa quando se pensa que perguntar é uma busca. Visto que, uma pesquisa não se resume a um mero ato de escolha do pesquisador. É essencial conhecer os fundamentos da estrutura da pergunta para que o processo de investigação seja viável do ponto de vista científico. Não obstante, a resposta da pesquisa é um ente da pergunta formulada e vice-versa.

### 4.1 O ato de perguntar como “resposta” da pesquisa

Para refletir sobre esse modo de caminhar, resolvi aduzir uma breve discussão referente aos elementos que compõem a estrutura da pergunta de pesquisa com o objetivo de fundamentar o processo norteador da escolha da abordagem epistemológica central, do *corpus* teórico de análise e dos procedimentos metodológicos adotados na coleta e análise dos dados, pois todo processo investigativo pressupõe um saber prévio relativo ao tema e ao campo de estudo do pesquisador.

Com esse propósito, foi necessário recorrer aos princípios ontológicos descritos por Zilles (2006) para quem o primeiro passo do processo investigativo é dado quando o pesquisador se encanta e/ou assombra diante de um fenômeno observado e, provoca nele o desejo de conhecer melhor os motivos que fizeram existir. No

---

<sup>44</sup> Autor da letra da música “Natureza das coisas” interpretada por Flávio José, Zé Ramalho, Elba Ramalho e outros.

entanto, até esse momento, não se sabe ainda o que se quer de fato estudar. Assim, o primeiro passo só deve ser dado concretamente quando o que o se deseja saber a respeito do que se está perguntando já foi formalmente estruturado: a pergunta.

Depara-se aqui com a concepção filosófica de Heidegger (1962) em sua obra “O Ser e o Tempo”. Ele postula que o ato de perguntar acerca das coisas da metafísica a coloca como algo primeiro, basilar e fundamental. É o ponto de partida para a compreensão do processo de desvendamento da realidade que se pretende investigar. Ao categorizar a estrutura formal da pergunta, Heidegger se refere à análise da pergunta, quem faz a pergunta, qual é conteúdo do pré-saber da pergunta.

Corroborando com essa discussão, Zilles (2006) enfatiza que nesses elementos subjaz o ato de perguntar que contempla um pré-saber composto pelo saber lateral, tangente e concomitante. Em outras palavras, o pré-saber é um conhecimento relativo que o pesquisador tem a respeito do objeto de estudo, do estado da arte e dos limites impostos pelo campo epistemológico da área da pesquisa.

Isso implica prever que toda pergunta pressupõe um saber prévio e um não saber ciente, (ciente que não sabe) atemático/não sistematizado. Estes saberes não são duais, nem um exclui o outro, mas se completam quando o processo de investigação consegue sistematizar o que, até então, não se sabe. É exatamente na existência dessas duas condições cognitivas que uma pergunta de pesquisa passa a ter validade científica. É o querer saber a respeito de algo que se pergunta pelo que ainda não se sabe, mas se move em direção ao desvendamento do que se está perguntando. Em outras palavras, refere-se ao querer saber ontológico que se traduz na busca da essência do *ser* (ZILLES, 2006).

Para uma melhor compreensão dos elementos que compõem o conteúdo do pré-saber da pergunta é necessário conceituar a palavra “ontologia” no sentido macro e micro. Sabe-se que, etimologicamente, a palavra ontologia vem do grego "ontos" (ser) e "logos" (estudo), o que significa o estudo do *ser* em sua essência. Ontologia é o ramo da filosofia que estuda o *ser* enquanto *Ser* (sentido macro) concebido como tendo uma natureza comum a todos e inerente a cada um dos *seres*.

No sentido restrito (micro), a ontologia preocupa-se com os problemas *ônticos* que são os relativos ao “ente do ser” que, segundo Zilles (2006) está presente em todas as coisas. É tudo de que se fala e entende, envolve tanto os comportamentos, como as atitudes. Assim, o ente é uma espécie de “aparência do *ser*”, mas não é o *ser* propriamente dito. Mas, o que não se pode deixar de perguntar a respeito da pergunta de pesquisa é o querer saber o que se fará com sua resposta.

A partir dessas reflexões filosóficas iniciais pode-se abstrair pelo menos duas lições. A primeira é que a pergunta de pesquisa precisa está formalmente estruturada para transcender o pré-saber (lateral, tangente e concomitante) e caminhar para o desvendamento do saber prévio (é o querer saber ontológico). Mas, ciente que ambos os saberes se relacionam ao tema e ao objeto de estudo. Caso contrário, a pergunta será “falsa” do ponto de vista científico e/ou da retórica. E levará o pesquisador a traçar um percurso teórico-metodológico não condizente com a proposta da pesquisa.

A segunda lição é que uma vez formalizada a pergunta: “*em que contexto comunicativo a ação informacional procedimental se constitui um vetor de mediação para a formação de novos padrões de cultura cívica no âmbito do orçamento participativo-OP, no atual estágio da democracia brasileira?*”? O pesquisador terá condições mais adequadas para elaborar a(s) hipótese(s) e as premissas da pesquisa. Isso porque a luz dos fundamentos ontológicos do conhecimento:

- a) A(s) hipótese(s) representa um dos entes da resposta à pergunta formulada: “a informação para se constituir num vetor de mediação para a formação de novos padrões de comportamento cívico no âmbito do orçamento participativo depende de um contexto comunicativo que contemple e valide um conjunto de premissas, tais como: da capacidade de ação e linguagem dos atores sociais envolvidos nos processos informacionais; do tipo de coordenação da ação (procedimental) e; da construção de um contrato social que garanta a participação popular e o compartilhamento intersubjetivo de informações públicas”.

## 4.2 Procedimentos da análise dos dados

Os fundamentos da teoria crítica<sup>45</sup> permitiram inserir esta pesquisa no contexto em que todos os fenômenos sociais de interesse estão presentes nos estudos (*corpus* teórico de análise) sobre as experiências de democracia participativa que encontraram guarida legal após a Constituição Federal de 1988, em especial nos modelos de orçamento participativo das cidades que participam da Rede Brasileira de Orçamento Participativo - (RBOP).

A identidade com a teoria crítica é fruto da compreensão de que as conquistas dos direitos sociais e políticos não devem ser analisados, apenas, a luz das abordagens teóricas tradicionais das Ciências Sociais que adotam as concepções de racionalidades instrumental e/ou estratégica<sup>46</sup> como modelo explicativo.

Exige este estudo, uma abordagem condizente com o objetivo de descrever e interpretar o processo de abertura dos canais de informação e participação popular a luz da visão da formação do Estado moderno brasileiro como decorrente de um caminhar, que é ao mesmo tempo processual e histórico-cultural. Assim, os fatores econômicos, educacionais, políticos, sociais e culturais são dimensões heurísticas importantes para entendimento do processo de abertura dos canais de informação e participação popular, a exemplo dos direitos ao acesso a informação pública (Brasil. Lei n.12 527/2011) e a participação cidadã no atual contexto democrático brasileiro, conforme expressa os dispositivos regulamentares contidos na Constituição Federal de 1988.

Portanto, parte-se do conceito de “configuração” da teoria da cultura política descrita por Elias (1994) quando se refere à formação das sociedades modernas como resultante de um *continuum* histórico, que não pode ser explicado, apenas, pelas

---

<sup>45</sup> Segunda geração de intelectuais da Escola de Frankfurt.

<sup>46</sup>Essas palavras são utilizadas na literatura como uma crítica aos métodos de análise que buscam explicar os fenômenos sociais como se fossem objetos de laboratório das áreas das ciências naturais e exatas. Analogia utilizada por Burns e Stalker (1968) ao se acostar nos conceitos de solidariedade mecânica e orgânica de Durheim em seu livro “A divisão do trabalho social” resultante de sua tese de doutorado (De la division du travail social, 1893). BURNS, T; STALKER, G.M. The management of innovation. Londo: Travistockm, 1968.

ações humanas e/ou pelo conjunto das estruturas sociais; como por exemplos, a vontade política dos representantes das instituições ou fatores econômicos isoladamente. “Qualquer uma dessas alternativas implicaria em compreender a sociedade de forma reificada”. (BERAS, 2008, p. 20).

Caracterizada, a pesquisa, por uma abordagem qualitativa de natureza descritiva e analítica interpretativa, o *corpus* teórico do processo investigativo é constituído pela produção acadêmica das universidades federais dos estados de Minas Gerais/UFMG, da Paraíba/UFPB e do Rio Grande do Sul/UFRS.

Na literatura, é possível encontrar diferentes procedimentos metodológicos que podem ser utilizados no desenvolvimento de pesquisas com as características já apontadas. Mas, a Análise de Conteúdo-(AC) de Bardin (2011) foi utilizado como recurso metodológico por atender aos objetivos propostos para o processo investigativo, que consistem em apreender a partir de conteúdos (categorias de análise) extraídos do corpus teórico de análise, relatos de estudos sobre os fenômenos informacionais dentro de unidades sócio-político, a exemplo do orçamento participativo-OP.

É importante destacar, que a AC para além de um conjunto de critérios técnicos, esse procedimento metodológico, faz parte de uma história que relaciona teoria e prática no campo das investigações sociais que busca “ultrapassar o alcance meramente descritivo do conteúdo manifesto na mensagem, para atingir, mediante a inferência, uma interpretação mais profunda”, contrariando os críticos da AC que apontam, exclusivamente, a minúcia da análise de frequência como critério de objetividade e cientificidade. (MINAYO, 1998, p. 203),

Segundo Bardin (2011, p. 40-41) a Análise de Conteúdo não é apenas “um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter por procedimentos sistemáticos e objectivos de descrição do conteúdo das mensagens indicadores (quantitativos ou não)”. Mas, um procedimento de análise que permite a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção. E, essa é a principal característica da AC que nos interessa para validar o estudo da informação no âmbito do orçamento participativo-(OP).

Portanto, a AC serviu de recurso metodológico para contemplar três momentos da investigação: a) o levantamento dos dados, fase em que foi definido o *corpus* de análise (pré-análise); b) a sistematização dos dados (exploração) em que foram observados os fenômenos (assimetria informacional e clientelismo) que dificultam a organização, eficiência e a legitimidade das experiências democráticas participativas, expressadas como espaços para o exercício da cidadania e; c) a indução e análise dos dados (inferência e interpretação), momento em que se buscou apresentar os elementos que fundamentam a resposta da pergunta da pesquisa: “em que contexto comunicativo a ação informacional procedimental se constitui um vetor de mediação para a formação de novos padrões de cultura cívica no âmbito do orçamento participativo-OP, no atual estágio da democracia brasileira”?

Neste horizonte, as categorias de análise selecionadas (assimetria informacional, clientelismo, cidadania, Revolução de 1930, contrato social e Estado moderno) apontam também para a interpretação das visões dos autores que compõem o *corpus* teórico de análise no que se refere à compreensão dos fenômenos observados nas práticas da democracia participativas.

Com este propósito, como diz Bardin (2011), o pesquisador-analista atua igualmente a “um arqueólogo que trabalha com vestígios” que pode descobrir ou suscitar novas evidências que subjaz aos dados e mensagens dos conteúdos estudados sobre os fenômenos observados nas experiências democráticas participativas.

Pode-se dizer que o pesquisador para interpretar as descrições minuciosas lança mão do tratamento das informações para inferir conhecimentos sobre o *corpus* teórico selecionado, particularmente sobre as análises e resultados encontrados. E como um detetive, o pesquisador-analista trabalha com *índices* colocados em evidência por “procedimentos mais ou menos complexos”.

Assim, compreende-se a *descrição* como a fase da pesquisa que tem a finalidade de enumerar as características (similitudes e divergências) dos conteúdos extraídos do *corpus* de análise. A *interpretação* como o momento em que é realizada a extração

de significados manifestos e latentes dos fenômenos observados (as características mais relevantes e recorrentes), visando subsidiar a análise da pesquisa. E a *inferência*, que é a dedução lógica, como meio que permite a passagem, explícita e controlada entre a descrição e a interpretação.

Para a escolha do *corpus* teórico de análise foi importante consultar à base de dados da Rede Brasileira do Orçamento Participativo-RBOP e o Portal Capes para selecionar as dez (10) teses e quinze (15) dissertações defendidas e aprovadas no âmbito das universidades federais Minas Gerais/UFMG, Paraíba/UFPB e Rio Grande do Sul/UFRS, cujos procedimentos técnicos adotados para a escolha das produções acadêmicas estão relatados a seguir, no item 5.1 “A construção do *corpus* teórico da pesquisa: a pré - análise”.

## 5 O CORPUS TEÓRICO: DA CONSTRUÇÃO À INTERPRETAÇÃO

Este Capítulo contempla o relato do processo de análise da pesquisa. Elaborado para fornecer subsídios para validar teoricamente um contexto comunicativo<sup>47</sup> para a *ação informacional procedimental* no âmbito do orçamento participativo-(OP). Com este propósito, dois textos de dimensões analíticas foram desenvolvidos.

O primeiro texto é o relatório da “pré - análise” do processo investigativo, onde descrevo a partir dos critérios da Análise de Conteúdo-(AC) proposto por Bardin (1977; 2011) os procedimentos utilizados para a escolha do *corpus* teórico, que teve início com uma consulta à base de dados do Portal da Rede Brasileira de Orçamento Participativo-(RBOP) e foi concluído com um levantamento informacional no Banco de Teses e Dissertações do Portal/Capes -(BTD/Capes), no período de 2010 a 2012.

O segundo texto, dividido em duas seções, apresenta o resultado da “interlocução” realizada com os autores do *corpus* teórico sobre a formação do Estado moderno brasileiro. A primeira seção foi elaborada orientada para atender a proposta de apresentar uma discussão relativa ao contexto político e social em que se observou a construção de um “contrato social”, compreendido como modelo legal e institucional (federalismo cooperativo), que viabilizou mais adiante a abertura dos canais de informação e participação popular em práticas democráticas participativas no âmbito dos municípios. E, a outra seção, para destacar e contextualizar os “traços culturais” oriundos do Estado patrimonialista (assimetria informacional e clientelismo), os quais são apontados pelos autores do *corpus* teórico analisado, como as principais barreiras que dificultam a organização, eficiência e a legitimidade das experiências democráticas participativas, expressadas como espaço público para o exercício da cidadania.

---

<sup>47</sup> O contexto comunicativo tem a haver com a descrição de um ambiente de interação social que garanta o acesso, uso e compartilhamento da informação sem nenhum tipo de coerção e constrangimento. Equivale também a um contexto onde o agir comunicativo é exercido motivado por razões válidas, segundo Habermas (1967).



A base epistemológica adotada para análise do processo investigativo foi à noção do contexto da ação comunicativa/agir comunicativo proposto por Habermas (2002). E, dos aportes teóricos sobre os tipos de Estados apontados por Dahl (1999) a luz dos princípios da teoria da cultura política, segundo Elias (1990).

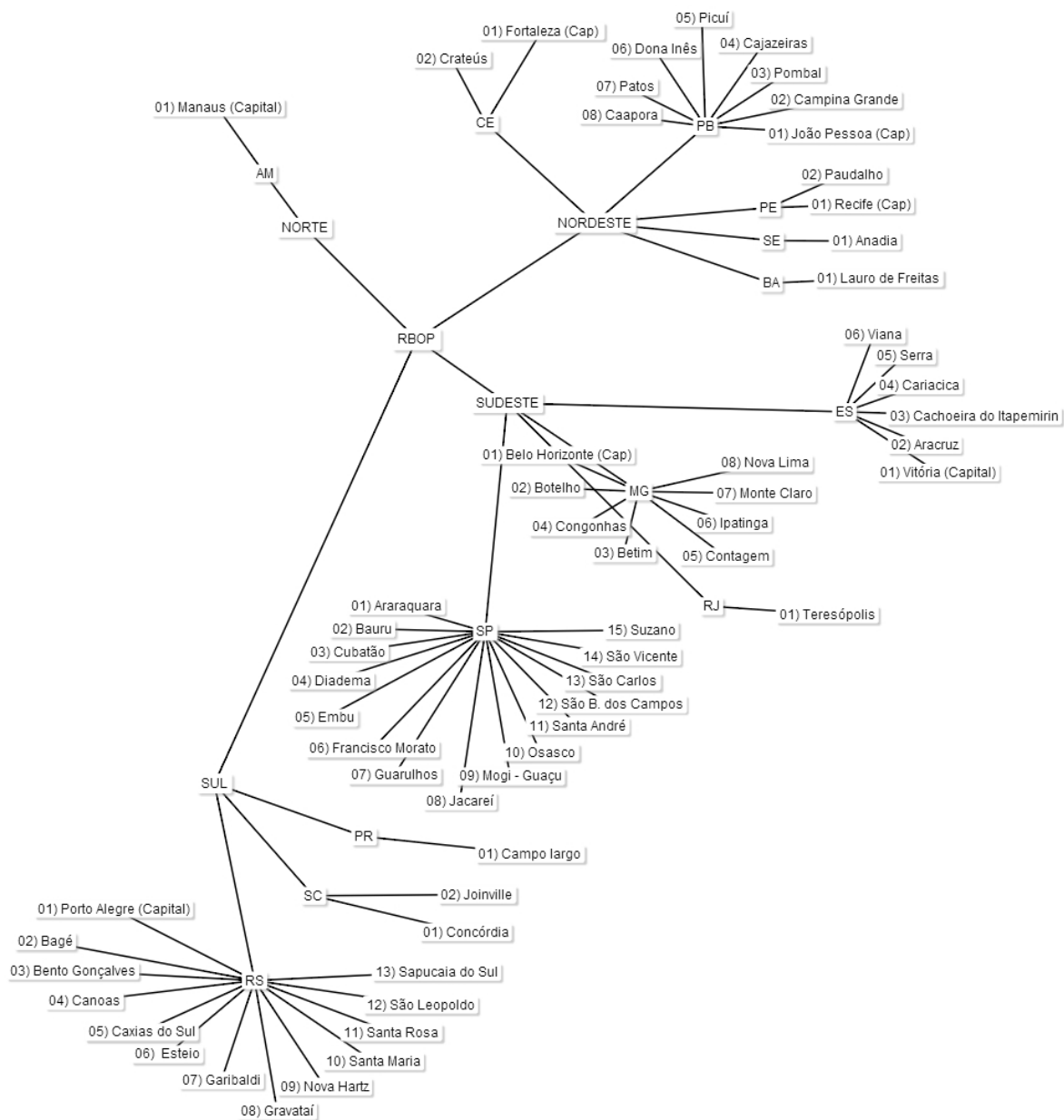
### **5.1 A construção do corpus teórico da pesquisa: a pré-análise**

Em pesquisa prévia realizada sobre o tema investigado (informação e orçamento participativo) constatou-se que existe um grande número de publicações que relatam estudos de casos sobre os modelos de experiências participativas em municípios brasileiros, implantados desde a década 1960.

Esse dado preliminar implicou em adotar para orientar o processo de construção da moldura amostral da pesquisa o recorte espaço-temporal do contexto histórico, social e político brasileiro em que se observou a institucionalização, na cidade de Porto Alegre/RS em 1989, do orçamento participativo - OP. Considerado pela maioria dos autores do *corpus* teórico analisados como a primeira política de governo implantada após a promulgação da Constituição Federal de 1988.

Para justificar a representatividade do *corpus* teórico selecionado composto pela produção acadêmica de teses e dissertações aprovadas no âmbito das universidades federais de Minas Gerais/UFGM, da Paraíba/UFPB e do Rio Grande do Sul/UFRS, dois procedimentos técnicos foram utilizados. O primeiro se constituiu numa consulta à Rede Brasileira de Orçamento Participativo-(RBOP) para identificar os Estados com maior número de municípios cadastrados na rede. O resultado desta pesquisa pode ser visualizado no Diagrama n. 01, abaixo.

Figura 5 - Clusters dos estados que possuem municípios cadastrados na RBOP



Fonte: Diagrama elaborado pelo autor da pesquisa. (FREITAS, 2013). Acesso aos dados da RBOP em 31/08/2011 ([www.redeop.brasil.com.br](http://www.redeop.brasil.com.br))

Ao analisar a composição da RBOP constatou-se (2011) a presença de treze (13) clusters representados pelos Estados brasileiros (APÊNDICE A), os quais serviram de orientação para realizar a consulta no Banco de Teses e Dissertações do Portal/Capes-BTD, com vistas a identificar número de referências citadas sobre o tema da pesquisa relativas à produção científica das treze universidades federais relacionadas aos estados que possuem municípios cadastrados na rede brasileira de OP.

O resultado desta consulta contemplou quinhentos e cinquenta e três (553) registros de referências relacionadas aos termos de busca (orçamento participativo; direito a participação; participação e deliberação e; direito à informação) identificados no BTD do Portal/Capes (APÊNDICE B), dos quais vinte e seis (26) são de teses e cento e quarenta e três (143) são dissertações. Esses dados referem-se às teses e dissertações relacionadas às universidades federais dos estados de Minas Gerais/UFMG, Paraíba/UEPB e Rio Grande do Sul/UFRGS, cujos números de registros por nível (doutorado e mestrado) podem ser observados no quadro abaixo:

**Quadro 4 - Número de Registros – BTD do Portal Capes: corpus teórico**

<b>Corpus Teórico da Pesquisa</b>			
<b>Universidades</b>	<b>Doutorado</b>	<b>Mestrado</b>	<b>Total</b>
UFMG	13	51	64
UEPB	2	77	79
UFRGS	11	15	26
<b>Total</b>	<b>26</b>	<b>143</b>	<b>169</b>
<b>Percentual Proporcional</b>	<b>26,8%</b>	<b>31,4%</b>	<b>58,2%</b>

Fonte: [base de dados do BTD do Portal/capes](#) - julho de 2011

Ao analisar os dados do Quadro n.4 pode-se observar que os Estados de Minas Gerais/MG, Paraíba/PB e Rio Grande do Sul/RGS detêm a centralidade de números registros de referências no BTD do Portal/Capes relacionados ao tema da pesquisa, com um percentual proporcional de cinquenta e oito por cento (58,2%), em relação as dez (10) outras universidades (Santa Catarina/SC, São Paulo/SP, Rio de Janeiro/RJ, Espírito Santo/ES, Paraná/PA, Bahia/BA, Sergipe/SE, Pernambuco/PE, Ceará/CE e Amazonas/AM).

Ademais, os dados (conteúdos) qualitativos observados na etapa do processo de consulta ao BTD do Portal Capes revelou também, que: a) o Estado do Rio Grande do Sul foi o palco da primeira experiência institucionalizada do OP no Brasil e completa este ano (2013) vinte e quatro anos ininterruptos da experiência na cidade de Porto Alegre/RS; b) a cidade de Belo Horizonte/BH/MG foi a segunda capital a institucionalizar o OP como política de governo local (1993) e, com apoio de outros gestores de municípios brasileiro (em que esteve presente o gestor da cidade de João Pessoa/PB) foi instaurada em 2007, a Rede Brasileira de Orçamento Participativo/RBOP para funcionar com órgão de fomento ao desenvolvimento das experiências do OP no Brasil; c) o Estado da Paraíba/PB, que apesar do orçamento democrático/OD (denominação dada ao OP na cidade) ser uma experiência recente na cidade de João Pessoa/PB (2005), já congrega 57% em termos proporcionais dos municípios que já adotaram a experiência na Região Nordeste, o que corresponde a 13% dos municípios brasileiros cadastrados no âmbito da RBOP.

Da moldura do universo da produção acadêmica das três universidades (UFMG, UFPB e UFRS) foram selecionadas para compor o *corpus* teórico da pesquisa dez (10) teses e quinze (15) dissertações. Não obstante, para ultrapassar o interdito de Elias (1994) que o “todo” é diferente da soma de suas “partes”, se fez necessário à adoção também dos critérios da observância à exaustividade, homogeneidade e pertinência da amostra em relação ao universo da produção acadêmica sobre o tema.

Implica em dizer que foi considerado para a constituição do *corpus* teórico da pesquisa às inter-relações existentes entre as obras selecionadas no tocante ao movimento ↔ espaço ↔ temporal, ou seja, a relevância dos trabalhos para área; as datas das defesas das teses/dissertações e as recorrências de citações em outros estudos, como foram os casos que descrevo, a seguir: a) Beras (2008) ao remeter aos “princípios da teoria da cultura política” proposto por Elias (1970) para ajudar na análise das tensões e conflitos decorrentes da interação de atores sociais envolvidos na Revolução de 1930 no Brasil; b) Pase (2006) ao fornecer a compreensão da formulação do conceito de “contrato social” a partir do pensamento de Hobbes (1588-1670), Lock (1632-1704) e Rousseau (1712-1778); c) Andrade (2005) que emprestou a lição da “técnica de dilemas morais” apresentada por Fedozzi (2002)

para subsidiar a construção da proposta dos estudos da dimensão informacional no âmbito de unidades sociais e/ou estrutura sócio-político, a exemplo do orçamento participativo - OP.

No Quadro n. 03 abaixo, pode-se verificar que trabalhos acadêmicos (M/D) de um mesmo autor foram selecionados, embora em momentos diferentes (PASE, 2001; 2006). Assim como também autores de formação acadêmica de várias áreas (Administração, Direito, Meio Ambiente, Educação, Sociologia, Ciência Política, Planejamento Urbano e Ciência da Informação). O que tornou possível ampliar a compreensão dos fenômenos observados (assimetria informacional e práticas clientelistas) no âmbito das práticas participativas a partir de perspectivas analíticas diferentes. E, ainda contemplar obras que abordam a temática estudada em distintos momentos de espaço/tempo. (MERLIN, 2000; RODRIGUES, 2007; FERRIZ, 2012).

**Quadro 5 - Composição do corpus de análise da pesquisa**

<b>Autor</b>	<b>Título</b>	<b>Nível</b>	<b>Ano</b>	<b>Área</b>
<b>Universidade Federal de Minas Gerais - (UFMG)</b>				
MERLIN, Meigla M.A	Direito a participação...	D	2000	Direito
FARIA, Cláudia F.	O Estado em movimento...	D	2005	Sociologia
CUNHA, Eleonora S.M.	Efetividade deliberativa...	D	2009	Ciência Política
CALDAS FILHO, C. A	Educação para a democracia.	M	2003	Educação
SÍLVA, Ana P.	O percurso da informação no Conselho estadual da criança e do adolescente em Minas Gerais.	M	2005	Ciência da Informação
PRATA, Nilson V.	Informação e democracia deliberativa.	M	2007	Ciência da Informação
ADÃO, Sheila M. T.	Informação para ação...	M	2008	Ciência da Informação
MANGUE, Denise C. S.	Informação, um caminho para participação política.	M	2008	Ciência da Informação
SÍLVA, Gustavo F. M.	O direito de participar	M	2011	Direito
<b>Universidade Federal da Paraíba - (UFPB)</b>				
GARCIA, Maria V.	Escola de governo: agente de mudança?	D	2008	Sociologia
FÉRRIZ, Adrina F. P.	A participação em instituições descentralizadas...	D	2012	Sociologia
RODRIGUES, Marisa S.	Participação popular como estratégia para o planejamento urbano sustentável.	M	2007	Meio Ambiente
LIMA, Gisana Carla de	A dimensão educativa do processo de participação popular na gestão pública local	M	2009	Educação
RÊGO, Marilene Gomes de Sousa	A influência do orçamento participativo na cultura política dos habitantes de João Pessoa-PB	M	2009	Administração
MARQUES, José R de	Política e democracia em Habermas.	M	2009	Filosofia

Autor	Título	Nível	Ano	Área
<b>Universidade Federal do Rio Grande Sul - (UFRS)</b>				
DORNELAS, Jairo S.	Impacto da adoção de sistema de apoio à decisão	D	2000	Ciência Política
SÍLVA, Marcelo K.	A construção da participação popular	D	2001	Sociologia
ANDRADE, Edinara T.	Democracia, orçamento participativo e clientelismo...	D	2005	Ciência Política
PASE, Hemerson L.	Capital social e desenvolvimento rural...	D	2006	Ciência Política
BERAS, César.	Orçamento participativo de Porto Alegre e a redemocratização do Estado...	D	2008	Sociologia
OLIVEIRA FILHO, J. T.	Participação popular no planejamento urbano.	D	2009	Planejamento Urbano
PASE, Hemerson L.	Democracia participativa e desenvolvimento.	M	2001	Ciências Econômicas
PESSI, Patrícia.	e-OP uma nova prática comunicativa do orçamento participativo de Porto Alegre	M	2003	Biblioteconomia
OSÓRIO, Pedro L. da S.	Comunicação e cidadania.	M	2003	Biblioteconomia
FONTOURA Ana E. S.	Participação, territorialização e identidade...	M	2005	Geografia
FERREIRA, Carolina da S.	Orçamento participativo e governança solidária local...	M	2007	Administração

Fonte: BTB do Portal/Capes, 2011

Importa esclarecer que a opção pela escolha da produção acadêmica de teses e dissertações das referidas universidades (UFMG, UFPB e UFRS) em detrimento de outras fontes de informação se justifica também por dois outros motivos, que estão intimamente interligados. O primeiro é de ordem particular e o segundo acadêmico/institucional. O particular se deve a curiosidade de estudar a produção acadêmica da primeira cidade brasileira (Porto Alegre/RS) a institucionalizar a experiência do orçamento participativo como política de governo (1989). O que representa a maior demanda de estudos já realizados na pós-graduação sobre a temática. Ademais, a maior parte da produção acadêmica identificada sobre o OP no BTB do Portal/Capes, independente do vínculo institucional/universidade, se reporta à experiência da cidade de Porto Alegre/RS.

O segundo, de ordem acadêmico/institucional, se relaciona também ao particular, por tornar possível este pesquisador realizar o curso de doutorado com o apoio do “Programa DINTER/Capes” em parceria com os Programas de Pós-Graduação da Escola de Ciência da Informação da UFMG (gestora acadêmica); da UFPB (gestora financeira) e UFPE (instituição associada).

Destarte, os dados publicados pela Capes em 2012 revelam também que a produção científica do Brasil se relaciona diretamente com a produção de teses e dissertações. (CAPES na Rio + 20, 2012). O que vem referendar a relevância da escolha do *corpus* teórico, objeto de análise da pesquisa.

Por fim é importante destacar que na análise do processo de levantamento das fontes de informação para compor o *corpus* teórico da pesquisa não foram identificadas referências de teses defendidas na área da Ciência da Informação - (CI) sobre o “tema OP” no Portal do BT/Capes. **O que caracteriza o ineditismo da presente pesquisa.** Assim, espera-se que os resultados obtidos possam contribuir com novos subsídios para fortalecer as linhas de pesquisa: “Organização e Uso da Informação - (OUI)” e “Informação, Cultura e Sociedade - (ICS)” da Escola de Ciência da Informação/UFMG, bem como estimular novos pesquisadores a desenvolverem estudos sobre a ação informacional no âmbito de estruturas sociais democráticas e participativas.

## 5.2 “A Revolução de 30”: os canais de informação e participação popular

A literatura especializada nos estudos da cultura política revela que as revoluções da era moderna são marcas emblemáticas complexas decorrentes de tensões e crises ocorridas nas relações entre o Estado e a sociedade que, como consequências, provocaram rupturas e/ou mudanças nas estruturas do próprio Estado e no comportamento social sob a tutela da possibilidade de “desenvolvimento” econômico e humano, de forma igualitária, justa e inclusiva\_ o contrato social do projeto iluminista da modernidade.

**O conceito de desenvolvimento** surge no século XIX, inserido no ambiente social e intelectual da modernidade. [...] gestada historicamente pela revolução francesa e industrial e pela constituição dos estados nacionais, e situada intelectualmente nos princípios liberais, cujo conteúdo sinaliza **a possibilidade de progresso humano e material ilimitado.** (PASE, 2006, 98, grifo nosso).

O conceito de contrato social surge na literatura associado à formação do Estado moderno e do projeto iluminista, compreendido como decorrente da “construção social e histórica da sociedade humana que visa em última estância garantir a sobrevivência da sociedade através da inter-relação entre as liberdades, ou as

vontades pessoais e destas com a vontade geral”. Assim, a reflexão sobre a abertura dos canais de informação e participação popular no Brasil não pode prescindir de discutir, o Estado moderno, o governo e a construção do contrato social. (PASE, 2006, p. 39.).

É importante salientar que o significado epistemológico da expressão contrato social parte da compreensão de que os partícipes de sua construção são homens livres e autônomos, que em tensão buscam incessantemente garantir o equilíbrio entre vontade coletiva e vontade individual, numa constante e conflituosa polarização entre o bem comum e o interesse particular, onde o Estado é a instituição mantenedora, ou seja, é a esfera mediadora da relação.

Pressupõe, portanto, que o contrato social é uma espécie de paradigma sócio-político construído para garantir na modernidade a legitimidade da governança, o bem estar econômico e social, bem como a segurança e a identidade coletiva.

Mas, segundo Pase (2006) o significado atribuído na gestação do contrato social, na contemporaneidade, já não responde aos anseios da sociedade que clama por mais justiça e igualdade nas relações societárias, particularmente nas relações com os setores econômicos. Para este autor isso deve ao fato do Estado não possuir os meios necessários para mediar os complexos conflitos sociais de modo a resolver os problemas que se avolumam na mesma proporção que expande o desenvolvimento econômico, razão pelo qual crescem os protestos e movimentos para garantir a sobrevivência, caracterizado pela desobediência.

Nesta pesquisa, para além de toda a complexidade que envolve o conceito de contrato social na contemporaneidade, a noção que se deseja aqui refletir, refere-se ao processo de institucionalização da inclusão dos direitos a informação pública e a participação do cidadão comum em práticas democráticas. O que implica em perguntar aqui até que ponto o Estado brasileiro é responsivo aos seus cidadãos no tocante a abertura dos canais de informação e participação popular.

Para buscar subsídios para responder essa indagação foi necessário rever a trajetória da formação do Estado moderno para trazer à tona as consequências do



movimento político e social que ficou conhecido no Brasil como a “Revolução de 30”, mas sem descartar os desdobramentos dos vícios das práticas de governo da época, os quais são apontados como “heranças culturais” que comprometem a organização, eficiências e a legitimidade das práticas democráticas participativas.

Após analisar os dados da pesquisa realizada com os delegados do OP nos municípios de Porto Alegre e de Blumenau, esta tese conclui que OP, enquanto experimento de democracia participativa, **não está imune a utilização de práticas clientelistas** devido aos mecanismos de exclusão e desigualdades existentes na sociedade brasileira. (ANDRADE, 2005, p. 234, grifo nosso);

Os líderes de coalizões, por sua vez, desempenham importante papel como agentes dos cidadãos e, para tanto, devem também desenvolver capacidade informacionais e organizacionais. [...]. Porém, a eficácia de suas ações depende diretamente de suas capacidades de atuarem efetivamente como instigadores, ativando públicos desatentos e contribuindo para diminuir as **assimetrias informacionais** entre os diferentes atores. (AVRITZER..., 2009, p. 25, grifo nosso);

[...] A existência de confiança não só cria um ambiente de credibilidade e, conseqüentemente, **de legitimidade**, como fortalece o contrato social. A credibilidade de um sistema político e seu eficiente desempenho, portanto, depende do grau de confiança que as pessoas tem nas instituições [...]. **Sem confiança a democracia não sobrevive.** (BAQUERO, 2003, p. 96, 97 e 100 apud PASE, 2006, P. 85, grifo nosso).

Nesse sentido, dois pressupostos foram importantes para orientar a análise dos dados coletados para a pesquisa. O primeiro é o de que o advento da “Revolução de 1930” marcou o início do processo de modernização do Estado brasileiro e, como consequência estabeleceu as condições propícias para a construção do contrato social (federalismo cooperativo) que viabilizou a abertura dos canais de informação e participação popular no Brasil. O segundo pressuposto é que a cultura do Estado patrimonialista brasileiro traz dificuldade para a organização, eficiência e legitimidade do orçamento participativo. Mas, que a informação pública quando compartilhada intersubjetivamente confere força para inibir a prática do clientelismo e a assimetria informacional, fenômenos que até hoje são observados nas práticas democráticas participativas.

### 5.2.1 A interlocução com os autores do corpus teórico da pesquisa

Beras (2008) em sua pesquisa de doutorado intitulada “Patrimonialismo, cidadania e movimentos sociais no Brasil” traz uma discussão teórica detalhada do processo de construção da cultura cívica brasileira que serve de lastro para refletir sobre até que ponto o processo de formação do Estado moderno brasileiro propiciou a institucionalização da abertura dos canais de informação e participação popular.

Ao estudar os quatro períodos da história política brasileira (da Independência de 1822 até o fim da Primeira República em 1930; de 1930 a 1964 - da Era Vargas à Ditadura Militar; de 1964 a 1985 - da Ditadura Militar à Reabertura Democrática; de 1985 até o presente período democrático), este pesquisador descreve um conjunto de fatores sobre a história política e social brasileira. Argumenta que nos dois primeiros períodos da história política brasileira foram marcados pela ausência de práticas democráticas participativas, cujas razões apontadas estão relacionadas à relação ambígua entre o Estado e a “sociedade civil”; a estrutura política frágil e a existência de um “movimento social” sustentado pela cúpula burocrática e altamente centralizadora.

A existência de uma tradição cívica no país, desde os tempos da colonização é pouca encorajadora. “Nos primórdios, havia uma **população majoritariamente analfabeta** em uma sociedade escravocrata, como uma **economia de monocultura** e latifundiária e um **Estado absolutista**”. (CARVALHO, 2002, p. 18; BERAS, 2008, p. 77, grifo nosso).

E, acrescenta Rêgo (2009, p. 13, grifo nosso):

No caso da cultura política brasileira, profundamente influenciada pela cultura nacional, herdada de seus antecedentes históricos, verifica-se que a mesma tem se baseado nas seguintes atitudes, normas e crenças: concentração de poder nas mãos de poucos, **patrimonialismo**, personalismo, postura de espectador, **delegação de responsabilidades para os líderes, compromisso com interesses pessoais** ou particulares, **baixo nível de consciência crítica** e a incessante busca por alcançar vantagem pessoal em tudo o que faz (“lei de Gérson”), dentre outras características (MOTTA; CALDAS, 1997; PIRES, 2001; HOLANDA, 2002).

Sem querer aprofundar a discussão de outras variáveis para a compreensão da construção da cultura cívica a luz da teoria da cultura política, o que se percebe nas análises das visões dos autores do *corpus* teórico da pesquisa é que no governo da Primeira República não havia um contrato social que estabelecesse uma estrutura

comum de ação que permitisse criar condições propícias para incluir os excluídos no processo de desenvolvimento econômico da época, o que os deixava a mercê de um estado de natureza, assim como ainda estão, os atuais excluídos da sociedade contemporânea.

Os excluídos são àqueles que **não têm seus interesses contemplados no contrato social e que, portanto, estão jogados nos vários estágios da natureza contemporânea**, que contempla vários níveis: os miseráveis, os andarilhos e mendigos, que têm negadas todas as possibilidades humanas; os desempregados por longos períodos, biscateiros e os camelôs que sobrevivem na economia informal e, muitas vezes, ilegal e raramente conseguem manter a mínima dignidade humana; as pessoas que vivem da prostituição, que não raras vezes, tem suas vidas ceifadas pela violência ou pelas doenças; os estrangeiros, refugiados que não possuem cidadania garantida; as mulheres, os negros, os homossexuais quando e, principalmente, onde são drasticamente discriminados; os trabalhadores assalariados, autônomos e clandestinos que vêem seus e suas garantias sendo suprimidas e estão constantemente sendo ameaçados pela demissão. (PASE, 2006, p. 42, grifo nosso).

Para agravar não existia também na época uma separação clara entre o público e o privado e, o Estado oligárquico apregoava um regime de governo que pode ser caracterizado pelo que chama Dahl (1997) de “Hegemonia fechada”. Portanto, pode-se dizer que o Estado brasileiro na Primeira República (1926 a 1930) não oferecia nenhuma oportunidade do cidadão comum contestar publicamente e/ou de participar da coisa pública. O acesso à informação pública era solapado por um segmento da população que detinha o poder econômico e político, ou seja, o Estado não era responsivo aos cidadãos no que se refere ao fomento à criação de espaços públicos para a discussão de temas/assuntos de interesse da sociedade civil. O que explica, em parte, a fragilidade da sociedade civil daquela época.

Em outras palavras, predominava no país um contrato social vinculado aos interesses da classe oligárquica, cujo objetivo último era a preservação do *status quo*, que nas palavras de Habermas, o mundo do sistema colonizava o mundo da vida. Estas características do Estado patrimonialista refletem o que chamo de “cidadania fechada”,

Somente após a “Revolução de 1930” é que se pode falar de uma construção de um contrato social voltado para a institucionalização de “espaços públicos” de

participação popular no Brasil, embora com muitas restrições. Posto que, estava em formação o regime de governo liberal, cujos princípios eram contraditórios e apregoava a prática dos conteúdos do marketing político em forma de retórica para cooptação do segmento que não participava do progresso do país. O que caracteriza o que chamo de “cidadania inclusiva”: àquela que o Estado via governo permite a mobilização social em coparticipação, mas com restrições ao camuflar através de assimetria informacional a divulgação dos atos públicos e reprimir a contestação pública.

Em 1930, o liberal Benedetto Croce (1866-1952) finalmente explicitará as diferenças entre a concepção liberal e a democrática ao apontar que, apesar da pressuposta fusão entre aquelas duas concepções de Estado na sociedade Européia do século XIX, tais concepções possuíam diferenças marcantes entre si, uma vez que, apesar de concordarem quanto à exigência de liberdade individual, de igualdade civil e política e de soberania popular, a compreensão da igualdade, dos indivíduos, da soberania e do povo era profundamente distinta em cada uma delas. [...]. Assim, apesar da indistinção entre liberalismo e democracia e do aparente entrelaçamento entre as duas concepções em finais do século XIX e início do século XX, **o que houve na verdade foi o estabelecimento de um Estado marcadamente liberal** juntamente com a adoção, muitas das vezes meramente formal, de alguns ideais democráticos. (MANGUE, 2008, p. 22, grifo nosso).

Este contexto político europeu (projeto iluminista) influenciou os políticos da burguesia brasileira. Mas, o que nos interessa ressaltar aqui nesta reflexão é um fato historiográfico no mínimo curioso, face o recorte dado para a construção do *corpus* teórico da pesquisa. Refiro-me ao papel dos representantes políticos dos estados de Minas Gerais/MG; da Paraíba/PB e do Rio Grande do Sul/RS que imputam traços comuns que culminaram com a instauração da “Nova República” no Brasil, cujo marco emblemático foi o movimento da Aliança Liberal da Revolução de 1930.

Esses atores, no plano da política brasileira participaram do processo de “modernização” da administração pública, que mais adiante propiciou em meios a protestos e conflitos sociais a institucionalização da abertura de “espaços públicos” para o desenvolvimento de práticas democráticas participativas no âmbito dos municípios. Essa assertiva merece dissertar sobre alguns dados do contexto histórico do Brasil daquela época para não limitar a compreensão do processo de abertura dos canais de informação e participação popular, apenas pela via da reestruturação do Estado, dito de outra forma, pela visão sistêmica.

Antes do advento da Revolução de 1930 a população brasileira era estimada em, apenas, 40 milhões de habitantes e as principais cidades agregavam algo em torno de cinco milhões de habitantes. A maioria da população era analfabeta e não tinha direito ao voto (as mulheres não votavam), a classe trabalhadora não possui uma representação sindical, não existia a garantia do salário mínimo e das férias remuneradas, do direito a maternidade, do amparo à criança e ao trabalho infantil. O modelo de Estado era o “patrimonialista”, ou seja, os homens públicos não faziam distinção entre o patrimônio público e o privado, o que exacerbava apropriação, a corrupção e a prática do clientelismo e da assimetria informacional disseminada para a opinião pública via os mecanismo de divulgação dos atos públicos dos governantes dos Estados e municípios.

A indústria de manufatura era tímida, a dívida externa estava em alta e exigia a utilização do artifício financeiro do *funding* e o desemprego aumentava tanto na indústria como na agricultura face quebra na bolsa de Nova York, considerada uma das maiores crise mundiais que afetou inclusive a maior fonte de riqueza do Brasil\_ a crise do café de 1929.

As rebeliões dos jovens militares iniciadas em 1922 (tenetismo)<sup>48</sup> ganhou novas adesões nos quartéis e greves eclodiram nas instituições públicas e privados em todo o país, mesmo o Presidente da República da época, Washington Luis (1926 a 1930) ter decretado a ilegalidade e o “estado de sítio” e/ou intervenção nos Estados, como foi o caso do Estado da Paraíba que tropas federais foram enviadas para apoiar a rebelião que eclodiu no sertão paraibano que ficou conhecida com “a Guerra de Princesa” liderada pelo adversário político do “presidente” do Estado da Paraíba, que na época era João Pessoa.

Predominava o pessimismo na sociedade civil e para agravar, a desinformação dos aliados do governo federal, que equivocadamente bombardearam um navio alemão “Baden” que estava ancorado na costa brasileira, por achar que se tratava de forças

---

<sup>48</sup> O tenetismo foi um movimento genuíno da mocidade militar identificada com as aspirações populares, que apesar da inconsistência ideológica representou um importante papel para o movimento reformista da revolução espiritual que se seguiu após a revolução armada. (SEMANA...,1984. p. 36).

rebeldes nacionais, causando a morte de cidadãos de vários países. O que gerou um problema diplomático sem precedentes com os governos da Espanha, Polônia e Alemanha. (CHACON, 1984, p. 87).

Nesse período, na Alemanha, a “Escola de Frankfurt” passou a ser dirigida por Hockheim (1930) que mudou a orientação das pesquisas ao ampliar os estudos da relação conflituosa entre o “capital versus trabalho” para uma visão mais moderna associada aos ideais iluministas que apregoava o desenvolvimento econômico em harmonia com a expansão dos direitos à cidadania.

A modernidade é um processo histórico ligado profundamente ao iluminismo, ao desenvolvimento científico, a reforma religiosa e as revoluções francesa e industrial. Desenvolve-se concomitantemente e de forma intimamente relacionada ao capitalismo, tendo um dos seus momentos histórico de consolidação quando da “descoberta” do continente americano. (PASE, 2006, p. 87, grifo do autor).

Pressupõe-se, portanto, que a repercussão dos ideais iluministas tenha influenciado parte da burguesia política brasileira, que insatisfeita com o governo central começou a se mobilizar para organizar o movimento que passou a ser denominado de “Aliança Liberal”. Nesse cenário, três personalidades políticas se destacaram: Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, João Pessoa e Getúlio Vargas, “presidentes” dos Estados de Minas Gerais/MG, Paraíba/PB e do Rio Grande Sul/RS, respectivamente.

Considerados políticos “estadistas” promoveram mudanças significativas na estrutura administrativa dos seus Estados. Antônio Carlos, por exemplo, ao assumir a “presidência” de Minas Gerais em 1926 passou a colocar em prática o seu programa de governo no plano educacional, ao institucionalizar em 1927 a renomada “Universidade de Minas Gerais” e reformou o Ensino Primário e Normal. Tais iniciativas visavam atender as reivindicações oriundas das novas classes sociais advindas da expansão urbano-industrial iniciada na década 1920 que clamavam por melhores condições de vida, educação e cultura.

Dias (1997) ao analisar a natureza política do projeto educacional de Antônio Carlos, enfatiza que tal iniciativa não pode ser interpretada como um ato eleitoral com vista a “projetar regional e nacionalmente este ator, uma vez que este ‘estadista

mineiro' tinha uma visão de mundo de cunho liberal, mais refinada, que incluía certo respeito pela opinião pública, não podendo o mesmo, simplesmente, ser visto 'como um coronel' ou como um representante fiel e exclusivo deste" (DIAS, 1997 p. 29).

Por sua vez, não foi por acaso que o "presidente" do Estado da Paraíba, João Pessoa, recebeu a convite para participar da chapa da "Aliança Liberal" ao cargo de Vice - Presidente da República do Brasil encabeçada pelo então chefe do Estado do Rio Grande Sul, Getúlio Vargas com vista à eleição de 1930.

É importante frisar que o governante do Estado da Paraíba se tornou conhecido nacionalmente após iniciar um processo de mudanças na administração pública, em particular no setor tributário. Com a criação do imposto de incorporação, estabeleceu diferenciação nos tributos cobrados por mercadorias importadas de outros Estados. Ao fazer uso dos meios de comunicação de massa (jornais), passou a divulgar os objetivos da reestruturação financeira, que continha às principais medidas que visavam aumentar a arrecadação, desenvolver o comércio local e impedir a sonegação das empresas de outros Estados, obtendo apoio dos comerciantes locais e da maioria da população. (AGUIAR, 1999).

No livro de Welligton Aguiar publicado em 1999 sob o título "A velha Paraíba nas páginas de jornais", o autor destaca a importância que teve os meios de comunicação (fontes alternativas de informação) para o governo colocar em prática o "programa de transparência dos atos dos gestores públicos". As denúncias e faltas graves cometidas pelos grupos oligárquicos e políticos locais (municípios) passaram a ser divulgadas nos murais das repartições públicas e principais jornais da época. E, os prefeitos que não prestavam contas da sua administração eram "sumariamente demitidos e execrados [...]", tendo seus nomes publicados na folha oficial para conhecimento da população. (AGUIAR, 1999, p. 437). Esse dado historiográfico evidencia um dos elementos da gênese do Projeto de Lei da "Ficha Limpa", que foi regulamentado e aprovado recentemente pelo Congresso Nacional (Lei Complementar n. 135 de 04 de junho de 2010).

Na mensagem de João Pessoa proferida ao Legislativo em 1929 referenda a importância que assume a "transparência da informação pública" para a

modernização da gestão administrativa, em particular ao bom funcionamento do sistema financeiro, tributário e contábil, o que evidencia também a preocupação deste governante para resolver o problema da “assimetria informacional fiscal”, o que hoje preconiza a Lei de Responsabilidade Fiscal-(LRF) n. 131/2009.

*Finanças.* Serviço de grande utilidade na administração pública para o qual volvi minha atenção, logo ao receber a investidura de chefe do governo, é o da contabilidade. **Sem escrituração clara e exata, sem as informações precisas dos algarismos**, nenhum administrador poderá desempenhar-se de suas atribuições nem prestar contas de sua gestão. [...] *Remodelação da contabilidade.* A nossa legislação financeira ressentia-se de muitas falhas; a escrituração do Tesouro **não oferecia dados seguros** (sic assimetria informacional), as contas não poderiam, assim, ser examinadas e liquidadas. (AGUIAR, 1999, p.459 grifo nosso).

Os jornais de diversas localidades do país noticiaram na época (1929) às mudanças benéficas ocorridas na administração da cidade, dentre os quais: o jornal “*A União*” (Paraíba), “*Timbaúba Jornal*” (Pernambuco) e a “*A Praça de Santos*” (São Paulo). Mas, o fato histórico-político que nos interessa aqui resgatar nessa época refere-se à aproximação política dos “Estados” da Paraíba/PB, Minas Gerais/MG e Rio Grande do Sul/RS, face o recorte teórico da pesquisa, conforme já explicitado anteriormente.

O telegrama de João Pessoa negando apoio ao sr. Júlio Prestes, candidato oficial à Presidência da República, mobilizou o povo paraibano. Nunca se vira tanta coragem! *A União* publicou-o integralmente, para conhecimento de todos. [...] As multidões de nossas maiores cidades vieram às ruas apoiar o seu líder, que em 29 de julho de 1929, rompera com o esquema montado pelo sr. Washington Luis, chefe da Nação, visando a eleger seu sucessor, custasse o que custasse. [...] *O dia do Nego* (29-7-1929) é data inesquecível na História da nossa terra. **Ficávamos ao lado de Minas Gerais e Rio Grande do Sul**, tendo como adversário dezessete Estados e o presidente da República. A Paraíba iria, afinal, entrar na História do Brasil. Como personagem importante. [...] José Américo diz que estremeceu de orgulho ante a decisão. E completa ‘Se tudo se perdesse, ficaria o gesto ousado para a História’ (AGUIAR, 1929, p. 467 grifo nosso).

O discurso do “Presidente” do Estado de Minas Gerais, Antônio Carlos proferido no dia 20 de setembro de 1929 referendou o apoio à chapa da Aliança Liberal que teve como candidato a Presidente do Brasil o Sr. Getúlio Vargas e a Vice o Sr. João Pessoa, rompendo com o “contrato político” que ficou conhecido nacionalmente como a “política do café com leite” instaurado desde o período da Primeira República, no governo do Presidente Campos Sales (1898 a 1902). Estava consagrada a Aliança Liberal, com “a combinação final - Minas, Rio Grande Sul e Paraíba”, que logo conquistou o apoio popular. (RODRIGUES, 1984, p. 33).



A derrota da Aliança Liberal nas urnas pelas alterações (fraude) dos dados das Atas da eleição e o assassinato de João Pessoa ocorrido no dia 26 de julho 1930 em Recife/PE, exacerbou os ânimos dos correligionários. No dia 3 de outubro o movimento “revolucionário” estava nas ruas, Em Minas, o entusiasmo atingiu grandes proporções. O povo percorria as ruas em ruidosas passeatas. A mocidade correu a alistar-se. Organizaram-se vários batalhões patrióticos, inclusive um de mulheres **\_o batalhão João Pessoa\_** sob a inspiração de Elvira Komel, uma ativista advogada que lutou pelo voto feminino na época. (SCHUMAHER; VIDAL BRASIL, 2000).

Na Paraíba, a morte de “João Pessoa” desencadeou uma campanha em prol da mudança do nome da capital *Parahyba* para “João Pessoa” que culminou com a aprovação da Lei Estadual n.700 de 04 de setembro de 1930 que alterou inclusive a configuração da bandeira do Estado, dando-lhe uma cor rubro-negra. A cor “vermelha” para representar a “Aliança Liberal” e o “preto”, o luto ao assassinato de João Pessoa, acrescida no centro da bandeira, a inscrição “Nego” \_alusão feita ao rompimento do representante paraibano com a candidatura de Júlio Prestes a presidência da República, defendida por Washington Luís.

Registra nossa História várias alterações toponímicas. Temos Petrópolis, Teresópolis, Florianópolis e outras homenagens a estadistas. Todas, porém, foram impostas de cima para baixo, por mera força de decreto. **Bem diverso é o caso da Paraíba, que resultou de irresistível pressão popular.** Nem a Revolução Francesa trocou o nome de Paris. Para nos situarmos em nosso século: nem sequer foi tentada a mudança de Dallas ou de Brookline- cidade natal do presidente assassinado- para o nome de “Kennedy”. (JÓFFILY, 1979, p. 300, grifo nosso).

Apesar das críticas<sup>49</sup> apontadas por estudiosos quando a importância do movimento social liderado pelos políticos da Aliança Liberal em 1930, não se pode negar que foi após esse movimento que se observou uma mudança na estrutura burocrática do Estado\_ “programa reformista” que no seu bojo viabilizou a construção de um

---

<sup>49</sup> Para Souza Neto, (1984, p. 44) a Revolução de 1930 é compreendida como “uma etapa do desenvolvimento do Estado centralizado, do Estado que teve vários nomes: o estado nacional, o Estado centralizador, o ‘Estado Novo’.[...]. E 30 é apenas um dos marcos desses processos [...]. eu diria, de certa forma imagética, de que 30 é o ovo da serpente de 1937” (SOUZA NETO, 1984, p. 44). Coutinho (2003) classifica a Revolução de 1930 como uma “revolução passiva”, ou seja, sem a participação da sociedade no processo de transformação. O Estado é apresentado como principal protagonista do movimento.

contrato social que mais adiante contribuiu para a abertura das primeiras conquistas da cidadania.

Não seria nada de novo dizer que 1930 foi a porta por onde o País entrou no Século XX \_ é quase um truísmo afirmar que a República Velha foi apenas uma continuação do Império tanto no estilo, quanto às suas figuras mais representativas \_ ou, pelo menos, 1930 foi a circunstância pela qual o País tomou consciência da sua modernidade, da alteração dos valores da sua população que se estava urbanizando rapidamente e da necessidade, portanto, de sua participação maior na vida do País, através **dos canais políticos e sociais que se estavam constituindo naquele momento**.(GADELHA, 1984, p. 22 grifo nosso).

Um dos primeiros atos de governo da “Nova República” foi à proposta de minimizar os conflitos existentes na relação entre o capital e trabalho (empregadores e empregados) com a regulamentação do trabalho feminino e dos menores no âmbito industrial. Em seguida foram estabelecidos: o salário mínimo, fixação da jornada de trabalho (oito horas), férias anuais remuneradas e instituído o direito ao voto feminino, a maternidade, amparo à infância e à educação primária integral e gratuita.

Em seguida, Getúlio Vargas apresentou ao Congresso Nacional a proposta do “Programa Reformista do Estado” (difusão da teoria Keynesiana)<sup>50</sup> que culminou com a criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (Decreto n. 19.433); do Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública (Decreto n. 19.402); do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Marítimos em 1933-(IAPM); do Instituto dos Comerciários em maio de 1934-(IAPC), do Instituto dos Bancários em julho de 1934 -(IAPB); do Departamento Administrativo do Serviço Público-(DASP); do Instituto dos Industriários em dezembro de 1936-(IAPI) e do Instituto de Previdência e Assistência aos Servidores do Estado em fevereiro de 1938 - (IPASE).

O processo de formação e desenvolvimento do Estado brasileiro teve suas raízes ainda no período colonial, onde existia uma relação tutelar entre o Estado e a nação. Entretanto, é nos anos 30 que se dá o nascimento do Estado Burocrático, fortemente centralizador e intervencionista e, ao mesmo tempo, de uma classe empresarial altamente dependente de autorizações,

---

<sup>50</sup> A teoria keynesiana tem como fundamento a intervenção do Estado na Economia. Utilizada com maior ênfase no segundo governo de Vargas (autoritário) para modernizar a máquina administrativa brasileira através dos paradigmas burocráticos difundidos por Max Weber (modelo racional-legal) e atingiu o seu ápice com a criação do Departamento Administrativo do Serviço Público – (DASP).

proteções e favores oficiais. [...]. Este “novo Estado” nasce em meio a um cenário de aceleração da industrialização brasileira, assumindo o Estado um papel decisivo que lhe permite intervir diretamente no setor produtivo de bens e serviços. [...]. Durante a ditadura de Vargas, e com base nas reformas promovidas por Maurício Nabuco e Luiz Simões Lopes, a administração pública burocrática demonstra ser uma conseqüência clara da emergência de um capitalismo moderno no país. [...] **Esta nova geração que assumiu o poder a partir de 1930** tinha como objetivo principal a reorganização total do Estado brasileiro, e viam nessa reforma um preparo para que as boas políticas fluíssem naturalmente a partir delas. O Estado assume a liderança do processo de modernização econômica e social do país, intervindo na produção e criando um “modelo desenvolvimentista”. (DROPA, 2003, p. 26, grifo nosso).

Assim, pode-se dizer que somente a partir de 1930 que o modelo de Estado federativo instituído em 1889, passou de fato a vigorar no Brasil.

A ruptura que teve lugar em 1930 partiu da fissura no arranjo federativo que vigorou durante a Primeira República – apelidada depois de “República Velha”. **Nesse sentido, 1930 é o novo momento fundador.** Os ganhos que Vargas conseguiu em termos de concentração do poder e do fortalecimento da Presidência da República só podem ser explicados diante da crise profunda do modelo federativo de 1891. (INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA, 2010, p. 71, grifo nosso).

Na pesquisa de doutorado desenvolvida por Merlin (2000) que recebeu o título “O papel reservado ao federalismo na construção da democracia” a autora oferece uma análise da trajetória do processo de construção da estrutura do federalismo, desde a “quebra” das leis e preceitos religiosos existentes nas cidades da Itália e da Grécia antiga até o Projeto de Lei que veio a se tornar a Constituição dos Estados Unidos. Na discussão, uma transcrição em particular merece destaque. Trata-se da “nota” do pesquisador Aléxis de Tocqueville, que assim se encontra relatado no texto de Merlin (2000):

Alexis Tocqueville fez uma célebre viagem à América do Norte no início do século dezenove, com o objetivo de observar, juntamente com um seu colega da magistratura, as instituições penitenciárias americanas. Mas, esse objetivo não passou de um pretexto, conforme ele próprio chegou a confessar. Na verdade, pretendia fazer da América um campo de experimentação sistemática para uma comparação entre a democracia americana e a democracia européia. Essas experiências renderam à humanidade a sua obra *A democracia na América*. Nas suas notas, Tocqueville explica que quando o projeto de lei que veio a se tornar a Constituição dos Estados Unidos, estava ainda em discussão, *três homens já célebres*, John Bay, Hamilton e Madison, se associaram para demonstrar à nação a importância do projeto de Estado federal que lhe era submetido. Publicaram então o **jornal *Federalist***, em forma de artigos, cujo conjunto forma um *tratado completo*. (MERLIN, 2000, p. 137. grifo nosso).

Importa ressaltar que uma das características comuns das estruturas dos Estados federados é a divisão de poderes entre o governo central e os governos regionais, os quais convivem em harmonia ao adotar o princípio da independência, embora regido por uma coordenação que aqui chamo de “contrato social” para garantir e preservar a identidade nacional.

Merlin (2000) ao comparar os modelos de federalismos existentes no mundo diz que o modelo brasileiro é inovador e oferece uma das “pistas” para estudar a reestruturação da relação entre o Estado e a sociedade, particularmente no que se refere à abertura dos canais de informação e participação popular pela via da institucionalização da autonomia dos municípios em relação ao Estado.

Sobre o estudo comparado do federalismo brasileiro com o federalismo de outros países, buscamos orientação nos ensinamentos de José Alfredo de Oliveira Baracho, Raul Machado Horta e do Professor suíço Jean-François Aubert. Desse estudo **constatamos que o federalismo aqui adotado é dos mais avançados**, e, em alguns aspectos, pode ser considerado *sui generis*. Com esta expressão, que marca algumas características ímpares do federalismo brasileiro, queremos nos referir especialmente às questões ligadas à autonomia municipal. (MERLIN, 2000, p. 17, grifo nosso).

O federalismo implantado no Brasil é centrífugo e inovador, na medida em que estabelece uma autonomia entre os três níveis de poder (federal, estadual e municipal), o que torna o município um *ente* federado capaz de desenvolver de forma independente da política central, práticas de interação social na “esfera pública”, entendida como conceito de emancipação.

Aqui é necessário tecer duas noções básicas do significado de emancipação que advém do conceito de participação na esfera pública, segundo Habermas. A primeira, parte da compreensão que a participação é um processo de interação contínua entre os diversos atores que são “partes”, o Estado, outras instituições políticas e a própria sociedade. A segunda, é que a participação se realiza a partir de um conjunto de relações, complexas e contraditórias que exigem determinadas condições que não dizem respeito apenas ao Estado, mas aos “demais atores e a aspectos estruturais e de cultura política que podem favorecer ou dificultar a participação”. (TEIXEIRA, 2001, p. 28 apud MERLIN, 2000, P. 18).

Portanto, o maior desafio que se coloca aqui para o processo de emancipação popular é saber como a *informação* no âmbito das práticas democráticas e participativas pode contribuir para a formação de novos padrões de comportamento cívico? Como para Bobbio (1989, p.31) essa lição só pode ser apreendida com o “exercício da cidadania<sup>51</sup>”. Implica aqui na necessidade rever o período da história política brasileira considerada de maior tensão entre o Estado e a sociedade civil, para analisar como ocorreu a abertura dos primeiros canais de informação e participação popular no Brasil.

O contexto que merece destaque é o do “golpe militar” ocorrido em 1964 que perdurou até 1985. No início deste período o Brasil era governado pelo então general Arthur da Costa e Silva, eleito indiretamente pelo Congresso Nacional em 1967. Reconhecido como político austero e autoritário, seu governo é marcado por fortes protestos e manifestações sociais. Mas, é nesse período de governo que a sociedade civil começa a exercer o direito à cidadania, ao organizar os chamados “novos movimentos sociais”, a exemplo da União Nacional dos Estudantes-(UNE) que promove, no Rio de Janeiro, a passeata dos “Cem Mil”. Em Contagem/Minas Gerais/MG e Osasco/São Paulo/SP os operários insatisfeitos com as condições de trabalho e baixa remuneração face aos lucros da produção, começam a se reunir no “chão das fábricas” em prol dos movimentos grevistas.

O mesmo ocorreu com os movimentos sociais que defendia a melhoria das condições de trabalho na agricultura ao perceber que estava em curso uma proposta modernista conservadora para o trabalho do campo, que ficou conhecida como “revolução verde” na época.

Na década de 60, iniciava-se um projeto ambicioso para a agricultura brasileira, pretendia-se alterar radicalmente a produção agrícola comparando com a dos países desenvolvidos em matéria de produção e rentabilidade. Articulava-se um complexo industrial internacional, o novo modelo apoiava-se tanto na oligarquia rural preocupada com a articulação dos movimentos sociais do campo, como nos setores mais modernos do capital urbano, interessados na ampliação do seu raio de atuação. Isso

---

51 Para o estudo epistemológico do processo de construção dos conceitos de cidadania até os seu emprego na contemporaneidade, sugere-se a leitura do livro de Marshall, intitulado: “Cidadania, classe social e status. Rio de Janeiro: Zahar, 1967”. (Cap. 3. p. 57-107: Cidadania e Classe social).

estimulado também por preços internacionais favoráveis, pela recente disponibilidade de um **pacote tecnológico milagroso conhecido como “revolução verde” e amparado por qualquer oposição às mudanças.** (PASE, 2006, p. 167, grifo nosso).

Volta a vigorar no país o regime de governo de hegemonia fechada que, segundo Dahl (1999) é caracterizado pelo veto dos direitos de contestação e participação popular. Assim, como resposta aos novos movimentos sociais, o governo militar no dia 13 de dezembro de 1968, decreta o Ato Institucional Número 5, que ficou conhecido pela sigla “AI-5.”, o que legitimou em nome da “Lei” aposentar professores e juizes, cassar mandatos políticos, revogar as garantias do *habea corpus* e implantar no país a censura prévia aos meios de comunicação de massa e, o fechamento dos canais de informação pública, numa tentativa como diz Habermas de colonizar o mundo da vida pelo imperativo do sistema.

Esta estrutura do governo autoritário começa a se modificar com o processo de expansão da economia (milagre econômico - 1960 a 1973 )<sup>52</sup> e a consequente abertura de novas frentes de trabalho, o que exigiu do Estado rever o contrato social estabelecido para a relação “capital versus trabalho”. É nesse cenário que surge o “Partido dos Trabalhadores” em 1978, cuja “bandeira de luta” defendia os direitos da categoria.

No campo artístico, novos estilos literários foram utilizados para enfrentar com sutileza a opressão e a censura imposta. Com o grito de liberdade “*apesar de você, amanhã há de ser outro dia*” do compositor Chico Buarque de Hollanda, os movimentos sociais passam a adotar novos procedimentos para ensejar a reabertura da democracia, sem mais empregar as guerrilhas urbanas, anteriormente utilizadas como forma de protesto. A igreja católica também passa por um processo de mudança e deixa de “jogar água benta nos tanques” (1964) e se volta para apregoar a defesa da consciência cristã contra o “pecado” da opressão e da injustiça\_ a teoria de libertação.

---

<sup>52</sup> Denominação dada pelo regime militar no governo Médici no período de 1969 a 1973 face o crescimento econômico, mas para os opositores essa fase da história política ficou conhecida como “os anos de chumbo”. Paradoxalmente, ocorreu o aumento da concentração da renda e da pobreza.

Parte da imprensa (a autônoma) não foi totalmente afetada pela censura prévia, pois quando desejava publicar matéria de conteúdo político fazia uso de fontes alternativas de informação, com outras formas de linguagem não jornalística.

A censura a imprensa, sobretudo após o Ato Institucional nº 5 (1968) não atingiu de maneira equânime toda a grande imprensa. Aliás, apenas uma pequena parcela dos meios de comunicação sofreu diretamente com a ação da censura prévia. Houve mais autocensura nesse período do que o efetivo controle dos meios de comunicação. [...] A ação da censura não foi nem unilinear, nem aleatória, nem a imprensa foi vítima de maneira indiscriminada do algoz censor e assim **procurou brechas fundamentais para exercer sua “missão” de formar e informar**, exercendo uma luta sem tréguas pela restauração da liberdade de imprensa. [...] No período imediatamente após o golpe e até 1968 a forma mais comum de controle da informação é o telefonema para as redações de jornais proibindo a divulgação de notícias. Mas é, principalmente a partir da edição do AI-5, que a ação da censura é mais contundente. Aquino (2002) atribui esse fato ao acirramento das tensões entre o governo e instituições da sociedade civil e das relações no interior das Forças Armadas. Se, inicialmente, no momento de deflagração do golpe militar, a grande imprensa e as Forças Armadas formam um bloco hegemônico no sentido de conseguir a dissolução do governo constitucional (o que segundo os atores que participam desse processo é fundamental para o sucesso do movimento de abril de 1964), no momento seguinte essa aliança se dissolve. (BARBOSA, 2006, p.7- 8 grifo nosso).

É nesse cenário que se observa surgimento das primeiras políticas participativas no âmbito dos municípios brasileiro. Costa (2010, p. 9) refere-se aos estudos de Alves (1980) e Nunes (1999) que afirmam que as “experiências de participação popular no Brasil tiveram início nos anos 1960, período em que o país estava imerso em pleno regime ditatorial, como foi o caso de Piracicaba, em São Paulo, e Ipiaú na Bahia em 1969”.

Merece atenção também para essa análise, a proposta de discussão da “Reforma Urbana de 1963”, cuja agenda já visava à elaboração de Planos Diretores das cidades - (PDs) e a institucionalização dos diversos canais de informação e participação popular.

Nesse contexto, os movimentos sociais urbanos organizados passaram a reivindicar direitos básicos como moradia e o saneamento, e a lutar para retirar a cidade do controle dos especialistas, ou, em palavras, passaram a defender a necessidade de democratizar as cidades, com o objetivo de, por um lado, descentralizar os processos decisórios - até então concentrados nos governos – e, por outro lado, ampliar os canais de participação popular, através de uma “nova” bandeira: a da reforma urbana. (OLIVEIRA FILHO, 2009, p. 175).

Pode-se dizer que a proposta de Reforma Urbana de 1963 debatida por várias entidades sociais, inclusive no âmbito do governo militar (1977 a 1983) representa uma das “pistas” para estudar a gênese do modelo de orçamento participativo -(OP) no Brasil. Posto que, posteriormente começaram a eclodir outras experiências democráticas no país, dentre as quais os casos das cidades de Lajes/SC em 1978, Boa Esperança/ES em 1982, Diadema/SP em 1983 e de Vila Velha/ES e Uberlândia/MG, ambas em 1986 relatados pelo Fórum Nacional de Participação Popular - (FNPP, 2003). Antecedentes, portanto, ao modelo do orçamento participativo implantado em 1989 na cidade de Porto Alegre/RS.

Nesse horizonte da discussão, se pode abstrair da pesquisa de Ferri (2012) os seguintes dados que merecem reflexão:

[...] a prefeitura de Lages (SC) desenvolveu um **programa rígido de incentivo à organização da população**, através de uma regra imposta: “quem não estivesse organizado com a comunidade, participando de reuniões e ajudando na tomada de decisões não teria acesso aos serviços da municipalidade” (OLIVEIRA, 2007, p. 44 apud FERRI, 2012, p.75, grifo nosso).

A participação popular em Recife (PE) e sua relação com a administração municipal remete ao período que corresponde ao governo da Frente do Recife (1955-1964). Momento este de “forte participação das camadas populares” (SILVA, 2011, p. 344). Em Recife a articulação entre governo e a população não ocorre diferente dos dois municípios citados acima. Há uma articulação popular baseada nas associações de bairro e cuja ênfase se dava nas reivindicações de cada localidade, e, através de um processo de abertura para a discussão de diretrizes políticas ou programas de governo. No entanto, “o governo exerce uma tarefa de estímulo à organização popular e com isso não se apresenta como antagonista dos movimentos comunitários, mas sim, como referencial para as suas reivindicações” (SILVA, 2011, p. 345). Esse processo é definido por Avritzer (2003) como “**constituição de associativismo a partir do Estado**”. (FERRI, 2012, p. 75).

O município de Vila Velha (ES), **durante todo o período da ditadura militar, foi governado pelo partido de oposição (MDB) o que impulsionou a luta pela organização em movimentos sociais organizados e em associações de bairros**. Em 1983 foi criado, pela prefeitura municipal, o conselho comunitário de Vila Velha e foi, através desse conselho, que a população começou a participar da discussão do orçamento municipal de Vila Velha. A decisão de abrir a discussão do orçamento foi do executivo, motivado pelo processo de redemocratização e pela organização da sociedade civil existente no município (FERRI, 2012 p. 74, grifo nosso).



Observa-se nas citações acima que as primeiras iniciativas de práticas participativas no Brasil possuem um viés de um “associativismo a partir do Estado”, conforme aponta Avritzer (2003). Mas, não se pode negar que estava em curso o movimento de redemocratização no país, que como vimos imprimiu forças para as mudanças na forma de governar dos gestores dos municípios brasileiros, conforme referenda também Oliveira (2007) na citação abaixo:

A participação popular na administração pública de Camaragibe, tal como se conhece hoje, passou por três momentos distintos, mas complementares: o primeiro momento teve início em 1989, no governo do então prefeito Arnaldo Guerra, que governou a cidade com parâmetros tradicionais, referidos anteriormente. Naquele momento, a participação na administração consistiu na mobilização dos movimentos sociais (associações de moradores, grupos comunitários, grupos de mulheres, conselhos populares de bairros) em torno da criação do Conselho Municipal de Saúde. Em abril de 1989, foi realizada a I Conferência Municipal de Saúde, onde se elegeu uma comissão para preparar a criação do conselho, processo que durou seis meses de debates, reuniões e discussões com a comunidade que, ao final, elegeu o conselho em um seminário municipal. Depois de eleito, ao ser apresentado ao prefeito, este se recusou a lhe dar posse por considerá-lo muito partidário (do PT). Para a comissão e o ex-secretário de Saúde da época, a recusa do prefeito era, na verdade, porque o conselho tinha natureza consultiva e deliberativa, muito avançado para aqueles tempos. O prefeito discordava dessa natureza política do conselho. Por conta dessa luta, o Secretário de Saúde, que coordenou tal processo, deixou o governo, mas os movimentos continuaram a mobilização. Somente dois anos depois, o conselho foi oficialmente criado. Quase que concomitantemente à mobilização do Conselho de Saúde, deu-se também a mobilização pela criação do Conselho da Criança e do Adolescente, formalmente instituído pela Lei de nº 103, de 13 de novembro de 1991. As lideranças dos movimentos populares no município que se mobilizaram confirmam que esses dois conselhos foram frutos de uma longa disputa política entre os movimentos populares e a prefeitura e só efetivados pela força da mobilização social. (OLIVEIRA, 2007, p. 278 apud FERRI, 2012, p. 76).

O que parece mais plausível dizer a respeito da falta de continuidade dessas primeiras práticas participativas é que as mesmas não foram planejadas com bases em estudos mais aprofundados sobre os aspectos culturais, econômicos e sociais das localidades e, como consequência não se tornaram políticas institucionalizadas de governos naquela época. O que explica em parte a literatura atribuir o pioneirismo das práticas democráticas ao modelo do “orçamento participativo” de Porto Alegre/RS, implantado em 1989 durante o governo de Olívio Dutra do Partido dos Trabalhadores.

Destarte, é preciso ter o cuidado para não atribuir exclusivamente “a vontade política do governante” e/ou a ideologia partidária a abertura do processo de participação popular no Brasil.

A relação da gestão do Partido Democrático Trabalhista (PDT), tendo Alceu Collares como prefeito, com o movimento comunitário, também influencia na opinião de Fedozzi (2008) as discussões iniciais sobre o surgimento do OP. As discussões com o movimento organizado sobre a implantação dos conselhos populares, que traduziam o compromisso assumido em campanha eleitoral pelo PDT é de que viabilizar uma maior participação comunitária no poder local, dá lugar a um processo que acabou influenciando o surgimento do OP em 1989.(PESSI, 2003, p. 64-65).

O mais prudente é pensar que o processo de abertura dos canais de participação popular no Brasil oscilou de um período para outro de governo sem uma definição clara de uma ideologia partidária e/ou da vontade política de um governante. O que fica mais evidente é uma explicação para abertura dos canais de informação e participação popular com base num *continuum* processo conflituoso e ambíguo entre o Estado e a sociedade no tocante a luta pelos direitos a cidadania até a chegar à redemocratização. Basta dizer que, quando eclodiram as experiências participativas da década de 1960 estava em vigor o governo da ditadura militar, período em que Congresso Nacional foi fechado em 1978 por Decreto.

Mas, iniciativas graduais de movimentos sociais estavam nas ruas, cuja bandeira de luta visava à construção de um contrato social para restabelecer novamente os direitos civis e políticos. Por um lado, a classe política reivindicava a ampliação das legendas partidárias. Por outro, os movimentos sociais “exigiam” a abertura dos canais de informação e comunicação entre a sociedade civil<sup>53</sup> e o Estado, pleiteando a liberdade de escolha de seus governantes a partir de um processo legítimo de eleição pelo voto direto, secreto e universal.

---

<sup>53</sup> É importante destacar que o conceito de sociedade civil no Brasil possui várias acepções e significados que dependem da análise do momento histórico, político e social. Mas, somente a partir dos anos 80, foi que o termo surgiu no vocabulário político associado a uma conjuntura nacional relacionada às lutas dos movimentos sociais voltadas para o aperfeiçoamento da democracia, passando, inclusive, a ser objeto de elaboração teórica. (GOHN, 2005, p. 70).

Configurava-se um contexto do exercício dos novos movimentos sociais do direito a cidadania, em particular do direito de votar e ser votado. Com as primeiras eleições diretas em 1982, paulatinamente os mandatos biônicos<sup>54</sup> dos senadores, prefeitos e governadores dos estados foram extinto no Brasil.

E, de forma derradeira para o regime militar, procedeu-se a montagem do Colégio Eleitoral em 1985. [...] **Vivencia-se, então, em clima de reabertura política com eleições marcada e toda uma efervescência da sociedade civil.** Merece um destaque especial, neste processo de democratização, o renascimento de movimentos populares de oposição através das greves, mobilização e formas mais plurais de organização: sindicatos, igreja e movimentos populares. [...] Surgem, então, novos movimentos populares e atores. Um movimento sindical diferenciado construído de baixo para cima que luta pela independência e autonomia, as novas entidades populares, em especial, as associações de moradores populares e da classe média que se somou ao movimento de favelados e ao conjunto de movimentos sociais urbanos que se centraram no contato direto com as administrações municipais. (BERAS, 2008, p. 91-92, grifo nosso).

Outro ponto que merece destaque nessa análise refere-se às discussões da Reforma Urbana na Assembleia Nacional Constituinte de 1986, que entrou novamente em pauta para ampliar as discussões relativas à inclusão social, gestão da cidade democrática e participativa, justiça social, função social da propriedade e da cidade, garantias dos direitos básicos e do direito à cidade e à cidadania.

Anos depois todas essas questões foram consolidadas no texto da Constituição de 1988, que por força da Lei n. 257, de 10 de julho de 2001 instituiu o Estatuto da Cidade, onde a expressão “participação popular” figura em vários artigos, em particular no art “4” , Inciso III da alínea “s” que trata do “referendo popular e plebiscito” , que combinado com o parágrafo “3” estabelece que os recursos financeiros dos entes federados devem ser objeto de controle social, através da garantia da participação da população no controle orçamentário.

---

<sup>54</sup> Cargos “biônicos” foi um apelido dado aos políticos escolhidos mediante a ausência de sufrágio universal e cujo critério para preenchimento das vagas (governador, prefeito e senador), em regra, advinha dos pactos das autoridades de Brasília nos tempos da Ditadura Militar ao longo das décadas de 1960 a 1980. Tamanho centralismo visava garantir a continuidade do regime e impedir que os objetivos traçados pelo “Golpe” de 1964 fossem aviltados por sedições políticas. Na prática as regiões governadas por governadores e prefeitos biônicos não possuíam autonomia política visto que todo o poder e as decisões emanavam do governo central, o que diminui a influência das forças políticas locais. A partir de 1966 surgiram os governadores biônicos (somente a partir de 1982 seriam escolhidos pelo voto direto), prefeitos biônicos em certas categorias de municípios (voltariam a ser eleitos diretamente a partir de 1985).

A citação abaixo extraída do texto de Bassul (2002) sintetiza em poucas linhas o processo de construção do Estatuto da Cidade e ao mesmo tempo, instiga pesquisadores e acadêmicos a refletir sobre as práticas democráticas da democracia contemporânea.

Preliminarmente, convém perceber e examinar a aparente contradição entre a dificuldade que a nova lei enfrentou em sua longa tramitação e a unanimidade que, ao final, e sem perda de conteúdo, o texto granjeou. De início, tanto quanto ocorrera com o projeto Nº 775, de 1983, o Estatuto da Cidade sofreu resistências do empresariado conservador. Aos olhos de grande parte desse setor, era um texto "de esquerda" estatizante e burocrático. Essa percepção determinava as marchas e contra-marchas que confluíam para o alongamento dos prazos. [...] No curso do tempo, contudo, o segmento político que reagia ao projeto passou a vê-lo não mais como uma proposta "socializante", mas como uma lei útil ao capitalismo desenvolvido. Afinal, o combate à retenção ociosa de terrenos urbanos, por exemplo, serve ao interesse público, mas igualmente atende a um dos princípios da iniciativa privada: maior oferta de "matéria-prima", na expressão usada por Rodrigo Lefèvre ao analisar o papel dos terrenos na formação dos preços imobiliários (Lefèvre, 1979). Do mesmo modo, a adoção de instrumentos jurídicos inovadores com vistas à regularização fundiária, que propiciam compensações adequadas aos proprietários de terrenos objeto de ocupações ilegais, pode ser útil a comunidades faveladas, mas igualmente concilia interesses conflitantes. [...] Sobretudo em uma época em que as atividades capitalistas têm se pautado pelas exigências da competição global, o que envolve a própria cidade como "produto" a ser oferecido no mercado mundial da atração de investimentos, a expressão urbana das políticas de exclusão promovidas pela avidez do próprio capital torna-se para o grande empresariado urbano, se não uma ofensa ética à condição humana, como perceberiam as consciências mais sensíveis, ao menos um fator de "desvantagem competitiva". **Assim, ainda que distante dos aspectos que movem a atitude política pautada pelo ideário da justiça social**, os representantes do grande capital, urbano e privado, passaram a interessar-se por cidades menos fragmentadas socialmente, ambientalmente sustentáveis e mais eficazes na universalização dos serviços públicos essenciais. (BASSUL, 2002. Scielo grifo nosso).

Não alheio ao caráter conflitante e complexo proveniente dos "interesses" dos agentes políticos, econômicos e sociais que contribuíram para aprovação do Estatuto da Cidade, o importante é enxergar nesse instrumento normativo a possibilidade de legalizar a construção de espaços públicos para o exercício da cidadania, expressada no direito à informação e participação dos cidadãos comuns na elaboração das leis orçamentárias para a gestão das cidades brasileiras.

Sob a égide do Ministério das Cidades em 2003 foi realizada a primeira Conferência Nacional das Cidades de onde emergiu um conjunto de propostas para orientar as políticas públicas do ambiente urbano, dentre as quais a institucionalização do

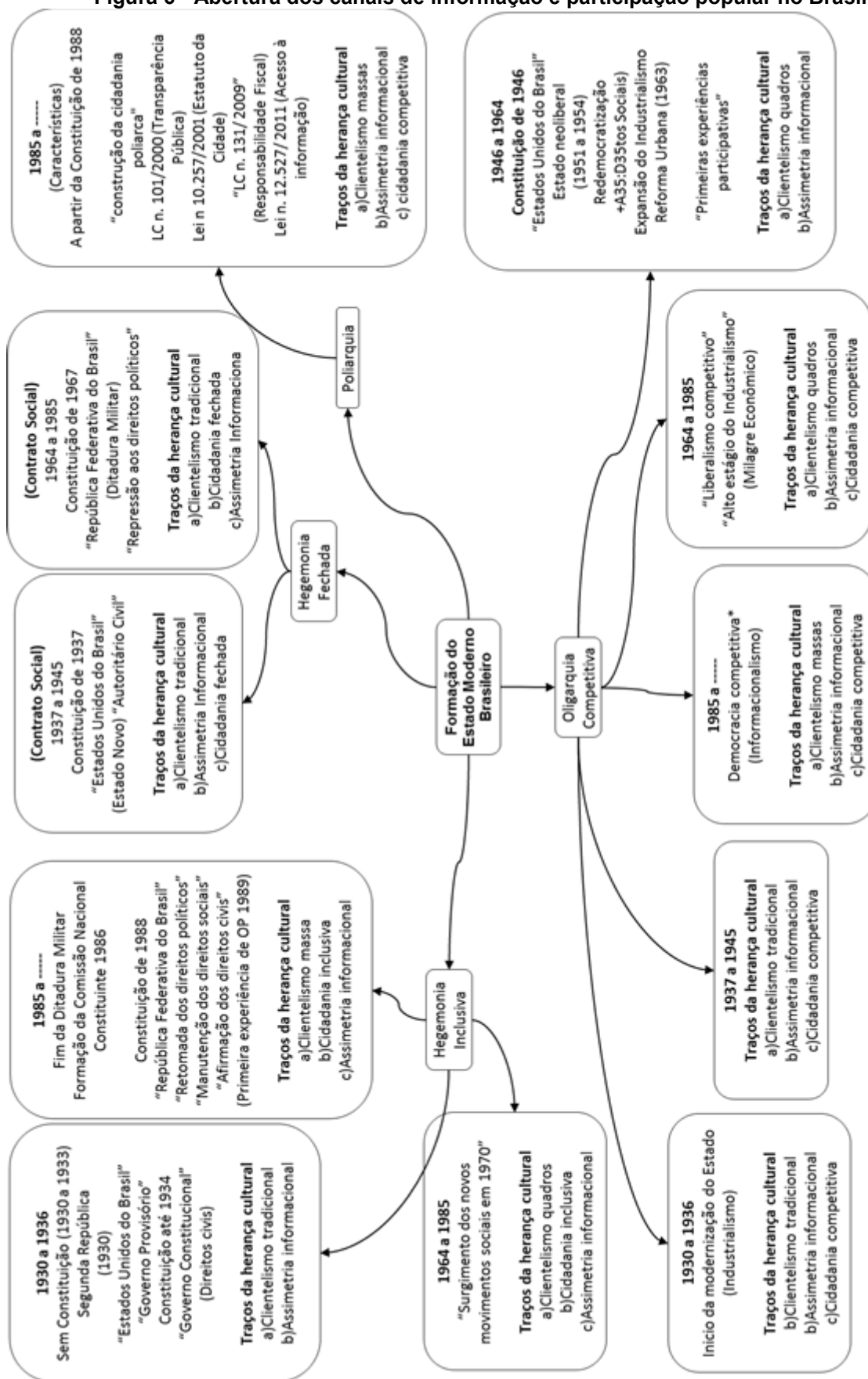
Conselho das cidades que passou a ser uma política de Estado e um instrumento de caráter plural de apoio importante para a elaboração dos Planos Diretores dos 5 563 (cinco mil, quinhentos e sessenta e três) municípios brasileiros.

Ao juntar esforços com a Associação Nacional do Ministério Público - (CONAMP) vários setores da sociedade civil participaram da elaboração do manifesto popular, que mais adiante se transformou no Projeto de Lei n. 217/2004 que ficou conhecido como “Projeto Transparência/2004” que foi regulamentado pela Lei Complementar n. 101/2000, posteriormente reformulada para contemplar também a Lei da Reforma Fiscal que passou a obrigar os gestores públicos a disponibilizar o acesso via Internet a qualquer cidadão, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. (Inciso II, Art, 48 da Lei Complementar n.131/2009).

O Projeto Transparência passou, então, a ser um marco normativo emblemático para a geração de jurisprudências que permitiram institucionalizar mudanças estruturais nos órgãos públicos e criar setores e canais de informação e comunicação nas repartições públicas federais, estaduais e municipais para disponibilizar informações públicas, dentre as quais, as relativas aos orçamentos públicos do país, conforme preconiza a mais recente legislação federal que trata do acesso à informação pública (Lei nº 12.527/2011).

A figura a seguir apresenta uma síntese da reflexão sobre o processo de abertura dos canais de informação e participação popular, onde as características do contrato social em cada período da história política brasileira estão associadas aos modelos de Estado, segundo a classificação de Dahl (1997) ao ser referir aos tipos de governos e as características relacionadas a participação/contestação pública.

Figura 6 - Abertura dos canais de informação e participação popular no Brasil



Fonte: Do autor da Pesquisa. (FREITAS, 2013).

Pode-se observar na Figura n. 7 que em cada período da trajetória política brasileira consta no item destacado (traços da herança cultural) duas categorias de análise que irão nortear o desenvolvimento dos textos que seguem: clientelismo e assimetria informacional.

Percebe-se também a descrição de uma nova tipologia para a categoria “cidadania” ao associa-la a classificação de modelo de Estado apontado por Dahl (1997). Importa esclarecer que as referidas categorias foram apresentadas para atender o enfoque informacional dado a pesquisa, que passam a ser assim compreendidas:

a) *“Cidadania fechada”*

Tipologia sugerida para classificar um modelo de Estado via governo (período) que não oferece nenhuma condição para o exercício da cidadania, em particular quando é vedado ao cidadão o direito ao acesso a informação pública e aos espaços públicos para contestações dos atos políticos dos governantes.

No Brasil, pode-se observar essa categoria de cidadania em três períodos da história política. O primeiro período de “cidadania fechada” corresponde ao governo de Washington Luis (1926-1930), ainda Primeira República, quando por Decreto estabeleceu o Estado de Sítio com a intervenção nos Estados brasileiros contrários a política do Estado centralizador. O que contribuiu para a mobilização social e política que culminou como o movimento revolucionário referenciado na literatura como a “Revolução de 30”. O segundo período de “cidadania fechada” correspondeu ao segundo governo de Getúlio Vargas (1937-1945) referenciado na literatura com o “Estado Novo”. Estava em vigor a Constituição de 1937 que embora possa observar algumas conquistas no campo social, particularmente no âmbito do trabalho e da política, o governo era autoritário e a informação pública era assimétrica e os atos públicos não transparentes propiciava a corrupção e o clientelismo. Na classificação de Bobbio (1992) a cidadania era do tipo tutelar ou cidadania invertida, segundo Benevides (1994).

Um exemplo sempre lembrado, para provar o desacerto de denominar 'direitos do cidadão' no Brasil, seria a **'doação' dos direitos trabalhistas na ditadura do Estado Novo, mantendo-se, no entanto, os sindicatos atrelados ao Estado, no molde Fascista**. Para setores de 'direita' a cidadania \_ por implicar a ideia de igualdade, mesmo que apenas igualdade jurídica \_ torna-se indesejável, e até ameaçadora. As elites dependem, para a manutenção de seus privilégios, do reconhecimento explícito da hierarquia entre superiores e inferiores. Consideram a desigualdade legítima e 'os de baixo' são as classes perigosas. (BENEVIDES, 1994, p. 7, grifo nosso).

E, o terceiro período de "cidadania fechada" refere-se ao governo da ditadura militar (1964-1985) considerado na literatura como um "período negro" marcado pela desobediência civil. (BOBBIO, 1992). Mas, é também nesse período que se observa o surgimento dos "novos movimentos sociais", os quais sofreram duras repressões através de torturas e prisões dos manifestantes. Nesse período o cidadão não tinha acesso à informação pública e a assimetria informacional deixava o cidadão sem subsídios para reivindicar os direitos sociais já conquistados. Para Dahl (1997) essa classificação se refere ao tipo de governo de hegemonia fechada.

Quando o regime de governo não oferece nenhuma oportunidade para o cidadão comum contestar publicamente ou participar da "coisa pública", como por exemplo, o direito ao voto e de se organizar coletivamente. (DAHL, 1997).

#### b) Cidadania inclusiva

Refere-se ao tipo de cidadania do período da história política brasileira em que o governo passou a ser responsivo aos cidadãos quanto à abertura para a participação popular em algumas instâncias da esfera do governo, mas de forma velada por não oferecer as condições necessárias à participação e a contestação pública. Pode-se observar essa característica de forma mais emblemática no primeiro governo de Getúlio Vargas, logo após a instauração da Segunda República (1930 a 1936) ao atribuir as mulheres o direito de votar. É importante frisar que nesse período da política brasileira o país foi governado sem o amparo de uma Constituição (1930 a 1933), o que evidencia que não existia um contrato social legal para à contestação pública.

Regime de governo que permite um alto índice de abertura para participação do cidadão na "coisa pública", mas em contrapartida é vedada a liberdade para fazer oposição ao governo. (DAHL, 1997).



### c) *Cidadania competitiva*

Essa classificação de cidadania (competitiva) foi estabelecida para análise do caso brasileiro pelo critério da predominância em relação às outras categorias observadas nos distintos períodos de governo. Caracteriza-se pela disponibilidade do acesso à informação pública especializada ao setor privado (empresas), mas não é responsivo aos seus cidadãos no que se refere ao acesso à informação pública de interesse social. Assim, pode-se dizer que a cidadania competitiva teve início com o primeiro governo de Getúlio Vargas (1934 a 1936) no seu programa de “reforma administrativa do Estado”, particularmente quando a máquina do Estado passou a fomentar a competitividade entre as empresas nacionais através da criação do Instituto do Comércio (1934) e dos Industriários (1936). Em seguida, no período correspondente a (1951 a 1954), momento em que o país estava em processo de redemocratização e em pleno curso da expansão industrial. Outro período marcante correspondeu ao governo da ditadura militar, quando o projeto econômico desenvolvimentista abriu a livre concorrência que culminou com o chamado período do “milagre econômico” (1969 a 1973). E, continua até hoje como modelo predominante no país, cujas marcas podem ser observadas pela análise do processo de abertura do mercado em rede (globalizado), que Castells (1997) denomina de *informacionalismo*, como um novo modo de desenvolvimento das sociedades modernas.

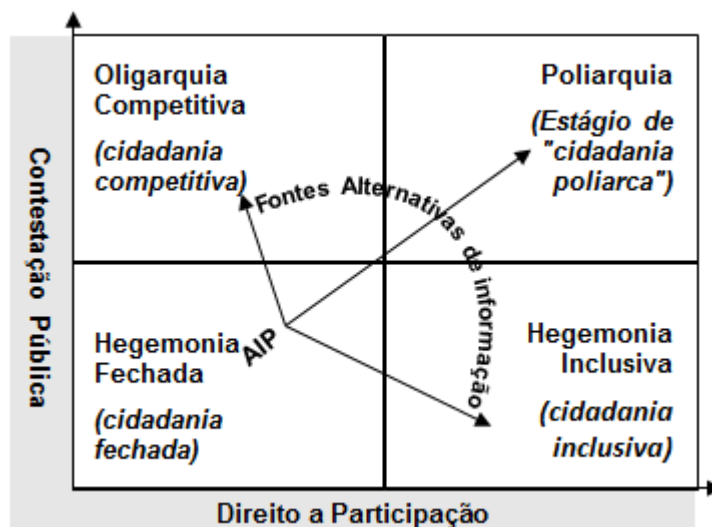
### d) *Cidadania poliarca*

Essa categoria de cidadania ainda está em construção no Brasil. Refere-se à concepção de Estado Poliarca, que segundo Castells (1997) o direito a participação e a contestação chegam ao patamar de uma democracia plena (ideal), onde os direitos em todas as suas dimensões são respeitados pela guarida de um Estado democrático de direito, expressado no conceito de contrato social.

A título de ilustração, a figura abaixo apresenta em destaque “as fontes alternativas de informação” como uma das garantias institucionais (variável) para formação de

novos padrões de comportamento cívico no âmbito do OP. A sigla AIP (Ação Informacional Procedimental) é o vetor (mediação) que representa os sugeridos estágios de conquista de cidadania (fechada, inclusiva, competitiva e poliarca).

Figura 7 – O papel das fontes alternativas informação no âmbito do OP



Fonte: Autor da pesquisa. (FREITAS, 2013), com adaptação do quadro ilustrativo de Dahl (1997, p. 30).

É importante deixar claro que no texto de Dahl (1997) as fontes alternativas de informação aparecem de forma recorrente como uma das garantias institucionais (variável) para um governo democrático se tornar responsivo aos seus cidadãos. Vincula-se à ideia de construção de um ambiente especial respaldado no reconhecimento jurídico da esfera pública como espaço de todos os cidadãos, onde através do acesso, disseminação e compartilhamento de fontes alternativas de informação nos processos democráticos, os participantes intersubjetivamente podem empreender ações livres, autônomas e coletivas até chegar ao estágio de cidadania poliarca.

Mas, para o Estado democrático brasileiro atingir o estágio de cidadania poliarca (plena), ainda, se tem um longo caminho a percorrer, cuja orientação quem aponta é Bobbio (1989) ao se referir a "cidadania ativa" (*activae civitatis*):

[...] o único modo de fazer com que um **súdito transforme-se em cidadão** é o de atribuir àqueles direitos que os escritores do século passado chamavam de *activae civitatis* (cidadania ativa); com isso, a educação para a democracia surgiria no próprio exercício da prática. (BOBBIO, 1979, p. 31).

Pode-se abstrair da orientação dada por Bobbio (1979) que o Estado democrático de direito brasileiro já percorreu um caminho nessa direção ao contemplar um conjunto de condições no campo dos direitos a informação e a participação popular, expressados no conceito de contrato social que assegura por lei, o exercício da cidadania em práticas democráticas. A Constituição de 1988, por exemplo, rezam procedimentos que já foram regulamentados, que abre para a possibilidade de todo o cidadão participar e discutir acerca de todas as questões que envolvem a vida social e política. No texto contido no inciso II do art, 204 assegura a participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis de governo.

O que se pergunta é saber qual o estágio que se encontra o atual Estado democrático brasileiro, expressado no exercício da cidadania que se respalda na participação dos cidadãos de maneira plena e transparente da informação pública de interesse social (princípios do Estado poliarca)?

O que pode dizer aqui é que se observa na prática uma dicotomia existente entre o que preconiza teoricamente os dispositivos regulamentares contido no texto Constitucional e o exercício democracia participativa no Brasil, onde os principais obstáculos são as práticas patrimonialista, consideradas fenômenos culturais oriundo da formação do Estado moderno brasileiro\_ clientelismo e a assimetria informação, que até hoje estão presentes e dificultam a organização, eficiência e a legitimidade das práticas democráticas participativas.

Esse modelo de Estado está em processo de construção, cuja gestão pública participativa em curso parece depender da capacidade de organização da **sociedade civil**, do **planejamento participativo**, da **educação básica**, da **consciência da participação social**. (LANGOSKI, 2010, grifo nosso).

Assim, parece não existir dúvida que na contemporaneidade *o direito a informação e a participação popular* estão associados diretamente ao *exercício da cidadania*, cujo fluxo do processo histórico das transições políticas, subjaz às concepções teóricas que fundamenta e caracteriza o modelo participativo que se está construindo.

Pode-se “concluir” nesse texto da análise do *corpus* teórico da pesquisa que o contrato social, enquanto categoria de análise para a compreensão de como ocorreu

a mediação entre os conflitos de vontades (mundo do sistema e do mundo da vida) revelou ser condizente para explicar o processo de abertura dos canais de informação e participação popular, pois não parte a *priori* de um determinismo histórico, nem tão pouco considera um único fator (variável) explicativo para o fenômeno ter surgido. Por essas razões, não se pode atribuir à vontade política e/ou ideologia de um governante a gênese das práticas democrática participativas no Brasil.

Diante dessas considerações, acrescenta, ainda, (GOHN, 2005, p. 70) que a participação e organização da população civil formam a argamassa que alicerça a “crença<sup>55</sup>” de que é possível através da mobilização social provocar mudanças na Estrutura do Estado e no comportamento social da sociedade, de modo a possibilitar a construção de um novo contrato social que garanta o exercício da cidadania poliarca.

Significa dizer que, o estar em transformação é o estado natural da democracia, cujo aprimoramento depende das condições adequadas e meios favoráveis, como por exemplo, a expansão de ideias e o compartilhamento/intersubjetivo de informação de interesse pública e social por parte dos atores cívicos (mídia, instituições públicas e privadas) para o enfrentamento dos obstáculos que dificultam as práticas democráticas participativas, expressadas como espaços públicos para o exercício da cidadania.

#### **5.2.1.1 Os obstáculos ao OP: o clientelismo e a assimetria informacional**

O texto anterior apresentou uma contextualização da formação do Estado moderno brasileiro, cujo processo de construção do contrato social (mediação de vontades: do mundo sistema e do mundo da vida) viabilizou explicar o processo de abertura dos canais de informação e participação popular no Brasil, onde se observou

---

<sup>55</sup>Utilizamos o termo crença na política como sinônimo de conhecimento, pois as crenças estruturam nossos pressupostos sobre a realidade, sobre o caráter do passado e do presente, nossas expectativas sobre o futuro, nossa compreensão do agir e do por que' da ação. Pois, “[...] aquilo em que acreditamos influencia não só o que queremos que aconteça, mas efetivamente pensamos que acontece”. (DAHL, 1997, p. 128).

também a existência dois fenômenos que dificultam a organização, eficiência, legitimidade e o aprimoramento dos modelos de orçamento participativos-(OP). Mas, como vimos, estes obstáculos (fenômenos) se matizam em traços da herança da cultura política brasileira, cujos desdobramentos merecem uma análise em separado.

Assim, essa seção do texto analítico tem início com uma discussão sobre o surgimento das práticas patrimonialistas no primeiro período político do Brasil república, com vistas a trazer a tona os relatos de estudos do *corpus* teórico da pesquisa dos autores que abordaram a prática do clientelismo como obstáculo para a democracia. Para em seguida, destacar em particular os desdobramentos e as tentativas (inovações do modelo de OP) para o enfrentamento desse fenômeno.

E, na seção que segue, apresento uma análise das visões de autores da Ciência da Informação que já estudaram os problemas relacionados à assimetria informacional em práticas democráticas, com o propósito de estabelecer um conjunto de categorias e variáveis para o estudo da dimensão informacional no âmbito do orçamento participativo - OP.

a) O clientelismo como problema para o OP: da gênese às iniciativas para o enfrentamento.

Andrade (2005) em sua pesquisa sobre o fenômeno da prática de clientelismo no âmbito do orçamento participativo de Porto Alegre elaborou uma tipologia conceitual para as diversas acepções do seu emprego desde o período colonial brasileiro até o seu deslocamento e prática na contemporaneidade e, chegou a seguinte classificação: clientelismo tradicional; clientelismo de quadros e/ou de partidos e; clientelismo de massas e/ou coletivos.

Por **clientelismo tradicional** entende-se a mediação ou microfundamento que institucionaliza um tipo de relação na qual o proprietário de terras (coronel) estabelece sua clientela com o objetivo de manter o poder político. Para isso, mantém com a população uma relação direta sem intermediários, permeada pela troca de favores e benesses, gerando, assim, o apadrinhamento (da clientela) e conseqüente lealdade política dos apadrinhados. (ANDRADE, 2005, p. 94, grifo nosso).

[...] o **clientelismo de quadros** foi caracterizado como um tipo de relação entre quem detém o poder político e os usuários das políticas públicas com uma mediação mais competitiva do que no clientelismo tradicional, ou seja, a relação se estabelece a partir de intermediários instituídos pelo chefe político como representantes de uma determinada população ou comunidade. Entretanto, a base diádica do clientelismo continua inalterada nessa nova forma de manifestação do fenômeno. (ANDRADE, 2005, p. 108, grifo nosso).

O clientelismo é um instrumento a serviço de múltiplos interesses dos quais derivam as suas conseqüências. No que se refere a esse aspecto, se entende **clientelismo de massas** como a conseqüência de uma relação pessoal de intercâmbio (troca) que se estabelece de forma voluntária e legítima, dentro da legalidade, entre os que podem ocupar e ocupam algum cargo público e os que desejam acessar os serviços ou recursos públicos em que é mais difícil ou, até, impossível alcançar, a não ser por esse vínculo ou relação. Trata-se de um intercâmbio (troca) extrínseco entre partes que beneficia a ambas porque sua situação de desigualdade funcional não afeta a troca que as duas partes requerem para alcançar seus fins. (ANDRADE, 2005, p. 119, grifo nosso).

Advoga este pesquisador que a variação dos tipos de clientelismos citados acima advém do “modo de relação de clientela” que se estabelece entre os atores envolvidos, que pode ser tanto decorrente de uma forte dominação de uma das partes; como também, de um estado de semi - dependência econômica e, ou ainda de uma situação de relações de “iguais”.

As relações de troca podem também se realizar de forma voluntária ou obrigatória para um ou membros envolvidos e, ainda acarretar compromisso de ajuda mútua, envolver obrigações específicas para cada membro, ter durações relativamente curta ou mesmo se tornar uma prática entre os descendentes dos que estabeleceram a díade original.

Importa esclarece que quando a troca de favores ocorre por obrigação se estabelece uma espécie de registro entre as partes para definir claramente os termos do pacto, o que difere do tipo de voluntário e/ou de ajuda mútua. (LANDÉ, 1977).

No Brasil, o clientelismo tradicional tem sua origem no período colonial, quando Pero Vaz de Caminha após atingir o objetivo de uma missão delegada; em um trecho de sua carta endereçada ao rei de Portugal solicita o perdão do seu genro, que se encontrava incluso na Ilha de São Tomé. (ANDRADE, 2005, p. 96).

Nesse caso, a prática do clientelismo se caracteriza pela predominância de pedidos informais (não institucionais) de trocas de favores por serviços prestados, não havendo a obrigatoriedade da formalização de um termo firmado para o atendimento. Esse tipo de clientelismo tradicional predominou na política do período colonial e passou pela Primeira República até chegar à forma disfarçada de “coronelismo” no governo da Nova Republica em 1930.

[...] resultado da superposição de formas desenvolvidas do regime representativo a uma estrutura social inadequada. Não é, pois, mera sobrevivência do poder privado, cuja hipertrofia constitui fenômeno típico de nossa história colonial. É antes uma forma particular de manifestação do poder privado, ou seja, uma adaptação em virtude da qual os resíduos do nosso antigo e exorbitante poder privado tem conseguido coexistir com um regime político de extensa base representativa. **Por isso mesmo, o ‘coronelismo’ é sobretudo um compromisso, uma troca de proveitos entre o poder público**, progressivamente fortalecido, e a decadente influência social dos chefes locais, notadamente os senhores de terras. (LEAL, 1978, p. 20 apud ANDRADE, 2005, p. 104).

Tratava-se de uma espécie de reciprocidade firmado entre o “coronel”, chefes políticos municipais com o poder público central para estabelecer uma troca de favores, onde um dos envolvidos era agraciado com o apoio financeiro para suas necessidades particulares e, outro com o apoio eleitoral. Prática que ficou conhecida como “curral eleitoral”. Nesse período da história política brasileira a maior parte da população era analfabeta e não havia uma separação clara entre o público e o privado, razão pela qual o clientelismo tradicional era operacionalizado pelo Estado, denominado de Paternalista.

[...] resultado da superposição de formas desenvolvidas do regime representativo a uma estrutura social inadequada. Não é, pois, mera sobrevivência do poder privado, cuja hipertrofia constitui fenômeno típico de nossa história colonial. É antes uma forma particular de manifestação do poder privado, ou seja, uma adaptação em virtude da qual os resíduos do nosso antigo e exorbitante poder privado tem conseguido coexistir com um regime político de extensa base representativa. **Por isso mesmo, o ‘coronelismo’ é sobretudo um compromisso, uma troca de proveitos entre o poder público**, progressivamente fortalecido, e a decadente influência social dos chefes locais, notadamente os senhores de terras. (LEAL, 1978, p. 20 apud ANDRADE, 2005, p. 104).

Nos períodos de 1937 a 1985 o clientelismo tradicional ao se deslocar do modelo de Estado paternalista para os de “regime de governo inclusivo” republicano e liberal populista passa a ser operacionalidade pela “máquina política” face o processo de expansão da industrialização e urbanização das cidades que alterou a estrutura

econômica, política e social do Estado em processo de modernização. Rompe-se a base da relação de reciprocidade mútua entre o Estado via governo e membros da sociedade (“coronelismo feudal”), mas sem significar que o mesmo tenha se esgotado como prática de clientelismo.

Negociar votos por meios de contornar regras legais [...] é uma característica básica de patronagem de massa [...] A estabilidade das máquinas desse tipo de clientela de massa (coletiva) [...] repousa não só no uso discricionário por elas de despesas públicas, mas também na capacidade deles de criar obrigações através de grande número de favores que não são menos críticos por serem de uma natureza não monetária. (ANDRADE, 2005, p. 94).

O emprego do conceito de “máquinas políticas” para designar uma nova modalidade de clientelismo tradicional é analisado por muitos cientistas políticos, entre eles Scott (1969), que em síntese descreve como uma troca de votos pelo favor operado pelo sistema político, isto é, quem opera a máquina é o político que atua como mediador para a realização, pelo Estado, de um serviço público. Muitas vezes o serviço é prestado sem que o beneficiado tenha requisitado e, em situação em que o contemplado nem sempre dispõe meios de troca para retribuir, a não ser a sua lealdade no processo eleitoral por meio do voto.

Nesse horizonte, Andrade (2005, p. 92) observou a existência de três tipos clássicos do uso do clientelismo tradicional disfarçado de “máquinas políticas”, que assim os classificam quanto a sua orientação: a) as classes necessitadas e/ou subgrupos de carentes com necessidades insatisfeitas pela estrutura social vigente; b) as corporações de negócios para quem o chefe desempenha a função de proporcionar os privilégios políticos que implicam benefícios econômicos imediatos e; c) as pessoas e/ou subgrupos que buscam socialmente por meio de novos canais de mobilidade social.

Percebe-se aqui uma possibilidade do uso de um neoclientelismo tradicional no âmbito das práticas democráticas participativas, particularmente no tipo orientado para as comunidades insatisfeitas pela estrutura social vigente, cujo ato político pode conter interesses disfarçados de “boas” ações, conforme críticas apontadas por Milton Santos no Capítulo anterior.



Pode-se dizer que essa modalidade de neoclientelismo é do tipo “explícito”, no sentido de que ao se ligar institucionalmente à estrutura da máquina política cria a possibilidade de operar em nome dela as ações de troca e favores. Nesse caso, o clientelismo assume características de “máquinas políticas de quadros”, na medida em que envolve uma mediação do aparato institucional da estrutura burocrática do Estado para fins de elaboração de políticas públicas. Em outras palavras, estreita os laços da relação do poder público com o usuário das políticas públicas e, quando isso acontece o clientelismo toma contorno do que chama Andrade (2005) de “clientelismo de quadros”.

Caracterizado como um tipo de clientelismo, cuja mediação é mais competitiva do que no clientelismo tradicional, ou seja, a relação se estabelece a partir de intermediários instituídos pelo chefe político como representantes de uma determinada população ou comunidade. (ANDRADE, 1993)

É importante esclarecer que no estudo de Andrade (2005) a pesquisadora chegou à conclusão que a institucionalização do clientelismo de quadros observado no campo empírico de sua pesquisa, ocorreu devido à mudança paradigmática do modo *operandi* do clientelismo tradicional face à forma mais competitiva (complexa) observada na relação de troca de favores, ou seja, o sucesso de desse tipo de vínculo depende do atendimento da demanda solicitada. Assim, pode-se dizer que quando atendida as demandas e serviços sociais, a moeda de troca é o apoio das lideranças locais ao promotor (ator político) dos benefícios.

Quanto ao estudo do clientelismo de quadro, Archer (1990 apud ANDRADE, 2005, p. 109) aponta para quatro tipos de categorias analíticas, quais sejam: a) o grau ou extensão da relação; b) a durabilidade ou persistência no tempo; c) o tipo de negociação que envolve a relação, isto é, o tipo de natureza dos recursos utilizados pelo “patrão” para materializar a relação.

Após essa breve explicitação conceitual do deslocamento do estudo do fenômeno do clientelismo, enquanto traço da herança cultural da formação do Estado moderno brasileiro, importa perguntar por que esse fenômeno, ainda, continua a prevalecer no âmbito das práticas participativas contemporâneas?

É óbvio que a resposta já foi dada no texto anterior. Posto que, a formação do Estado moderno brasileiro é caracterizada pelas contradições e ambivalências nos procedimentos burocráticos e atos públicos. Por essa razão é que embora o movimento sócio-político da Revolução de 1930 seja o marco emblemático que provocou institucionalmente a “ruptura do Estado patrimonialista” do regime presidencialista central da época (São Paulo/SP e Minas Gerais/MG), o fenômeno do clientelismo continua presente na contemporaneidade.

[...] a análise da literatura sobre o **clientelismo** evidencia que diversos autores - Archer; 1990; Gay, 1998; Günes-Ayata, 1994; Roniger, 1994 - têm salientado a capacidade com que este fenômeno continua prevalecendo, inclusive quando acontecem mudanças estruturais e/ou conjunturais nos âmbitos econômico, político, social e cultural. (ANDRADE, 2005, p. 13, grifo nosso);

Essa contradição se sustenta devido ao **descompasso entre a norma geral (Lei Federal) e a cultura política clientelista predominante em boa parte dos municípios**. Dessa forma, o que vem ocorrendo em alguns municípios brasileiros é a inversão do sentido do controle social, ou seja, ao invés da sociedade controlar as ações dos governantes através dos conselhos, estabeleceu-se um controle dos governantes sobre a formação e funcionamento dessa instância de participação. (FERRIZ, 2012, p. 86, grifo nosso).

Portanto, a indagação que é válida é saber em que contexto de interação social a ação informacional procedimental pode contribuir para a formação de novos padrões de comportamento cívico no âmbito das práticas participativas?

Dentre o conjunto de experiências participativas de gestão de políticas públicas que vem se desenvolvendo no país, o OP se sobressai como um novo paradigma democrático de definição do orçamento público. Definido por Fedozzi (2002) como a instituição de uma esfera pública ativa de gestão do fundo público municipal, tal experimento tem sido apresentado como capaz de diminuir e/ou ultrapassar as práticas patrimonialistas e clientelistas de acesso aos bens públicos; promover a fiscalização (*accountability*) dos negócios públicos; educar e socializar a população em experiências participativas para gerar o empoderamento dos setores excluídos. Apesar de considerar todos esses elementos importantes na luta pela democratização da sociedade e concordar com a idéia de que experimentos de democracia participativa têm contribuído para a problematização da democracia representativa, **concluiu-se, neste trabalho, que a questão da superação, persistência ou transformação do clientelismo, constitui-se um fator que ainda não foi resolvido**. (ANDRADE, 2005, p. 230, grifo nosso).

Como a prática do clientelismo no âmbito do OP é decorrente de um processo histórico e cultural que envolve atores provenientes do mundo do sistema e do

mundo da vida, pode-se supor que uma das possibilidades de caminhos válidos para a superação do fenômeno que se abre é pela via do exercício do direito a informação pública e do debate e vigilância dos atos públicos, que quando compartilhados de forma intersubjetiva com outras fontes alternativas de informação possibilita ultrapassar, o que chama Fedozzi (2002) de nível de consciência de “pré-cidadania”, que corresponde ao “estágio 3” da técnica dos dilemas morais.

Esse nível de consciência [nível 3] é compatível com as formas tradicionais de autoritarismo social e com **a cultura patrimonialista-clientelar no Brasil**, ensejando possibilidades de reprodução das relações sociais de heteronomia e de subordinação paternalista, representadas pelo favor, pelo pedir, ou pelas relações que têm na pessoa o critério máximo de justiça, a exemplo do caudilhismo e do jeitinho. (FEDOZZI, 2002, p. 291 apud ANDRADE, 2005, p. 228, grifo nosso);

Considero, assim, o Orçamento Participativo como um fenômeno híbrido, que contém os elementos tidos como promotores de cidadania: um caráter democrático, mas, ao mesmo tempo, **traços clientelistas tais como ausência de mecanismos legais que garantem a participação e o ingresso aos centros de decisão**. Isto significa que o acesso à distribuição de determinados benefícios públicos é garantido por intermédio de um acordo político não regulado, sujeito, portanto, ao cálculo político de atores cuja marca é a assimetria de poder sobre os recursos públicos e, por fim, cuja base do acordo é uma troca de acesso a estes benefícios por apoio político, sem o qual existe grande possibilidade de ser encapsulada por forças que não aprovariam esse tipo de gestão pública. (D’AVILA FILHO, 2000, p. 14 apud ANDRADE, 2005, p. 14-15, grifo nosso).

A formulação de Fedozzi (2002) para aplicação da “técnica dos dilemas morais” está associada aos fundamentos do estudo de Piaget (1977) sobre a gênese e a evolução das estruturas cognitivas e morais que se baseia na premissa de que para avaliar a mudança de comportamento de um indivíduo ou de grupos é necessário que exista uma estruturação invariável de estágios morais sucessivos.

Reverendo a literatura sobre esse tema, pode-se observar que outros autores já utilizaram os mesmos fundamentos de Piaget (1977), dentre os mais referenciados pelos autores do *corpus* teórico da pesquisa se destaca Kohlberg (1976), considerado por (FLEURY; SUBIRAT, 2009) o fundador do primeiro modelo da “técnica dos dilemas morais”. Este modelo se baseia numa estrutura de avaliação que contempla três categorias de análise, denominadas de níveis com dois estágios em cada uma deles.

Como é de interesse utilizar como subsídio a estrutura do modelo apresentado por Kohlberg, com vistas redefini-los para adequar a proposta de estudo da dimensão informacional no âmbito do orçamento participativo – OP. Destaco os aspectos conceituais:

- a) Nível pré-convencional, onde o “estágio 1” corresponde ao comportamento orientado para a punição e obediência e; o “estágio 2” ao comportamento individualista hedonista;
- b) Nível convencional, onde o “estágio 3” corresponde ao comportamento orientado a classificação de “Bom Moço” e “Boa Moça” e; o “estágio 4” corresponde a classificação “Lei e ordem” – preservação do sistema;
- c) Nível Pós-convencional, onde o “estágio 5” corresponde ao comportamento ao comportamento dito de “contratualismo democrático ou de utilidade e, o estágio 6” corresponde ao comportamento respaldado nos princípios éticos universais. (Fonte: KOHLBERG, 1976).

Esse modelo de classificação em níveis e estágios tem como objetivo distinguir, coordenar e hierarquizar os valores morais de cada indivíduo e/ou grupos sociais ao confrontar as características de cada nível as mudanças observadas nos padrões de comportamento dos atores envolvidos em práticas democráticas participativas. Em outras palavras,

[...] trata-se da passagem de uma situação egocêntrica/heterônoma (na qual ainda inexiste a diferença entre Eu e o mundo) para níveis cada vez maiores de descentração cognitiva e moral. Esses fornecem competências para resolver determinadas classes de problemas empírico-analíticos ou moral-prático. A teoria de Piaget sustenta o *paralelismo entre a lógica e a moral*. Ou seja, a natureza genética da razão diz que a razão teórica (pensamento lógico) e a razão prática (consciência moral) são dois lados de uma mesma moeda. Os juízos lógicos sobre a verdade e os juízos morais sobre a validade de uma regra variam de acordo com os estágios em que se encontram os sujeitos (Freitag, 1991, p. 67). Esse paralelismo mostra que aos estágios *sensório-motor, pré-operatório, operatório-concreto e lógico-formal*, correspondem os estágios de *pré-moralidade, heteronomia, semi-autonomia e moralidade autônoma* (Piaget e Inhelder, 1972)<sup>5</sup>. Os

fatores biológicos, **culturais**, sociais e de equilíbrio, que explicam a psicogênese são, também, os fatores explicativos da dimensão moral. (FLEURY; SUBIRAT, 2009, p. 7, grifo nosso).

No campo empírico/prático, duas iniciativas inovadoras buscam o enfrentamento do fenômeno do clientelismo observado no âmbito do orçamento participativo. Uma, advoga que a formação da consciência cidadã está associada à ampliação da participação popular pela via da consulta pública por meio da Internet (OP digital) e, a outra, visa promover e fomentar a formação de novos padrões de comportamento cívico a partir de um segmento da população que está em formação \_ o “OP Criança”.

Essas duas modalidades de OP vêm sendo discutidas nas reuniões anuais da Rede Brasileira de Orçamento Participativo - RBOP, como alternativas importantes para a formação de novos padrões de cultura cívica do cidadão e inclusão social, por considerar abrangência da sua atuação no que se refere ao público não atendido na versão original do OP.

Ferriz (2012) em sua pesquisa vislumbra a possibilidade do OP digital se tornar uma ferramenta capaz de ampliar a participação popular no processo de deliberação política. Mas, adverte que o êxito da implantação desse modelo nos municípios brasileiros depende do comprometimento político da equipe do poder local e o aumento da consciência cívica da população em geral. Essas mudanças políticas é que permitiriam um maior acompanhamento e fiscalização da população sobre as demandas apresentadas e as que se encontram em fase execução.

Os pressupostos que aponta para a modalidade do OP digital é a de que o aumento da participação popular no processo de escolha das demandas abre para a possibilidade para a formação de uma consciência crítica cidadã ao tornar visível para a população os dados e informações sobre quantas obras são realizadas no município em cada região e quais foram os custos financeiros demandados para a execução. Ademais, as secretarias municipais seriam forçadas a contemplar na peça orçamentária as demandas sociais no mesmo momento da aprovação nas audiências públicas, o que garantiria a população acompanhar e fiscalizar todo o processo *on line* até a sua execução e entrega a comunidade beneficiada.

Destarte, o que se observa é a falta de disponibilidade de dados e informações sobre o planejamento da realidade sócio - econômico de cada regional do OP, o que tornaria as discussões das demandas solicitadas *on line* mais realistas e substantivas, capaz de viabilizar uma mudança no nível de conhecimento dos participantes com trocas de informações compartilhadas relativas ao conjunto das realidades das localidades por regional. Além de tornar perceptível o *locus* (localidade) como parte integrante da cidade como um todo. Esse pensamento é compartilhado por Ferrri (2012) ao se referir a assimetria observada no processo de escolha e aprovação da demanda e execução das obras do OP nas 14 Regionais da cidade de João Pessoa/PB:

A metodologia do OD-JP foi sendo alterado ao longo dos anos no intuito de romper com a principal lacuna identificada no OD desde a sua origem, que é **a existência de um hiato entre o momento da identificação da demanda pela população e a execução da obra pela secretaria competente**. A população, através de seus representantes (conselheiros regionais e municipais) não consegue acompanhar a demanda apresentada até a sua inclusão na Peça Orçamentária e a sua execução. (FERRIZ, 2012. p. 224, grifo nosso);

Como forma de romper com esse obstáculo, a própria equipe do OD sugeriu (em 2010) uma nova etapa no processo de participação – o Planejamento Democrático, momento de encontro entre os conselheiros (regionais e municipais) com os técnicos das secretarias municipais para discutir o que deve fazer parte da Peça orçamentária. Porém, o **Planejamento Democrático não conseguiu cumprir, ainda, seu objetivo inicial**. (FERRIZ, 2012. p. 224, grifo nosso).

A outro modelo inovador\_ o denominado *OP criança* revela uma possibilidade ousada e complexa para o enfrentamento dos obstáculos que dificultam o aprimoramento e legitimidade das práticas democráticas. Embora se perceba a escassez de relatos de estudos sobre essa modalidade de prática participativa. Apresentar um aporte de sua operacionalidade foi importante por considerar que traz subsídios para a proposta de construção da dimensão informacional no âmbito do orçamento participativo-OP.

Dentre as experiências observadas se destacam os modelos de *OP Criança* das cidades de Fortaleza/CE, Recife/PE, São Paulo/SP, Rio das Ostras/RJ. De modo geral, a operacionalidade dessa versão do OP tem início com a elaboração de programas desenvolvidos junto às escolas públicas, cujo processo de implantação contempla três fases que se integram, as quais podem ser assim, definidas:

- a) *Estágio de (in)formação do OP Criança;*
- b) *Estágio de coleta de informações para a produção e mobilização de recursos;*
- c) *Estágio de sistematização das informações para mobilização e inclusão social.*

O *Estágio de (in)formação do OP Criança*, pressupõe a constituição de um quadro de professores das escolas do município para a elaboração de uma “metodologia padrão” para o estudo dos conceitos essenciais à participação e ao trabalho coletivo. Os professores participantes nessa fase atuam como mediadores da proposta de OP Criança no âmbito das escolas. Cabe às esses mediadores apresentar a proposta de metodologias em sala de aula, tais como: dinâmicas de grupo e estratégias pedagógicas para a compreensão dos conceitos básicos, dentre os quais: o que é voto, como escolher um representante, o que é prioridade, o que é uma assembleia. Os papéis dos delegados e conselheiros, como argumentar, ouvir, defender ou contestar as prioridades são pontos cruciais discutidos em sala de aula.

O *Estágio de coleta de informações para a produção e mobilização de recursos* do OP Criança ocorre em três etapas, sendo a primeira voltada para a formação pedagógica das crianças e adolescentes, momento em que cada turma da sala de aula da escola é estimulada a pensar a escola com o propósito de realizar um levantamento de dados e informação a respeito dos problemas da Escola. Na segunda etapa são selecionadas 05 prioridades de cada turma, onde o representante eleito de cada sala apresenta e defende suas prioridades em uma grande assembleia na escola. Em seguida, após um processo de discussão e votação, são selecionadas as dez (10) principais prioridades para serem fundamentadas em um diagnóstico da escola. Na terceira etapa os representantes eleitos de cada turma irão compor uma rede de mobilização de recursos para atuar junto à gestão da escola, do município e das instituições privadas situadas na localidade do educandário, com vistas à formação de parceria para viabilizar o atendimento a uma ou mais demanda contida no diagnóstico da escola.

O *Estágio de sistematização das informações para mobilização e inclusão social* é uma expansão dos dois Estágios anteriores. Tem início com a convocação de todas

as crianças e adolescentes matriculadas na rede municipal para participar de uma grande pesquisa, objetivando realizar um levantamento dos problemas dos bairros da cidade, tomando-se com base alguns indicadores previamente selecionados, tais como: condições ambientais, condições sociais e serviços públicos. A metodologia adotada consiste na elaboração de um mapa-fotografia contendo dados e informações a respeito de cada bairro da cidade, onde cada criança e adolescente indica e vota nos problemas mais graves de acordo com os indicadores apontados em cada bairro.

Após o processo de seleção das 10 principais prioridades de cada bairro, são eleitos representantes de cada escola para em um grande seminário envolvendo todas as escolas da cidade, consolidar, em votação, um documento contendo as principais demandas. Essa fase é concluída com a apresentação do referido documento na Câmara dos vereadores da cidade, visando incorporar as demandas selecionadas ao caderno de empreendimento do OP da prefeitura para serem implantadas no ano seguinte.

Assim, como já foi enfatizado o *OP Criança* revela ser uma alternativa interessante para o estudo da formação de novos padrões de cultura cívica \_ a cidadã. Pois, o Estatuto da Criança-(ECA) considera o adolescente um cidadão em formação, portanto, um ser político que mesmo possuindo peculiaridades específicas, tem capacidade para decidir sobre o seu destino e o de sua sociedade.

Ademais, alguns estudiosos da construção da personalidade da criança e do adolescente, consideram que a participação na vida comunitária permite que se tome consciência do que o mundo poderia ser e desenvolve o pensamento abstrato para a construção de *novas utopias*. (KOHLBERG, 1976).

Talvez por se tratar de uma experiência recente, não se encontra na literatura da área, resultados de estudos empíricos analíticos que possam comprovar o impacto das ações no *OP Criança* na formação de novos padrões de comportamento cívicos.

Justifica-se aqui a proposta de apresentar uma possibilidade de discutir sobre a ação informacional procedimental atuando como vetor para ultrapassar o padrão de



consciência de “pré-cidadania” observado por Fedozzi (2002), em sua pesquisa de doutorado desenvolvida no âmbito do orçamento participativo da cidade de Porto Alegre/RS.

Com este propósito a base teórica explicativa parte da premissa de que a noção de moralidade se vincula diretamente a fatores culturais, onde “[...] informação e cultura podem ser consideradas conceitos/fenômenos interligados pela sua própria natureza, principalmente quando a cultura é entendida, no seu sentido antropológico, como modo de relacionamento com o real”. (VARELA, 2007, p. 29).

Refere-se à concepção de cultura associada à linguagem, que segundo Vygotsky (1986-1934) diz que a mesma é constituída fundamentalmente por sistema de “sinais” ou símbolos que fazem parte de uma unidade que representa o todo, ou seja, a cultura é parte integrante que une o pensamento e a manifestação da fala. Esta, quando compartilhada intersubjetivamente pode se materializar em dados ↔ informações ↔ conhecimento. Mas, para ocorrer essa passagem é essencial que se realize não só a interpretação de símbolos, mas também outras atividades mais complexas, quais sejam: a) a decodificação dos símbolos; b) a memorização; c) a análise, que permite identificar os elementos constituintes do que se está conhecendo em relação as suas relações como partes de um todo; d) a síntese, na qual se devem reunir o todo com as partes; e) a visão dialética, que permita descobrir a interconexão da informação nova com outras informações; f) os conhecimentos anteriores do sujeito cognoscente; g) a inferências de vários tipos, dedutivas, indutivas, adotivas e hermenêuticas; h) as novas ideias e visões de mundo obtidas para avaliar todo o processo e assimilar o construto cognoscitivo obtido. (RENDON ROJAS, 2005, p.53-54).

Assim, compreendida a raiz epistemológica que une “informação e cultura”, pode-se dizer também que este *constructo* teórico se amolda ao que diz Habermas sobre o “ato ilocucionário” da linguagem, quando se refere ao pensamento como fonte da origem do que se pretende dizer, prometer, ameaçar e informar a respeito de algo em algum tempo e espaço.

Portanto, é nessa dimensão *ilocucionária* da linguagem que as “fontes alternativas de informação” quando compartilhadas intersubjetivamente é um pressuposto que adquire validade para superação dos problemas observados nos padrões de comportamento no âmbito do OP. Mas, desde que a *informação*, enquanto elemento da linguagem seja descrita como expressa Habermas ao ser referir ao ato proposicional de referência.

Esse ato proposicional de referencia diz respeito à correlação entre a intenção e a sua expressão verbal, que se apóia no princípio de expressividade, segundo o qual, tudo o que se quer significar, pode ser dito. [...]. **A constatação da existência de comprometimento nos proferimentos, e de responsabilidades**, dependendo do tipo de proferimento, ganha importância ao verificarmos que os atos de linguagem são governados por regras constitutivas, que, diferentemente das regras regulativas, **criam ou definem novas formas de comportamento** e estabelecem uma equivalência entre fazer e dizer. (MERLIN, 2000, p. 59 grifo nosso).

Dito de outra forma, a informação enquanto um dos “sinais” da cultura e do ato proposicional de referencia da linguagem confere força para provocar mudanças nos padrões de comportamento dos atores participantes do processo democráticos. Destarte, exige que a informação acessada e compartilhada intersubjetivamente pelos atores esteja respaldada por uma *postura ética*; àquela “governada” por regras constitutivas e não regulativas, ou seja, comprometida pela razão do estar e agir no mundo (eu e o mundo) no sentido de religar Estado ↔ indivíduo ↔ sociedade e, por um *pensamento moral*; àquele que busca através do entendimento intersubjetivo reconhecer o que é melhor para o bem comum e/ou do coletivo.

Sem significar, no entanto, que não existam tensões e conflitos decorrentes de interesse individuais e pragmáticos no processo da ação informacional procedimental no âmbito do orçamento participativo. Mas, estes são equilibrados mediante a deliberação política. (HABERMAS, 1982).

Essas discussões sobre as possibilidades de enfrentamento para os problemas que dificultam o aprimoramento das experiências participativas irão fundamentar a segunda seção do Capítulo, cujo objetivo reside em apresentar uma proposta de construção do modelo de estudo da dimensão informacional no âmbito do OP.

b) Diretrizes para o estudo da dimensão informacional no âmbito do OP: uma interlocução com os autores da CI

Nessa segunda seção do texto conforme já foi explicitado na introdução do Capítulo, o objetivo foi analisar os relatos de pesquisas de autores da Ciência da Informação que estudaram os problemas relacionados à assimetria informacional dentro de uma estrutura social, com vistas abstrair subsídios para apresentar uma tipologia para categorizar o “nível e o estágio de cidadania” de atores sociais envolvidos em práticas democráticas participativas, a exemplo do OP. O quadro síntese abaixo apresenta uma caracterização do *corpus* teórico analisado, onde destaco os dados que identificam os relatos das pesquisas (dissertações de metrados “M”).

**Quadro 6 - composição do corpus de autores da Ciência da Informação**

<b>Programa de Pós Graduação em Ciência da Informação</b>				
<b>Universidade Federal de Minas Gerais - (UFMG)</b>				
<b>Autor</b>	<b>Título</b>	<b>Nível</b>	<b>Ano</b>	<b>Área</b>
SÍLVA, Ana P.	O percurso da informação no Conselho estadual da criança e do adolescente em Minas Gerais.	M	2005	Ciência da Informação
PRATA, Nilson V.	Informação e democracia deliberativa.	M	2007	Ciência da Informação
ADÃO, Sheila M. T.	Informação para ação...	M	2008	Ciência da Informação
MANGUE, Denise C. S.	Informação, um caminho para participação política.	M	2008	Ciência da Informação
<b>Universidade Federal da Paraíba - (UFPB)</b>				
BEZERRA, M. A. Alexandre	Por uma ética da informação	M	2009	Ciência da Informação
<b>Universidade Federal do Rio Grande Sul - (UFRS)</b>				
PESSI, Patrícia.	e-OP uma nova prática comunicativa do orçamento participativo de Porto Alegre	M	2003	Biblioteconomia
OSÓRIO, Pedro L. da S.	Comunicação e cidadania.	M	2003	Biblioteconomia

Fonte: BTD do Portal/Capes, 2011

No relato de pesquisa de Silva (2005) três grandes barreiras relacionadas aos processos de produção, organização e uso de informações pelo Conselho Estadual dos Direitos das Crianças e Adolescentes de Minas Gerais –(O CEDCA-MG) foram observadas, que segundo este autor dificulta a operacionalidade e legitimidade do referido conselho junto à sociedade.

[...] julgou-se que, através de um estudo de caso sobre o CEDCA-MG, poder-se-ia desvelar se os problemas identificados nos conselhos municipais teriam relação com as ações do conselho estadual, tais como a **falta de padronização nos processos de coleta, organização e disseminação da informação**, a pouca influência nas comunidades e junto aos órgãos governamentais que atuam na defesa dos direitos da criança e do adolescente, entre outros. (SILVA, 2005, p. 18-19, grifo nosso);

Através da fala dos técnicos ficou claro que a desinformação acerca do ECA, por exemplo, provoca em diversas instâncias, ilegalidades cometidas pelos próprios conselheiros municipais. Esta realidade **prejudica a eficiência do CEDCA-MG, comprometendo a legitimidade da instituição junto à população** e junto aos poderes públicos. (SÍVIA, 2005, p. 133-134, grifo nosso);

Além disso, verifica-se que o problema não se restringe apenas aos conselheiros mau informados ou mau capacitados, **mas também uma sociedade pouco informada/capacitada** e, conseqüentemente, não ligada às questões dos direitos sociais. (SÍVIA, 2005, p.134, grifo nosso)

Verifica-se, prima face, vários problemas de um mesmo processo do fluxo informacional dentro de uma estrutura social, que podem ser agrupados como “barreira de assimetria informacional”; àquela que engloba todas as tipologias de barreiras informacionais citadas na literatura da Ciência da Informação - CI<sup>56</sup> que, deslocadas para o caso dos problemas informacionais observados no âmbito do orçamento participativo-OP sugere-se a seguinte categorização: a) assimetria informacional no âmbito das relações interpessoais e intraorganizacionais (exemplos: esfera pública, entidades não governamentais, instituições públicas, igrejas, escolas, associações); c) assimetria informacional de conteúdo simbólico da linguagem (Exemplos: terminologia, tecnicismo e idioma); d) assimetria informacional das condições estruturais para a disseminação da informação (exemplos: limites geográfico ou territorial das regionais do OP); e) assimetria informacional do mundo da personalidade/conhecimento dos atores (exemplos: capacidade de linguagem e ação); f) assimetria informacional de responsabilidade. (exemplos: cultura política, ideológicas, éticas e morais).

Nas citações abaixo, pode-se observar as causas e os efeitos das assimetrias (informacional) referenciadas acima:

---

<sup>56</sup> Ver Araújo (1998, p. 31-32) e Prata (2007, p. 18-23).

Predomina ainda, no aparato estatal brasileiro uma **concepção burocrática de gestão baseada na superioridade do saber técnico** que sustenta uma elite técnica-burocrática que realimenta todo sistema político. [...] nos conselhos de saúde ocorre, quase sempre, a prevalência do saber médico, **que inibe a participação do usuário ou se sobrepõe, em termos de importância, às demais posições** (ANDRADE, 2009, p. 23 apud FERRIZ, 2012, p. 86, grifo nosso);

No OP de Porto Alegre (doravante OP-PoA) eram realizadas duas assembleias públicas por região do município, ao passo que no Estado eram realizadas uma assembleia pública por município em **função dos constrangimentos territorial e temporal impostos**. [...] Ou seja, a extensão territorial e o problema temporal **impuseram limites à frequência das reuniões, inibindo, assim, a troca de informações** que no município ocorria de forma mais constante. (FARIA, 2005, p. 204 -205, grifo nosso);

Ao perguntarmos qual era a maior limitação do OP-RS, 35% dos delegados apontaram **“a dificuldade da população para compreender as questões do OP-RS”** (metodologia, critérios e o conteúdo dos programas, obras e serviços). [...]. Este dado aponta a complexidade envolvida no processo participativo ensejado pelo OP estadual, podendo tornar-se **um problema quando os participantes não conseguem entender as questões nele envolvidas**, uma vez que a compreensão delas incide diretamente na qualidade da participação no seu processo decisório (FARIA, 2005, p. 205, grifo nosso).

Corroborando com o exposto, a proposta de pesquisa de Prata (2007) traz uma contribuição que complementa à categorização acima colocada para o estudo da assimetria informacional no âmbito do OP, tanto na perspectiva do mundo do sistema (coordenação da ação da disseminação da informação) como no mundo da vida (capacidade de ação e linguagem dos conselheiros e delegados representantes das localidades das regionais):

O objetivo geral desta dissertação é, pois, **analisar o fluxo informacional que se estabelece entre a ALMG e o conjunto dos segmentos da sociedade** que se dispõem a participar de um seminário legislativo e verificar se tal investigação empírica pode contribuir para a reflexão teórica e a compreensão da relação entre informação e participação política no contexto de regimes democráticos. Os objetivos específicos da pesquisa são os seguintes: a) identificar como surge a demanda de realização de um seminário legislativo e **o papel desempenhado pela informação** na etapa preparatória do evento; b) identificar os **tipos e as origens das informações fornecidas à ALMG** pelos participantes no decorrer de todo o processo de realização de um seminário legislativo; c) **identificar os tipos de informações fornecidas pela ALMG** e por outros órgãos públicos aos participantes de um seminário legislativo, bem como identificar as **formas de divulgação dessas informações**; d) verificar se as **trocas estabelecidas nesse fluxo possuem potencial para gerar informações** que podem ser utilizadas para subsidiar a atuação dos poderes públicos; e) verificar se essas mesmas trocas resultam na **geração de conteúdos informacionais de interesse público** que, se colocados à disposição da sociedade em geral, poderiam contribuir para reduzir a assimetria

informativa que caracteriza a relação Estado-cidadão e ampliar o **grau de transparência e accountability** da ordem democrática. (PRATA, 2007, p. 12-13);

No âmbito deste trabalho, o conceito de assimetria informativa pode ser definido de forma bastante simples, indicando a **desigualdade de condições para acesso à informação de natureza política**. Refere-se a situações, reais ou potenciais, em que determinados indivíduos, grupos ou instituições detêm condições privilegiadas de acesso a informações relativas a questões que, por sua importância, influenciam diretamente no processo decisório de formulação de políticas públicas. Nesta acepção, a assimetria informativa pode ser analisada sob dois enfoques distintos: um refere-se ao relacionamento dos cidadãos ou grupos sociais entre si na competição por meios de influência na agenda política; o outro, diz respeito à relação entre Estado e sociedade. (PRATA, 2007, p. 19, grifo nosso);

Para compreender o primeiro enfoque – relacionamento dos cidadãos entre si – é preciso lembrar que, conforme mencionado, a informação pode ser utilizada como um recurso político. No entanto, tal uso tende a se dar de forma **assimétrica entre os diversos segmentos sociais**, na medida em que o discurso político – e, portanto, a informação dele decorrente – tem sido tradicionalmente dominado pelas elites ou por grupos mais favorecidos da sociedade. (PRATA, 2007, p. 19, grifo nosso)

Constata-se a partir das citações acima, a possibilidade de extrair duas categorias de análise que pode ser utilizadas para avaliar (mundo do sistema) até que ponto um governo e/ou instância de coordenação de gestão pública é responsivo aos cidadãos comuns que participam do OP, quais sejam: a) modelo da coordenação da ação (instrumental ou procedimental) do sistema de disseminação da informação pública (existência e/ou não de instrumentos normativos que garantam o acesso a informação de interesse público; existência e/ou não de espaço público para participação e contestação pública nas localidades e linguagem utilizada para disseminar a informação para a opinião pública).

No âmbito da esfera do mundo da vida vislumbra-se que as categorias de análises expostas acima possam servir de parâmetro também para avaliar o nível e estágio de cidadania em que se encontram os atores sociais (representantes/conselheiros/delegados das localidades) que participam dos processos informativos do OP, ao fazerem uso ou não dos recursos (estrutural e normativo) disponíveis para a participação e contestação pública.

Neste mesmo horizonte, Osório (2003) oferece um subsídio importante ao “analisar até que ponto o modelo de sistema de comunicação implantado pela Coordenação

de Comunicação Social-(CAS) da prefeitura da cidade de Porto Alegre/RS em 1989 responde adequadamente a proposta de garantir na perspectiva informacional o exercício da cidadania aos seus cidadãos”.

Dentre os obstáculos relatados por este pesquisador pode-se destacar os relacionados à cultura do modelo de comunicação anterior (ação instrumental), cujas características são marcadas pela fragmentação, superficialidade e a espetacularização da informação veiculada para a opinião pública.

Assim o Estado, ao comunicar-se com a população, via governo, costuma reproduzir a praxis da propaganda política contemporânea, recorrendo a estética publicitária vigente e **mirando objetivos estratégicos basicamente promocionais, em favor dos quais são direcionados os sistemas informativos** dos governos. (OSÓRIO, 2003, p. 31-32, grifo nosso);

Nessas circunstâncias a política tende ao espetáculo de consequências discutíveis; debilita-se o cotejo das ideias e o Estado dela resultante tende a venalidade; o cidadão confunde-se com o consumidor, a lógica mercantilista invade a propaganda e a legitimidade conferida pela mídia a determinado agentes políticos suplanta espetacularmente a competência de outros. [...]. A comunicação deste (sic Estado) com a população tem seguido uma lógica semelhante, apoiando-se em formulas marcadamente promocionais, embora complexas, que caracterizam a comunicação institucional e à estratégia própria das organizações privadas. (OSÓRIO, 2003, p. 31)

Percebe-se aqui a vinculação que faz Osório (2003) a crítica apontada por Milton Santos (2002) ao tecer comentário ao papel não desenvolvido pela imprensa e a Porto (1997 apud SILVA) ao se reportar aos efeitos negativos da mídia não comprometida com a formação cultural dos cidadãos.

Frente à tirania do mercado, a imprensa tornou-se uma indústria frágil, impedida, exceto de forma residual e intermitente, de corresponder cabalmente ao seu papel histórico de ajudar a formar uma **opinião independente**. Em sua dimensão global, o mercado controla uma produção oligopolística de notícias por meio das agências internacionais e nos apresenta o mundo atual como fábula. Em suas dimensões nacional e local, o mercado, agindo como mídia, segmenta a sociedade civil, influi sobre o fluxo e a hierarquia do noticiário e aconselha a espetacularização televisiva de certos temas, confundindo os espíritos em nome de uma estratégia de vendas adotada pelos jornais como forma de sobrevivência. O remédio, aqui, é um veneno, num círculo vicioso que acaba por ser o seu principal pecado. Estará a imprensa pecando em nome próprio ou em nome e em favor do mercado? (SANTOS, 2002, p. 148 grifo nosso);

Porto (1997), em seu estudo acerca dos efeitos da mídia na formação dos cidadãos, ressalta que “um novo modelo de cidadania deve ir além da

esfera da informação, incorporando a capacidade de interpretação da realidade e construção de sentido por parte dos indivíduos” (p.22). E vai mais além, afirmando que “a disputa pelo poder político não se restringe, portanto, à garantia do acesso dos cidadãos às informações, mas também inclui a luta em torno da interpretação da realidade” (p.22). Esta afirmação decorre de uma questão debatida nos dias atuais, sobre o dilema democrático vivenciado por nossas sociedades modernas. Tal dilema se dá em relação ao alto índice de informação veiculada para os indivíduos, seja pela mídia ou outros canais comunicacionais, e o baixo nível de informação destes a respeito de assuntos políticos. Ainda segundo Porto (1997), a teoria democrática prima pelo pressuposto de que “cidadãos bem informados elaboram e expressam livremente suas vontades elegem representantes e influenciam de forma efetiva o processo de decisão política do Estado” (p.17). **Se, por um lado, temos uma massa populacional que recebe diariamente informações desvinculadas de conteúdo social**, de outro temos um grupo de pessoas, os *experts* em política, que são quase que representantes naturais nas arenas de participação. Na conclusão de seu trabalho, Porto (1997) nos diz que este dilema não é restrito a países em desenvolvimento, sendo tal fenômeno também existente nos EUA. (SÍLVIA, 2005, p. 54-55, grifo nosso).

No caso do OP, a divulgação de dados financeiros e sociais assimétricos relativos às informações sobre obras implantadas e/ou em fase de implantação resultam em dois tipos de barreiras que dificultam o exercício da cidadania. Uma das barreiras (assimetria informacional) reside no âmbito da dimensão financeira do OP ao camuflar as práticas de clientelismo (“máquina política”) que subjaz a relação entre o Estado e o mercado. A outra, o *locus* reside na dimensão administrativa e participativa do OP ao inviabilizar a possibilidade das entidades coletivas, organizações políticas não governamentais e o próprio cidadão comum da obtenção de conteúdos informacionais complementares (fontes alternativas de informação) para a fiscalização dos atos públicos dos gestores e dos serviços prestados a comunidade assistida pelas obras do OP, conforme apontam Andrade (2005) e Sílvia (2001) em seus relatos de pesquisa:

A perspectiva da análise se voltou para verificar se a ampliação da participação popular (*empowerment*) e a **garantia da prestação de contas (accountability) pelo governo municipal** são condições suficientes para a produção de uma nova cultura política entre os sujeitos coletivos envolvidos no processo do Orçamento Participativo de forma a superar o clientelismo. (ANDRADE, 2005, p. 21).

E lutar para participar das decisões sobre a aplicação do dinheiro público e não aceitar qualquer desculpa de falta de verba? **De conquistar o acesso e o controle sobre os gastos e políticas públicas?** (SÍLVIA, 2001, p. 150, grifo nosso).



No estudo de Pessi (2003) em que o objetivo geral foi avaliar a modalidade de um novo modelo de orçamento participativo\_ o OP\_digital surge a possibilidade para pensar em formas alternativas para ampliar a participação popular no processo de escolha das demandas e serviços sociais, na perspectiva mais complexa do fluxo informacional. Dentre os problemas observados por esse pesquisador, pode-se destacar a assimetria no perfil dos participantes, o que coloca em dúvida a validade das demandas sociais sugeridas via internet.

Percebe-se que o perfil atraído por essa nova experiência possui renda superior a 12 SM, reside na zona central da cidade e é majoritariamente masculino. [...] Por outro lado, as informações referentes à evolução dos números dos inscritos e ao volume de demandas solicitadas e validadas revelam possíveis debilidades no processo. **O número de inscrito reduz a cada ano e os indicativos relacionados ao volume de demandas validadas perante o total de solicitadas é ainda instável**, embora o indicativo de 2003 indique maior paridade entre os números. (PESSI, 2003, p. 118, grifo nosso).

Para o enfrentamento dos problemas das “assimetrias” (informacional e estrutural) observadas no âmbito das práticas democráticas, sugere-se o caminho apontado por Habermas quando este autor se refere à ao espaço público como caixa de ressonância das necessidades das localidades. Implica, no caso, do estudo de Pessi (2003) em estabelecer antes do processo de escolha das demandas sociais via Internet um debate interativo *on line* com fornecimento de dados e informações sobre as carências existentes em cada regional e localidades do OP, de modo a permitir as internautas o compartilhamento intersubjetivo na rede até encontrar a melhor forma de enfrentamento dos problemas acima mencionados e, assim perceber como o modelo OP digital pode ser utilizado. Esta é uma preocupação de estudo da informação no âmbito da dimensão territorial do OP.

Corroborando com essa discussão, Fontoura (2005) oferece um caminho para estudar os problemas observados no âmbito da dimensão territorial do OP ao pesquisar sobre a dinâmica: sócio - espacial em três vilas do bairro “Lomba do Pinheiro”, da capital do Estado do Rio Grande do Sul/RS.

Este estudo tomou como referencia para análise, os dados dos processos de regularização fundiária e o perfil dos representantes das associações de moradores que participam dos debates do OP, com vistas a verificar até que ponto a relação

entre registro de propriedade de imóvel e a identidade cível dos atores (registro de naturalidade) interfere ou não na mobilização para formação de grupos para defesa de demandas de cunho estrutural nas localidades das 16 regionais do OP da cidade de Porto Alegre/RS.

A existência, em Porto Alegre, de espaço público para a participação direta, como o OP e uma tradição de organização de moradores das vilas, nem sempre garante uma mobilização constante em torno da democracia participativa e sua incorporação às práticas sócio espaciais dos moradores. **As dificuldades advêm de diferentes origens e estão enraizadas nas especificidades da formação de cada um desses lugares.** (FONTOURA, 2005, p. 23, grifo nosso).

São os próprios lugares, através das relações sociais estabelecidas no cotidiano, que fazem com que as respostas sejam diferenciadas ao que chega ou não das verticalidades, criando, portanto, a singularidade e valorizando a necessidade de investigação dos espaços da vida cotidiana, porque é lá que temos a possibilidade de encontrar a conformidade, **mas também a resistência, a criatividade e a chance de cooperação, de solidariedade e de semente de transformação.** (FONTOURA, 2005, p. 43, grifo nosso).

Depara-se aqui com a assimetria informacional em torno da identidade, territorialidade e localidades dos participantes do OP, cujas similitudes e divergências no perfil dos participantes oferecem um caminho para compreender até que ponto a mobilidade social de atores sociais e os dados de registros de imóveis interverem no aumento do número de participantes nas audiências públicas e na formação de uma consciência crítica. Dito de outra maneira, para a construção de uma cultura cívica cidadã no âmbito do OP.

Na tentativa de avaliar a influência do orçamento participativo da cidade de Florianópolis/RS como espaço para o engajamento do cidadão no planejamento público do município e a participação no desenvolvimento local, Pase (2001) apresentou dois principais obstáculos: a cultura local e a capacidade financeira do município para atender as demandas oriundas das audiências públicas.

Apesar da vontade política dos administradores do governo municipal em ceder poder aos cidadãos limitando as práticas clientelistas locais, rompendo com a história de dominação política, social e econômica arraigada **a cultura política da sociedade** de Florianópolis, a **incapacidade financeira** destes municípios em oferecerem recursos que possam solucionar as demandas da população impõem obstáculos à participação de processos de democracia participativas tais como o orçamento participativo. (PASE, 2001, p. 18, grifo nosso).

É visível o fato da administração ter absorvido as lideranças dirigentes dos movimentos sociais, em razão das necessidades de quadros para cargos de confiança para a prefeitura, principalmente. [...] Da mesma forma os movimentos sociais não souberam reagir a esta situação e declinaram a uma **posição de passividade sem manter sua identidade** e sem estabelecer uma relação institucional com a administração. (PASE, 2001, p. 129).

No que se refere aos traços da herança cultural observados por Pase (2001), importa salientar que os mesmos têm origem na formação do Estado moderno brasileiro\_ O Estado patrimonialista, cujo exercício da cidadania foi inicialmente solapado pela falta de acesso a informação relativas aos atos públicos e pela repressão a participação. O que justifica o deslocamento de práticas clientelistas para o âmbito orçamento participativo na contemporaneidade. Entretanto, como vimos, uma das possibilidades de enfrentamento desse fenômeno na contemporaneidade é através do exercício da cidadania, conforme apontou Bobbio (1989).

Mas, adverte Mangue (2008) que não basta um governo ser responsivo aos seus cidadãos oferecendo programas, como por exemplo, o seminário “educação para cidadania” para garantir o exercício da cidadania. É preciso vencer também algumas barreiras de assimetrias observadas na distribuição, no acesso à informação e aos recursos instrucionais oferecidos aos atores participantes.

Para o estudo das assimetrias acima destacada, Mangue (2008) sugere as seguintes categorizações, que ele chama de classes da dimensão política para o exercício da cidadania, quais sejam: a) informações para a defesa, exposição e opções políticas; b) informações para a participação no sistema democrático e na escolha de representantes; c) informações para a participação no governo da sociedade e defesa dos direitos à cidadania.

Ao analisar por outro ângulo as classes da dimensão política para o exercício da cidadania apontada por Mangue (2008), percebe-se que para além do acesso a informação de cunho pedagógico é essencial que os atores sejam dotados de uma condição especial para participar do processo político dentro de uma estrutura institucional, que Habermas chama de “mundo da personalidade”.

Implica em dizer que não basta os atores sociais terem acesso à informação e/ou estrutura propícia para a participação para garantir o exercício da cidadania. É necessário, pois, que os atores participantes sejam dotados de capacidade de linguagem e ação para demonstrar sua “competência” para acessar, usar e compartilhar informações para o “agir comunicativo” dentro de uma estrutura sócio-político, a exemplo do OP. Em outras palavras, para validar os argumentos em prol de interesses coletivos no âmbito do mundo do sistema.

Além disso, é essencial que os atores sociais já possuam um legado de uma cultura participativa anterior e/ou identidade com o *locus* que representam, conforme evidencia os relatos abaixo:

A gente tem essa dificuldade também de criar essa conscientização do trabalhador, por causa dessa rotatividade e, também por causa do perfil, porque são mais jovens. **Não tem ligação nenhuma com a metalurgia, não teve pai, não teve mãe, não teve ninguém que era metalúrgico pra contar a história.** Ele entra achando que a empresa é a mãe dele. Que tem isso também dentro da empresa, eles criam o perfil de que a empresa é a mãe, então você depende até psicologicamente da empresa. Então, quebrar esse paradigma é muito complicado, é com curso de CIPA, é com reuniões aqui”. (Depoimento de dirigente 3 - Sindicato dos Metalúrgicos de BH/Contagem apud ADÃO, 2008, p. 76, grifo nosso);

[...] as saídas que os trabalhadores estão encontrando hoje para os seus problemas é uma saída muito individual, essencialmente individual. [...] eu **acho que tem sido cada vez mais difícil trazer os sujeitos pra enfrentar isso coletivamente.** (Depoimento de médica especialista em Saúde e Medicina do Trabalho/UFMG apud ADÃO, 2008, p. 76, grifo nosso).

O mesmo não acontece quando se tem uma história de vida e/ou uma cultura participativa, como se pode observar nos casos expostos abaixo em que os atores possuem uma identidade com a função que exerce. O que revela categorias de análise (variáveis) importante para o estudo da dimensão informacional no âmbito do OP na perspectiva da formação de comportamento cívico.

[...] **meu pai foi sindicalista antes da ditadura militar e sempre orientou que a gente tinha que ser sócio do sindicato, ser organizado enquanto categoria.** Então, eu tinha uma motivação dentro de casa. Tive uma motivação prática em função de uma realidade que eu vivia, RIFO DO AUTOR [...]. Então, eu já entrei militando. **Eu entrei na Santa Clara no dia 21 ou 22 de novembro de 89 e no dia 23 eu sindicalizei.**” (Depoimento de dirigente 2 - Sindicato dos Metalúrgicos de BH/Contagem apud ADÃO, 2008, p. 77, Grifo do autor);

[...] **eu sou filha de metalúrgico**. Então meu pai me contava das greves, das lutas. Apesar, que ele não gostava muito de entrar na greve... mas ele falava das greves. Eu escutava do **meu tio** que **também era metalúrgico**. **Os jovens não sabem que aquela empresa teve que mudar porque lesionou muita gente**. [...] **não dá tempo de formar eles por causa da rotatividade. Você pega um trabalhador e começa a treinar ele na CIPA, ele abre mão da estabilidade porque arrumou um emprego melhor**.(Depoimento de dirigente 3 - Sindicato dos Metalúrgicos de BH/Contagem apud ADÃO, 2008, p. 77, grifo do autor).

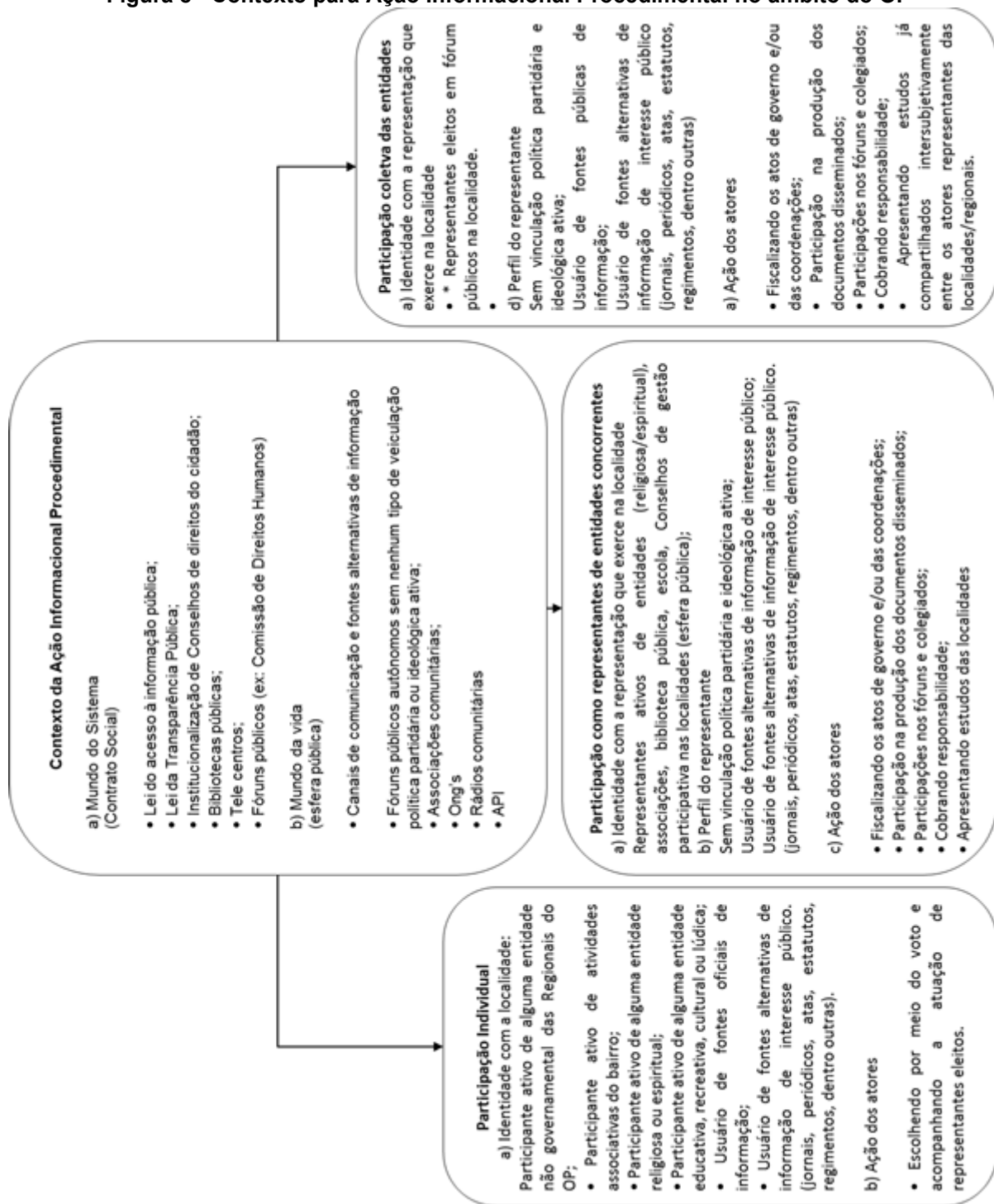
Na proposta de pesquisa de Adão (2008) intitulada “Informação para ação: o uso da informação como suporte às reivindicações sindicais no âmbito da segurança e da saúde do trabalhador” é possível observar nas entrelinhas da citação abaixo a importância que assume as fontes alternativas de informação (boletins, jornais, atas, relatórios, estatutos, regimento e outras) como subsídios para suprir a inexperiência de atores sociais envolvidos em práticas democráticas por falta de uma identidade com o processo e/ou pela ausência de uma cultura participativa.

Das convenções coletivas, procuramos extrair as cláusulas sobre segurança e saúde do trabalhador, a fim de compreender as conquistas sindicais na área ao longo das décadas. Dos boletins, foram retiradas as matérias publicadas com referência ao tema, objetivando identificar o espaço concedido à informação sobre saúde do trabalhador no principal meio de comunicação dos sindicatos. (ADÃO, 2008, p. 19, grifo nosso).

O grande desafio, no entanto, é como garantir que os conteúdos extraídos das fontes alternativas de informação possam ser intersubjetivamente compartilhados de modo à informação passar do estado de representação simbólica (signo) para o estado significativo (conhecimento) para os atores que participam do processo? Uma das possibilidades é a de que esse processo ocorra em um ambiente ideal para a participação, expressada no conceito da ação comunicativa segundo Habermas.

A Figura abaixo apresenta uma síntese dos dados analisados até aqui, onde destaco um conjunto de condições necessárias para o enfrentamento dos obstáculos (assimetria informacional) observados pelos autores do corpus teórico da pesquisa.

Figura 8 - Contexto para Ação Informacional Procedimental no âmbito do OP



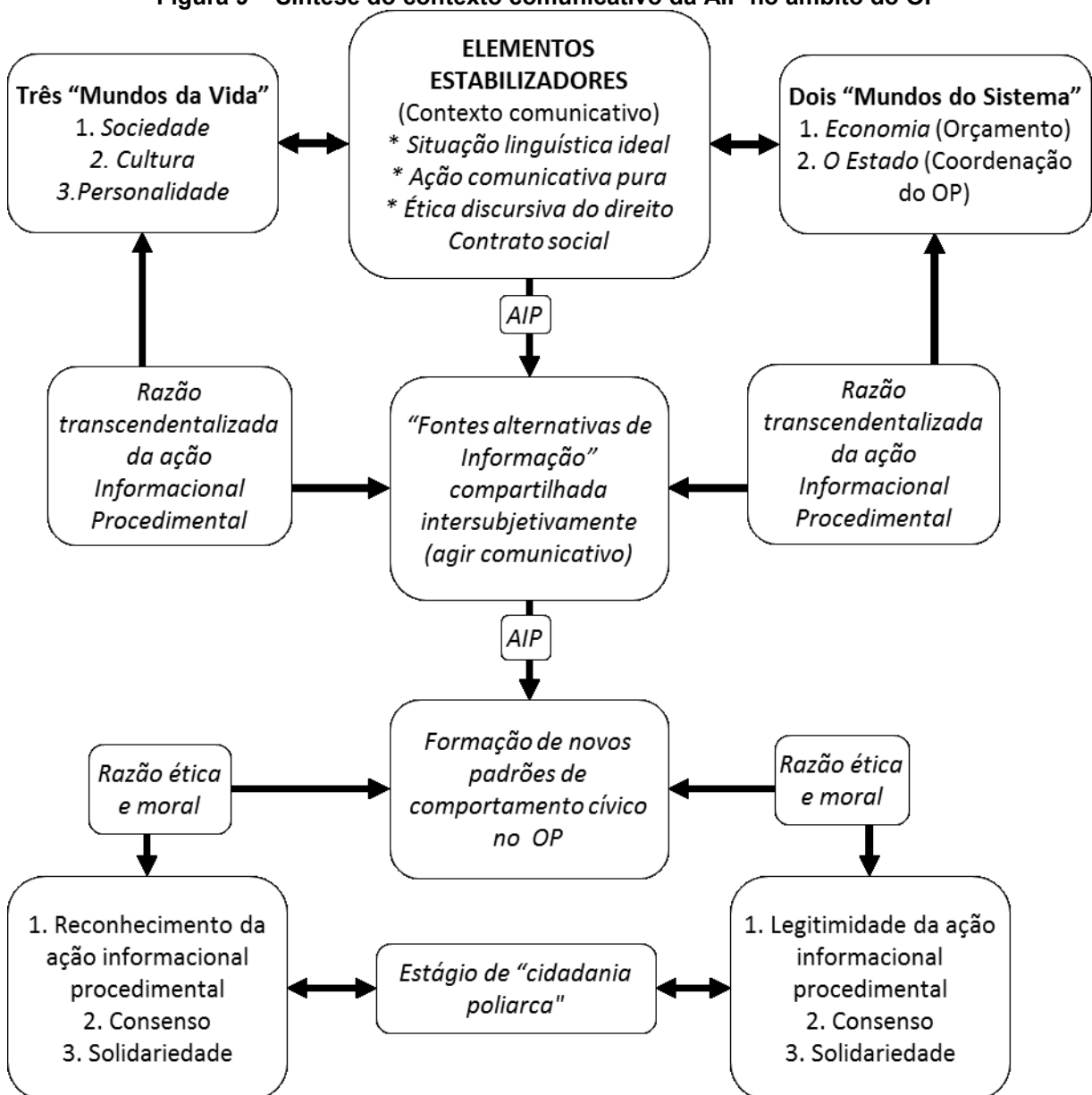
Fonte: Do autor da pesquisa. (FREITAS, 2013).

A Figura 8 apresenta um conjunto elementos essenciais para o exercício da cidadania, cuja forma de atuação dos atores sociais orienta as condições exigidas (mundo da personalidade) para que a informação ao ser compartilhada

intersubjetivamente pelos atores do mundo da vida na relação com os atores do mundo do sistema.

Tal relação (mundo da vida versus mundo do sistema) exige um contexto comunicativo onde estejam presentes os elementos estabilizadores para a ação informacional procedimental se constituir num vetor (mediação) para formação de novos padrões de comportamento cívico no âmbito do OP. A figura abaixo, apresenta uma síntese do contexto comunicativo.

**Figura 9 – Síntese do contexto comunicativo da AIP no âmbito do OP**



Fonte: Do autor da pesquisa (FREITAS, 2013).

Observa-se na Figura 9 que a ação informacional procedimental (destrancendentalizada) só abre para a possibilidade para a formação de novos padrões de comportamento cívico no âmbito do “mundo da vida” e do “mundo do sistema” quando é legitimada pela via dos elementos estabilizadores (contexto comunicativo) e fundamentada pela razão ética e moral.

Portanto é nesse contexto comunicativo que surge à possibilidade de atingir o nível mais elevado de consciência moral e ética\_ o estágio 2 do nível de cidadania plena, que aqui convencionamos chamar de “cidadania poliarca”, expressão concebida com base no modelo de classificação de governo adotado por Robert Dahl (1999).

Mas, ciente de que a informação enquanto elemento da linguagem depende do sujeito cognitivo-social para que ocorra o deslocamento do estado do “signo” linguístico (informação acrítica) para o estado “significante” da linguagem\_ informação crítica.



## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O tema da pesquisa que une a informação e o orçamento participativo como prática da democracia revelou que ambos são campos de estudos de dimensões heurísticas que expressam contradições epistemológicas e polissemias conceituais, teóricas e práticas desde quando se tornaram fenômenos de interesse de pesquisadores nas academias. Na contemporaneidade, ora são estudados como possibilidades de uma contra hegemonia (emancipação) de um poder instituído, ora como meros “instrumentos” para manipulação e/ou prolongamento do poder.

Assim, a informação assume um duplo papel no contexto do Estado democrático brasileiro contemporâneo: a de possuir tanto à vicissitude de se constituir num vetor (mediação) para fundamentar novos procedimentos para as práticas políticas dentro de uma unidade social e/ou estrutura burocrática sócio-político, como a de corroborar para subsidiar e reproduzir práticas políticas não condizentes com os princípios da democracia, expressos no conceito de exercício da cidadania.

Pode-se dizer, também, que este estudo contempla um tema corporativo de natureza transversal que abre para a possibilidade de integrar abordagens teórico/prático a partir de qualquer visão de um campo ou corrente do conhecimento científico, onde na perspectiva da área da Ciência da Informação -CI se insere, por evidências observadas no *corpus* da análise à viabilidade de desenvolvimento de estudos de assimetria informacional no âmbito das dimensões administrativa, participativa, financeira, territorial e normativa do orçamento participativo - OP. (CALDAS FILHO, 2003; SILVA, 2005; PRATA, 2007; ADÃO, 2008; MANGUE, 2008; DEMOCRACIA..., 2009).

No caso proposto em se que se fez a opção pelo estudo de caráter descritivo e interpretativo dos textos produzidos revelam um olhar prospectivo para a compreensão das potencialidades da *informação* e das *experiências democráticas* como recursos para o exercício da cidadania e enfrentamento dos problemas decorrentes da assimetria informacional e das práticas clientelistas observadas no âmbito do orçamento participativo - OP.

Aproveito a oportunidade para ampliar o conceito para a expressão “assimetria informacional”, que no âmbito do OP pode ser compreendido como conjunto de restrições ao acesso, uso e compartilhamento da informação, bem como, para a participação na produção, tratamento, organização e disseminação da informação. Caracteriza-se pela desigualdade ou privilégios que determinados atores e/ou grupos sociais detém uns sobre os outros no que se refere ao fluxo informacional de natureza administrativa, participativa, financeira, territorial e normativa do OP.

Mas, o que justifica a escolha do tema corporativo “informação” e “orçamento participativo” à pesquisa é a convicção de que ambos fazem parte de um mesmo lugar de aprendizagem social\_ a esfera pública e o exercício a cidadania sem, contudo afirmar aqui que um se confunde com o outro pragmaticamente, assim como a democracia não se confunde com os movimentos sociais, nem tão pouco com o exercício da cidadania.

Destarte, importa esclarecer que essa compreensão da temática estudada exigiu para o processo investigativo estabelecer restrições na aplicação dos fundamentos teórico/prático que embasam as distintas áreas envolvidas na pesquisa, onde se buscou priorizar os aspectos informacionais.

Isto posto apresento a primeira indagação: o que se pode dizer sobre esta pesquisa no tocante a relação existente entre *informação*, *democracia* (expressada nas experiências do orçamento participativo) e a *cidadania*?

Prima vista, é a de que essas três expressões se constituíram em categorias de análise de conteúdos para realizar a descrição, a interpretação e a inferência no *corpus* teórico estudado que contemplou dez teses de doutorado e quinze dissertações aprovadas e defendidas no âmbito das universidades federais de Minas Gerais/UFGM, da Paraíba/UFPB e do Rio Grande do Sul/UFRS, que forneceram subsídios para a constituição de eixos temáticos, os quais contemplam duas dimensões analíticas que resultaram em textos, que neste Capítulo apresento dividido em duas seções as principais considerações.

Na primeira seção, a análise do processo de formação do Estado moderno brasileiro serviu para contextualizar como ocorreu a abertura dos canais de informação e participação popular com vistas a colher subsídios para confirmar ou negar o postulado da pesquisa: “o atual Estado democrático brasileiro não é plenamente responsivo aos seus cidadãos no que se refere aos direitos ao acesso à informação pública de interesse social”. Em seguida, a análise do *corpus* da pesquisa e a interpretação dos princípios do agir comunicativo e da razão destrancendentalizada abordados no referencial teórico, serviram para:

- Apresentar prospecções de conceitos operacionais utilizados na pesquisa (Categorização de tipos de cidadania);
- Apresentar constructos teóricos para se pensar em novo estatuto para o objeto de estudo da Ciência da Informação-CI, expressados como “processos informacionais”;
- Fundamentar a resposta à pergunta formulada para a pesquisa: “em que contexto comunicativo a *ação informacional procedimental* é válida para o estudo dos fenômenos informacionais observados no âmbito do orçamento participativo - OP”?

E, na segunda e última seção, apresento na perspectiva informacional as diretrizes para a construção de um modelo teórico para avaliar, em campo empírico, o nível e o estágio de comprometimento de atores do mundo do sistema e do mundo da vida envolvidos em práticas democráticas participativas, expressadas como espaço público para o exercício da cidadania.

Por fim é importante salientar que face à escassez de estudos realizados sobre o tema da pesquisa (informação e orçamento participativo) na área da Ciência da Informação-CI acarretou dificuldades para o processo investigativo, em particular para ampliar a discussão da proposta de construção do modelo teórico para o estudo da dimensão informacional no âmbito do orçamento participativo. O que implicou em limitar o estudo a apontar algumas categorias de análises para aplicação em campos empíricos.

Em contrapartida, tais dificuldades caracteriza esta pesquisa como *inédita* no campo que pertence este pesquisador, pois até o ano de 2012 não foi observado no BTB do

Portal/Capes nenhum registro de tese de doutorado na área da CI sobre o tema abordado\_ informação e orçamento participativo - OP.

a) As prospecções e interpretações apresentadas na introdução e no referencial teórico: para além dos autores analisados.

Logo no Capítulo da introdução desta pesquisa foi apresentada a assertiva de que a “informação” e a “democracia” são temáticas semânticas e complexas que na contemporaneidade; ora são estudados como possibilidades de uma contra hegemonia (emancipação) de um poder instituído, ora como meros “instrumentos” para manipulação e/ou prolongamento do poder. Assim, orientado por essa afirmação foi formulado o pressuposto de que o Estado democrático brasileiro via governo não é totalmente responsivo aos seus cidadãos no tocante ao direito ao acesso a informação pública de interesse social.

Poder-se-ia dizer a partir de uma análise descuidada que esse postulado é falso, pois o atual Estado democrático brasileiro já aponta para a construção de um contrato social<sup>57</sup> que garante por meio de regulamentação de dispositivos da Constituição de 1998 o direito via Internet ao acesso a informação pública, inclusive as relativas aos atos dos gestores e servidores de todos os níveis hierárquicos das esferas da administração pública do país. (LC n. 12.527/2011 e LC n. n.131/2009).

No entanto, ao observa com mais atenção os relatos dos autores do *corpus* teórico analisado fica evidente que o fato de um Estado ser democrático e desenvolver ações governamentais como as citadas acima não garantem ao cidadão o exercício da cidadania, expressada aqui como o direito amplo e irrestrito a informação pública de caráter social. Dentre as explicações possíveis que se pode apontar para tais restrições, duas mereceram destaques.

A primeira, parte da constatação de que as práticas políticas clientelistas herdadas do Estado patrimonialista gerou também o fenômeno da assimetria informacional no

---

<sup>57</sup> O contrato social é aqui expressado como um conjunto de direitos que garantem a inclusão ou a participação de atores que estavam excluídos das relações societárias, onde o Estado é à instituição mediadora.

âmbito da estrutura burocrática do Estado que via governo até hoje é observado no fluxo das relações com o setor privado, particularmente entre os segmentos mais privilegiados (políticos e econômicos) da sociedade.

Na perspectiva da Ciência da Informação pode-se dizer ainda que a assimetria informacional observada no âmbito das estruturas burocráticas do Estado é um fenômeno que ocorre nos processos de geração (produção), recepção (acesso), tratamento (organização), transferência e uso (compartilhamento) da informação disseminada para a opinião pública.

A outra explicação que se pode abstrair para referendar o postulado exposto anteriormente advém também dos traços culturais do modelo de Estado patrimonialista brasileiro, mas que se tornou mais emblemático com a mudança paradigmática do modo de desenvolvimento do *industrialismo* para o *informacionalismo*, expressão usada por Castells (1999).

Caracterizado como o modo de desenvolvimento da sociedade contemporânea, a informação é tratada como produto e/ou uma mercadoria. Portanto, impõe restrições ao acesso à informação pública para o segmento que não faz parte das relações de mercado, onde o Estado é o mediador.

No informacionalismo, a ação de coordenação dos sistemas de comunicação e informação do aparelho burocrático do Estado tende a ser do tipo estratégico, cuja lógica da racionalidade é a de atender aos fins, no caso, ao segmento do mercado, restando para os demais segmentos da sociedade civil o acesso às informações incompletas, distorcidas e dispersas\_ assimetrias informacional.

Ademais, impõe também com sua lógica racional voltada exclusivamente para o ganho do capital, restrição à formação de novos padrões de comportamento cívico. Posto que, as relações de mercado são descentralizadas e dispersas em vários ambientes, o que gera a desmobilização dos sindicatos face à transferência de identidade local para a global e, como consequência inibe a participação dos trabalhadores nos fóruns de decisão. Isso porque na esfera cultural, o cidadão/trabalhador perde o sentimento de pertencimento e a possibilidade de

apreender ações coletivas que animam a formação de uma consciência crítica acerca dos problemas locais.

Por sua vez, o Estado deixa de representar o papel de “guardião do bem estar social” face à desregulamentação do mercado mediante as forças vinculantes do mercado global, assumido este último à função de desenvolver ações “cívicas” que muitas vezes não passam de ações filantrópicas, conforme apontam Porto (1997); Merlin (2000); Santos (2002); Osório (2003) e Silva (2005).

Assim, o Estado ao não cumprir com seu dever de informar sobre suas relações com o mercado (transparência pública) acaba contribuindo para despolitização do cidadão comum. Isto porque segrega a maior parte da população que fica impossibilitada de compartilhar de forma intersubjetivas informações de interesse público.

Em outras palavras, os cidadãos ficam sujeitados ao estado de natureza devido à assimetria informacional relativas aos conteúdos públicos de caráter social, que no caso do orçamento participativo, limita as ações dos conselheiros representantes das comunidades de agir como fiscais (accountability) face às barreiras (sigilo) para obter informações sobre os fluxos dos processos das demandas aprovadas e implantadas.

Portanto, é no modo de desenvolvimento do informacionalismo que reside à explicação da afirmação do postulado exposto acima, que em outras palavras pode-se dizer que o Estado democrático brasileiro encontra-se no estágio de “*pré - cidadania poliarca*”, classificação sugerida para avaliar o comprometimento de atores sociais (do mundo do sistema e do mundo da vida), envolvidos em práticas democráticas participativas. Esse argumento serve também para comprovar a hipótese da pesquisa de que:

“A informação para se constituir num vetor de mediação para a formação de novos padrões de comportamento cívico no âmbito do orçamento participativo depende de um contexto comunicativo que contemple um conjunto de condições específicas”, tais como: da capacidade de ação e linguagem dos atores sociais envolvidos nos

processos informacionais; do tipo de coordenação da ação (procedimental) e; da construção de um contrato social que garanta a participação popular e o compartilhamento intersubjetivo de informações públicas.

Neste horizonte das considerações relativas ao papel do Estado democrático brasileiro, o que se pergunta é como a *informação* pode contribuir para animar a mobilização em prol do exercício da cidadania? A lição de Reis (1999) ofereceu uma possibilidade de resposta a essa indagação. Refiro-me a necessidade de criar mecanismos de disseminação da informação para o desnudamento do “caráter messiânico à informação” imposto pelo o atual modo de sociedade contemporânea

Por essa razão, advoga-se aqui defender a noção do “direito a informação” como parte dos direitos fundamentais do cidadão, pois para que servem os direitos sociais, políticos e civis se não tem acesso sobre como fazer uso de tais direitos. Tal situação coloca os cidadãos num estado anômalo do conhecimento (*anomalus states of knowledge*), conforme a abordagem do paradigma cognitivo do modelo proposto por Belkin (1980).

É preciso, pois, entender como se configura o caráter ideológico (aqui, compreendido como “visão social de mundo”, segundo Lowy, 2008) da informação, de modo transcender o atual ordenamento do poder imposto pela racionalidade estratégica da coordenação da ação de disseminação da informação. Onde a retórica é amplamente utilizada pelo sistema de comunicação do Estado, pelos canais da mídia e do mercado para solapar e transferir as informações de interesse público para o campo privado.

Sem um mergulho na historicidade das ações de coordenação da informação dos setores privilegiados da sociedade, o cidadão comum fica sujeitado ao estado de natureza e não consegue apreender uma consciência crítica, portanto, sem os recursos necessários (acesso e compartilhamento intersubjetivo de informação pública) para atuar como fiscais sociais das relações entre o Estado ↔ sociedade ↔ o mercado ↔ mídia ↔ sociedade.

Justifica-se aqui a escolha da teórica crítica da segunda geração da Escola de Frankfurt, onde a abordagem do agir comunicativo/razão destranscendentalizada proposto por Habermas (2002) serviu como recurso teórico para se pensar de que modo à *ação informacional procedimental* pode se constituir num vetor (mediação) para a formação de novos padrões de comportamento cívico dentro de uma unidade social de caráter político, a exemplo do orçamento participativo.

O que gerou a possibilidade de refletir sobre o papel de atores sociais, como por exemplo, a mídia como um importante meio (mediação) para minimizar os efeitos da assimetria informacional observada nas relações entre o Estado e os setores mais dominantes (politicamente e economicamente) da sociedade.

No que tange a contribuição desta pesquisa para a Ciência da Informação -CI, as prospecções sugeridas sinalizam para uma nova visão do estatuto do objeto de estudo da área, como uma possibilidade de instituir e legitimar o campo profissional como parte de um lugar para o estudo dos “processos informacionais”.

Ao rever os dados desta pesquisa em associação com os aportes do referencial teórico apresentado, percebe-se claramente que suscita muitas dúvidas e incertezas sobre os aspectos epistemológico referentes à natureza do objeto de estudo, o *locus* e o *ethus* de classe do profissional da Ciência da Informação. O que evidencia que para muitos pesquisadores subjaz a explicação para a falta de legitimidade da área junto a sociedade contemporânea. (SILVIA, 2002, p. 156; BOGDAN, 2004, p. 53; ALMEIDA, 2007, p. 96; ZINS, 2007, p. 335; SMITH; TÁLAMO, 2007, p.31-32; BICALHO, 2009, resumo, SOUZA, 2011, p. 59).

Nos relatos dos estudos da epistemologia da CI vislumbra-se uma multiplicidade de visões de pesquisadores quanto ao objeto de estudo da área; para uns se relaciona ao estoque informacional, para outros se insere nas práticas informacionais. Mas, é quase uma unanimidade que a *informação*, enquanto objeto de estudo da área, no atual contexto da sociedade moderna não representa o fenômeno de pesquisa do campo. Essa assertiva é observada de forma mais emblemática nos aportes dos pensamentos relatados por Capurro & Hjørland (2007, p.158).



Na tentativa de buscar uma nova forma de apreender o conceito de prática de transferência de informação no contexto de Organizações Não-Governamentais/ONG brasileiras, Araújo (1998) apresenta uma explicação interessante que nos despertou para pensar a respeito do objeto de estudo da Ciência da Informação –CI.

Advoga esta pesquisadora que o “conjunto de operações”; termo utilizado para expressar o processo de transferência de informação dentro de uma unidade social, não responde adequadamente a toda a dinâmica do fenômeno informacional no âmbito da Ciência da Informação por possuir uma conotação sistêmica. E, propõe a mudança para a expressão “práticas informacionais”, cujo fundamento vai buscar na abordagem do educador Paulo Freire quando se refere à aprendizagem como um processo de cunho comunicativo - participativo. Nesse sentido, o conceito de transferência de informação passa a ser compreendido como “um conjunto de práticas informacionais (e não conjunto de operações) envolvidas na transmissão de informação, desde sua geração até sua utilização”. (ARAÚJO, 1998, p.196).

Na abordagem da Ação Comunicativa de Habermas, essa compreensão do conceito de “transferência de informação” dentro de uma unidade sócio-político, como é o caso do orçamento participativo, se desloca ao se inserir num lugar onde além do acesso a *informação*, o *falar* e o *agir* são concebidos. Em outras palavras, a *informação* dentro do contexto comunicativo na visão de Habermas passa a possuir um médium para a formação de novos padrões de comportamento cívico: o de abrir para a possibilidade de estimular os atores (mundo do sistema e do mundo da vida) a perceberem o sentido do estar e agir no mundo (eu e mundo)\_ a *razão ética*; e o de animar para participarem dos processos da geração (produção) ao uso (compartilhamento intersubjetivo) da informação motivado pela busca do que é melhor para o bem comum todos os envolvidos\_ a *razão moral*, simbolizada pela relação Estado ↔ indivíduo ↔ sociedade.

Nesse horizonte de discussão, a compreensão do conceito de “transferência de informação” se desloca para contemplar todo o fluxo dos processos de geração (produção); de recepção (acesso); de tratamento (organização); de disseminação e uso (compartilhamento), o que permite que a informação seja um fenômeno

reconhecido não como “recurso”, mas como uma “mediação” entre o conhecimento social do ator envolvido ↔ a situação vivenciada ↔ e informação recebida, conforme Araújo (1998) também observou em seu estudo de caso.

Em síntese, pode-se dizer que a transferência de informação dentro de uma unidade sócio-político ocorre por meio de um conjunto de “processos informacionais”, cujo objetivo é animar a mediação entre atores (mundo do sistema e mundo da vida) até chegar, o que chama Araújo (1998) de “terceira informação”, aqui compreendido como entendimento consensual e solidário\_ a razão comunicativa.

Mas, é preciso ter cuidado para não conceber os “processos informacionais” a partir um idealismo transcendental que se traduz no realismo interno. Que embora contemple um contexto comunicativo, expressa também um pressuposto pragmático no sentido kantiano. E, assim sendo, não consegue dar conta para explicar o processo de construção do conhecimento devido à ideia de “regulação” que o sustenta em termos de fundamentação desse tipo de idealismo; o interno.

A partir dessa visão kantiana (realismo interno), pode-se dizer que a noção de “informação” é de um fenômeno estático, que se origina a priori de uma percepção já determinada\_ “o já sei o que quero e me movo, exclusivamente para a busca do que desejo subjetivamente”. Perde-se, assim, a possibilidade de adquirir uma nova estrutura do pensamento ao se deter em “algo” já dado e determinado\_ apenas a informação que se deseja.

Na formulação que se propõe para o objeto de estudo da CI, os “processos informacionais” representa uma entidade (ente) que só se revela como “objeto de estudo concreto” pela ação informacional procedimental dentro de uma determinada unidade social e/ou estrutura sócio - político. Refere-se à noção da razão destrancendentalizada do mundo objetivo, segundo Habermas. (2002). Tal concepção parte do princípio de que a relação entre sujeitos em contextos socializados no mundo da vida abre para a possibilidade para a emancipação dos problemas que os afligem no curso dos processos compartilhados intersubjetivamente.

Com esta compreensão, a *ação informacional procedimental* no âmbito do orçamento participativo – OP, passa ser compreendido aqui como um recurso teórico do paradigma sócio – cognitivo da CI utilizado para explicar como ocorre a transferência de informação dentro de uma estrutura sócio-político.

Assim, é importante referendar que os processos de recepção (acesso), de geração (produção), de uso (compartilhamento), do falar e do agir fazem parte de um mesmo fluxo informacional do processo de transferência de informação. Mas, é preciso ter em mente que os “processos informacionais” representam o ente (do fenômeno estudado) que só revela em “objeto de estudo concreto” no final da *ação informacional procedimental* dentro de uma unidade social específica. E, que depende da capacidade dos sujeitos sócio-político de ultrapassar o signo (informação) para atingir o estágio de significação (conhecimento), conforme o modelo explicativo que consta no Capítulo 2. (ver Figura n. 03).

Evidentemente que temos aqui a consciência de que não se trata uma discussão pronta e acabada. Suscita, portanto, da ampliação desta reflexão do ponto de vista teórico e prático, pois como o próprio Habermas (2002) reconhece que, tanto a formulação da razão transcendental no sentido kantiano quanto a ‘razão destranscendentalizada não conseguem apreender o que é verdadeiro e, o que é justificado ou racionalmente aceito para fora dos domínios dos fenômenos observados. No entanto, acredita que essa lacuna pode se estreitar quando ocorre uma mudança motivada pelo *discurso* para o *agir*.

Destarte, o maior desafio para essa nova formulação do estatuto do objeto de estudo é como comprovar, em campo empírico, a validade para o estudo dos “processos informacionais” no âmbito da Ciência da Informação –CI. Que aqui limito, a apresentar, apenas, uma síntese do contexto comunicativo da *ação informacional procedimental* no âmbito do OP. Tal restrição se deve em virtude da necessidade de apreender mais profundamente os princípios da complexa base teórica explicativa do agir comunicativo/razão destranscendentalizada, descrita por Habermas (2002).

b) O contexto comunicativo propício para ação informacional procedimental no âmbito do OP: uma proposta aberta.

O objetivo desta seção é responder a pergunta da pesquisa, mas ao mesmo tempo se buscou defender aqui a compreensão de que no estudo da ação informacional procedimental no âmbito do orçamento participativo, temos um ator, portador de um saber técnico do *mundo do sistema* e um ator sujeito portador de um saber oriundo do *mundo da vida*, ambos compactuando a mesma posição de sujeitos conhecedores das práticas democráticas.

O pressuposto é de que o reconhecimento do saber do “mundo do sistema e do mundo vida” sob a égide do direito (incluso o contrato social que garante o direito a informação pública), estes, compreendidos como elementos estabilizadores das diferenças entre essas duas arenas discursivas quanto aos seus potenciais para promover os princípios basilares da democracia contemporânea brasileira é essencial para estabelecer a igualdade política, a participação e a validade da deliberação pública. (Ver figura n.9).

Como contra ponto, requer um esforço mútuo das capacidades institucionais e de soberania de cada uma dessas duas dimensões do saber. O que significa buscar um modelo de racionalidade (procedimental) que seja capaz de integrar os dois mundos: o do *sistema* e, o *da vida*. Estamos falando de uma proposta *integrativa* que se fundamenta no agir comunicativo/razão destranscendentalizada. (HABERMAS, 2002).

Para além de qualquer tentativa de polarização entre os modelos de racionalidade de ação presentes no “mundo do sistema” e no “mundo da vida”, o foco central reside na busca da elaboração de um modelo explicativo capaz de fazer jus a validade para pensar na “ação informacional procedimental” atuando como um *médium* para integrar as duas racionalidades existentes no âmbito do orçamento participativo - (OP).

É importante frisar que embora Habermas (1980; 1987) considere que os “sistemas” são esferas de ação desconectadas do “mundo da vida”, ele reconhece que alguns

âmbitos da sociedade funcionam como subsistemas, como por exemplos: a *economia* (aqui representado pela dimensão financeira do OP) e o *Estado* (coordenação da ação fluxo informacional no âmbito do OP).

Assim, pensado o OP, parece ser possível descrever um contexto comunicativo em que os discursos realizados no “mundo da vida e do sistema” possam ser considerados automaticamente verdadeiros. Desde que o discurso não seja arbitrário, nem sujeitados, por sua vez à apenas a uma argumentação discursiva, porque nesse caso estaria se movendo em círculos. São necessárias, portanto, condições especiais de interação social para o estabelecimento de uma *situação lingüística ideal*. Para isso supõe que só são admitidos ao discurso aqueles participantes que, como atores, ajam de acordo com normas que lhes possam parecer justificáveis: *razão comunicativa*. (ética e moral).

Essa condição de interação social configura o *modelo da ação comunicativa pura* - uma forma de interação e de organização social caracterizada pela eliminação de todas as formas de coação externa e interna. Com esse contexto comunicativo, seria possível “distinguir o verdadeiro consenso do consenso ilusório”. (HABERMAS, 1980, p.19).

No âmbito do OP a ação informacional procedimental agiria como um *medium* para viabilizar a religação *indivíduo ↔ Estado ↔ sociedade* de modo a transcender as fronteiras da racionalidade dos processos da *unidade sistêmica* para contemplar a pluralidade, a dinamicidade e a diversidade das relações humanas proveniente do *mundo da vida*. Significa dizer que a concepção que se tem de “informação” não é um ente abstrato, separado das condições de produção, mas como resultante do contexto histórico e cultural de produção, acesso, compartilhamento e uso.

A questão que se coloca se prende em saber como no processo deliberativo democrático pode se chegar ao argumento que seja válido. Implica em dizer que a racionalidade da ação informacional procedimental necessita se respaldar na concepção de uma “razão destranscendentalizadas”. (HABERMAS, 2002).

A razão destrancendentalizada difere da razão transcendental kantiana por que esta última se fundamenta a partir de uma concepção *a priori* definida, estática e situada do fenômeno, enquanto a outra os fundamentos são construído face o processo intersubjetivo da ação até se chegar ao entendimento, ou seja, no caso do processo deliberativo no âmbito do OP estaria em “jogo” a capacidade dos atores envolvidos de encontrarem uma forma de justificar e validar seus discursos e suas normas de ação, para deslocar o argumento “do homogêneo” para “o homogêneo”, fruto da condição especial de interação social dos atores provenientes do mundo da vida e do sistema.

Associa-se à abordagem dialógica de Bakhtin (1981) quando considera a linguagem um produto da interação humana dentro de um contexto de produção concreto, heterogêneo, multifacetado e contraditório.

A posição desse autor contra os partidários das tendências filosófico-linguísticas coloca em evidências, também, o comportamento dos interlocutores na interação. Na visão dialógica, o locutor constrói seu enunciado em função do interlocutor, que tem um papel ativo, constituindo na formulação dos enunciados. Visivelmente, é o outro (interlocutor) quem condiciona o que o locutor diz e, desse modo, ambos são colocados no mesmo plano. Dessa forma, Bakhtin/Volochinov (1929/1981) e Bakhtin (1992) criticaram os estudos centrados na oração e propuseram uma nova disciplina, cujo objeto de estudo seria o enunciado. Inserir o locutor e o receptor no funcionamento da linguagem é admitir que o processo de compreensão não se limita à identificação de forma lingüística. (BAKHTIN, 1981).

Desta feita, a *informação* enquanto *ato da linguagem* se constitui em um elemento de manifestação da consciência capaz de referir-se a si própria dentro do universo de suas representações, e, quando isso ocorre gera a oportunidade para criar uma “nova” representação no espaço lingüístico da consciência e da convivência social de um cidadão do mundo da vida com o outro, o do sistema.

A base teórica explicativa que se propõe construir no âmbito das experiências democráticas é de que quando a ação informacional procedimental ocorre num ambiente propício de interação social (Figura n. 9), o cidadão do “mundo da vida” passa a reconhecer a sua identidade e a participar de forma mais efetiva (consciência) dos problemas relativo à realidade local e global. Por sua vez, os atores do “mundo do sistema” ao reconhecer a validade do saber oriundo do “mundo

da vida” passam a ser solidários com as causas e demandas e a desenvolver ações conjuntamente (razão comunicativa) em prol dos interesses coletivos.

É no conjunto complexo de interação social compartilhado entre atores do mundo da vida com os do mundo do sistema que se valida o contexto comunicativo para ação informacional procedimental no âmbito do OP. Posto que:

- No “mundo da sociedade” coexiste a racionalidade da ação (comunicativa/procedimental e a sistêmica/estratégico), onde ocorre às relações sociais públicas e privadas, do Estado e da sociedade civil, o que torna possível verificar se o modelo da coordenação da “ação informacional” contribui para o esvaziamento dos conteúdos democráticos ou corrobora para o aprimoramento dos processos informacionais no âmbito do OP;
- No “mundo da cultura” estão presentes as “vivências” dos atores sociais com seu acervo de saber, de onde torna possível abstrair evidências relativas às formas como acessa, usa, organiza, compartilha a informação para participar (conselheiro/delegado) do processo do OP;
- No “mundo da personalidade” os atores sociais revelam por meio da linguagem e da ação sua “competência” para o “agir comunicativo” no âmbito do OP.

Além disso, para garantir a validade do contexto comunicativo para a ação informacional procedimental, no caso, para a formação de novos padrões de comportamento cívico no âmbito do OP é necessário, ainda, que sejam validadas, em campo empírico, as seguintes premissas:

- A coordenação da “ação informacional procedimental” é exercida em um contexto comunicativo, onde os atores sociais podem intersubjetivamente expressar seus pontos de vistas, deliberar coletivamente acerca de temas de interesse das comunidades locais e empreender idealizações, sem nenhum tipo de coerção;
- Os canais de comunicação e informação utilizados pelos gestores para operacionalizar o OP são abertos, transparentes e acessíveis ao público em geral, conforme preconiza as Leis Federais: do Acesso a Informação Pública (nº

12.527/2011) e Lei da Responsabilidade Fiscal (nº 131/2000) complementada pela LC n. 131/2009 referente ao Capítulo XX: “Transparência, Controle e Fiscalização” dos atos públicos;

- Os atores envolvidos, particularmente os conselheiros regionais (representantes das comunidades locais) participam da produção do conteúdo informacional veiculado no âmbito do OP;
- Os conselheiros municipais, regionais, delegados e articuladores conhecem as suas atribuições, conforme os dispositivos contidos nos Regimentos e Estatutos do OP;
- Os atores envolvidos são dotados de capacidade de linguagem e ação para participarem de todas as etapas do OP;
- Os atores participantes do OP são autônomos e verazes consigo mesmo e com os outros.

Comprovadas essas premissas, em campo empírico, o pressuposto central da pesquisa é também validado: “as fontes alternativas de informação quando intersubjetivamente compartilhada pelos atores sociais contribuem para ampliar o nível de compreensão dos fenômenos (assimetria informacional e clientelismo) que dificultam a organização, eficiência e a legitimidade do orçamento participativo, expressado como espaço público para o exercício da cidadania”.

Importa esclarecer que o direito ao acesso à informação pública é essencial na democracia contemporânea para permitir pensar livremente e participar democraticamente da vida social e política. Razão, pela qual a categoria de análise “contrato social” utilizada nesta pesquisa revelou ser importante para compreender o processo de formação de um contexto comunicativo para a abertura dos canais de informação e participação popular até chegar ao modelo do orçamento participativo – OP. (Figura n. 7).

Como uma última contribuição desta pesquisa, apresento as diretrizes para a construção de um modelo teórico para o estudo da dimensão informacional a luz da Ciência da Informação - CI, com vistas a servir de parâmetro para avaliar, em campo



empírico, o nível e o estágio de comprometimento de atores (do mundo do sistema e do mundo da vida) envolvidos em práticas democráticas participativas.

Importa esclarecer que as categorias, variáveis e níveis de classificação dos tipos de estágios de cidadania apresentada no quadro abaixo, foram definidas ao fazer prospecções mediante a análise dos dados da pesquisa.

**Quadro 7 - Nível e estágio de comprometimento com o exercício da cidadania**

AVALIAÇÃO	CATEGORIAS	VARIÁVEIS	ESTÁGIO	NÍVEL
"Mundo do sistema" e "Mundo da vida"	Contrato social	Inexistente	1	Cidadania fechada
	Ação de coordenação	Estratégica		
	Contrato social	Inexistente	1	Cidadania inclusiva
	Ação de coordenação	Procedimental		
	Contrato social	Existente	1	Cidadania competitiva
	Ação de coordenação	Estratégica		
	Contrato social	Existente	1	Pré Cidadania poliarca
	Ação de coordenação	Procedimental		
	Contrato social	Existente	2	Cidadania poliarca
Ação de coordenação	Procedimental			

Fonte: Do autor da pesquisa (FREITAS, 2013).

A categoria "contrato social" é compreendida aqui como um conjunto de condições especiais para o exercício da cidadania (legislação/normas, vontade política de governo, cultura associativa da sociedade civil e a existência de "esfera pública", segundo conceito de Habermas). E, quanto à categoria "Ação de coordenação", expressa o modelo de racionalidade (estratégico ou procedimental) que caracteriza o conjunto de condições relativas ao acesso, uso, produção e transferência de informação dentro de uma unidade social e/ou estrutura sócio - político, a exemplo do OP.

Por fim, chamo atenção que se trata de um modelo também em construção. Mas, espera-se que possa estimular outros pesquisadores a aprimora-lo como parte de um lugar para o estudo da informação na perspectiva do paradigma *sócio cognitivo* da Ciência da Informação -CI.

Advirto, também que a base teórica explicativa do referido paradigma (Ação Informacional Procedimental) encontra-se igualmente inacabado no Capítulo segundo desta pesquisa, divido a natureza complexa dos seus fundamentos, os

quais exigem à necessidade de aprofundamentos dos princípios do agir comunicativo e da razão destranscendentalizada. (HABERMAS, 2002).

Uma última descrição neste Capítulo refere à possibilidade observada mediante a análise dos dados da pesquisa para o desenvolvimento de estudo associados a outros modelos de estudo na perspectiva sócio - cognitivo da Ciência da Informação- CI, a exemplo do proposto por Nicolas J. BELKIN “Anomalous states of knowledge as basic for information retrieval. Tal estudo foi inviabilizado pelo tempo que iria demandar para um apurado aproveitamento. Uma, outra oportunidade, refere-se aos estudos do fluxo informacional no âmbito do orçamento participativo - OP, onde a informação assume um caráter de poder, dada a sua dupla ancoragem\_ cognitiva e instrumental/estratégica.. Mas, que deixamos como sugestões para futuras pesquisas.

Ademais, espera-se que os resultados deste processo investigativo possam ter contribuído para fortalecer os estudos das linhas de pesquisa da Ciência da Informação –CI e/ou para se pensar na possibilidade de contemplar uma nova linha de pesquisa para compreender o papel da informação dentro de unidades sócio-político, a exemplo do orçamento participativo –OP.

## REFERÊNCIAS

ABERS, Rebeca. **Inventing Local Democracy**: Neighborhood Organizing and Participatory Policy-Making in Porto Alegre, Brazil. Los Angeles, Tese de Doutorado, Doctor of Philosophy in Urban Planning, University of California, 1997.

ADÃO, Sheila Margareth Teixeira. **Informação para a ação**: o uso da informação como suporte às reivindicações sindicais no âmbito da segurança e da saúde do trabalhador. Belo Horizonte: PPGCI/ECI, 2008. 190 f. Dissertação (Ciência da Informação). Programa de Pós Graduação em Ciência da Informação. Escola de Ciência da Informação. Universidade Federal de Minas Gerais. 2008.

AGUIAR, Wellington Hermes Vasconcelos. A velha Paraíba nas páginas de jornais. João Pessoa: **A União**, 1999, 540 p.

ALBRELLO, Luc et al. **Práticas e Métodos de Investigação em Ciências Sociais**. Lisboa: Gradiva, 2005.

ALEJANDRO, Velázquez Alvarez O; NORMAN, Aguilar Gallegos. **Manual introdutório a análise de redes sociais**. México: Universidad Autónoma del Estado, 2005.

ALENCAR, Railssa Peluti. Revisão sobre o conceito de capital social e reflexão sobre as implicações das abordagens racional e sociológica na teoria do capital social. In: **Redes/Universidade de Santa Cruz do Sul**. v. 8, n. 3, set./dez., 2004.

ALMAND, Gabriel; VERBA, Sidney. **They civic culture**: political attitudes and democracy in five nation. Boston and Toronto, 1965.

ALMEIDA, Daniela Pereira dos Reis de e al. Paradigmas Contemporâneos da Ciência da Informação: a recuperação da informação como ponto focal. **Revista Eletrônica Informação e Cognição**, v.6, n.1, p.16-27, 2007. ISSN:1807-8281

ALMEIDA, H. de. **História da Paraíba**. João Pessoa: Ed. Universitária da UFPB, 1978.

ALMEIDA, M. de F; SANTOS, E. C. dos. Linguagem como interação: reflexões no contexto da Arquivologia. In: **A linguagem e a informação documentária**: intermediações e resignificações possíveis/Francinette Fernandes de Sousa; Eliete Correia dos Santos (organizadores). Recife: Bagaço, 2011. p. 15-30.

ALMEIDA, Marco Antônio de. Informação, cultura e sociedade: reflexões sobre a Ciência da Informação a partir das Ciências Sociais. In: **Informação e Contemporaneidade: perspectivas**. /Marilda Lopes Ginez de Lara, Asa Fujino, Daisy Pires Noronha Organizadoras. Recife: NÉCTAR, 2007. Cap. 4. p. 96 - 118.

ALVES-MAZZOTTI, A. J.; GEWANDSZNAJDER, F. A. **O método nas ciências naturais e sociais**: pesquisa quantitativa e qualitativa. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2004.

ANDRADE, Edinara Terezinha de. **Democracia, orçamento participativo e clientelismo**: um estudo comparativo das experiências de porto alegre/RS e de Blumenau/SC. Porto Alegre: PPGCP, 2005. 248 f. Tese (Ciências Políticas). Programa de Pós Graduação em Ciência Política. Universidade Federal do Rio Grande Sul, 2005.

ANDRADE, Vera Regina P. de. **Cidadania**: do direito aos direitos humanos. São Paulo:Ed. Acadêmica, 1993.

ARATO, Andrew. Accountability and Civil Society. In: PERUZZOTTI E; SMULOVITZ, C. **Societal Accoutability**. Buenos Aires: Maio, 2000.

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. A ciência da informação como ciência social. **Ci. Inf., Brasília**, v.32, p. 21-27, set., 2003.

ARAÚJO, E. A. de. **A construção social da informação**: praticas informacionais no contexto de organizações não governamentais/ONGs brasileiras. Brasília: PPGCI, 1998. Tese (Ciência da Informação). Programa de Pós Graduação em Ciência da Informação. Universidade Federal de Brasília, 1998.

ARENDT, Hannah. **A condição humana**. 7 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

ASSIS, Wilson Martins de. **Gestão da informação nas organizações**: como analisar e transformar em conhecimento informações captadas no ambiente de negócios. Belo Horizonte: Autêntica editora, 2008.

AUN, Marta Pinheiro. O processo de globalização e políticas nacionais de informação. In: **INFORMARE, CPPCI**, v. 3, n.1/2 jan./dez., 1997.

AVRITZER, Leonardo (Coord). **Democracia, república e participação**. Belo Horizonte, UFMG, 2009. p. 25 (Módulo, 2).

Avritzer, Leonardo (coordenado). **Democracia, república e participação**. Belo Horizonte, UFMG, 2009. 95 p. (Módulo, 2).

AVRITZER, Leonardo e COSTA, Sérgio. Teoria crítica, democracia e esfera pública: concepções e usos na América Latina. **Dados**, 2004, vol.47, no.4, p.703-728. Disponível em <http://www.scielo.br/>.

AVRITZER, Leonardo Modelos de deliberação democrática: uma análise do orçamento participativo no Brasil. In: SANTOS, Boaventura de Sousa. **Democratizar a democracia**: os caminhos da democracia participativa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

AVRITZER, Leonardo. **A moralidade da democracia**: ensaio em teoria habermasiana e teoria democrática. São Paulo: perspectiva; Belo Horizonte: Ed. Da UFMG, 1996. (Debate, 272).

AVRITZER, Leonardo. Instituições participativas e desenho institucional: algumas considerações sobre a variação da participação no Brasil democrático. **Opin.Publica**, Jun 2008, vol.14, no.1, p.43-64. Disponível em <http://www.scielo.br/>

AVRITZER, Leonardo. Orçamento participativo e a teoria democrática: um balanço crítico. In: **A Inovação democrática no Brasil**: o orçamento participativo/Leonardo Avritzer e Zander Navarro (org). São Paulo: Cortez, 2003. p. 13-60.

AVRITZER, Leonardo; SANTOS, Boaventura. Para ampliar o cânone democrático. In: **Democratizar a democracia**/Boaventura Santos e Leonardo Avritzer (org). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

AVRITZER, Leonardo; STARLING, Heloísa; FARIA, Cláudia Feres. **Democracia, república e participação**. Belo Horizonte: UFMG, 2008. (Módulo I do Programa de Formação de Conselheiros Nacionais).

AZEVEDO, Sérgio de.; NABUCO, Ana Luiza. (Org). **Democracia participativa**: a experiência de Belo Horizonte/Claudinéia Jacinto (colaboradora). Belo Horizonte: Ed. Leitura, 2009.

BACHELARD, Gaston. [1884-1962]. **Le nouvel esprit scientifique**. Paris: Presses Universitaire France, 1934. (Nouvelle Encyclopedie Philosophique). Disponível em: [http://classiques.uqac.ca/classiques/bachelard\\_gaston/nouvel\\_esprit\\_scientifique/nouvel\\_esprit.pdf](http://classiques.uqac.ca/classiques/bachelard_gaston/nouvel_esprit_scientifique/nouvel_esprit.pdf). Acesso em 10 de jan. 2012.

BAIERLE, S. A explosão da experiência. In: ALVARES, Evelina Dagnino; Ecoabar, Arturo (org). **Emergência de um novo princípio ético-político nos movimentos populares urbano em Porto Alegre**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000.

BAKHTIN, M. **A estética da criação verbal**. São Paulo: Martins fontes, 1992.

BAKHTIN, Voloshinov. **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: Martins fontes, 1981.

BAQUERO, Marcello. A dimensão oculta da democracia contemporânea: desigualdade, cultura política e capital social no Brasil. In: **Redes/Universidade de SantaCruz do Sul**. V. 8, n. 3, set./dez., de 2003.

BAQUERO, Marcello. Construindo uma outra sociedade no Brasil: o papel do capital social na estruturação de cultura política participativa. **Revista de Sociologia Política**, Curitiba, n. 21, p. 83-103, 2003a.

BARACHO. José Alfredo de Oliveira. **Teoria Geral do Federalismo**. Rio de Janeiro. Forense: 1986.

BARBOSA, Marialva. Meios de Comunicação no Brasil Pós-30: reflexões em torno da historicidade e do papel da imprensa. **UNirevista**, v. 1., n. 3, jul., 2006. Disponível em: [http://www.unirevista.unisinos.br/pdf/UNIrev\\_Barbosa.PDF](http://www.unirevista.unisinos.br/pdf/UNIrev_Barbosa.PDF). Acesso em: 16 de julho de 2010.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa/Portugal: Edições 70, 1977.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa/Portugal: Edições 70, 2011.

BARRETO, Aldo de Albuquerque. A condição da informação. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 16, n.3, jul./set., 2002 .

BASSUL, José Roberto. Reforma urbana e Estatuto da Cidade. **EURE** (Santiago) v.28, n.84, sep. 2002. Disponível em: <http://www.scielo.cl/scielo.php?>. Acesso em: 10 de jul. 2010.

BAUMGARTEN, Maíra. Habermas e a emancipação: rumo à democracia discursiva? **Cadernos de Sociologia**. n. 10, p. 137-178. Porto Alegre: PPGS, 1998.

BELKIN, Nicolas J. Anomalous states of knowledge as basic for information retrieval. **The Canadian Journal of Information Science**, v. 5, p. 133-143, 1980.

BENEVIDES, M. V. M. Cidadania e democracia. **Lua Nova**, São Paulo, n.33, p.5-16, 1994.

BERAS, Cesar. **Orçamento participativo de Porto Alegre e a democratização do Estado**: A configuração específica de Porto Alegre/1989 a 2004. Porto Alegre: PPGS, 2008. 208 f. Tese (Sociologia). Programa de Pós Graduação em Sociologia. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2008.

BERLENGA, Ana I. S. **Boas práticas**: da identificação à disseminação. Lisboa: INOFOR, IEFP, 2000.

BICALHO, Lucinéia Maria. **As relações interdisciplinares refletidas na literatura brasileira da Ciência da Informação**. Belo Horizonte: PPGCI, 2009. 267 f. Tese (Ciência da Informação). Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação. Escola de Ciência da Informação. Universidade Federal de Minas Gerais, 2009.

BOBBIO, Norbert. **Marxismo e Estado**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

BOBBIO, Norbert. **O futuro da democracia**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

BOLETIM DO OCA –DF. Acompanhamento da execução orçamentária do conjunto de programas distritais voltados a atender o público infanto-juvenil. **Boletim do OCA-DF**, dez, 2009. Disponível em: [www.mpdff.gov.br](http://www.mpdff.gov.br). Acesso em: 20 de julho de 2010.

BONAVIDES, Paulo. **Ciência política**. São Paulo: Malheiro Editores, 1998.

BONAVIDES, Paulo. **Curso de direito constitucional**. 6. ed. São Paulo: Malheiros, 1996.

BÓRON, A. **Estado, capitalismo e democracia na América Latina**. São Paulo: Paz e Terra, 1994.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília,DF,Senado,1998.

BRASIL. Decreto n. 19.851, de 11 de abril de 1931. Dispõe que o ensino superior no Brasil obedecerá, de preferencia, ao systema universitário, podendo ainda ser ministrado em institutos isolados, e que a organização technica e administrativa das

universidades é instituída no presente Decreto, regendo-se os institutos isolados pelos respectivos regulamentos, observados os dispositivos do seguinte Estatuto das Universidades Brasileiras

BRASIL. Lei 12.527, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei no 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei no 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências.

BRASIL. Lei Complementar/LC n. 131, de 27 de maio de 2009. Acrescenta dispositivos à lei Complementar n. 101, de 4 de maio de 2000, que estabelece normas de fianças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências, a fim de determinar a disponibilidade, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

BRASIL. Lei Complementar/LC n. 135, de 4 de junho de 2010 (Ficha Limpa). Altera a Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, que estabelece, de acordo com o § 9º do art. 14 da Constituição Federal, casos de inelegibilidade, prazos de cessação e determina outras providências, para incluir hipóteses de inelegibilidade que visam a proteger a probidade administrativa e a moralidade no exercício do mandato.

BRENNAND, Edna Gusmão de Góes. Democracia e construção do espaço público em Jurgen Habermas. In: \_\_\_\_\_ et al. **Diálogo com Jurgen Habermas**. João Pessoa: UFPB, 2006. p. 31 - 38.

CABANNES, Yves. **Instrumentos de articulação entre planejamento territorial e orçamento participativo**: uma síntese baseada nas experiências de Ariccia (Itália); Belo Horizonte e Guarulhos (Brasil); Bella Vista (Argentina) e Córdoba (Espanha). Belo Horizonte: CIGU, 2007.

CABRAL, Ana Maria Resende. A ciência da informação, a cultura e a sociedade informacional. In: REIS, Alcenir Soares dos; CABRAL, Ana Maria Rezende (org). **Informação, cultura e sociedade**: interlocuções e perspectivas/. Belo Horizonte: Novatus, 2007.

CALDAS FILHO, Clovis Alves. **Educação para a democracia**: a contribuição da ética do discurso habermasiana. Belo Horizonte: PPGE/FE, 2003. 117 f. Dissertação (Educação). Programa de Pós Graduação em Educação. Faculdade de Educação. Universidade Federal de Minas Gerais. 2003.

CAPES. Documento de área/Ciência Sociais Aplicadas I, 2001. (Ciência da Informação - Triênio 2001/2004).



CAPURRO, R. Epistemologia e ciência da informação. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 5. Belo Horizonte, 2003. **Anais...** Belo Horizonte: ECI/UFMG, 2003.

CAPURRO, R. Epistemology and Information Science. **Report Trita-LIB-6023**. Ed. Stephan Schwarz, agosto, 1985. Disponível em: <<http://v.hbi-stuttgart.de/~capurro/trita.htm>> acesso em: 30 de janeiro de 2011.

CAPURRO, R. What is Information Science for? A Philosophical Reflection. In: Vakkari,P., Cronin,B. Eds.: **Conceptions of Library and Information Science**. London: Taylor Graham, 1992, p. 82-96. Disponível em: <<http://v.hbi-stuttgart.de/~capurro/tampere91.htm>>. Acesso em 20 de maio de 2009.

CAPURRO, Rafael. Epistemologia e ciência da informação. In: **ARIST**, v. 37, n. 8, p. 343-411, 2003. (The concept of information).

CAPURRO, Rafael; Frühbauer, Johannes; Hausmanninger, Thomas (Eds.). **Localizing the Internet. Ethical aspects in intercultural perspective**. Munich: Fink. 2007.

CAPURRO, Rafael; HJORLAND, Birger. O conceito de informação/tradução de Maria Pereira Cardoso; Maria da Glória Achtschin Ferreira e Marcos Antônio de Azevedo. In: **Annual Review of Information on Science and Technology**. Ed. Blairse Cromin, v. 27, 2003. Cap. 8, p. 343 – 411.

CARNOY, Martin. **Estado e teoria política**. Campinas/SP: Papius, 1994.

CARVAHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. 3 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania: Tipos e percursos**. In: Estudos Históricos, Rio de Janeiro. N. 18, 1996.

CARVALHO, José Murilo de. **Os Bestializados**. São Paulo: Cia. das Letras, 1987.

CASTELLS, M. **A era da informação: economia, sociedade e cultura**. In: \_\_\_\_\_. A sociedade em rede. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CASTELLS, Manuel. **O poder tem medo da Internet**. Chapa Branca, 15 junho de 2009.

CAUDE, Jean. **Pour une éthique de La médiation**: lês sens des pratiques culturelles. Saint-Martin-d'Hères/Isère: PUG, 1999. (Communication, médias et sociétés).

CERVO, A. L. e BERVIAN, P. A. **Metodologia científica**. 4. ed. São Paulo: Makron books, 1996.

CHACON, V. e Leite. L. (Org. e introd.) **O Typhis Pernambucano**. Brasília: Senado Federal, 1984.

COELHO, Vera Schattan; NOBRE, Marcos. (org). **Participação e deliberação**: Teoria democrática e experiências institucionais no Brasil contemporâneo. São Paulo: Ed. 34, 2004.

COHEN, Jean L. Sociedade Civil e Globalização: Repensando Categorias. DADOS – **Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 46, n.3, 2003, p. 419 a 459. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/dados/v46n3/a01v46n3.pdf>>. Acessado em: 10.abr.2009.

COHN, Gabriel. A teoria da ação em Haberman. In: **Teoria da ação em debate**. /Maria do Carmo Brant de Carvalho (org). São Paulo: Cortez/FAPESP; Instituto de Estudos Especiais, PUC, 1993. p. 63-75.

COLTRO, Alex. A fenomenologia: um enfoque metodológico para além da modernidade. **Caderno de Pesquisa em Administração**, v. 1, n. 11, p. 30-45, jan//fev/mar., 2006.

COUTINHO, C.N. **Gramsci**: um estudo sobre o seu pensamento político. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CUNHA, Eleonora Schettini Martins. **Efetividade deliberativa**: estudo comparado de Conselhos Municipais de Assistência Social (1997 /2006). Belo Horizonte: PPGCP/FAFICH, 2009. 372 f. Tese (Ciências Políticas). Programa de Pós Graduação em Ciências Políticas. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal de Minas Gerais. 2009.

CUNHA, Miriam Vieira da. O profissional da informação e o sistema das profissões: um olhar sobre competências. **Ponto de Acesso**, Salvador, v. 3, n. 2, p.94 -108, ago. 2009.

DAGNINO, E.; RIVERA, A.O; PANFICHI, A. **A disputa pela construção democrática na América Latina**. São Paulo: ed. Paz e Terra, 2006.

DAHL, Robert A. **Poliarquia**. Participação e oposição. São Paulo: Ed, USP, 1997.

DAHL, Robert A. **Sobre a democracia**. Brasília: Ed. Universitária de Brasília, 2001.

DELLA PORTA, D. Social capital, beliefs in government and political corruption. In: PHARR, S; PUTNAM, R. **Disaffected democracies**. Princeton: Princeton University Press, 2000. p. 202-280.

DEMO, Pedro. **Complexidade e aprendizagem**: a dinâmica não linear do conhecimento. São Paulo: Atlas, 2002.

DI PALMA, G. **To craft democracies**. Berkeley, CA: Berkeley University of California Press, 1990.

DIAS, Eurípedes da Cunha. Arqueologia dos movimentos sociais In: CONGRESSO ESTADUAL DE SOCIÓLOGOS DO ESTADO DE SÃO PAULO, 11. **Anais...** São Paulo: ASEP, 2001. (Série Antropologia).

DIAS, Fernando Correia. **Universidade Federal de Minas Gerais**: Projeto Intelectual e Político de Antônio Carlos Ribeiro de Andrada. Editora da UFMG. Belo Horizonte. Minas Gerais. 1997.

DICIONÁRIO Aurélio: Século XXI, 2009. CD rom.

DOMINGUES, Ivan. **Epistemologia das ciências humanas**. São Paulo: Loyola, 2004. (Tomo 1: positivismo e hermenêutica)

DOMINGUES, J. M. **Criatividade social subjetividade coletiva e a modernidade brasileira contemporânea**. Rio de Janeiro: Contra-capas, 1997.

DORNELAS, Jalro Simião. **Impacto da adoção de sistema de apoio de decisão para grupos em processo decisório público participativo**: o caso do orçamento participativo de Porto Alegre. Porto Alegre: PPGA, 2000. 261 f. Tese (Administração). Programa de Pós Graduação em Administração. Escola de Administração. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2000.

DROPA, Romualdo Flávio. **Reforma do Estado e reforma administrativa**, snt., 2003. Disponível em:

<http://www.advogado.adv.br/artigos/2003/romualdoflaviodropa/reformaestado.htm>.

Acesso em: 12 de março de 2009.

DUPAS, Gilberto. **Ética e poder na sociedade da informação**: de como a autonomia das novas tecnologias obriga a rever o mito do progresso. São Paulo: Ed. UNESP, 2001.

DUPAS, Gilberto. O amplo domínio do capital e o imperativo da legitimação democrática. In: \_\_\_\_\_. **Atores e poderes na nova ordem global**: assimetrias, instabilidades e imperativos de legitimação. São Paulo: UNESP, 2005. p. 81-124.

DUTRA, Delamar José Volpato; COUTO, Dilnéia Rochana Tavares do. Esfera pública: contribuições para uma atualização do diagnóstico/Public sphere: contributions for an upgrade diagnosis. In: **PROBLEMATA/International Journal of Philosophy**, João Pessoa. v.3, n.2, 2012. (Dossiê: A esfera pública 50 anos depois/The public Sphere 50 years later)

ELIAS, Norbert. **A sociedade dos indivíduos**. Ed.Zarar, 1994.

EPEDINO, Ana Maria; ROCHA, Alessandro (org.). **A teia do conhecimento**. Fé, ciência e transdisciplinaridade. São Paulo: Paulinas, 2009.

FARIA, Cláudia Feres. **O Estado em Movimento: Complexidade Social e Participação Política no Rio Grande do Sul**. Belo Horizonte: PPGS, 2005. 259 f. Tese (Sociologia). Programa da Pós Graduação em Sociologia. Universidade Federal de Minas Gerais, 2005.

FARIAS, Cláudia Feres. O processo decisório do orçamento participativo no Rio Grande de Sul: da deliberação pública à representação política. In: DAGNINO, Evelina; FARIAS, José Fernando de Castro. **Ética, política e direito**. Rio de Janeiro: Ed. Lúmen Júris, 2004.

FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. Universidade no Brasil. Das origens à Reformas Universitárias de 1968. In: **Educar**, Curitiba, n. 28, p. 17-36, 2006.

FEDOZI, Luciano Joel. **O eu e os outros**: a construção da consciência social no orçamento participativo de Porto Alegre: PPGS, 2002.

FEDOZI, Luciano Joel. **Orçamento Participativo**: reflexões sobre a experiência de Porto Alegre. Rio de Janeiro: Tomo Editorial, 1997.

FENATI, Ricardo. **O mal-estar na epistemologia**: a teoria da ciência na obra de Gaston Bachelard. Belo Horizonte: PPGF, 1989. Dissertação. (Mestrado em Filosofia). Programa de Pós Graduação em Filosofia. Universidade Federal de Minas Gerais, 1989.

FERNANDES, Ângela. A responsabilidade social e a contribuição das relações públicas. IN: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 23. **Anais...** Manaus, 2000. Manaus: INTERCOM, 2000. (Comunicações).

FERNANDES, Gení Chaves. **O que é ciência da informação**: identificação através de relações conceituais a partir de três visões. Rio de Janeiro: ECO/CNPq/IBICT, 1993. 158 p. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação). Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1993.

FERREIRA, Carolina da Silva. **Orçamento participativo e governança solidária local na prefeitura municipal de Porto Alegre**. Porto Alegre: PPGA/EA, 2007. 84 f. Dissertação (Administração). Programa de Pós Graduação em Administração. Escola de Administração. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2007.

FÉRRIZ, Adriana Freire Pereira. **A participação em instituições descentralizadas na cidade de João Pessoa**: o orçamento democrático e o conselho de saúde. João Pessoa: PPS, 2012. 274 f. Tese (Sociologia). Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Universidade Federal da Paraíba. 2012.

FICO, Carlos. **Reinventando o otimismo**. Rio de Janeiro: FGV, 1997.

FIGUEIREDO, Nice Menezes de. Estudos de usuários. In: \_\_\_\_\_. **Estudos de uso e usuários da informação**. Brasília: IBICT, 1994.

FLEURY; SUBIRATS, 2009. Participação e consciência social: O orçamento participativo de Porto Alegre e a demopedia. In: \_\_\_\_\_. (org). **Innovaciones Locales ante Inseguridades Globales: los casos de Brasil y Espanha**. Barcelona: Fundación CIDOB e EBAPE/FGV, 2009.

FLICK, Uwe. **Uma introdução à pesquisa qualitativa**. 2 ed. Porto Alegre: Bookman, 2004.

FODDY, William. **Como perguntar**: teoria e prática da construção de perguntas em entrevistas e questionários. Oeiras/Portugal: Celta Editora, 2002.

FONTOURA, Ana Elisa Sparano. **Participação, territorialização e identidade**. Porto Alegre: PPGG/IG, 2005. 202 f. Dissertação (Geografia). Programa de Pós Graduação em Geografia. Instituto de Geociências. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2005.

FREIDSON, Eliot. **O renascimento do profissionalismo**/Tradução de Celso Mauro Paciornik. São Paulo: Edusp, 1998.

FREIRE, Gustavo Henrique de Araújo. Construção participativa de instrumentos de políticas públicas para gestão e acesso a informação. **Perspectiva em Ciência da Informação**. V. 13, n. 3. P. 195-207, set./dez., 2008.

FREIRE, Isa Maria. **A responsabilidade social da ciência da informação e/ou olhar da consciência sobre o campo científico**. Rio de Janeiro: UFRJ/IBICT7, 2001, p.29.

FREIRE, Isa Maria. Acesso à informação e identidade cultural. **Ci da Inf.**, Brasília. V. 35, n.2 p. 58-67, maio/ago., 2006.

FREITAG, Bárbara. **A teoria crítica: ontem e de hoje**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1988.

FREITAS, Adolfo Júlio Porto de Freitas. Ciência da informação: nomandismo ou consolidação. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO, 20. , 2002. Fortaleza. **Anais eletrônico...** Fortaleza, 23 a 29 de junho de 2002.

FROTA, Maria Guiomar da Cunha. **Associativismo civil e participação social: desafios de âmbito local e global na implementação dos direitos da criança**. Rio de Janeiro: IUPRJ, 2004. 185 f. Tese (doutorado em ciências humanas: sociologia). Instituto Universitário de pesquisa do Rio de Janeiro, 2004.

FROTA, Maria Guiomar da Cunha. Desafios teórico-metodológicos para a Ciência da Informação: descrição, explicação e interpretação. In: REIS, Alcenir Soares dos; CABRAL, Ana Maria Rezende. (Org.). **Informação, Cultura e Sociedade: interlocuções e perspectivas**. Belo Horizonte, 2007.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGA (org). **Ciência e Tecnologia no Brasil: uma nova política para um mundo global**. Ministério da Ciência e Tecnologia. Banco Mundial. São Paulo: FGV, 1993. (II PADCT, 1993).

GADELHA, Marcondes (org). **Semana comemorativa da Revolução de 30**. Brasília: Ed. Câmara dos Deputados, 1984.

GARCIA, Maria V. **Escola de Governo: agente de mudança?** João Pessoa: PPGS, 2008. João Pessoa: PPGS, 2008. 230 f. Tese (Sociologia). Programa de Pós Graduação em Sociologia. Universidade Federal da Paraíba. 2008.

GENRO, Tarso; GENÓINO, José. O controle público do Estado. In: **Folha de São Paulo**. São Paulo, cad. 1, p. 3, 23 mar., 1995.

GERMANI, Gino. **Política e sociedade numa época de transição**. São Paulo: Ed. Mestre JEU, 1973.

GIDDENS, Anthony. **Capitalismo e moderna teoria social**. Lisboa: Ed. Presença, 2000.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1991.

GOFFMAN, Erving. A Elaboração da Face. Uma análise dos elementos rituais na interação social. In: **Sérvulo Augusto Ferreira**, Org. Psicanálise e Ciências Sociais. Rio de Janeiro, F.Alves, 1980.

GOHN, Maria da Glória. **O protagonismo da sociedade civil**: movimentos sociais, ONGs e redes solidárias. São Paulo: Cortez, 2005. (coleções questões da nossa época; v. 123).

GOHN, Maria da Glória. **Teoria dos movimentos sociais**: paradigmas clássicos e contemporâneos. 7 ed. São Paulo: Loyola, 2008.

GOLDEENBERG, Mirian. **A arte de pesquisar**: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais. 5 ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

GOLDSTEIN JR, Leonardo. **Pesquisa**: da produção à divulgação. Jornal da UNICAMP, Campinas, fev. 1999. p. 8.

GOMES, Ivaldo. **Orçamento participativo**. Portalbip - Jornal Eletrônico da Paraíba. Disponível em: [www.portalbip.com/ivaldogomes\\_base.html](http://www.portalbip.com/ivaldogomes_base.html). Acesso em: 30 de janeiro de 2011.

GOMES, Luiz Roberto. Educação, consenso e emancipação na Teoria da Ação Comunicativa de Haberman. In: **Ci. Soc.** UEPG. v. 15, n 2, p. 53-63, dez. 2007

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M. N. Dos estudos sociais da informação aos estudos do social desde o ponto de vista da informação. In: **O campo da Ciência da Informação**: gênese, conexões e especificidades/Mirian de Albuquerque Aquino. João Pessoa: Ed. Universitária/UFPB, 2002. p. 25 – 48.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M. N. Habermas, informação e argumentação. In: **O pensamento vivo de Habermas**: uma visão interdisciplinar/Alessandro Pinzani, Clóvis M. de Lima, Delamar V. Dutra (Coord.). – Florianópolis: NEFIPO, 2009.308 p. Cap. 2, p. 115 -138.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M. N. Novas fronteiras tecnológicas das ações de informação: questões e abordagens. **Ciência da Informação**, Brasília. v. 33, n. 1, 2004.

GRAZIA de GRAZIA. **Experiências de Orçamento Participativo no Brasil, gestão municipal 1997/2000**. Rio de Janeiro. 2001.

GRAZIA, de; QUEIROZ, Leda Lúcia R.F. **A sustentabilidade do modelo urbano brasileiro: um desafio**. Rio de Janeiro: Projeto Brasil Sustentável e Democrático: FASE/IBASE, 2001. (Série Cadernos Temáticos, n. 5).

GRZYBOWSKI, Carlos Tadeu. Por uma teoria integradora para a compreensão da realidade **Psicologia em Estudo, Maringá**, v. 15, n. 2, p. 373-379, abr./jun. 2010.

GUIMARÃES, Juarez. As culturas brasileiras da participação democrática. In: **DEMOCRACIA, república e participação**/Leonardo Avritzer (coordenador geral)/Eduardo Moreira da Silva e all. Belo Horizonte: UFMG, 2009. p. 38-54.

HABERMAS, J. **Agir comunicativo e razão destranscendentalizada**. Rio de Janeiro, 2002. (Título original: Kommunikatives Handeln und detranszendentalisierte Vernunft, 2001)..

HABERMAS, J. **Teoria de la acción comunicativa: complementos y estudios previos**. Madrid: Cátedra, 1982.

HABERMAS, J. **Três modelos normativos de democracia**. In: \_\_\_\_\_A inclusão do outro. São Paulo: Loyola, 2002. Cap. 9, p. 269 – 297.

HABERMAS, Jürgen **O futuro da natureza humana**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

HABERMAS, Jürgen. **A inclusão do outro**. 3 ed. São Paulo: Ed. Loyola, 2007. (Título original: Die Einbeziehung des Anderen, 1996).

HABERMAS, Jürgen. **Comentário à ética do discurso**/tradução de Gilda Lopes Encarnação. Lisboa: Instituto Piaget, 1991.

HABERMAS, Jürgen. **Consciência moral e agir comunicativo**/tradução de Guido A. de Almeida. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989. (Biblioteca Tempo Universitário n. 84. Estudos Alemães).



HABERMAS, Jurgen. **Direito e democracia**: entre facticidade e validade/tradução de Flávio Beno Siebeneichler. 2 ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiros, 2003. v. 1 e 2.

HABERMAS, Jurgen. **Habermas**: A crise de legitimação do capitalismo tardio/tradução de Vamireh CAhacon. Rio de Janeiro: Tempos Brasileiro, 1980a

HABERMAS, Jurgen. **Mudança estrutural da esfera pública**. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 2003.

HABERMAS, Jurgen. **Passado como futuro**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1993.

HABERMAS, Jurgen. **Racionalidade e comunicação**. Lisboa: Edições 70, 1996.

HABERMAS, Jurgen. **Sociologia**/tradução de Bárbara Freitag e Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Ática, 1980. (Grandes Cientistas Sociais, 15).

HABERMAS, Jurgen. **Teoria de la acción comunicativa**. Madrid: Taurus, 1987. (Tomo 2: crítica de la razón funcionalista).

HABERMAS, Jurgen. **Teoria de la acción comunicativa**. Madrid: Taurus, 1999. Volumes 1 e 2.

HALLL, P. Great Britain: the role of government and the distribution of social capital. In: PUTNAM.R. **Democracies in flux**: the evolution of social capital in contemporary society. New York: Oxford University Press. 2002. p. 21-58.

HAMEL, Márcio Renan. Movimentos sociais e democracia participativa. In: **Rev. Espaço Acadêmico**, n. 95, abr., 2009. Disponível em: [www.espacoacademico.com.br/095](http://www.espacoacademico.com.br/095). Acesso em: 31 de março de 2011.

HARBERMAS, J. **Strukturwandel der öffentlichkeit**. Neuwied-Berlin: Luchterhand Verlag, 1962.

HASSEN, Johannes. **Teoria do conhecimento**/tradução de João Vergílio Gallerani Cuter. São Paulo: Martins fontes, 2003.

HEGEL, Friedrich. **Fenomenologia do espírito**. Petrópolis: Vozes, 2003.

HEIDEGGER, Martin. **L'êtr e le temps**. Trad. R. Boehm e A. de Waelhens. Paris: Gallimard, 1964.

HELD, D. **Modelos de democracia**. Belo Horizonte: Paidéia, 1995.

HOUAISS, A. **Dicionário eletrônico Houaiss**. São Paulo: Ed. Objetiva. CD rom, 2007.

IBGE. **Indicadores sociais municipais 2000**. Brasil. Rio de Janeiro; 2002.

ILHARCO, Fernando. Prefácio. In: SILVA, Fernando. **A informação: da compreensão do fenômeno a construção do objecto científico**. Porto/Portugal: Ed. Afrontamento, 2006.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Estado, instituições e democracia: república**. Brasília: IPEA, 2010. 552 p. (Série Eixos Estratégicos do Desenvolvimento Brasileiro ; Fortalecimento do Estado, das Instituições e da Democracia ; Livro 9, V. 1).

IPEA. **Radar Social**. Brasília; 2005.

JAPIASSU, Hilton. **Interdisciplinaridade e patologia do saber**. Rio de Janeiro: Imago, 1976.

JAPIASSU, Hilton. **Nascimento e morte das ciências humanas**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1982.

JOFFILY, José. **Revolta e revolução: cinquenta anos depois**. São Paulo: Paz e Terra, 1979. 437 p.

KAIMEN, Maria Júlia; CARELI, Ana Esmeralda. **Recursos informacionais para compartilhamento da informação: redesenhando acesso, disponibilidade e uso**. Rio de Janeiro: E- Papers, 2007.

Klein, Joel Thiago. A teoria da democracia de Carl Schmitt. **Princípios**, Natal, v. 16, n. 25, jan./jun. 2009, p. 139-156

KOHLBERG, L. **Moral stage and moralization: the cognitive developmental approach**. New York: Ed. T. Lickona, 1976.

LANGOSKI, Deisemara Turatti. Estado, democracia participativa e empoderamento. **Revista Âmbito Jurídico**, 2010. Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br>. Acesso em: 10 jan. 2011.

LARANJEIRA, SÔNIA M. G. Gestão pública e participação a experiência do orçamento participativo em Porto Alegre. **São Paulo em Perspectiva**, v. 10, n.3, 1996.

LAZER, D. ed. Breiger, R. Dynamic Social Network Modeling and Analysis. **Workshop Summary and Papers**; Washington, DC: National Academic Press, 2003.

LE COADIC, Yves-François. **A ciência da informação**. 2. Ed. Brasília, DF: Briquet de Lemos/Livros, 2004.

LE COADIC, Yves-François. **A Ciência da Informação**/Trad. de Maria Yêda F. S. de Filgueiras Gomes. Brasília: Briquet de Lemos, 1996. 117p.

LEVINE, John et al. **Internet**. Rio de Janeiro: Campus, 1998.

LIMA, Clóvis Ricardo Montenegro de. Agir comunicativo, trabalho imaterial e sociedade da informação. In: Alessandro Pinzani, Clóvis M. de Lima, Delamar V. Dutra (Coord.). **O pensamento vivo de Habermas**: uma visão interdisciplinar. Florianópolis: NEFIPO, 2009. 308 p. (Originados dos Anais do V Colóquio Habermas, realizado na UFSC, Florianópolis, 8 a 11 de setembro de 2008).

LIMA, Gisana Carla de. **A dimensão educativa do processo de participação popular na gestão pública local**. João Pessoa: PPGE, 2009. 163 f. Dissertação (educação). Programa de Pós Graduação em Educação. Universidade Federal da Paraíba. 2009.

LOWY, Michael. **Ideologias e ciências social**: elementos para uma análise marxista. 17 ed. São Paulo: Cortez, 2006.

LOWY, Michael. **Ideologias e ciências social**: elementos para uma análise marxista. 18 ed. São Paulo: 2008.

MACPHERSON, C. Brough. **A democracia liberal**. Zahar, Rio de Janeiro, 1978.

MANGUE, Denise Catarina Silva. **(In)formação um caminho para a participação política?:um estudo de caso sobre o Programa de Educação para a cidadania da ALMG**. Belo Horizonte: PPGCI/ECI, 2008. 178 f. Dissertação (Ciência da

Informação). Programa de Pós Graduação em Ciência da Informação. Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais. 2008.

MARQUES, José R de O. **Política e democracia em Habermas**. João Pessoa: PPGF, 2009. Dissertação (Filosofia). Programa de Pós Graduação em Filosofia. Programa de Pós Graduação em Filosofia, Universidade Federal da Paraíba, 2009.

MARQUES, Luciana Rosa. A teoria do discurso e o estudo da democracia na gestão da escola pública. In: **Pesquisa qualitativa nas ciências sociais e na educação**/ Maria da Salete Barboza de Farias; Sike Weber (org). João Pessoa: Ed. Universitária, 2008. p. 109-128

MARQUETTI, A. **Democracia, equidade e eficiência**: o caso do orçamento participativo em Porto Alegre. Relatório de Pesquisa. 2002.

MARQUETTI, Adalmir. Participação e redistribuição: o orçamento participativo em Porto Alegre. IN: AVRITZER, Leonardo; NAVARRO, Zander (org). **A inovação democrática no Brasil**: o orçamento participativo. São Paulo: Cortez, 2003. p. 129-156.

MARQUITTI, Adalmir. Experiências de Orçamento Participativo no Brasil: uma proposta de classificação. In: DAGNINO, Evelina; TATAGIBA, Luciana (org). **Democracia, sociedade civil e participação**. Chapecó: Argos, 2007. Pag. 77 - 98.

MARSHALL, T. H. **Cidadania, Classe Social e Status**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

MARSHALL, T. H. **Class, Citizenship and Social development**. New York: Anchor Books, 1965.

MARTELETO, Regina Maria. Análise de redes sociais: aplicação nos estudos de transferência da informação. **Ci. Inf.**, Brasília., v. 30, n.1, p. 71-81., jan./abr., 2001.

MARTELETO, Regina Maria. Informação: elemento regulador dos sistemas, fator de mudança social ou pós-moderno? **Ci. Inf.**, Brasília, v. 16, n.2, p. 169 – 180, jul./dez., 1987.

MARTELETO, Regina Maria; SILVA, Antonio Braz de Oliveira e. Redes e Capital Social: o enfoque da informação para o desenvolvimento local. **Ci. Inf.**, Brasília, v.33, n.3, pp.41-49, set/dez.2004.

MARTELETO, Regina Maria; TOMAÉL, Maria Inês. A metodologia de Análise de Redes Sociais. In: VALENTIN, Marta Lúcia Pomim. (Org.). **Métodos qualitativos de pesquisa em Ciência da Informação**. São Paulo: Polis Ltda., 2005.

MARTINS, Gilberto de Andrade. **Estudo de caso**: uma estratégia de pesquisa. São Paulo: Atlas, 2006.

MATOS, Michelle Nunes. **Projeto pedagógico para a cidadania**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

MENEGHINI, Rogério. **Em busca da nossa ciência perdida**. Jornal da USP: Universidade de São Paulo, São Paulo, 24 de março de 1997. P. 2. Disponível em: <http://www.scielo.br/fbpe/projeto/ptexto1.htm> Acesso em 2 jul.2000.

MERLIN, Meigla Maria Araújo. **Direito à participação**: democracia participativa no âmbito do município. UFMG, 2000. 204 f. Tese (doutorado em filosofia do direito). Programa de Pós Graduação em Filosofia do Direito. Universidade Federal de Minas Gerais. 2000.

MICHAELIS: moderno dicionário da língua portuguesa. São Paulo. Companhia Melhoramentos, 1998.

MINAYO, M. C. de Souza. **O Desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 5. ed. São Paulo: FTD,1998.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org). **Pesquisa Social**: Teoria, Método e Criatividade. 6a Edição. Petrópolis: Editora Vozes, 1996.

MIRANDA, António. "Sociedade da Informação: globalização, identidade cultural e conteúdos". **Ciência da Informação**, Brasília, v.29, n.2, pp.78-88, maio/ago.2000. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ci/v29n2/a10v29n2.pdf>>. Acessado em: 12.nov.2007.

MIRANDA, Antônio. A Ciência da Informação e a teoria do conhecimento objetivo: um relacionamento necessário. In: **O campo da Ciência da Informação**: gênese, conexões especificidade/Mirian de Albuquerque Aquino (Org). João Pessoa: Ed. Universitária, 2002. p.9-24.

MIRANDA, M. de S. **O mundo da vida e o direito na obra de Jurgen Habermas**. Prisma, São Paulo. V. 8, n. 1, p. 97 - 119, jan./jun., 2009.

MOLINA, Rinaldo. **A pesquisa-ação/investigação ação no Brasil**: mapeamento da produção (1996-2002) e os indicadores internos da pesquisa colaborativa. Tese (Doutorado). Programa de Pós-graduação em educação . USP. São Paulo. 2007.

MOREIRA, M. A. **Pesquisa em Ensino**: O Vê Epistemológico de Gowin. São Paulo: Editora Pedagógica e Universitária Ltda, 1990.

MORIN, Edgar. **A humanidade da humanidade**: a identidade humana. Porto Alegre: Sulina/Mem Martins/Portugal; Publicações Europa-América, 2003. (O método; 5).

MORIN, Edgar. **Ciência com consciência**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

MORIN, Edgar. **O método 1**. A natureza da natureza. Porto Alegre: Sulina, 1977.

MORIN, Edgar. **O método 6**: ética. Tradução de Juremir Machado da Silva. Porto Alegre: Sulina, 2005.

MORIN, Edgar. Os desafios da complexidade. In: \_\_\_\_\_. **Religião dos saberes**: o desafio do século XXI. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002. p. 559-567.

MORIN, Edgar. **Para sair do século XX**. Tradução de Vera Azambuja Harvey. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

MOURA, Amanda P. de; LARA, MARILDA L. G. de. Construir o edifício documentário: concepções de Paul Otlet para uma ciência e uma técnica dos documentos. In: **Perspectiva em Ciência da Informação**, v.17, n.4, p. 2-17, out./dez., 2012.

MOURA, Maria Aparecida. Informação e conhecimento em redes virtuais de cooperação científica: necessidades, ferramentas e usos. **DataGramaZero** - Revista de Ciência da Informação - v.10 n.2 abr., 2009.

MOZZATO, A. R.; GRZYBOVSKI, D. **Análise de conteúdo como técnica de análise de dados qualitativos no campo da administração**: potenciais e desafios. (documentos e debate). Disponível em: [www.anpad.org.br](http://www.anpad.org.br). Acesso em: 28 de setembro de 2012.

NAVES, Rubens. Novas possibilidades para o exercício da cidadania. In: PINSKY, Jaime e PINSKY, Carla Bassanezi. **História da cidadania**. São Paulo, 2005.

NITTI, Francesco. **La Démocratie**. Paris: Alcan, 1933.

NOBRE, Marcos. Participação e deliberação na teoria democrática: uma introdução. In: COELHO, Vera. S. P; NOBRE, Marcos(org). **Participação e deliberação**: teoria democrática e experiências institucionais no Brasil contemporâneo. São Paulo: Ed. 34, 2004.

NOBRE, Renarde Freire. (org). **O poder no pensamento social**: dissonâncias. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2008.

NUNES, João Arriscado e Nuno Serra. Casas decentes para o povo: movimentos urbanos e emancipação em Portugal. In: SANTOS, Boaventura de Sousa. **Democratizar a Democracia**: os caminhos da democracia participativa, 2002.

O'DONNELL, G.; SCHMITTER, P. **Transições do regime autoritário**: primeiras conclusões acerca de democracias incertas. São Paulo: Vértice/Editora Revista dos Tribunais, v. 4., 1988.

OLIVEIRA FILHO, João Telmo. **A participação popular no planejamento urbano: a experiência do plano diretor de Porto Alegre/2009**. Porto Alegre: PPGPUR, 2009. 290 f. Tese (Planejamento Urbano e Regional). Programa de Pós Graduação em Planejamento Urbano e Regional. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2009.

OLIVEIRA, Marlene. Origens e evolução da Ciência da Informação. In: \_\_\_\_\_. **CIÊNCIA da Informação e Biblioteconomia**: novos conteúdos e espaços de atuação/Beatriz Cendón [et al]; Marlene Oliveira (Coord.). Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2005. Cap. 1. p. 9- 28.

OLIVEIRA, Marlene; Bicalho, Lucinéia. Aspectos conceituais da transdisciplinaridade e a pesquisa em Ciência da Informação. **Inf. & Soc.**:Est., João Pessoa, v.21, n.2, p. 87-102, maio/ago. 2011.

ORTIZ, Renato. **A Escola de Frankfurt e a questão da cultura**. s.n.t, 1985.

OSÓRIO, Pedro L de S. **Comunicação e cidadania**. Porto Alegre: PPGCI/FBC, 2003. 171 f. Dissertação (Comunicação e Informação). Programa de Pós Graduação em Comunicação e Informação. Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2003.

PANIAGO, Maria Cristina Soares. **A questão da transição e a teoria democrática**. Snt, 1999.

PASE, Hermenson Luiz. **Capital social e desenvolvimento rural no Rio Grande Sul**. Porto Alegre: PPGCP, 2006. 262 f. Tese (Ciências Políticas). Programa de Pós Graduação em Ciências Políticas. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2006.

PASE, Hermenson Luiz. **Democracia participativa e desenvolvimento. A influência do orçamento participativo no desenvolvimento rural de Florianópolis**. Porto Alegre: PPGCE/FCE, 2001. 326 f. Dissertação (Ciências Econômicas). Programa de Pós Graduação em Ciências Econômicas. Faculdade de Ciências Econômicas. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2001.

PAULO NETTO, José. Nótula à teoria da ação comunicativa, de Haberman. In: \_\_\_\_\_. **Teoria da ação em debate**/Maria do Carmo Brant de Carvalho (org). São Paulo: Cortez/FAPESP; Instituto de Estudos Especiais, PUC, 1993. p. 51-64.

PEREIRA, Walmir da Silva. Notas a respeito de epistemologia e mudança de paradigma na teoria da ação comunicativa de Jurgen Habermas. **UNirevista**, v., n. 2, abr., 2006.

PERISSINOTTO, Renato. M. **Democracia**: teoria e prática. Rio de Janeiro: Ed. Relume Dumacá; Curitiba: Fund, Araucária, 2002.

PERISSINOTTO, Renato. M. Poder: imposição ou consenso ilusório? In: \_\_\_\_\_. **O poder no pensamento social**: dissonâncias/Renarde Freire Nobre (org). Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2008. P. 29 – 58.

PESSI, Patrícia. **E-OP**: uma nova prática comunicativa do orçamento participativo de Porto Alegre. Porto Alegre: PPGCI/FBC, 2003. 143 f. Dissertação (Comunicação e Informação). Programa de Pós Graduação em Comunicação e Informação. Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2003.

PIAGET, J. **Epistemologia genética**. 2ed. São Paulo: Ed. Companhia das Letras, 1999.

PINZANI, Alessandro; LIMA, Clóvis M. de; DUTRA, Delamar V. (Coord.). O pensamento vivo de Habermas: uma visão interdisciplinar. Florianópolis: NEFIPO, 2009. 308 p. (Originados dos **Anais do V Colóquio Habermas**, realizado na UFSC, Florianópolis, 8 a 11 de setembro de 2008).

POGREBINSCHI, Thamy. A contradição entre o Estado e a sociedade: Marx e o dilema da modernidade política. In: \_\_\_\_\_. **O poder no pensamento social**: dissonâncias/Renarde Freire Nobre (org). Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2008. p. 109 – 126.



POMBO, O. Interdisciplinabilidade: conceito, problemas e perspectivas. In: \_\_\_\_\_. **A interdisciplinabilidade: reflexão e experiência**. 2. Portugal: Ed. Editora Lisboa, 1994. Disponível em: <http://www.educ.fc.ul.pt/docentes/opombo/mathesis/interdisciplinabilidade.pdf>. Acesso em: 23 de jan. 2012.

PRATA, Nílson Vidal. **Informação e democracia deliberativa. um estudo de caso de participação política na Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais**. Belo Horizonte: PPGCI/ECI, 2007. 162 f. Dissertação (Ciência da Informação). Programa de Pós Graduação em Ciência da Informação. Escola de Ciência da Informação. Universidade Federal de Minas Gerais. 2007.

**PROBLEMATA/International Journal of Philosophy**, João Pessoa. v.3, n.2, 2012. (Dossiê: A esfera pública 50 anos depois/The public Sphere 50 years later).

PUTNAM, R. **Democracies in flux: the evolution of social capital in contemporary society**. New York: Oxford University Press. 2002.

RATTNER, Henrique. **Sobre exclusão social e políticas de inclusão**. Disponível em <http://www.espacoacademico.com.br/18rattner.html>. Acesso em: 15 de ago de 2007.

REDE BRASILEIRA DE ORÇAMENTO PARTICIPATIVO. Disponível em: [www.pbh.gov.br/redebrasileira/op](http://www.pbh.gov.br/redebrasileira/op).

REDES. Universidade de Santa Cruz do Sul. v. 8., n. 3, set./dez., 2004. (O Capital social no desenvolvimento regional).

RÊGO, Marilene Gomes de Sousa. **A influência do orçamento participativo na cultura política dos habitantes da cidade de João Pessoa - PB**. João pessoa: PPA, 2009. 117 f. Dissertação (Administração). Programa de Pós Graduação em Administração. Universidade Federal da Paraíba. 2009.

REIS, Alcenir Soares dos. Retórica-ideologia: questões pertinentes ao cientista da informação? **Perspectiva Ci. Inf.**, Belo Horizonte, v. 4, n. 2, p. 145-160, jul./dez., 1999.

REIS, Alcenir Soares dos; CABRAL, Ana Maria Cabral (org.). **Informação, cultura e sociedade: interlocuções e perspectivas**/ Belo Horizonte: Novatus, 2007.

RENDÓN ROJAS, Milguel Angel. Relación entre los conceptos: información, conocimiento y valor. Semejanzas y diferencias. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 34, n. 2, p. 52-61, 2005.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. A natureza do poder: técnica e ação social. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS EM SAÚDE, 2. **Anais...** São Paulo, dezembro de 1999.

RIBEIRO, Fábio Túlio. **Democracia e voto**: uma defesa do direito de abstenção. Fortaleza, UFCE, 2000. 15 f. Dissertação (Mestrado em Direito), Programa de Pós Graduação em Mestrado em Direito. Universidade Federal do Ceará, 2000.

RIBEIRO, Fernanda. **Da mediação passiva à mediação pós-custodial**: o papel da ciência da informação na sociedade em rede. *Inf. & Soc.:Est.*, João Pessoa, v.20, n.1, p. 63-70, jan./abr. 2010.

RICOEUR, Paul. **Teoria da Interpretação**. Porto: Porto Editora, 1995.

ROCHA, Maria Perrone Campos. A questão cidadania na sociedade de informação. *Ci. Inf.*, Brasília, v.29, n.1, pp.40-45, jan./abr. 2000.

RODRIGUES, Marisa Santos. **Participação popular como estratégia para o desenvolvimento urbano sustentável**: o caso do orçamento democrático do município de João Pessoa. João Pessoa: PRODEMA, 2007. 161 F. Dissertação (desenvolvimento e Meio Ambiente). Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente Universidade Federal da Paraíba. 2007.

ROYAL, Ségòlene. A nova era da democracia. In: **Revista do observatório do Milênio de Belo Horizonte**, v. 2, n. 1 de 2009.

RUBIN, Richard E. **Foundation of library and information science**. 2. Ed. Ney York: Ed. Neal-Schuman Publishers, 2004.

SALDANHA, Gustavo Silva. Entre o silêncio e o alarido: Wittgenstein na Ciência da Informação. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 9. São Paulo: ANCIB, 2008. ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO. ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO. **Anais...**, 2008. (Diversidade Cultural e Políticas de Informação).

SAMPAIO, José Adércio Leite. **Direitos Fundamentais, Retórica e Historicidade**. Belo Horizonte: Del Rey, 2004.

SANT'ANA, R. C. G. **Unidades de conhecimento**: fatores e métricas.. Dissertação. (Mestrado em Ciência da Informação). Curso de Pós-graduação em Ciência da Informação, Universidade Estadual de São Paulo, Marília, 2002.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Pela mão de Alice**: o social e o político na pós-modernidade. 12 ed. São Paulo: Cortez, 2008.

SANTOS, Boaventura de Sousa; AVRITZER, Leonardo. Introdução: para ampliar o cânone democrático. In:\_\_\_\_\_. **Democratizar a democracia**: os caminhos da democracia participativa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. p. 39.

SANTOS, Eliete C. dos; ALMEIDA, Maria de Fátima. Linguagem como interação: reflexões no contexto da Arquivologia. In:\_\_\_\_\_. **A Linguagem documentária: intermediações e resignificações possíveis**/Francinete Fernandes de Sousa;Eliete Correia dos Santos (organizadoras). Recife: Bagaço, 2011. p. 15-30.

SANTOS, Milton. Deficientes cívicos. In: \_\_\_\_\_. **O país distorcido**: o Brasil, a globalização e a cidadania. São Paulo: Publifolha, 2002.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. São Paulo: Record, 2000.

SARACEVIC, Tefko. Ciência da Informação: origens, evolução e relações/Ana Maria Cardoso, (trad.). In: INTERNACIONAL CONFERENCE ON CONCEPTIONS OF LIBRARY AND INFORMACION SCIENCE, 1991. **Anais...**, 1991.

SARACEVIC, Tefko. Information Science. **Journal of American Society for Information Science**, v. 50, n. 12, p. 1051-1063, 1999.

SARTORI, G. **A teoria da democracia revisitada**. Rio de Janeiro: Ática, 1994. v. 1

SARTRE, Jean Paul. **O Ser e o nada**: ensaio de uma ontologia fenomenológica. Rio de Janeiro: Ed. Vozes, 1997.

SCHUMAHER, Schuma; VIDAL BRASIL, Érico. **Dicionário mulheres do Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 2000.

SCHUMPETER, J. **Teoria do Desenvolvimento Econômico**. Coleção Os Economistas, São Paulo: Ed. Abril Cultural, 1982.

SERRA, J. Paulo. **A informação como utopia**/Universidade da Beira Interior 3,1998.

SHUMPETER, J. **Capitalismo, socialismo e democracia**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1984.

SÍLVA, Ana Paula. **O percurso da informação no conselho estadual da criança e do adolescente em Minas Gerais**. Atuação, desafios e contradições. Belo Horizonte: PPGCI/ECI, 2005. 161 f. Dissertação (Ciência da Informação). Programa de Pós Graduação em Ciência da Informação. Escola de Ciência da Informação. Universidade Federal de Minas Gerais. 2005.

SILVA, Armando Malheiro da; RIBEIRO, Fernanda. **Das “Ciências” Documentais à Ciência da Informação**: ensaio epistemológico para um novo modelo curricular. Porto: Edições Afrontamento, 2002. p.37.

SILVA, Armando Malheiro. **A informação**: da compreensão do fenómeno e construção do objecto científico. Porto: Afrontamento, 2006.

SÍLVIA, Gustavo Felipe Melo da. **O direito de participar: perspectivas jurídicas sobre a participação política na república democrática do Brasil**. Belo Horizonte: PPGDI/FD, 2011. 78f. Dissertação (Direito). Programa de Pós Graduação em Direito. Faculdade de Direito. Universidade Federal de Minas Gerais. 2011.

SÍLVIA, Marcelo Kunrath. **A construção da participação popular**: análise comparativa de processos de participação social na discussão pública do orçamento participativo da região metropolitana de Porto Alegre/RS. Porto Alegre: PPGS/IFCH, 2001. 326 f. Tese (Sociologia). Programa de Pós Graduação em Sociologia. Escola de Administração. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2001.

SMITH, Johanna; TÁLAMO, M. F.G. Moreira. Ciência da Informação: uma ciência moderna ou pós-moderna? In: **Informação e Contemporaneidade**: perspectivas/ Marilda Lopes Ginez de Lara, Asa Fujino, Daisy Pires Noronha(Org). Recife: NÉCTAR, 2007

SOARES, Maria Susana Arrosa. (Re)pensando a modernidade na América Latino-americana. **Caderno de Sociologia**, Porto Alegre, v. 5, n. 5, p. 24-31, 1993.

SOMMERMAN, Américo. **A interdisciplinaridade e a transdisciplinaridade como novas formas de conhecimento para a articulação de saberes no contexto da ciência e do conhecimento em geral**: contribuição para os campos da educação, da saúde e do meio ambiente / Américo Sommerman – Salvador – 2012. 1305 p

SOUZA, Edivânio Duarte de. **A epistemologia Interdisciplinar na Ciência da Informação**: dos Índícios aos Efeitos de Sentido na Consolidação do Campo Disciplinar. Belo Horizonte: PPGCI/ECI, 2011. 346 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação). Escola de Ciência da Informação. Universidade Federal de Minas Gerais, 2011.

SOUZA, José Crisóstomo de (organizador). **Filosofia, racionalidade, democracia: os debates Rorty & Habermas**. São Paulo: Ed. UNESP, 2005.

SOUZA, Maria Luiza de. **Desenvolvimento de comunidade e participação**. 10 Ed. São Paulo: Cortez, 2010.

SPENGLER, Fabiana Marion. **Da jurisdição à mediação: por uma outra cultura no tratamento do conflito**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2010.

STURGEON, Noël. Theorizing **Movements**: Direct action and Direct Theory. In. DARNOVSKY, Marcy; EPSTEIN, Barbara; Flacks, Richard (orgs.). Cultural Politics and Social Movements. Philadelphia: Temple University Press, 1995.

TATAGIBA, Luciana (org). **Democracia, sociedade civil e participação**. Chapecó: Argos, 2007. Pag. 353 -377.

THIOLLENT, M. **Crítica metodológica, investigação social e enquete operária**. São Paulo:Pólis, 1985.

THIOLLENT, M. **Metodologia Pesquisa-Ação**. 8 ed. .São Paulo: 1998. 108p.

TOCQUEVILLE, Alexis de. **A democracia na América**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 2005 (Coleção Ler e Pensar, v.1).

VALENTIM, Marta Lígia Pomim. Construção do conhecimento científico. In: \_\_\_\_\_ (Org.). **Métodos qualitativos de pesquisa em Ciência da Informação**. São Paulo, 2005.

VARELA, A. Informação e cidadania. In:\_\_\_\_\_. **Informação e construção da cidadania**. Brasília: Thesaurus, 2007.

VERGARA, Sylvia Constant. **Gestão de pessoas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

VIEIRA, Liszt. **Os argonautas da cidadania: a sociedade civil na globalização**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

VIEIRA, Marcelo Milano Falcão; CALDAS, Miguel P. Teoria crítica e pós-modernismo: principais alternativas à hegemonia funcionalista. **RAE-Clásico**, v.46, n.1, Jan./mar., 2006. Disponível em: [www.scielo.br](http://www.scielo.br). Acesso em: 10 de dez. de 2012.

VIEIRA, Rejane Esther; INÁCIO, Ana Elise Cardoso. **Análise da Atuação dos novos movimentos sociais no Estado Democrático de Direito Brasileiro**. Creative Commons. Disponível em [www.creativecommons.com](http://www.creativecommons.com). Acesso em: 05 de junho de 2010.

VITÓRIO, Teodolina Batista da Silva Cândido. **O ativismo judicial como instrumento de concreção dos direitos fundamentais no estado democrático de direito**: uma leitura à luz do pensamento de Ronald Dworkin /Teodolina Batista da Silva Cândido Vitório. Belo Horizonte, 2011. 255f. : Tese (Doutorado em Direito Público). Programa de Pós Graduação em Direito Público. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, 2011.

VITULLO, Gabriel E. As teorias da democratização frente às democracias latino-americanas realmente existentes. **Opinião Pública**, Campinas, vol. 12, nº 12, Novembro, 2006.

VYGOTSKY, L. S. **Mind is society**: the development of higher psychological process. Cambridge, Ma: Havard Ubiversit Press, 1978. (Traduzido para o Espanhol por Cast de S. Furió. Barcelona: Crítica, 1979 e para a língua portuguesa por Juan Acuna Llorens com o título “Teorias Cognitivas da aprendizagem. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998).

VYGOTSKY, L. S. **Pensamento e linguagem**. 2007, E-book, (Versão criada por ebooksbrasil).

WASSERMAN, S e FAUST, K. **Social Network Analysis**: Methods and Applications. Cidade: Cambridge University Press, 1994.

WATTS, D. J. e STROGATZ, S. H. Collective dynamics of ‘small-world’ networks. **Nature**, v. 393, n. 4, p. 440-442, 1998.

WATTS, D. J. The “New” Science of Networks. **Annu. Rev. Sociol.**, n. 30, p. 243–270, 2004.

WATTS, D. J.; DODDS, P. S. e NEWMAN, M. E. J. Identity and Search in Social Networks. **Science**, v. 296, p. 1302-1305, 2002.

WERSIG, Gernot. Information science: the study off postmodern knowledge usage. **Informatio Processing and Management**, Great Britain. v. 29, n. 2, p. 229-239, 1993.

WIENER, Norbert. **Cybernetics Or Control and Communication in the Animal and the Machine**. New York, 1948. Disponível em:

[http://www.nomads.usp.br/pesquisas/design/objetos\\_interativos/arquivos/restrito/heyli ghen\\_Cybernetics%20and%20Second-Order%20Cybernetics.pdf](http://www.nomads.usp.br/pesquisas/design/objetos_interativos/arquivos/restrito/heyli ghen_Cybernetics%20and%20Second-Order%20Cybernetics.pdf). Acesso em: 15 de jan. 2009.

WUTHNOW, R. United States: bridging the privileged and the marginalized? In: PUTNAM, R. **Democracies in flux**: the evolution of social capital in contemporary society. New York: Oxford University Press. 2002

YONAMINE, Reinaldo Koei. **Complexidade e diversidade de saberes na transformação organizacional: a percepção de profissionais diretamente envolvidos com projetos bem sucedidos**. São Paulo: PPP, 2006. 147 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Institutp de Psicologia. Universidade de São Paulo, 2006.

ZILLES, Urbano. Fundamentos ontológicos do conhecimento. In:\_\_\_\_\_. **Teoria do conhecimento**. 5 ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2006. Cap. 2, p. 30 – 41. (Texto 24, Coleção filosofia, 21).

ZINS, Chaim. Classification schemes of information science: twenty-eight scholars map the field. **Journal of the American Society for Information Science and Technology (JASIS)**, v. 58, n. 5, pp. 645-672, 2007.





## APÊNDICE A – CLUSTERS DAS EXPERIÊNCIAS DE OP POR ESTADOS E MUNICÍPIOS

**Quadro 8 - Clusters das experiências de OP por estados e municípios**

REGIÃO NORTE				
Estado “nó solto”				
Amazonas				
Cidade “nó solto”				
01) Manaus (Capital)				
REGIÃO NORDESTE				
<i>Cluster's dos Estados</i>				
Ceará/CE	Paraíba/PB	Pernambuco/PE	Sergipe/SE	Bahia/BA
<i>Cliques de Cidades</i>	<i>Cliques de Cidades</i>	<i>Cliques de Cidades</i>	<i>Cidade “nó solto”</i>	<i>Cliques de Cidades</i>
01) Fortaleza (Cap) 02) Crateús	01) João Pessoa (Cap) 02) Campina Grande 03) Pombal 04) Cajazeiras 05) Picuí 06) Dona Inês 07) Patos 08) Caapora	01) Recife (Cap) 02) Paudalho	01) Anadia	01) Lauro de Freitas
REGIÃO SUDESTE				
<i>Cluster's dos Estados</i>				
São Paulo/SP	Rio de Janeiro/RJ	Espírito Santo/ES	Minas Gerais/MG	
<i>Cliques de Cidades</i>	<i>Cidade “nó solto”</i>	<i>Cliques de Cidades</i>	<i>Cliques de Cidades</i>	
01) Araraquara 02) Bauru 03) Cubatão 04) Diadema 05) Embu 06) Francisco Morato 07) Guarulhos 08) Jacareí 09) Mogi-Guaçu 10) Osasco 11) Santa André 12) São B. dos Campos 13) São Carlos 14) São Vicente 15) Suzano	01) Teresópolis	01) Vitória (Capital) 02) Aracruz 03) Cachoeira do Itapemirim 04) Cariacica 05) Serra 06) Viana	01) Belo Horizonte (Cap) 02) Botelho 03) Betim 04) Congonhas 05) Contagem 06) Ipatinga 07) Monte Claro 08) Nova Lima	

REGIÃO SUL		
Cluster's dos Estados		
Rio Grande Sul/RS	Santa Catarina/SC	Paraná/PR
<i>Cliques de Cidades</i>	<i>Cliques de Cidades</i>	<i>Cidade "nó solto"</i>
01) Porto Alegre (Capital) 02) Bagé 03) Bento Gonçalves 04) Canoas 05) Caxias do Sul 06) Esteio 07) Garibaldi 08) Gravataí 09) Nova Hartz 10) Santa Maria 11) Santa Rosa 12) São Leopoldo 13) Sapucaia do Sul	01) Concórdia 02) Joinville	01) Campo largo

## APÊNDICE B – TESES E DISSERTAÇÕES INDEXADAS NO BTDO DO PORTAL/CAPE

**Quadro 9 - Teses e Dissertações indexadas no BTDO do Portal/Capes**

Cluster da RBOP e Universidades selecionadas		Termos de busca no BT - Portal/Capes		Orçamento Participativo (OP)	Direito a Participação	Participação e Deliberação	Direito a informação	TOTAL DE REGISTROS.
		Universidades	Nível de Formação	Número de Registros	Número de Registros	Número de Registros	Número de Registros	Número de Referências
REGIÃO SUL	1 UFRGS	D	05	02	00	04	11	
		MS	12	02	01	00	15	
	2 UFPR	D	01	00	00	00	01	
		MS	02	00	04	00	06	
	3 UFSC	D	01	01	01	00	03	
		MS	16	03	01	00	20	
REGIÃO NORTE	4 UFAM	D	00	00	00	00	00	
		MS	00	00	00	01	01	
REGIÃO NORDESTE	5 UFAL	D	00	00	00	00	00	
		MS	00	09	00	00	09	
	6 UFBA	D	00	01	00	05	06	
		MS	06	01	07	08 (01CI)	22	
	7 UFCE	D	01	12	00	02	15	
		MS	08	56	01	05	70	
	8 UFPB	D	00	00	00	02	02	
		MS	07	64 (01CI)	03	03	77	
	9 UFPE	D	03	21	03	04	31	
		MS	11	119	09	11	150	
REGIÃO SUDESTE	10 UFES	D	00	00	00	00	00	
		MS	05	00	01	00	06	
	11 UFMG	D	01	04	03	05	13	
		MS	19	05 (01 CI)	13	14 (04 CI)	51	
	12 UFRJ	D	04	00	00	00	04	
		MS	12	00	00	01	13	
	13 USP	D	06	04	01	00	11	
		MS	08	08	00	00	16	

SUB TOTAL	D = 22	D = 45	D = 08	D = 22	D = 97
	MS = 106	MS = 267	MS = 40	MS = 43	MS = 456
TOTAL GERAL	€ = 128	€ = 312	€ = 48	€ = 65	€ = 553

Fonte: Disponível em [www.periodicos.capes.gov.br](http://www.periodicos.capes.gov.br). Acesso em julho de 2011.

## ANEXO A - CONVITE DA REITORA DA UFPB

### Convite

A Magnífica Reitora da Universidade Federal da Paraíba, Margareth de Fátima Formiga de Melo Diniz, convida todos os Diretores de Centro, Coordenadores de Programas de Pós-Graduação, Coordenadores de Cursos de Graduação, Chefes de Departamento, Núcleos Docentes Estruturantes dos Cursos de Graduação, Professores, Servidores Técnicos Administrativos e Estudantes, para participarem ativamente do Programa UNIVERSIDADE PARTICIPATIVA (UP). A programação tem início na quarta-feira, dia 06/03/2013.

A UNIVERSIDADE PARTICIPATIVA (UP) é um instrumento de participação direta da comunidade universitária no processo de discussão para a elaboração e implementação do Orçamento Programa da UFPB, dos projetos, obras, serviços e ações da Administração Central. Contamos com a participação de todos nesse processo de construção coletiva.

DATA	HORÁRIO	CAMPUS	GRUPO	LOCAL
06/03/13	08:00 – 12:00h	I	CCM , CCS, HULW	Auditório de Fonoaudiologia (novo)
13/03/13	14:00 – 18:00h	III	CCHSA (Bananeiras)	Auditório do Centro
20/03/13	08:00 – 12:00h	I	Biblioteca Central, Bibliotecas Setoriais	Biblioteca Central
02/04/13	08:00– 12:00h	I	PU, RU, Segurança, RUMF, RUF	Auditório da Reitoria
10/04/13	08:00 – 12:00h	I	CT, CTDR, CCEN, CBIOTEC, CI, NTL, IDEP, EAD	Auditório da Reitoria
17/04/13	14:00 – 18:00h	II	CCA	Auditório do Centro
22/05/13	08:00 - 12:00h	I	CCTA, CCHLA, CE, CCSA , CCJ	Auditório da Reitoria
29/05/13	19:00 – 22:00h	IV	CCA	Auditório do Centro

## ANEXO B - ROTEIRO DE PERGUNTAS

Roteiro elaborado baseado nos questionários enviados por Jaime Vásquez, representante do CIGU, para a coleta de dados sobre as experiências de Orçamento Participativo no Documento Base da Rede 9 e no projeto URBAL coordenado por Veneza, sobre OP e Exclusão Social.

<b>DADOS GERAIS SOBRE OS MUNICÍPIOS</b>			
1	Nome do município		
1.2	Contato do principal responsável pelo OP no município		
1.3	Telefone, fax, e-mail do Município.		
1.4	População total (ano)		
1.5	População Urbana do Município		
1.6	Principais atividades produtivas		
1.7	Número de Vereadores		
1.8	Número de Funcionários envolvidos no OP		
1.9	Descrever as principais competências municipais		
1.10	Começo e fim da gestão atual de governo/partido político		
<b>2 ORÇAMENTO MUNICIPAL</b>			
2.1	Orçamento Municipal Total em moeda local		
	Ano 2009:	Municipal	Orçamento Municipal Executado
	Ano 2010:	Estimado:	
<b>3 DADOS SOBRE O ORÇAMENTO PARTICIPATIVO – (OP)</b>			
3.1	Desde quando existe Orçamento Participativo - (OP) no município?		
3.2	O OP é uma política setorial, está ligado diretamente ao Gabinete do Prefeito, ou abarca diferentes políticas setoriais?		
3.3	Dimensão Orçamentária e Financeira		
3.3.1	Qual o montante de recursos colocado em discussão durante o OP nos anos de 2009, 2010?		
3.1.2	Qual a origem dos recursos disponíveis para o OP?  a) recursos nacionais: b) projetos específicos: c) recursos próprios: c) doações: d) outro:		
3.1.3	Qual a porcentagem das demandas da população apresentadas durante o OP foi concretizada (em obras e/ou serviços)?		
3.1.4	Existem critérios previamente definidos para a distribuição dos recursos para o OP (por distritos/ regiões, por temas, por atores e/ou outros)?		
3.2	Dimensão popular e representação		
3.2.1	Quantos cidadãos participam do OP (presencial e digital em números absolutos)?		
3.2.2	Existe um Conselho do Orçamento Participativo (ou instância similar)?		
3.2.3	Qual é a instância de decisão final para definir o Orçamento?		
3.2.4	Como Existe Conselho do Orçamento Participativo (ou instância similar)?		
3.2.5	Qual é o sistema adotado para a eleição das delegadas (quantas) e delegados (quantos) no Conselho do Orçamento Participativo (ou instância similar)? Quem é elegível? Qual é a proporção de número de delegados por participantes?		
3.2.6	Existem instâncias não governamentais de participação popular para o controle		

	orçamentário e acompanhamento/monitoramento das obras aprovadas durante o OP?
3.2.7	Os números da execução do orçamento são apresentados aos participantes populares? Como? Meios de comunicação e informação?
3.2.8	Qual é a relação com o organismo legislativo durante o processo?
3.2.9	As demandas são analisadas durante o processo do Orçamento Participativo? Há análise técnica? Como são realizadas?
3.2.10	Como são divulgados (meios de comunicação e informação) os resultados do OP ao final do processo? [ao final de cada ciclo?]
3.4	Dimensão jurídico – legal e institucional do processo
3.4.1	Como se articula a estrutura administrativa com o Orçamento Participativo? (implicação de funcionários, contatos com as estruturas de participação popular/cidadã)?
3.4.2	Existe um instrumento formal ou informal para a implantação do Orçamento Participativo? (Leis, regimento interno, cartilhas e caderno do OP etc.)
3.4.3	Qual é a relação entre o Orçamento Participativo e os instrumentos de planejamento local e urbano (tais como planos estratégicos, planos de desenvolvimento urbano, planos de ordenamento territorial, plano diretor)?
3.4.4	Existem outros instrumentos de participação popular no município, por exemplo: associações, Ongs, conselhos setoriais, assembléias municipais, assembléias comunitárias? Se existem como o Orçamento Participativo se relaciona com eles?
3.4.5	Como funciona a metodologia do OP? É um processo consultivo? Deliberativo?
3.5	Dimensão territorial
3.5.1	Existem sub-prefeituras, distritos, regiões, zonas, e/ou outras formas de descentralização municipal? Desde quando? Quantas existem?
3.5.2	Quantas regiões ou distritos existem para o Orçamento Participativo?
3.5.3	Quais são os critérios, caso existam, para a distribuição dos recursos do Orçamento Participativo entre as prefeituras, sub-prefeituras, distritos, regiões, zonas, etc.?
3.5.4	Quais são os valores recebidos por cada distrito, região, zona, etc. (2009 e 2010 que foram estimados)?
3.6	Orçamento Participativo e pluralidade social
3.6.1	O OP tem um enfoque específico para grupos ou segmentos sociais? (mulheres, jovens, crianças, ou outros grupos)
3.6.2	Quanto ao processo de participação de tais grupos ou segmentos. Quando ocorre? Como é realizado? Existe regulamentação ou ações de discriminação positiva? (Assembléias temáticas, reuniões específicas com cada grupo, etc.)
3.6.3	Que porcentagem da demanda apresentada pela população durante o OP concretizou-se em obras e serviços para os referidos grupos ou segmentos?
3.6.4	Que porcentagem da demanda apresentada pela população durante o OP concretizou-se em obras de infra-estrutura e serviços para as áreas antes marginalizadas pelos planos de gestão urbana?
3.6.5	Existem critérios previamente definidos para a distribuição dos recursos do OP para os grupos e segmentos? (por distritos, por tema ou por atores)
3.6.6	Caso existam, quais são os critérios para a distribuição dos recursos do OP para tais grupos ou segmentos?
	Orçamento Participativo e pluralidade social - (continuação)
3.6.7	Há intenção ou planos para concentrar maiores recursos em áreas ou setores excluídos dos processos de gestão urbana?
3.6.7.1	Quais são, caso existam, os valores destinados para tais áreas, grupos ou segmentos?
3.6.9	Existem (o pensa-se introduzir) recursos para a participação, comunicação e informação visando a divulgação e/ou visibilidade dos resultados do OP para tais grupos? (Reuniões públicas, folhetos distribuídos nos domicílios ou divulgação nos meios de comunicação, etc.)

<b>4</b>	<b>RESULTADOS ALCANÇADOS (Quantitativo e qualitativo)</b>
4.1	Até que ponto os objetivos pretendidos com a realização do OP foram alcançados?
4.1	Como os resultados quantitativos e qualitativos podem ser demonstrados?
4.1	É possível identificar o público beneficiado com a prática?
<b>5</b>	<b>AVALIAÇÃO E ASPECTOS INOVADORES PARA A FORMAÇÃO DA CULTURA CÍVICA NO ÂMBITO DO OP</b>
5.1	O impacto social para formação da cultura cívica cidadã
5.1.1	Existem organizações formais ou informais que foram criadas a partir ou como consequência do OP?
5.1.2	Existem dados ou informação qualitativa que comprove que o OP fortaleceu a identidade e a noção de pertinência local dos cidadãos?
5.1.3	Existe informação qualitativa que comprove que a população tem maior confiança na administração pública como consequência do OP?
5.1.4	Existe informação quantitativa ou qualitativa que comprove a diminuição de conflitos sociais e da criminalidade graças ao OP?
5.2	Monitoramento e avaliação
5.2.1	Existe, ou pensa-se em introduzir um mecanismo de avaliação e/ou monitoramento do impacto que o OP tem sobre a cidade? Em quais dimensões (financeira, urbana, ambiental, social, etc.)?
5.3	Intercâmbio com outras organizações
5.3.1	Existe intercâmbio e/ou colaboração entre o OP e outras organizações (acadêmicas, de voluntários, do setor privado, social) Caso existam, quais são estas organizações e qual é a natureza do intercâmbio?
5.4	Aspectos inovadores
5.4.1	Descreva os principais aspectos inovadores de sua experiência de Orçamento Participativo (o que a faz única), e onde estes elementos estão propostos.
5.5	Recomendações e Informações adicionais
5.5.1	Quais as principais lições aprendidas com a realização do Orçamento Participativo? Descreva, se houver, alguma lição retirada de outra experiência que pode ser aproveitada e incorporada ao Orçamento Participativo desta cidade.
5.5.2	Quais as principais recomendações, a partir de sua experiência, para o desenvolvimento do OP em outras localidades?
5.5.3	Outras informações que considere importantes para a descrição a importância do OP para o desenvolvimento do município?